

SUMÁRIO

- 1 LEGISLAÇÃO sobre parques infantis.
- 2 MIRANDA , Nicanor
 O significado de um parque infantil em Santo Amaro.
- 3 _____.
 Origem e propagação dos parques infantis e parques de jogos.
- 4 PARQUES infantis de São Paulo; comunicado ao público.
- 5 SÃO PAULO (cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação e Cultura.
 Divisão de Educação, Assistência e Recreio
 Regulamento da divisão.
- 6 PARQUE INFANTIL DONA LEOPOLDINA
- 7 BOLETIM INTERNO da Divisão de Educação, Assistência e Recreio.
- 8 DUARTE, Paulo
 O lindo sonho e a dolorosa realidade. In: _____. Mario de Andrade
 por êle Mesmo.
- 9 GOMES, Angela Maria de Castro
 Empresariado e legislação social na década de 30. In: SEMINÁRIO INTERNA-
 CIONAL:
- 10 LEVINE, Robert M.
 As classes urbanas no Brasil e o legado da década de 1930. In: SEMINÁRIO
 INTERNACIONAL.
- 11 ORIGEM e evolução do atendimento ao pré-escolar na Prefeitura do Município
 de São Paulo.
- 12 KISHIMOTO, Tizuko Morchida
 Cinquenta anos de educação infantil: um retrospecto histórico.
- 13 SÃO PAULO (cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação e Cultura.
 Departamento de Educação e Recreio
 Trabalho sobre educação pré-escolar dos parques infantis.
- 14 ESCOLA MUNICIPAL.



ACTO N. 765, de 8 de Janeiro de 1935

Dá a denominação de "9 de Julho" a uma praça situada no districto do Ypiranga.

O Prefeito do Município de São Paulo, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo § 4.º do art. 11 do Decreto Federal n. 19.398, de 11 de novembro de 1930.

Decreta:

Art. 1.º — Fica denominada "9 de Julho" a praça formada pelo cruzamento das avenidas do Estado e D. Pedro I, no districto do Ypiranga.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario. Prefeitura do Município de São Paulo 8 de janeiro de 1935, 381.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito,
Fabio da S. Prado.

O Director do Expediente,
Alvaro Martins Ferreira.

ACTO N. 766, de 8 de Janeiro de 1935

Acceita uma rua sita no districto de Sant'Anna, dando-lhe denominação.

O Prefeito do Município de São Paulo usando das attribuições que lhe são conferidas pelo § 4.º, do art. 11.º do Decreto Federal n. 19.398, de 11 de novembro de 1930.

Decreta:

Art. 1.º — Fica acceita e declarada entregue ao transitio publico nos termos da legislação em vigor a rua aberta a partir da rua Dr. Cesar no districto de Sant'Anna pelos srs. Joaquim Monteiro e José Antonio Nascimento em terrenos de sua propriedade, e pelos mesmos doada á Municipalidade por escriptura lavrada em 2.º de janeiro de 1934, nas notas do 11.º Tabellião. desta Capital.

Art. 2.º — A rua mencionada no artigo anterior e constante da planta annexa nesta data rubricada e que fica fazendo parte integrante deste Acto terá a denominação de "Rua Capitão Manuel Novaes."

Art. 3.º — Fica approvedo nos termos do art. 563 da lei n. 3.427, de 19 de novembro de 1929 (Codigo de obras Arthur Saboya) o plano de nivelamento da referida rua constante da mesma planta e de accôrdo com a qual serão dados os nivelamentos.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrario. Prefeitura do Município de São Paulo, 8 de Janeiro de 1935, 381 da fundação de São Paulo.

O Prefeito,
Fabio da S. Prado.

O Director do Expediente,
Alvaro Martins Ferreira.

ACTO N. 767, de 9 de Janeiro de 1935

Cria o Serviço Municipal de Jogos e de Recreio, para crianças.

O Prefeito do Município de São Paulo, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo paragrapho

4.º do artigo 11 do Decreto Federal n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, e de accordo com o parecer n. 475, do Conselho Consultivo do Estado, emittido em sua sessão de 18 de dezembro do anno p. passado,

considerando que as actividades ludicas exercem de uma Nação dependem, em parte, da maneira pela qual são aproveitadas pelos cidadãos, as suas horas de descanso, e que é por isso necessario despertar nas novas gerações, o gosto e crear o habito de empregar seus lazeres em actividades saudaveis de grande alcance moral e hygienico;

considerando que as actividades ludicas exercem uma função importante no processo educativo e social, podendo considerar-se os grupos de jogos como um dos constructores essenciaes da vida social, e a fonte dos primeiros ideaes e impulsos sociaes, como a solidariedade, a communicabilidade e a cooperação;

considerando que as praças de jogos para crianças, organizadas como meios de preservação social e educação sanitaria têm contribuido efficaçmente em toda a parte, para a educação hygienica e social das crianças, porporcionando-lhes oportunidades e meios de recreação ao ar livre estreitando o convicio de crianças de todas as classes sociaes;

considerando que os parques de recreio e de jogos inspirados nesse ideal de promover o bem-estar da infancia que se desenvolve frequentemente em más condições hygienicas e moraes, constituem, sobretudo em bairros pobres, um meio poderoso de derivar as crianças de focos de máus hábitos, vicios e criminalidade para ambientes saudaveis e attrahentes, reservados aos seus divertimentos e exercicios, sob o controle dos poderes publicos;

considerando que nas cidades industriaes como São Paulo, em pleno crescimento a densidade da po-

pulação, a valorização crescente dos terrenos, o movimento cada vez mais intenso nas vias publicas e as construcções de casas de appartamenti e de habitações collectivas concorrem para limitar cada vez mais, sinão para subtrair ás crianças espaços ao ar livre, pateos, terreiros e jardins de que necessitam para seus jogos, exercicios e divertimentos;

considerando o disposto na Constituição Federal, em seus artigos 149 e 156, sobre a protecção das municipalidades ao desenvolvimento da cultura em geral e a manutenção e ao desenvolvimento dos systemas educativos.

Decreta:

Art. 1.º — Fica creado directamente subordinado ao Prefeito, enquanto não se organizar o Departamento Municipal de Cultura, o Serviço Municipal de Jogos e de Recreio para crianças, com o fim de localizar organizar e installar os parques de jogos infantis e orientar todos os serviços relativos á construcção e ao aparelhamento de praças desse genero e ao desenvolvimento e á pratica de jogos e diversões.

§ unico — O Serviço Municipal de Jogos e de Recreio estudará e organizará um plano de conjunto, de construcção de praças de jogos para crianças e de localização de zonas exclusivamente destinadas a este fim, nos parques e praças publicas, aproveitados os trabalhos já existentes.

Art. 2.º — Os parques de jogos infantis, que se propõem a collaborar na obra de preservação social e de contribuir para a educação sanitaria das crianças, serão construidos e installados preferivelmente nas proximidades de escolas, de casas de apartamento e nos bairros operarios.

Art. 3.º — A Municipalidade reservará terrenos para a construcção de praças de jogos infantis, livres

e gratuitos em todos os bairros que se crearem destinando a esse fim, nos outros bairros da cidade, os terrenos apropriados de que ainda dispuser.

Art. 4.º — O Serviço Municipal de Jogos e de Recreio será dirigido por um chefe de serviço que será um hygienista ou educador, auxiliado por uma Comissão Municipal de Recreio, como organo deliberativo e consultivo.

Art. 5.º — Compete ao chefe do Serviço Municipal de Jogos e de Recreio:

a) — estimular e coordenar as iniciativas particulares e promover os estudos para a solução dos problemas de Recreio e de jogos dos parques, jardins e quaesquer outros logradouros publicos municipaes;

b) — superintender todos os serviços concernentes à localização, installação e organização dos parques de jogos infantis;

c) — orientar e fiscalizar as actividades recreativas que forem adoptadas, nessas praças, e promover outras que as possam tornar uteis e attrahentes;

d) — propôr ao Prefeito municipal as medidas que achar convenientes para o desenvolvimento desses logradouros de recreio e jogos infantis;

e) — promover e estimular a organização particular de uma Associação de praças de jogos e de recreio de São Paulo, que terá por fim angariar fundos por meio de subscrições privadas, obter a cooperação de sociedades educativas, incentivar, por todas as vias, a abertura dessas praças e zelar pela sua propaganda e installação, de accordo com o padrão estabelecido dentro das mais rigorosas condições sanitarias;

f) — organizar a fazer publicar uma revista semestral de caracter tecnico, proposta ao fim não só de divulgação dos trabalhos realizados e dos resultados

obtidos, como tambem de estudos e debate dos problemas relativos aos parques de jogos infantis;

g) — elaborar e apresentar ao Prefeito o relatório annual dos serviços ao seu cargo e a proposta orçamentaria, que será submettida ao poder legislativo;

h) — promover frequentemente ou solicitar de institutos capazes de realizal-os, inqueritos e pesquisas hygienicas, psychologicas e sociaes nas populações infantis que frequentarem essas instituições extra-escolares:

i) — organizar com a collaboração de instituições publicas estaduais ou particulares, em datas, como o dia do Trabalho, o de Natal, festas infantis que, servindo à educação moral, hygienica e esthetica das crianças, contribuam para despertar o interesse das familias por essas escolas populares de saude e de alegria;

j) — convocar mensalmente e extraordinariamente, quando julgar necessario, a Comissão Municipal de Recreio para informar-a sobre a sua actividade e solicitar a sua critica, as suas suggestões e decisões.

Art. 6.º — A Comissão Municipal de Recreio, organo deliberativo e consultivo do Serviço Municipal de Jogos e de Recreio, para crianças, será constituída:

1 — de um representante do Serviço Sanitario do Estado;

2 — de um representante da Directoria do Ensino do Estado de São Paulo;

3 — de um representante do Departamento de Educação Physica do Estado;

4 — do director do Instituto de Hygiene do Estado;

5 — do professor de Biologia Educacional do Instituto de Educação da Universidade de S. Paulo;

6) — de um representante de associações de assistência e protecção à infancia.

§ 1.º — Os membros da Comissão Municipal de Recreio serão nomeados pelo Prefeito Municipal e exercerão os cargos "pró-honore".

§ 2.º — A duração da investidura para os representantes das instituições publicas e particulares, será de quatro annos.

§ 3.º — A Comissão Municipal de Recreio será presidida pelo chefe do Serviço Municipal de Jogos e de Recreio, para crianças e se reunirá no Paço Municipal.

§ 4.º — Em todas as questões relativas à collaboração de instituições publicas e particulares funcionará, como órgão deliberativo, a Comissão, cujas decisões serão tomadas por maioria de votos e submettidas á approvação da Prefeitura, por intermedio de seu presidente.

Art. 7. — O Serviço Municipal de Jogos e de Recreio, para crianças, terá, inicialmente, além do chefe desse serviço, um administrador geral e para cada praça de jogos que se installar, um instructor para meninos e uma instructora de jogos e educação physica infantil, para meninas, e um guarda municipal.

Art. 8.º — Ao administrador geral, a quem ficam directamente subordinados os guardas municipaes das praças de jogos infantis, compete:

a) — zelar pela conservação das praças de jogos, dos seus abrigos e telheiros, e de seu apparelhamento;

b) — providenciar para o reparo dosapparelhos que por falta de resistencia ou por qualquer defeito não offereçam a segurança necessaria para a sua utilização pelas crianças;

c) — exercer vigilancia e providenciar para que os tanques de vadear sejam constantemente alimenta-

dos por agua corrente e sejam renovados os "stands" de areia de praças de grande frequencia;

d) — cumprir todas as instrucções que lhe forem dadas pelo chefe do Serviço Municipal de Jogos e de Recreio;

e) — collaborar com o chefe de serviço na execução de tudo quanto se refira aos fins sociaes da organização, propondo-lhe medidas e iniciativas oriundas da observação e da experiencia adquirida nas praças de jogos infantis, bem como com o mesmo, estudar a localização das novas praças de jogos a serem installadas e os problemas relativos aos parques infantis;

f) — substituir o chefe nos seus impedimentos, dar instrucções e com elle fiscalizar o trabalho dos instructores;

g) — orientar e fiscalizar os serviços dos guardas municipaes.

Art. 9.º — Compete ao instructor e á instructora de jogos e educação physica infantil:

a) — zelar pela saude das crianças, investigar sobre as condições sanitarias do meio social de que provenham e encaminhar para os postos de saude e clinicas do Serviço Sanitario, as crianças suspeitas de molestias ou necessitadas de tratamento;

b) — attrahir as crianças para os jogos mais apropriados á sua idade, desviando-as de todos aquelles que sejam contra-indicados;

c) — orientar as actividades recreativas das crianças e velar sobre ellas sem lhes perturbar ou ameaçar a liberdade e espontaneidade nos jogos que forem admittidos;

d) — ensinar a pratica de jogos infantis, participando com as crianças nas actividades ludicas ou recreativas;

e) — propagar a pratica de brinquedos e jogos nacionaes, cuja tradição as crianças já perderam ou tendem, dia a dia, a perder;

f) — promover a pratica de todos os jogos que, pela experiencia universal, forem dignos de ser incorporados ao patrimonio dos jogos inspirados nas tradições locais e nacionaes;

g) — aproveitar as oportunidades que lhes proporcionar o interesse das crianças, para lhes ministrar a educação physica, systematizada por meio de exercicios adequados.

§ 1.º — Serão nomeados para esses cargos professores diplomados por Escola Normal do Estado, que tenham feito cursos de educadores sanitarios no Instituto de Hygiene de São Paulo, ou de educação physica infantil no Departamento de Educação Physica do Estado ou cursos de especialização de educação pre-primaria no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo.

§ 2.º — Terão preferencia os candidatos que, sendo professores diplomados por Escola Normal do Estado tiverem feito dois dos cursos citados no paragrafo anterior.

Art. 10 — O governo municipal expedirá, dentro de tres mezes, o regulamento do presente Acto.

Art. 11 — Ficam abertos os creditos necessarios para a execução deste Acto até o limite maximo de cem contos de réis.

Art. 12 — O primeiro provimento dos cargos creados pelo presente Acto será feito livremente pelo Prefeito.

Art. 13 — Os vencimentos do pessoal do Serviço Municipal de Jogos e de Recreio serão os constantes da tabella annexa.

Art. 11 — Fica revogado em todos os seus termos, o Acto n. 590, de 26 de março de 1934, assim como as demais disposições em contrario.

Art. 15 — Este Acto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de São Paulo, 9 de janeiro de 1935, 381.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito,
Fabio da S. Prado.

O Director do Expediente,
Alvaro Martins Ferreira.

TABELLA DE VENCIMENTOS ANNUAES. ANNEXA AO ACTO N. 767, DE 9 DE JANEIRO DE 1935:

Chefe do Serviço Municipal de	
Jogos e de Recreio	16:800\$000
Administrador Geral	12:000\$000
Instructor ou instructora	6:000\$000
Guada Municipal	3:600\$000

ACTO N. 768, de 10 de Janeiro de 1935

Reorganiza as Repartições da Prefeitura.

O Prefeito do Municipio de São Paulo, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo paragrapho 4.º do art. 11, do Decreto Federal n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, e nos termos do disposto no n. III, do art. 13, da Constituição Federal de 16 de Julho de 1934, e do parecer n. 2, emitido pelo Conselho Consultivo do Estado, em sessão de 3 do corrente mez,

ACTO N. 794, de 15 de Fevereiro de 1935

Approva o projecto organizado pela Directoria de Obras e Viação, relativo á remodelação a ser executada na praça terminal da avenida Paulista.

O Prefeito do Município de São Paulo, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo § 4.º do art. 11.º do Decreto Federal n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930, e nos termos do § unico do art. 790, do Acto n.º 663, de 10 de agosto de 1934,

Decreta:

Art. 1.º — Fica approvedo o projecto organizado pela Directoria de Obras e Viação, de remodelação da praça terminal da avenida Paulista, inclusive os melhoramentos a serem executados nesse logradouro publico, de accordo com a planta annexa que, nesta data é rubricada, e que fica fazendo parte integrante deste Acto.

Art. 2.º — Ficam declaradas de utilidade publica, afim de serem desapropriadas, as duas áreas de terreno sitas na intersecção da referida avenida com a rua Minas Geraes, necessarias á modificação do alinhamento local.

Art. 3.º — As despesas com a execução deste acto correrão pelas verbas proprias do Orçamento vigente.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrario.
Prefeitura do Município de São Paulo, 15 de fevereiro de 1935, 382.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito,

Fabio da S. Prado.

O Director do Departamento do
Expediente e do Pessoal,
Alvaro Martins Ferreira.

ACTO N. 795, de 15 de Fevereiro de 1935

Dá nova denominação ao Serviço Municipal de Jogos e de Recreio.

O Prefeito do Município de São Paulo, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo § 4.º do art. 11, do Decreto Federal n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930,

Decreta:

Art. 1.º -- O Serviço Municipal de Jogos e de Recreio, criado pelo Acto n.º 767, de 9 de janeiro do corrente anno, passa a se denominar "Serviço Municipal de Parques Infantis".

Art. 2.º -- Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura do Município de São Paulo, 15 de fevereiro de 1935, 382.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito,

Fabio da S. Prado.

O Director do Departamento do
Expediente e do Pessoal,
Alvaro Martins Ferreira.

ACTO N. 796, de 15 de Fevereiro de 1935

Eleva a 16.000 o limite maximo para a numeração de automoveis de passageiros.

O Prefeito do Município de São Paulo, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo § 4.º do art. 11, do Decreto Federal n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930,

de accôrdo em a qual serão dados os novos nivelamentos.

Art. 2.º — Revogam-se o Acto n.º 3.216, de 25 de setembro de 1929, e demais disposições em contrario.

Prefeitura do Municipio de São Paulo, 29 de maio de 1935, 382.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito,
Fabio da S. Prado.

O Director do Departamento do
Expediente e do Pessoal,
Alvaro Martins Ferreira.

ACTO N. 860, de 29 de Maio de 1935

*Approva o plano de rectificação de
alinhamento da avenida Guarulhos.*

O Prefeito do Municipio de São Paulo, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo § 4.º do art. 11.º, do Decreto Federal n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930, e nos termos do § unico do art. 790, do Acto n.º 663, de 10 de agosto de 1934.

Decreta:

Art. 1.º — Fica approvedo o plano de rectificação de alinhamento da avenida Guarulhos, no trecho comprehendido entre a rua da Penha e a passagem construida pela Estrada de Ferro Central do Brasil, constante da planta annexa, organizada pelo Departamento de Obras e Serviços Municipaes, nesta data rubricada, e de accôrdo com a qual serão dados os novos alinhamentos.

Art. 2.º — As áreas de terrenos necessarias ao melhoramento a que se refere o art. anterior serão desapropriadas á proporção que se fizerem a construcção e reconstrucção dos predios alcançados pelo novo alinhamento.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura do Municipio de São Paulo, 29 de maio de 1935, 382.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito,
Fabio da S. Prado.

O Director do Departamento do
Expediente e do Pessoal,
Alvaro Martins Ferreira.

X ACTO N. 861, de 30 de Maio de 1935 X

*Organiza o Departamento de Cultura
e de Recreação.*

O Prefeito do Municipio de São Paulo, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo paragrapho 4.º, do art. 11, do Decreto Federal n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930, e nos termos do acto n.º 768, de 10 de janeiro do corrente anno,

Decreta:

TITULO I

Do Departamento de Cultura e de Recreação

Art. 1.º — Fica creado o Departamento de Cultura de Recreação, que terá por fim:

a) — estimular e desenvolver todas as iniciativas destinadas a favorecer o movimento educacional, artistico e cultural;

b) — promover e organizar espectaculos de arte e cooperar em um conjunto systematico de medidas, para o desenvolvimento da arte dramatica, e, em geral, da musica, do canto, do theatro e do cinema;

c) — pôr ao alcance de todos, pelos serviços de uma estação radio-difusora, palestras e cursos populares de organização literaria ou scientifica, cursos de conferencias universitarias, sessões literarias e artisticas, enfim, tudo o que possa contribuir para o aperfeiçoamento e extensão da cultura;

d) — crear e organizar bibliothecas publicas, de forma a contribuir efficazmente para a diffusão da cultura em todas as camadas da população;

e) — organizar, installar e dirigir parques infantis, campos de athletismo, piscina e o estadio da cidade de São Paulo, para certames esportivos nacionaes ou internacionaes;

f) — fiscalizar todas as instituições recreativas e os divertimentos publicos, de caracter permanente ou transitorio, que forem estabelecidos no Municipio;

g) — recolher, colleccionar, restaurar e publicar documentos antigos, material e dados historicos e sociaes, que facilitem as pesquisas e estudos sobre a historia da cidade de São Paulo, suas instituições e organizações em todos os dominios da actividade.

Art. 2.º — O Departamento de Cultura e de Recreação terá as seguintes divisões:

I — *Divisão de Expansão Cultural*, com as seguintes secções:

a) — Theatros e cinemas;

b) — Radio — Escola.

II — *Divisão de Bibliothecas*, com duas secções.

III — *Divisão de Educação e de Recreios*, com as seguintes secções:

a) — Parques Infantis;

b) — Campos de Athletismo, Estadio e Piscina;

c) — Divertimentos Publicos.

IV — *Divisão de Documentação Historica e Social*, com duas secções:

a) — Documentação Historica;

b) — Documentação Social.

Art. 3.º — O Departamento de Cultura e de Recreação terá um Director a quem compete superintender, systematizar e coordenar todos os serviços das diversas divisões de Departamento. (Art. 2.º e 3.º do Acto n.º 768, de 10 de janeiro de 1935).

§ 1.º — As Divisões e Secções são dirigidas, respectivamente, por chefes de Divisão e chefes de Secção, subordinados estes e aquelles, em cada uma das divisões, e aquelles, ao Director do Departamento.

§ 2.º — O Director do Departamento de Cultura e da Recreação e cada um dos chefes de Divisão e de Secção perceberão, respectivamente, os vencimentos mensaes de 3:500\$000, 2:500\$000 e 1:400\$000.

§ 3.º — Quando, para a direcção do Departamento for nomeado, em commissão, Chefe de Divisão, exercerá elle as funções de Director sem prejuizo das do seu cargo, percebendo, além do seu ordenado, uma gratificação até perfazer 3:500\$000, enquanto fica fixado o ordenado do Director, no caso de ser nomeada pessoa estranha ao funcionalismo.

§ 4.º — Junto ao Gabinete do Director do Departamento servirão dois quartos escripturarios e um assistente de confiança immediata do Director, escolhido entre os escripturarios do quadro do Departamento.

Este terá, além dos vencimentos do seu cargo, uma gratificação mensal de duzentos mil réis.

§ 5.º — A juízo do Prefeito, quando as necessidades dos trabalhos de cada Divisão do Departamento o exigirem, o expediente poderá ser desdobrado em dois períodos, na forma do art. 6.º do Acto n.º 774, de 16 de janeiro do corrente anno, caso em que os funcionarios terão direito á gratificação "pró-labore" prevista no art. 7.º do mesmo Acto.

Art. 4.º — Os funcionarios do Departamento de Cultura e de Recreação poderão ser removidos, pelo respectivo Director, de umas para outras dependencias do Departamento, de accordo com as conveniencias do serviço.

Paragrapho unico — As attribuições dos funcionarios de carteira serão determinadas pelo Director, chefe de Divisão ou de Secção, tendo em vista a capacidade, efficiencia e tendencias de cada um, independentemente das respectivas categorias.

Art. 5.º — Os funcionarios aproveitados nas respectivas categorias continuarão a servir com os mesmos titulos, mediante simples apostilla.

Art. 6.º — Os funcionarios contractados, aproveitados pelo presente Acto, ficam sujeitos ao cumprimento das exigencias contidas no art. 11 do Acto n. 768, de 10 de janeiro do corrente anno.

Art. 7.º — O cargo de Director do Departamento de Cultura e de Recreação será provido na forma do art. 2.º do Acto n.º 768, citado, e os de chefes de Divisão e de Secção serão providos mediante nomeação ou aproveitamento de funcionarios designados pelo Prefeito, dentre os que pertençam ao quadro do funcionalismo municipal.

Paragrapho unico — Os demais cargos serão providos por livre nomeação ou com o aproveitamento de funcionarios effectivos ou contractados, observadas as respectivas categorias e as disposições do art. 11 do Acto n.º 768, mencionado.

Art. 8.º — Ao chefe de Divisão compete, ainda, além das attribuições enumeradas neste Acto:

- a) — superintender, systematizar, e coordenar todos os serviços das secções subordinadas á sua Divisão;
- b) — cooperar com o Director do Departamento em seus estudos technicos e administrativos;
- c) — collaborar com as demais Divisões do Departamento, sempre que necessario fôr, no estudo e solução dos assumptos que se relacionem com as suas attribuições.

Art. 9.º — Enquanto não fôr expedido regulamento especial, o que se fará dentro do prazo maximo de noventa dias, o Departamento de Cultura e de Recreação reger-se-á pelas disposições regulamentares attinentes ás repartições que passam a fazer parte do Departamento.

Art. 10 — Ao Director do Departamento compete proferir todo e qualquer despacho de "deferimento" ou "indeferimento" fundado na legislação em vigor, salvo as partes, recuso ao Prefeito.

TITULO II

Da divisão de expansão cultural

Art. 11 — A Divisão de Expansão Cultural dirigida por um Chefe de Divisão, auxiliado por dois escripturarios para os trabalhos de expediente e archivo, um continuo e um servente, comprehende as seguintes secções:

- a) — Theatros e Cinemas.
- b) — Radio — Escola.

CAPITULO I

Dos Theatros e Cinemas

Art. 12 — O actual Theatro Municipal e outros theatros que se crearem, bem como todas as actividades relacionadas a theatros e cinemas, ficam subordinados á Divisão de Expansão Cultural, de que constituem uma secção.

Art. 13 — A secção de Theatros e Cinemas é subordinada á chefia da Divisão de Expansão Cultural, e assistida de um Conselho Technico, com funcções puramente consultivas.

§ 1.º — O Conselho Technico, presidido pelo chefe de Divisão, será constituído de quatro membros, nomeados pelo Prefeito, pelo prazo de tres annos, sendo um escriptor ou critico de Arte, um critico musical, um representante das sociedades de cultura artistica e um tecnico de arte cinematographica.

§ 2.º — O Conselho Technico reunir-se-á, mensalmente, percebendo cada membro uma gratificação de 100\$000 por sessão a que comparecer. Em caso extraordinario e a juizo do Prefeito, poderá realizar mais de uma reunião mensal.

§ 3.º — Compete ao Conselho Technico: dar parecer sobre as questões que forem submettidas á sua apreciação; apresentar suggestões e planos de execução para o desenvolvimento da arte theatral, da musica, dos bailados e da cinematographia nacional; organizar, presidir e fiscalizar concursos que, para tal fim, forem instituidos.

§ 4.º — O Conselho Technico promoverá, annualmente, concursos de peças theatraes de autores nacio-

naes, e trabalhos de musica sobre themas nacionaes e de composições musicas de autores nacionaes.

Art. 14 — Além do chefe respectivo que administrará o Theatro Municipal, a secção de Theatros e Cinemas terá um auxiliar, um agente fiscal e um segundo escriptuario.

Art. 15 — Quando o Prefeito julgar opportuno, será organizada a Orchestra Municipal, destinada a promover nos Theatros Municipaes, na Radio-Escola ou ao ar livre, concertos publicos ou a preços populares.

Paragrapho unico — Caso haja conveniencia, para melhor execução deste artigo, o Municipio subvencionará uma orchestra organizada por qualquer sociedade de arte ou por particular, de forma a tornar-se capaz de satisfazer, plenamente aos fins de uma Orchestra Municipal.

Art. 16 — O Theatro Municipal, que faz parte desta secção terá o seguinte pessoal subordinado ao chefe da Secção de Theatros e Cinemas:

- 1 engenheiro mechanico-electricista.
- 1 porteiro.
- 2 continuos.
- 1 um guarda-nocturno.
- 6 serventes.
- 1 mestre mecanico.
- 1 electricista.
- 1 electricista-ajudante.
- 1 mestre-scena.

Art. 17 — Compete:

- 1) ao engenheiro: superintender os serviços de machinas, de iluminação, de installações e de conservação do edificio e demais accessorios do Theatro;
- 2) ao agente-fiscal: fiscalizar o bilheteria, bilhetes, sellagens, impostos, programmas, horarios, alvarás, e

todo e qualquer documento sujeito a sello ou a emolumento municipal;

3) ao auxiliar: além da secretaria do Conselho Technico, informar os pretendentes do Theatro Municipal; manter em dia a correspondencia official da Secção e o serviço de registro, archivo e folhas de pagamento;

4) ao segundo escripturario: fazer a escripturação da caixa especial do Theatro cujo movimento será mensalmente communicado ao Director do Departamento;

5) ao porteiro que residirá no proprio Theatro: ter a guarda das chaves do edificio; chefiar os continuos e serventes; receber e entregar material de palco e bagagem e chefiar os serviços de limpeza e zelar pela conservação do edificio e suas installações;

6) ao guarda-nocturno; rondar o edificio á noite, segundos as instrucções do porteiro;

7) aos continuos; auxiliarem os serviços do porteiro; aos serventes: cuidarem da limpeza e da conservação do edificio e attender ás determinações do porteiro do Theatro;

8) ao mestre-mecanico, ao mestre-scena e aos electricistas: exercerem as funções technicas de suas especialidades, discriminadas no regulamento do Theatro.

§ unico — Fica supprimido o actual cargo de agente, sendo o respectivo titular addido ao Departamento.

Art. 18 — As cessões e locações do Theatro Municipal para espectaculos lyricos, dramaticos, conferencias, concertos, festas civicas ou de arte, serão estudadas no Acto que regulamentará esta lei.

Art. 19 — A Divisão de Expansão Cultural incentivará todos os meios em prol do desenvolvimento do

cinema popular educativo, pedagogico ou escolar. Para isso fornecerá:

a) — beneficios fiscaes aos cinemas que systematicamente exhibirem fitas documentarias ou consideradas educativas pelo órgão competente da Municipalidade ou pelo órgão competente da Secretaria da Educação ou pelo órgão competente do Ministerio da Educação ou por instituição de cultura para tal fim organizada;

b) — beneficios fiscaes aos productores nacionaes dessas fitas; beneficios fiscaes aos distribuidores dessas fitas, quando estrangeiras, sujeitando-se productores e distribuidores á apresentação periodicas de um numero de fitas educativas ao órgão competente para qualificação efectiva das mesmas;

c) — beneficios fiscaes aos cinemas que forem postos por seus proprietarios, arrendatarios ou exploradores, á disposição da Municipalidade, uma vez por mez, no minimo, para a realização de espectaculos educativos, fora das horas das sessões diarias; beneficios fiscaes aos productores nacionaes e aos distribuidores em geral, que fornecerem á Municipalidade, uma vez por mez, os programmas por esta requisitados e destinados a espectaculos educativos, que poderão ser mixtos; cinema, theatro, musica, etc.;

d) — qualificação prévia de fitas educativas, submettendo á apreciação do órgão competente da Municipalidade pelos productores e distribuidores em geral;

e) — a realização dos espectaculos educativos acima referidos;

f) — a realização systematica de exhibições pedagogicas nos parques infantis e nos estabelecimentos de ensino, em geral, creando ou facilitando tudo que para isso fôr util ou necessario, especialmente entendido

mentos com as autoridades competentes federaes ou estaduais.

Art. 20 — A Prefeitura estabelecerá medidas energicas contra a produção cinematographica ou theatral, offensiva á moral e aos bons costumes, prohibindo a exhibição ou representação de filas ou peças que violem texto expresso de lei ou constituam elementos perniciosos á infancia e á juventude.

CAPITULO II

Da Radio-Escola

Art. 21 — Fica creada, onde e quando entender o Prefeito, sob a dependencia immediata do Departamento de Cultura e de Recreação, uma Radio-Escola com a respectiva estação transmissora destinada á irradiação diaria da hora official, do boletim de actos e instrucções de interesse publico immediato, de palestras, conferencias e cursos, especialmente da Universidade de São Paulo e de sessões artisticas de caracter cultural e educativo.

Art. 22 — A Radio-Escola tem por objectivo irradiar;

a) — os programmas diarios de informações organizados pelo Serviço de Publicidade ou pelo Departamento;

b) — a hora official e o boletim metereologico;

c) — noticias e informações de interesse publico que lhe forem remetidas pelo Gabinete do Prefeito;

d) — palestras, discursos e conferencias de qualquer dos institutos universitarios de São Paulo e de outras instituições, a juizo do Prefeito;

e) — concertos e operadas realizados nos theatros municipaes e no Conservatorio Dramatico e Musical;

f) discursos proferidos nas sollemnidades officaes, a criterio do Prefeito.

Art. 23 — As communicações, noticias, informações e discursos que forem irradiados, deverão ser escriptos e submettidos á censura do chefe da Radio-Escola, salvo quando provenham de altas autoridades do Estado, ou sejam expressamente autorizadas pelo Prefeito ou pelo Director do Departamento.

§ unico — Esses documentos deverão ser archivados na Secretaria da Radio-Escola.

Art. 24 — A estação da Radio-Escola será ligada, por linhas telephonicas apropriadas, ás radio-transmissoras, ao Paço Municipal, á sêde da Universidade de São Paulo, ao Theatro Municipal e a outros locais indicados pelas necessidades de seu funcionamento.

Art. 25 — O quadro do pessoal da Radio-Escola será o seguinte:

- 1 chefe de Secção.
- 1 secretario.
- 2 locutores.
- 1 steno-dactylographo.
- 1 zelador.
- 1 operador chefe, contra-mestre da officina.
- 2 operadores.
- 2 operadores auxiliares.
- 1 servente.

§ unico — Serão escripturarios do quadro: o secretario, que será um 1.º escripturario e o steno-dactylographo. Os outros funcionarios, com excepção do chefe de secção e do zelador, serão contractados pelo Prefeito por prazo fixo e pelo ordenado que fôr arbitrado de accôrdo com as tabellas correntes das estações radio-difusoras.

Art. 26 — Os aparelhos de radio pertencentes á Prefeitura serão reparados nas officinas da Radio-Escola, onde poderão praticar até doze apprendizes.

Art. 27 — A Radio-Escola manterá um curso de telephonia, radio-telephonia, telegraphia, radiotelegraphia para os candidatos que hajam concluido, ao menos, o curso primario, e tenham a idade minima de doze e a maxima de dezoito annos.

Art. 28 — O zelador manterá em dia o inventario de todo o material da Escola.

Art. 29 — O chefe de Divisão apresentará, annualmente, um relatorio dos serviços da Radio-Escola com as suggestões que julgar necessarias para o seu aperfeiçoamento.

Art. 30 — Annexa á Radio-Escola funcionará como sub-divisão, a Discotheca Publica Municipal, cujos discos servirão aos programmas diarios estabelecidos no item "a" do artigo 22.

Art. 31 — São fins das Discotheca Municipal:

a) — manter um serviço de obras de arte erudita, tanto nacionaes como estrangeiras e outro de obras de arte popular, de interesse estritamente "folklorico", especialmente nacional;

b) — fazer transmissões de discos da sua colleção, que serão sempre acompanhados de breves commentarios preliminares explicativos, do caracter cultural;

c) — funcionar para consultas particulares, tendo para isso, no edificio ou dependencia da Radio-Escola, cabinas em numero correspondentes á affluencia do publico;

d) — manter ainda um serviço de gravação de discos, que constituirão o museu da palayra, com discos de interesse civico, fixação da voz de homens publicos, sem distincção de credo politico, de artistas, de estudos de phonetica e fixará canções, musicas, solos de

instrumentos e conjuntos orchestraes populares, bem como de arte erudita nacional.

Art. 32 — Enquanto não se instalar a Radio-Escola, o Prefeito poderá entrar em entendimento com associações de radio para obter irradiações diarias ou tri-semanaes, de caracter informativo musical, literario ou scientifico, organizadas com fins recreativos ou culturais.

TITULO III

CAPITULO I

Das bibliothecas

Art. 33 — A actual Bibliotheca Municipal e outras que se crearem constituem uma Divisão do Departamento de Cultura e de Recreação.

Art. 34 — A Bibliotheca Municipal, que é dirigida pelo Chefe da Divisão de Bibliothecas, auxiliado por um 3.º escriptuario contabilista e dois 4.º escriptuarios para os serviços de contabilidade, expediente e archivo, terá os seus serviços distribuidos por duas secções.

1.ª — A primeira secção cuidará dos seguintes serviços:

a) — classificação, catalogação, fichamento e archivo;

b) — consulta, referencias, informações bibliographica e traducções;

c) — revistas e jornaes;

d) — Bibliotheca Infantil;

e) — Brasileira;

f) — gravuras, documentos, manuscritos e mapas.

§ 2.º — A' segunda secção ficam affectos os seguintes serviços:

a) — expediente, policia, limpeza, inspectores, zelador, porteiros;

b) — deposito, encardenação e conservação.

Art. 35 — E' o seguinte o pessoal da Bibliotheca Municipal, distribuido pelas respectivas secções:

a) — para a 1.ª Secção: além do chefe respectivo, cinco encarregados especializados para os serviços constantes dos itens "a", "b", "c", "d", "e", e "f" do art. 34, tres escripturarios dactylographos e um archivista;

b) — para a 2.ª Secção: além do chefe respectivo, dois encarregados, quatro escripturarios e um archivista;

Art. 36 — Além desse pessoal a Bibliotheca terá um auxiliar, subordinado directamente á chefia, quatro inspectores de sala, dois fiscaes de consulta, um zelador, dois porteiros, nove continuos, seis serventes, um mestre-encadernador, um dourador, um encadernador e um meio official.

§ unico — Quando por qualquer motivo, se vagar o cargo de auxiliar, será elle exercido por um primeiro escripturario.

Art. 37 — Compete ao chefe da Divisão de Bibliotheca:

a) — organizar, administrar e fiscalizar os serviços das Secções;

b) — organizar, no Municipio da Capital, os serviços das Bibliothecas Publicas Populares e Infantis de Bibliotheca Circulantes;

c) — orientar e auxiliar os serviços de classificação, catalogação e conservação de livros e todos os demais serviços que interessem á organização e ao desenvolvimento das bibliothecas;

d) — procurar e manter correspondencia e intercambio com bibliothecas nacionaes e estrangeiras;

e) — superintender a preparação do fichario geral e do catalogo, cujas edições devem ser revistas quando necessario, acompanhando com exactidão o estado e o movimento das bibliothecas;

f) — organizar, annualmente, um pequeno curso de biblioteconomia;

g) — divulgar, quinzenalmente, os dados estatisticos, relativos ao movimento de consultas, informações sobre entradas de livros e assignaturas de revistas.

h) — adquirir, registrar, vender e permutar duplicatas, proceder a inventarios e organizar estatisticas;

i) — tomar todas as medidas ao seu alcance e propor as que dependerem de autorização do Director do Departamento ou do Prefeito para tornar as Bibliothecas cada vez mais accessiveis e uteis ao publico, que nellas deve encontrar um ambiente favoravel ás consultas, ás pesquisas e ao estudo.

Art. 38 — Fica creada annexa á Bibliotheca Municipal, uma Bibliotheca Infantil, que poderá funcionar, provisoriamente, no edificio daquela.

§ 1.º — A Bibliotheca Infantil será installada e organizada de maneira e constituir um centro de attração e de cultura infantil.

§ 2.º — A Bibliotheca Infantil será constituida de obras nacionaes de literatura infantil e de traducções autorizadas de obras estrangeiros, historias de figuras e revistas infantis, recreativas e educativas, de mapps, gravuras, sellos e moedas.

§ 3.º — A Bibliotheca Infantil organizará diariamente, para ser lido, desde a hora de sua abertura, o Jornal das Crianças, feito de recortes de todos os jornaes diarios de noticias e informações e commentarios

que possam interessar às crianças e contribuir para a sua educação.

§ 4.º — Serão feitos, frequentemente, inqueritos com o fim de verificar quaes as obras de literatura infantil preferidas pelas crianças, as impressões que deixam e as influencias que exercem sobre o seu espirito.

§ 5.º — Será organizado, annualmente, um concurso de livros infantis, estabelecendo premios em dinheiro aos concorrentes vencedores. A Commissão julgadora nomeada pelo Director do Departamento será composta de quatro membros a saber: o Director do Departamento, com voto de desempate, um educador e dois escriptores.

Art. 39 — Fica creada a Bibliotheca Brasiliana installada em sala especial e iniciada com as obras já existentes na Bibliotheca Municipal.

TITULO IV

Da Divisão de Educação e de Recreios

Art. 40 — A Divisão de Educação e de Recreios, dirigida por um chefe de Divisão, auxiliado por dois escripturarios para os trabalhos de expediente e archivo, um continuo e um servente, terá os seus serviços distribuidos pelas seguintes secções:

- a) — Parques Infantis;
- b) — Campos de Athletismos, Estadio e Piscinas;
- c) — Divertimentos Publicos.

CAPITULO I

Dos Parques Infantis

Art. 41 — A Secção de Parques Infantis, que é o Serviço de Parques Infantis, creado pelo Acto n. 767, de 9 de janeiro do corrente anno, tem por fim localizar,

organizar e installar os parques de jogos infantis e orientar todos os serviços relativos á construcção, ao appareamento de parques desse genero, ao desenvolvimento e á pratica de brinquedos e diversões.

único — O Serviço de Parques Infantis estudará e organizara um plano de conjuncto, de construcção de parques infantis e de localização de zonas destinadas exclusivamente a este fim, nos parques e praças publicas, aproveitados os trabalhos já existentes.

Art. 42 — Os parques infantis que se propõem a collaborar na obra de preservação e de previsão social e contribuir para a educação hygienica das crianças, serão construidos e installados, preferivelmente, nos bairros operarios, nas proximidades de escolas e casas de apartamentos.

Art. 43 — A Municipalidade reservará terrenos para a construcção de parques infantis, livres e gratuitos, em todos os bairros que se crearem, determinando para esse fim, nos outros bairros da cidade, os terrenos apropriados de que ainda dispuzer.

Art. 44 — O Serviço Municipal de Parques Infantis é dirigido por um chefe de serviço, que será um hygienista ou educador, auxiliado por uma commissão municipal de parques infantis, com órgão consultivo.

Art. 45 — Compete ao chefe do Serviço de Parques Infantis:

- a) — estimular e coordenar as iniciativas, particulares e promover os estudos para a solução dos problemas inherentes ao assumpto;
- b) — cooperar com o chefe de Divisão em todos os trabalhos concernentes á localização, installação e organização dos parques infantis;
- c) — orientar e fiscalizar as actividades recreati-

vas que forem adoptadas nos parques e promover outras que os tornem uteis e attrahentes;

d) — propôr ao chefe da Divisão as medidas que julgar convenientes para o desenvolvimento desses logradouros de recreio e jogos infantis;

e) — promover e estimular a organização particular de uma Associação de Parques Infantis, em São Paulo, que terá por fim angariar fundo, por meio de subscrições privadas; obter a cooperação de sociedades educativas; incentivar, por todas as vias, a abertura desses parques, e zelar pela sua propaganda e instalação, de accordo com o padrão estabelecido, dentro das mais rigorosas condições technicas e hygienicas;

f — collaborar na organização e publicação da Revista de que trata o artigo 68;

g — elaborar e apresentar ao chefe da Divisão o relatório annual dos serviços a seu cargo e a proposta orçamentaria;

h — promover frequentemente ou solicitar dos institutos especializados, inqueritos e pesquisas hygienicas, psychologicas e sociaes, nas populações infantis que frequentarem essas instituições extra-escolares;

i — promover, com a collaboração do corpo docente das instituições escolares municipaes, estaduais e particulares, um inquerito permanente de pesquisas "folkloricas", e, mais geralmente, ethnologicas, entre a população escolar, recolhendo, assim, as tradições de costumes, superstições, advinhas, parlendas, historias, canções, brinquedos, etc., sendo os resultados desses inqueritos devidamente seleccionados, organizados e catalogados em secções distinctas e publicados na Revista do Departamento.

j — organizar, com a collaboração das instituições estaduais ou particulares, em datas, como o dia

do Trabalho, o de Natal, festas infantis que, servindo á educação moral, social e esthetica das crianças e, revivendo os costumes tradicionais, contribuam para despertar o interesse das familias por esses centros populares de saúde e de alegria;

k — convocar, mensalmente, e, extraordinariamente, quando necessario, e sempre por ordem do chefe da Divisão, a Comissão Municipal de Parques Infantis, para informal-a sobre a sua actividade e solicitar a sua critica e suggestões.

Art. 16 — A Comissão Municipal de Parques Infantis será constituída:

1) — de um representante do Serviço Sanitario do Estado;

2) — de um representante da Directoria do Ensino do Estado;

3) — de um representante do Departamento de Educação Physica do Estado;

4) — do Director do Instituto de Hygiene do Estado;

5) — do professor de Biologia Educacional do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo;

6) — de um representante de instituições particulares de assistência e protecção á infancia.

1.º — Os membros da Comissão Municipal de Parques Infantis serão nomeados pelo Prefeito e exercerão os cargos "pro honore".

2.º — A duração da investidura para os representantes das instituições publicas e particulares será de dois annos.

3.º — A Comissão Municipal de Parques Infantis será presidida pelo chefe da Divisão, funcionando como secretario-assistente o chefe da Secção.

Art. 17 — O Serviço de Parques Infantis terá,

além do chefe desse serviço, um administrador, um medico, e para cada parque que se installar, dois instructores e tantos instructores-substitutos e vigilantes quantos bastarem.

Paragrapho unico — Quando opportuno, a juizo do Prefeito, será instituida assistencia dentaria nos parques infantis.

Art. 48 — Ao administrador compete:

a) — zelar pela conservação dos parques, dos seus abrigos, pergolas, telheiros eapparelhos;

b) — providenciar o reparo dos apparelhos que, por falta de resistencia ou outro qualquer defeito, não offereçam segurança necessaria;

c) — exercer vigilancia e providenciar para que os tanques de vadear sejam constantemente alimentados com agua corrente e seja renovada a areia dos taboleiros;

d) — cumprir as instrucções que lhe forem dadas pelo chefe da secção;

e) — collaborar, com o chefe do serviço, na execução de tudo quanto se refira aos fins sociaes da organização, propondo-lhe medidas e iniciativas oriundas da observação e da experiencia adquirida nos parques, bem como, o mesmo, estudar a localização dos novos parques a serem installados e os problemas relativos aos mesmos;

f) — substituir o chefe da Secção nos seus impedimentos, dar instrucções e com elle fiscalizar o trabalho dos instructores.

Art. 49 — Compete ao instructor:

a) — zelar pela saude das crianças, investigar as condições hygienicas do meio social de que provenham e encaminhar as crianças suspeitas de molestias ou necessitadas de tratamento aos postos de saude ou instituições de assistencia;

b) — attrahir as crianças para os brinquedos proprios á sua idade, desviando-as de todos aquelles que sejam contra-indicados;

c) — orientar as actividades recreativas da criança, velando por ella não lhe perturbar ou ameaçar a liberdade e espontaneidade no brinquedo;

d) — ensinar a pratica de jogos infantis, participando com as crianças das actividades ludicas ou recreativas;

e) — propagar a pratica de brinquedos e jogos nacionaes, cuja tradiçao as crianças já perderam ou tendem a a dia a perder;

f) — promover a pratica de todos os jogos que, pela experiencia universal, forem dignos de serem incorporados ao patrimonio dos inspirados nas tradições locais e nacionaes;

g) — aproveitar as oportunidades proporcionadas pelo interesse das crianças para ministrar-lhes educação physica;

h) — cumprir as instrucções que lhe forem dadas pelo chefe da Secção ou pelo administrador dos parques infantis;

i) — orientar, dirigir e fiscalizar os trabalhos dos vigilantes.

1. — Serão nomeados para esses cargos professores diplomados por Escola Normal do Estado, que tenham feito curso de educadores sanitarios no Instituto de Hygiene de São Paulo ou de Educação Physica Infantil no Departamento de Educação Physica do Estado ou de especialização pré-primaria no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo.

2.º — Para a nomeação de instructor substituto, em commissão é bastante a apresentação do diploma de professor por Escola Normal do Estado.

§ 3.º — Os instructores-titulares nomeados exercerão, em comissão, as suas funções pelo prazo de um anno, findo o qual serão effectivados aquelles que, tendo se submettido a concurso de provas e títulos, derem melhores attestados da sua capacidade, devotamento e assiduidade nos trabalhos.

§ 4.º — No concurso acima referido, que será organizado de accôrdo com o Acto regulamentar desta lei, poderão inscrever-se, tambem, os instructores substitutos, que satisfaçam as exigencias do § 1.º.

CAPITULO II

Dos campos de athletismo, do Estado e das piscinas

Art. 50 — Fica criado, devendo sua installação ser feita quando o Prefeito julgar opportuno, o Serviço de Campos de Athletismo, do Estado e das Piscinas, como uma secção da Divisão de Educação e de Recreios.

Art. 51 — O Governo Municipal installará, sobretudo, em bairros operarios, campos para actividades athleticas, gymnasticas e esportivas, destinadas a proporcionar a adolescentes e adultos, oportunidades para exercicios physicos ao ar livre e a desviar, dos ambientes improductivos ou prejudiciaes, os operarios em folga no tempo disponivel que lhes faculta o regime do trabalho.

Art. 52 — Os campos de athletismo, uma vez devidamente aparelhados, serão franqueados ao publico e entregues á guarda e direcção de uma comissão constituida de adolescentes e adultos dos bairros em que estiverem situados.

Paragrapho 1.º — A Comissão referida neste artigo, designada pelo chefe da Secção, será presidida

pelo instructor de educação physica, esportes e athletismo.

Paragrapho 2.º — O instructor, um para cada campo, terá tantos auxiliares quantos necessarios para que as actividades gymnasticas, esportivas e athleticas se realizem sob sua direcção e fiscalização immediatas.

Paragrapho 3.º — Os campos de athletismo funcionarão nos dias uteis nas horas em que as actividades dominantes no meio permittirem ou favorecer.

Art. 53 — Só poderão ser nomeados instructores ou auxiliares, candidatos diplomados pela Escola de Educação Physica do Departamento de Educação Physica de São Paulo, ou por Escolas de Educação Physicas mantidas pelo Governo Federal.

Art. 54 — O Prefeito entrará em entendimentos com quem fôr necessario para a immediata construcção de um Estadio.

Art. 55 — O Estadio, que será construido e installado de accôrdo com a technica moderna, destina-se á realização de competições, campeonatos, demonstrações ou torneios esportivos ou athleticos, nacionaes ou internacionaes, e de grandes solennidades civicas, com autorização do Prefeito.

Art. 56 — A cessão ou locação do Estadio, sua organização e distribuição de serviços, serão estabelecidos no regulamento que o Prefeito baixará, um mez após a conclusão da sua construcção.

CAPITULO III

Dos divertimentos publicos

Art. 57 — O actual serviço de Divertimentos publicos da Directoria de Policia Administrativa fica des-

incorporado desta Directoria, e directamente subordinado, com a nova organização, á Divisão de Educação e de Recreios.

Art. 58 — A' Secção de Divertimentos Publicos compete:

a) — organizar e estimular todos os divertimentos publicos, inspirados na tradição do paiz, e quaisquer outros que possam interessar a população;

b) — estudar e estabelecer planos de propaganda e de execução que tenham por fim vulgarizar e tornar mais accessiveis e attrahentes os festejos carnavalescos, as festas de São João e outras de interesse ethnologico, "folk-lorico", ou popular;

c) — organizar concursos publicos de planos de festejos, de cartazes de propaganda, bem como concursos de phantazias, de carros, de corsos, de prestitos carnavalescos, de fogos nas festas de São João e outras; commemorações, festas e bailados tradicionaes ou populares do Brasil;

d) — estudar, estabelecer e executar planos de ornamentação da cidade por occasião de festas;

e) — fiscalizar os parques particulares de diversões e os divertimentos publicos em geral, prohibindo os que forem julgados prejudiciaes ou perigosos, e indicando e suggerindo outros.

Parapho unico — As attribuições especificadas neste artigo, com excepção da alinea "c", que cabe, exclusivamente, ao chefe desta Secção, serão exercidas pelo chefe da Secção de Divertimentos Publicos, assistido por uma commissão de artistas, escriptores e jornalistas, nomeada pelo director do Departamento e especialmente designada para este fim.

Art. 59 — Compete ainda á Secção de Divertimentos Publicos, a expedição de guias para a entrada

de toda a renda proveniente dos emolumentos, alvarás, impostos, licenças, taxas de vistoria e toda e qualquer concessão dessa natureza, não somente de divertimentos publicos, como tambem de espectaculos, cinemas, campeonatos, torneios, certamens esportivos e annuncios na Estação da Radio-Escola.

§ 1.º — A parte arrecadadora da secção e sua contabilidade ficarão a cargo do Departamento da Fazenda, logo este creado, devendo para isto, ser estabelecida, na Secção de Divertimentos Publicos, que, em hypothese alguma poderá receber dinheiro, a organização da necessaria caixa suplementar.

§ 2.º — A concessão de licenças, a arrecadação de rendas mencionadas neste artigo, a connexão desta Secção ao Departamento da Fazenda, na parte relativa á arrecadação e á distribuição de serviços, serão estabelecidos no Acto que regulamentará a presente lei.

§ 3.º — Os serviços centralizados de expedição de licenças e arrecadação de rendas, serão organizados de forma e não embaraçar ou retardar a marcha dos serviços de qualquer das divisões do Departamento de Cultura e de Recreação.

Art. 60 — Além do chefe de Secção de Divertimentos Publicos, haverá, subordinados directamente a este, dois auxiliares, um inspector, um expedidor, um 2.º escripturario, um 3.º escripturario, dois 4.º escripturarios, cinco fiscaes, um continuo e um servente, com os vencimentos constantes da tabella annexa.

TITULO V.

Da Divisão de Documentação Historica e Social

Art. 61 — O actual Serviço de Documentos Antigos, do Departamento do Expediente e do Pessoal,

fica desincorporado deste, para fazer parte da Divisão de Documentação Historica e Social do Departamento de Cultura e de Recreação.

Art. 62 — A Divisão de Documentação Historica e Social, que é dirigida por um chefe de Divisão, auxiliado por dois escripturarios, comprehende as seguintes secções:

- a) — Secção de Documentação Historica;
- b) — Secção de Documentação Social.

Art. 63 — A Divisão de Documentação Historica e Social incumbê:

a) — recolher, restaurar e conservar os documentos antigos, de caracter historico, pondo-os em condições de serem consultados e publicados;

b) — preparar e propôr ao Prefeito, por intermédio do Director do Departamento, a publicação, dos documentos antigos e a execução desses serviços;

c) — manter correspondencia com os institutos historicos, remettendo-lhes informações sobre o resultado das pesquisas feitas em documentos archivados, permutando informações e publicações;

d) — colligir leis, actos, dados estatísticos e toda materia que possa interessar á administração dos serviços publicos e promover-lhes a publicação;

e) — promover e realizar o levantamento das situações sociaes, economicas, commerciaes, industriaes, agricolas do municipio, colligindo e publicando mappas, dados estatísticos, eschemas graphicos que permittam o conhecimento da situação do desenvolvimento do municipio, em todos os campos de actividade;

f) — proceder a inqueritos no meio social sobre as actividades e occupações dominantes, numero e aptidões dos desempregados e as causas da desoccupação

para o estudo dos meios que lhes assegurem “nova reclassificação” no ponto de vista economico, social, intellectual e moral;

g) — proceder a inqueritos e pesquisas sobre padrões de vida em São Paulo e especialmente sobre padrões de vida da familia operaria, para estudo e solução racional dos problemas relativos á produção e ao custo dos viveres, aos transportes, á assistencia, ao cooperativismo, ás habitações collectivas, etc.;

h) — organizar, annualmente, um concurso sobre assumpto historico, com premios em dinheiro aos concorrentes vencedores;

i) — collaborar na administração municipal:

- 1.º — para a uniformização e racionalização de colleitas de dados e estudos dos problemas sociaes;
- 2.º — nos serviços de controle e informação.

Art. 64 — Os serviços relativos a documentos antigos, de restauração, catalogação e publicação de papéis historicos, serão realizados pelo seguinte pessoal:

- 1 chefe de Secção;
- 2 paleographos;
- 1 restaurador de documentos antigos;
- 1 catalogador;
- 2 dactylographos;
- 1 continuo.

Unico — Documento antigo para effeito desta lei e todo aquelle existente no archivo municipal de trinta e um annos para traz. Este acervo documentario presentemente sob a guarda do Departamento do Expediente, será entregue á Divisão de Documentação Historica e Social, logo esta organizada.

Art. 65 — Fica subordinada á Divisão de Documentação Historica e Social a officina de encadernação e reparação de papeis e livros do Departamento do

Expediente, a qual consta de um mestre encadernador, um encadernador e dois officiaes.

Art. 66 — Os serviços de Documentação Social ficarão a cargo de:

- 1 chefe de Secção.
- 1 tecnico em inquerito e pesquisas sociaes.
- 1 tecnico de estatistica.
- 2 auxiliares de estatistica.
- 1 dactylographo.
- 2 continuos.

§ unico — Os serviços de pesquisas ou inqueritos sociaes poderão ser feitos:

a) — ou por um corpo de investigadores sociaes, contractados pelo tempo que durarem os inqueritos ou pesquisas;

b) — ou mediante a collaboração de organização apropriada, como o Centro de Pesquisas Sociaes do Instituto de Educação, a Secção de Sciencias Sociaes e Politicas da Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras da Universidade de São Paulo e outros, sob a direcção da Divisão de Documentação Historica e Social.

Art. 67 — E' condição indispensavel para a nomeação ou contracto para os cargos de technicos de inquerito e pesquisa social e de investigadores sociaes, ter o candidato feito o curso no Instituto de Educação e estagio no respectivo Centro de Pesquisas Sociaes, ou no Curso de Sciencias Sociaes e Politicas da Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras da Universidade de São Paulo, ou qualquer outro instituto similar, devidamente officializado.

Paragrapho unico — Poderão ser contractados, na falta de technicos nacionaes, pelo praso maximo de

tres annos, technicos estrangeiros que tenham seguido cursos especializados.

Art. 68 — A "Revista do Archivo Municipal de S. Paulo" passará a ser órgão do Departamento de Cultura e de Recreação, para o que soffrerá as necessarias transformações.

Art. 69 — A publicação da Revista do Departamento compete á Divisão de Documentação Historica e Social; será o Director dessa Revista o Director do Departamento, cabendo o lugar de redactor-secretario ao chefe da Divisão.

§ 1.º — Para o cargo de chefe da Secção de Documentação Historica só poderá ser nomeado um historiador ou investigador de historia, tendo preferencia o candidato que fôr, pelo menos, licenciado em Historia e Geographia pela Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras da Universidade de São Paulo.

§ 2.º — E' condição indispensavel á nomeação para o cargo de chefe da Secção de Pesquisas e Documentação Social ter feito o candidato curso no Instituto de Educação, com estagio no respectivo Centro de Pesquisas Sociaes ou ter-se diplomado em Sciencias Sociaes e Politicas pela Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras de Universidade de São Paulo.

Art. 70 — O primeiro provimento dos cargos do Departamento de Cultura e Recreação será feito livremente pelo Prefeito, com nomeação, contracto ou aproveitamento dos actuaes funcionarios municipaes.

Art. 71 — As despesas com a execução deste Acto, inclusive folhas de pagamento do pessoal correrão por conta da verba citada no art. 7.º da Lei Orçamentaria de 1933, consoante o estatuido nos artigos 148 e 156 da Constituição Federal.

Art. 72 — A Secção de Divertimentos Publicos terá o regime de trabalho estabelecido no art. 6.º do Acto n. 774, de 16 de janeiro de 1935, na forma do parágrafo 5.º do art. 3.º do presente Acto.

Art. 73 — Este Acto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura do Municipio de São Paulo, 30 de maio de 1935, 382.º da fundação de S. Paulo.

O Prefeito,
Fabio da S. Prado.

O Director do Departamento do
Expediente e do Pessoal,
Alvaro Martins Ferreira.

ACTO N. 862, de 30 de Maio de 1935

*Providencia o provimento dos cargos
do Departamento de Cultura e de Re-
creação.*

O Prefeito do Municipio de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e nos termos do art. 70 do Acto n. 861 desta data,

Resolve:

Art. 1.º — O quadro do pessoal do Departamento de Cultura e de Recreação fica assim constituído:

Director do Departamento (artigos 2.º e 3.º do Acto n. 768, de 10 de janeiro de 1935) — Mario de Andrade.

Chefes de Divisão:

Expansão Cultural — Mario de Andrade.

Bibliothecas — Eurico de Goes.

Educação e Recreios — Nicanor Miranda.

Documentação Social e Historica — Sergio Milliet da C. e Silva.

Chefes de Secção:

Theatros e Cinemas — Paulo Ribeiro Magalhães.

2.ª Secção da Bibliotheca Municipal — Jacyntho Caceres Teixeira e Silva.

Divertimentos Publicos — Amador Florence.

Documentação Historica — Benevenuto Sant'Anna.

Documentação Social — Bruno Rudolfer.

Auxiliar da Chefia da Bibliotheca Municipal —
Ciro Christiano de Souza.

Technico de Pesquisas Sociaes — Samuel Lowrie
(contractado).

*Encarregados da 1.ª Secção da Bibliotheca Muni-
cipal:*

Item "a" (catalogação, fichario e archivo) — Fran-
cisco José Almeida de Azevedo.

Item "b" (consultas, referencias, bibliographias e
traducções) — Braulio Prego.

Item "c" (revistas e jornaes) — Nelson Mello.

Item "d" (Bibliotheca infantil) — Lenira Camargo
Fracarolli.

Item "f" (gravuras, documentos, manuscriptos e
mappas) — Afra de Lima.

Agente Fiscal de Theatros e Cinemas — Herbert
Costa.

Paleographo da Secção de Documentação Histo-
rica — João Gabriel Sant'Anna.

Paleographo da Secção de Documentação Historica
— Cyro Ferreira Mendes.

Restaurador da Secção de Documentação Histori-
ca — Edith Gama de Saboia e Silva.



RICARDO

Estado de Im Parque Infantil
em São Paulo

Sub-Preletura de São Paulo

TYP. DAS FLORES
FRANCISCO SALVATORE & CIA.
Rua Sílvia Martins, 16 - Telap. 2-4512
SAO PAULO

79
M6

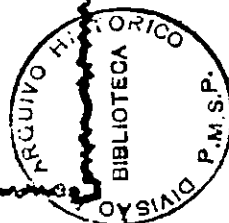
NICANOR MIRANDA
(DO DEPARTAMENTO DE CULTURA)

Homenagem
da
Sub-Prefeitura
de
Santo Amaro
O significado de um Parque Infantil
em Santo Amaro

Publicação da Sub-Prefeitura de Santo Amaro

— SÃO PAULO —
1938

02553



11.068
44-1

199. 068
11/04/44
exc. 2

A presente palestra foi realizada aos 16 de janeiro de 1938, por ocasião do festival comemorativo da inauguração do Parque Infantil de Santo Amaro, no Cine São Francisco, daquela localidade.

O programa desse festival foi o seguinte:

1. "Costumes de Santo Amaro" (Fita nacional sobre os costumes locais, há 15 annos).
2. Conferência pelo Dr. Nicanor Miranda, do Departamento de Cultura, sobre "O significado de um Parque Infantil em Santo Amaro".
3. "Parques Infantis de S. Paulo" (Fita nacional, produção da Rossi-Rex Film, sob a direcção do conferencista).

4 - nota exta
exta
exta

APRESENTAÇÃO PELO ENGENHEIRO AMÉ-
RICO CARVALHO RAMOS, SUB-PREFEITO
DE SANTO AMARO.

Minhas senhoras.

Meus senhores.

*Tenho o prazer de apresentar-vos o Dr. Nicanor Mi-
randa que irá dissertar sobre "O significado de um Parque
Infantil em Santo Amaro".*

*O ilustre conferencista é um nome já bastante conhe-
cido no país e no estrangeiro. Os seus trabalhos sobre edu-
cação e recreio são numerosos e notáveis. Basta o film que
ídes apreciar para julgar-se do valor de suas actividades.
Não preciso, portanto, prender a vossa atenção procurando
dizer-vos da personalidade do Dr. Nicanor Miranda.*

*Quero, apenas, fazer sentir aqui o extraordinário traba-
lho que vem desenvolvendo em S. Paulo o novel Departa-
mento de Cultura, incontestavelmente, uma das maiores
criações da fecunda administração do Prefeito Fábio Prado.*

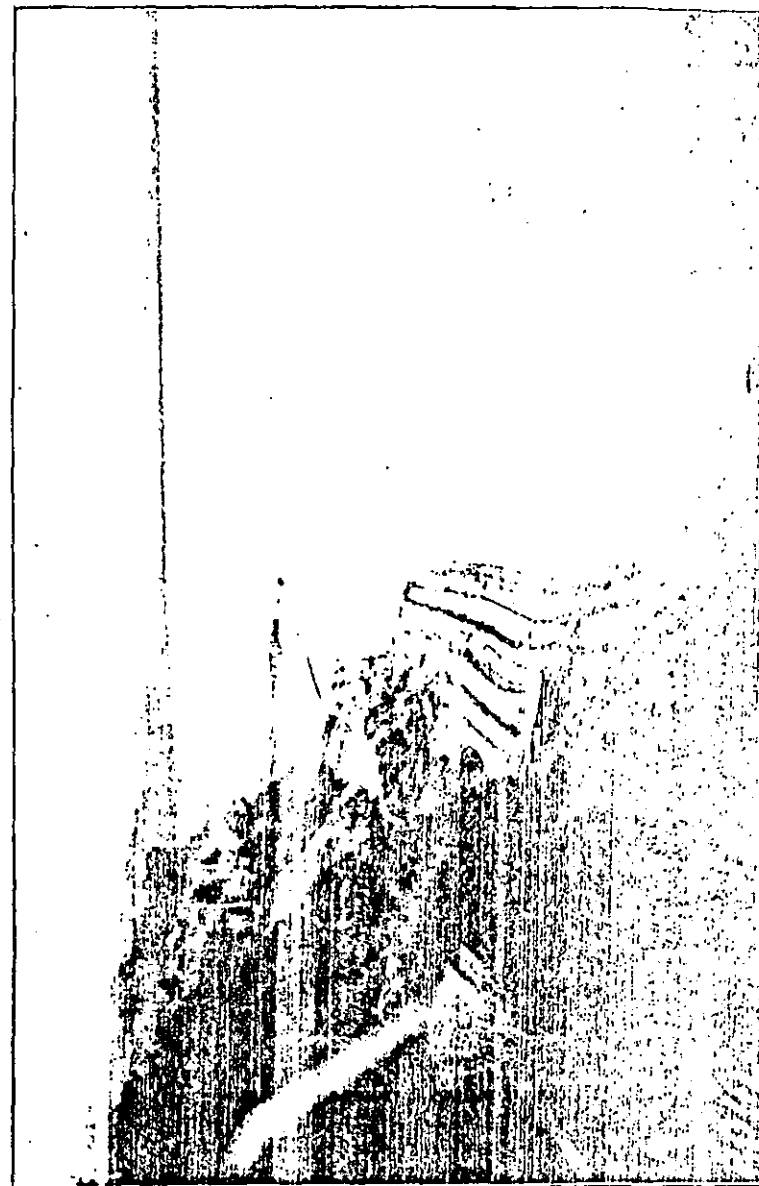
A civilização de um povo não se mede sómente pelo seu progresso material. Muito pelo contrario, ela é, principalmente, proporcional ao seu grau de cultura. A função, portanto, desse Departamento é altamente civilizadora, de extraordinario valor social.

Pois bem. Esse Departamento, com uma organização perfeita e que tem á sua testa um nome como Mario de Andrade, vai começar as suas actividades em Santo Amaro.

O pequeno Parque Infantil, iniciado pelo ilustre Prefeito Dr. Francisco de Godoy, foi terminado pela Sub-Prefeitura sob a orientação técnica da Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura. Ele será entregue a todas as crianças santamarenses dentro de poucos dias. Terão aí os seus divertimentos sabiamente dirigidos, a sua saúde e desenvolvimento físico, moral e intelectual perfeitamente controlados por técnicos especializados sob a direção de Nicanor Miranda.

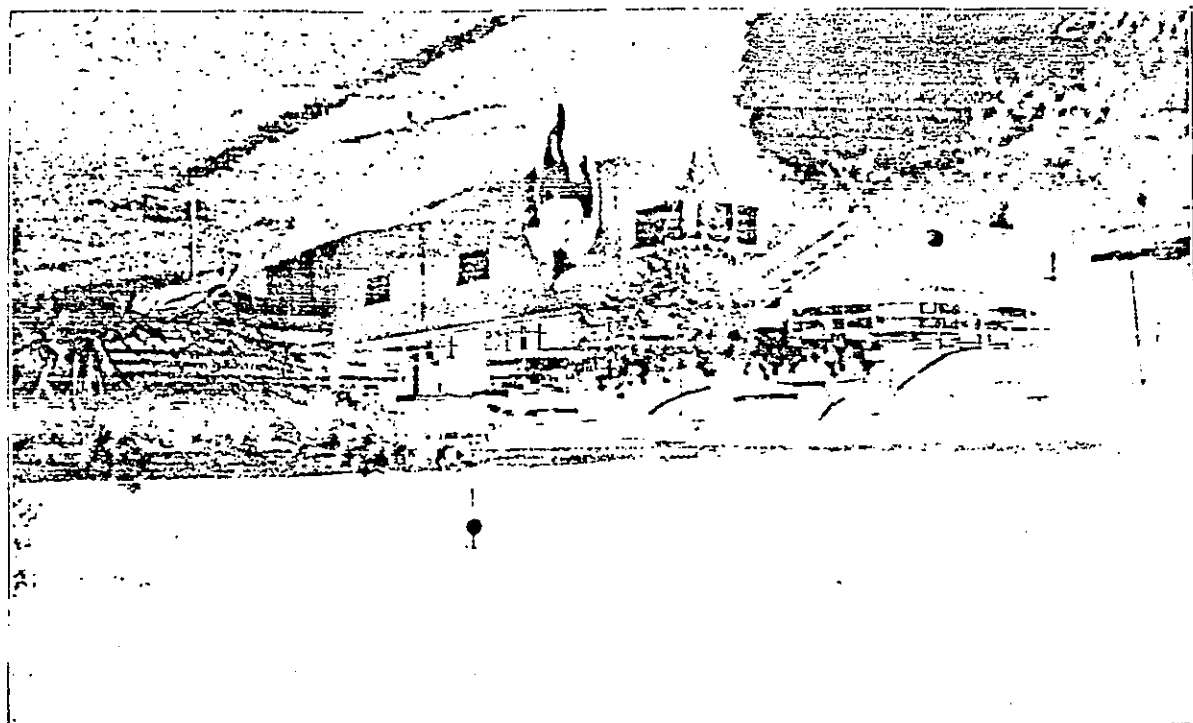
Agradecendo a todos vós o comparecimento a esta reunião, quero, especialmente, manifestar a minha gratidão ao Clube Bandeirante de Santo Amaro pelo seu valioso auxilio na organização desta conferência.

Passo a palavra ao Dr. Nicanor Miranda.



Visão da represa velha

Clubes de hiatismo



PREÂMBULO

Sessenta anos após o descobrimento do Brasil, José de Anchieta, uma das figuras mais impressionantes e admiráveis da nossa história, começou a dirigir uma povoação constituída de um aldeamento de indígenas guaianazes, denominado Ibirapuéra. João Pais e sua mulher Suzana Rodrigues, vindos de Portugal com Martin Afonso de Souza, ali erigiram, sob a invocação de Santo Amaro, uma capela. Para a nova povoação começaram a afluir moradores e dos documentos oficiais consta que a igreja teve princípio em 1686, sendo capelão o padre João de Pontes, irmão do padre Belchior de Pontes.

Quase trezentos anos mais tarde, em 10 de julho de 1832, a povoação foi elevada a vila e cem anos depois anexada ao município de São Paulo (1).

O pequeno núcleo de guaianazes cresceu obedecendo às leis da aglomeração. Melhoramentos materiais como iluminação, transportes, estradas, surgiram com o correr dos tempos e tudo parece indicar que o destino de Santo Amaro será grandioso como centro de recreação e de repouso da população paulistana.

Uma linda reprêsa referta de clubes de velejamento, hialismo, remo, natção, lindos parques marginais, campos de esporte e de jogos, terrenos de acampamento, constituirão num futuro próximo o mais aprazível logradouro público de São Paulo.

(1) Egas, "Municípios Paulistas", vol. II, pag. 1697.

Mas um dia os governantes lembraram-se, com carinho, da criança. Se tudo que existe e se projeta visa principalmente as gerações adultas, porque não organizar um serviço público que cuide da criança de hoje, cidadão de amanhã, colaborador eficiente da grandeza de São Paulo?

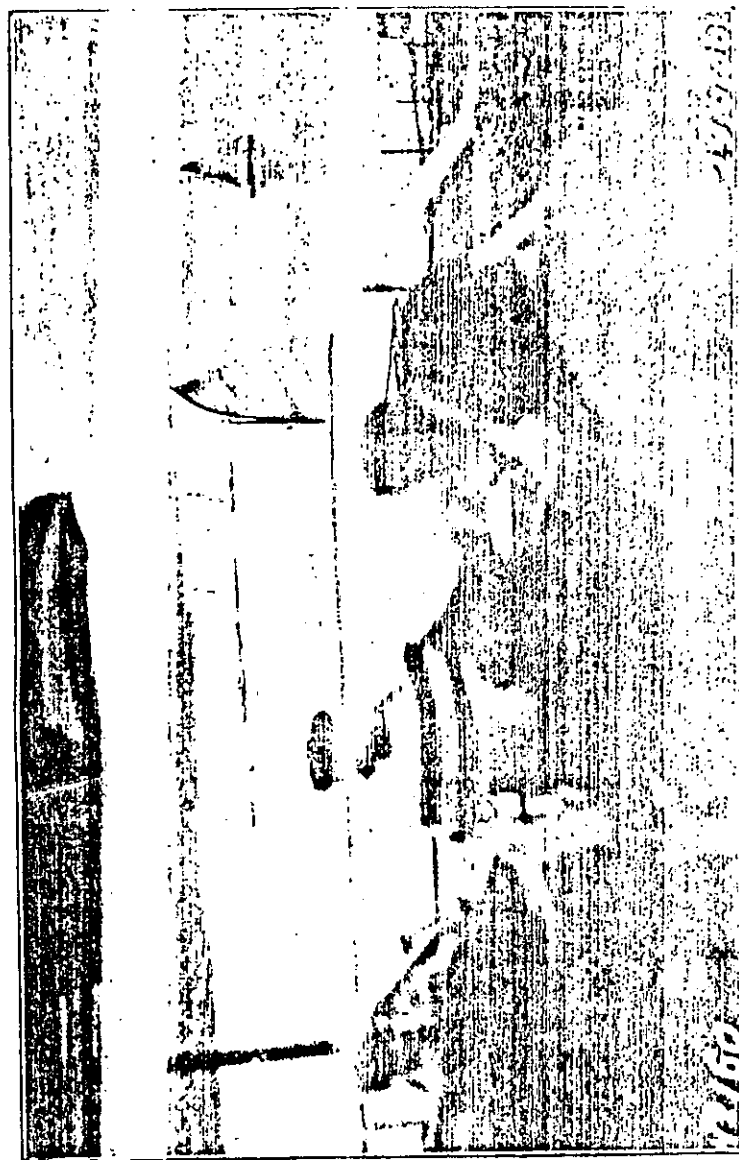
E assim foi que, do pensamento voltado para a proteção da criança santamarense, surgiu o projeto do primeiro Parque Infantil. Graças ao descortino e ao espírito de administrador do Dr. Americo de Carvalho Ramos, deve-se em boa parte essa iniciativa.

Até hoje os melhoramentos realizados tinham, embora de beneficio coletivo, um caráter material. O Parque Infantil constitui a primeira melhoria de natureza estritamente social.

Nessas condições seria de convir que, sobre ele, viesse alguém dizer-vos algumas palavras. A circunstância das nossas funções fez com que esse alguém fôssemos nós. Por isso aqui estamos para conversar convosco sobre o valor social dos Parques Infantis.

O nosso objetivo é claro: procurar esclarecer-vos sobre uma instituição recomendada pelos mais eminentes sociólogos, médicos e educadores contemporâneos e experimentada por algumas das nações mais civilizadas do globo.

Queremos nesta primeira fase a vossa compreensão. E na segunda, aquela que irá da inauguração dos serviços aos tempos futuros, a vossa colaboração. A criança de hoje é o cidadão de amanhã. Mas os cidadãos de amanhã são, antes do mais, vossos filhos! Colaborando na felicidade dos vossos filhos estais contribuindo acima de tudo, para a grandeza da Pátria!



Clubes de velejamento

A VIDA DAS CIDADES

Conhecida é a origem das cidades. Alguns homens, inspirados no ideal de conquista e dominados pelo espírito de aventura — esse eterno e inquieto companheiro do homem — abandonam o seu torrão natal e partem em busca de ignotas terras. Antevendo no horizonte do caminho a realidade das ambições sonhadas e deixando para trás o fardo dos desenganos perlustram a estrada da nova vida promissora.

Chegados que são a recanto ameno e inexplorado onde haja terra fértil e um veio d'água, aí pousam. Constróem a sua morada. E outros homens animados do mesmo ideal e nutrindo os mesmos sonhos vão chegando. E decorridos algumas dezenas de anos, o que era apenas esbôço de aldeia passa a ser uma cidade.

E a cidade cresce. Surgem construções. Os terrenos vão escasseando, o perímetro urbano vai se limitando, os edifícios novos, os arranha-ceus e os prédios de apartamento vão brotando na terra nova. A população condensa-se, o trânsito começa a congestionar-se.

E tudo isso vai condenando as crianças e os munícipes a ficar sem áreas livres, sem ar puro, sem espaços verdes, elementos imprescindíveis para o seu sistema recreativo,

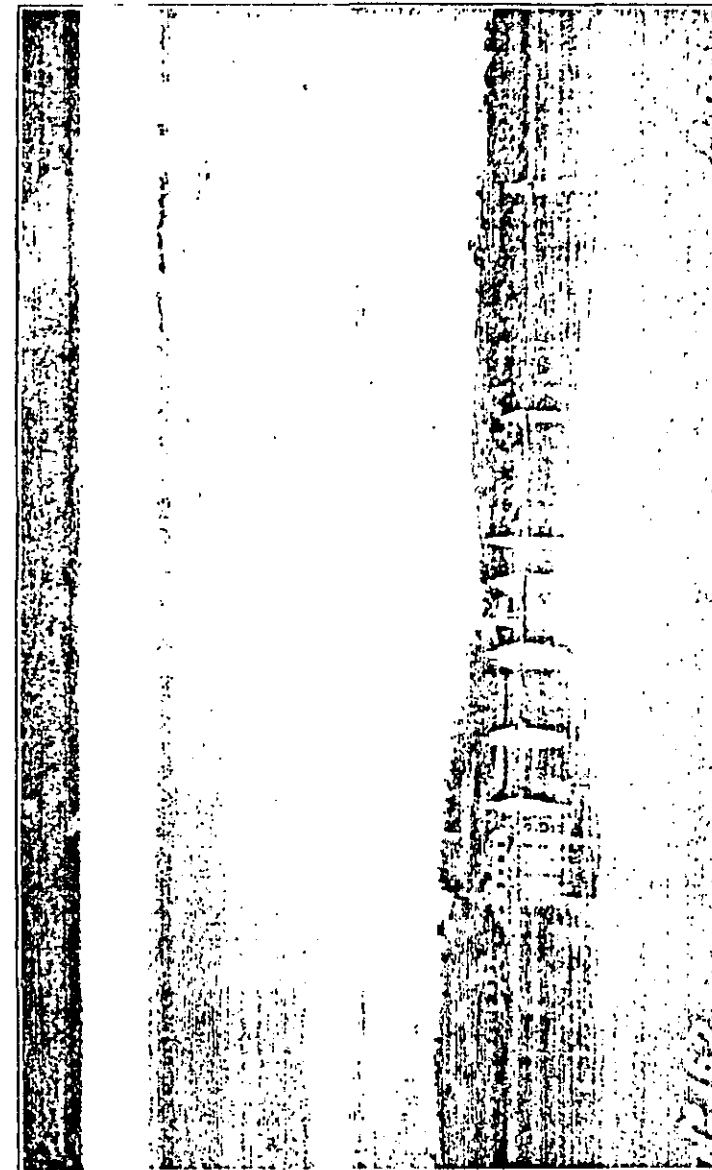
parte integrante de uma organização municipal á altura da civilização contemporânea.

Variadas a proporção, a época, as regiões, quase todas as cidades nascem, crescem e se desenvolvem obedecendo ás mesmas leis do urbanismo.

Mas a cidade cresce e... cria problemas.

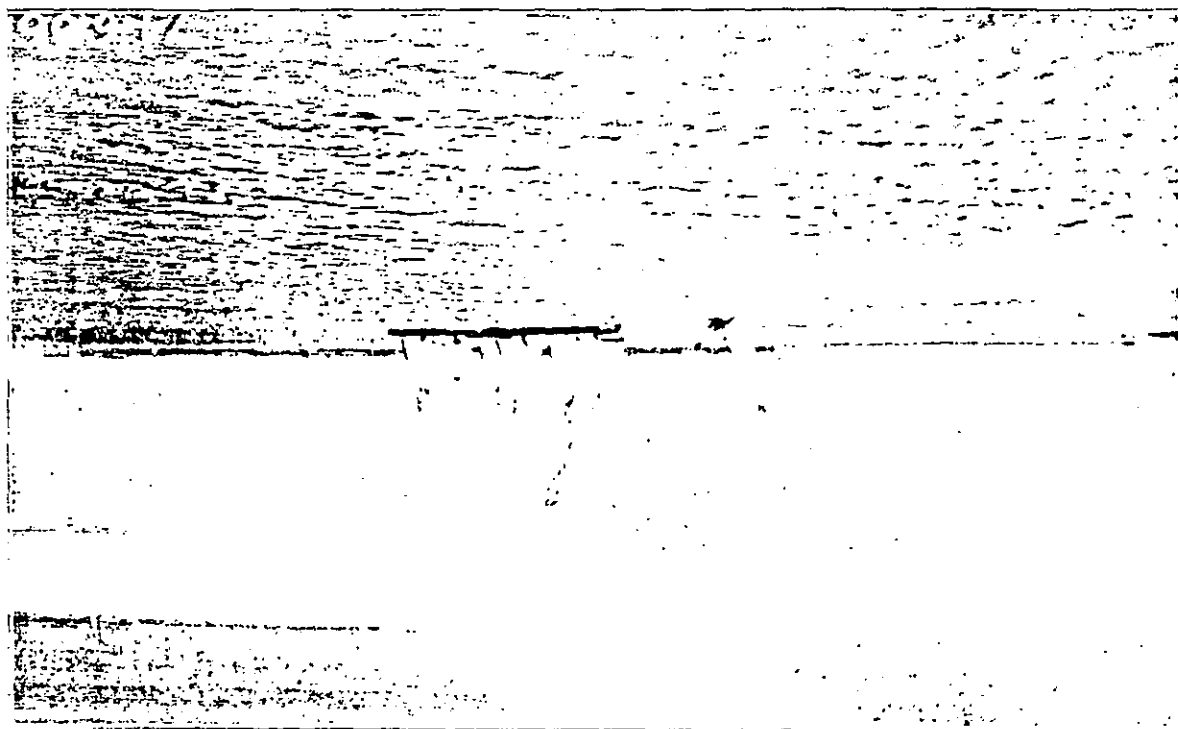
Aos urbanistas compete resolvê-los, dentro do plano da cidade, pois urbanismo nada mais é que "a arte de criar as cidades, dirigi-las, organizar o seu desenvolvimento e o seu embelezamento".

E eis que em dado momento da vida das cidades os urbanistas têm os olhos voltados para este fato: as crianças não tendo jardins, quintais, parques onde brincar e jogar, vão brincar no unico espaço que lhes resta — a rua!



Voleiros

Velociraptor



O Lar, a Escola e a Rua

A casa, a escola, a rua, são os lugares em que vive habitualmente a criança. Analisemos rapidamente estes três aspectos da vida infantil.

Em casa os pais têm os seus afazeres e não podem dedicar aos filhos o tempo de que necessitam. Na maioria dos casos, os pais trabalham ou saem e os filhos ficam privados de receber os cuidados que merecem.

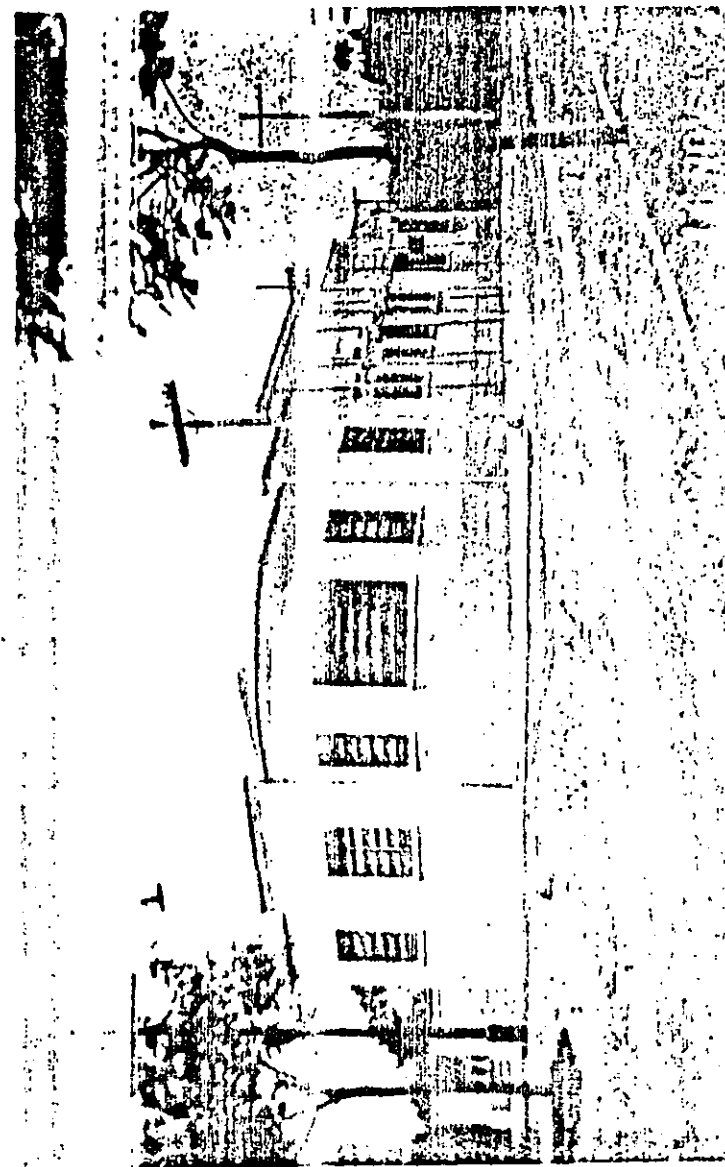
A conclusão é clara: as crianças ficam virtualmente abandonadas ou entregues aos cuidados de pessoas sem preparação suficiente para educá-las.

A rua é o meio nocivo por excelência. Ao contacto de companheiros viciados, adquirindo máus hábitos, perturbando vizinhos, intranquilizando os adultos, a rua é a criadora de tendências anti-sociais, a geradora da criminalidade infantil. Começando por surripiar uma fruta, passa o garoto rucho a furtar peças de automovel, roupas, objectos de valor e dinheiro. Eis o criminoso infantil, adolescente e adulto.

Na rua a criança está sujeita a toda a sorte de perigos físicos e morais. O acidente é um deles. Em todas as cidades do mundo procuram-se meios para evitar acidentes com a infância. Lembremos o que acontece na Inglaterra e que é, variadas algumas circunstâncias, o mesmo que sucede em todas as cidades do globo. De trinta anos para cá triplicou o numero de mortes de crianças. No ano de 1935 fôram mais de 1.200. Em Londres para cada quarenta crianças, uma sofre um desastre durante os anos de sua vida escolar. É segundo a opinião de muitos, inclusive dos mais notaveis órgãos da imprensa daquela cidade, uma das unicas soluções que se apresentam é a criação de Parques Infantis.

Temos ainda a escola, complemento necessário e indispensavel ao lar. Mas a escola, numa civilização em perpetua mudança como a nossa, tem graves e inúmeros defeitos. Resumimos aqui a segura e admiravel análise que dela faz o insigne educador argentino Professor Ernesto Nelson:

A escola é o lugar onde a criança tem que ficar sentada, bem quietinha, quatro horas por dia e nove meses por ano, absorvendo abstrações e sem a prática da experimentação. Tudo se passa como se o interesse da criança gravitasse em torno de livros, silêncio, passividade, inatividade. A escola é ainda individualista, na época em que vivemos, não se propondo a ensinar cooperação, iniciativa, auto-direção ou a arte de fazer amigos e dirigir os outros. Violando as leis do crescimento físico e psíquico, prepara homens sem ini-



Fachada da sede do Parque Infantil

passiva, sem originalidade, sem vontade, sem ideias. Forma braços e corações delis, braços e pernas macilentos e debilitados, gerando na criança uma anemia e uma constituição acanhada e incompleta.

Esquecem-se que o objetivo da escola não é formar sábios e sim homens e mulheres fortes, bem constituídos, bem equilibrados, capazes de sustentar o peso do trabalho e afrontar a luta pela vida numa civilização complexa como a nossa.

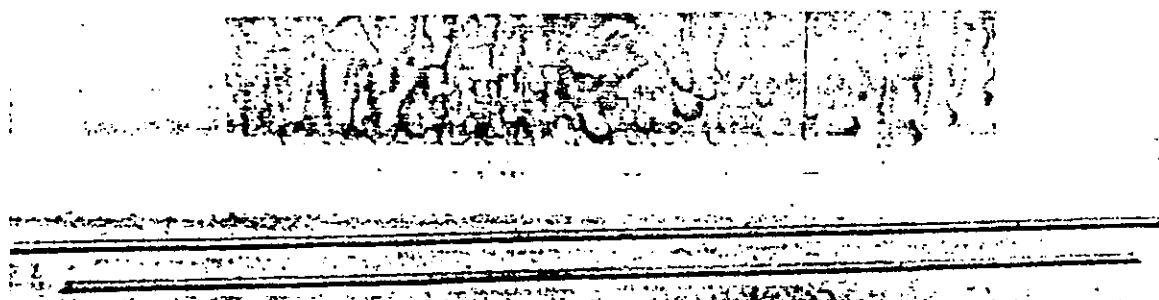
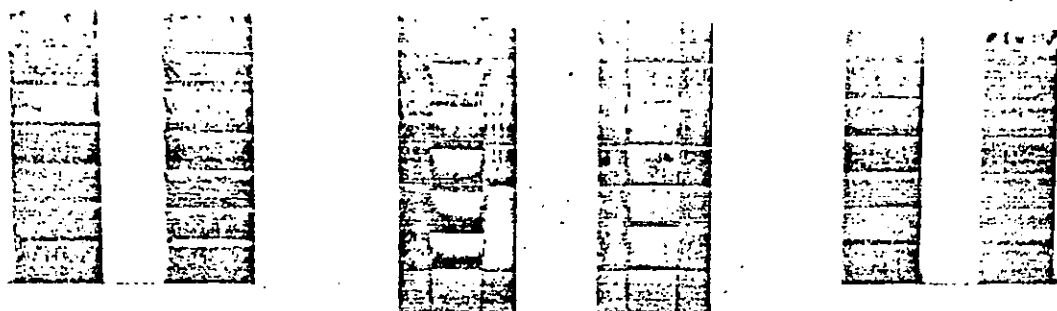
Ao invés de respeitar o corpo e deixar a mente cuidar de si mesma, respeitamos a mente e descuidamos do corpo. Ambas as atitudes são erradas, mas não podemos deixar de reconhecer esta verdade tão simples: o físico serve de base ao mental e este último não deve ser desenvolvido em prejuízo do primeiro.

A escola não é, pois, o sistema ideal de cultura infantil. Um outro sistema precisa, não diremos substituí-la, mas completá-la. Um sistema que tome a criança como ela é, e a nossa complexa civilização como ela é, harmonizando os dois fatos de uma maneira científica e ao mesmo tempo humana.

Esse sistema é o Parque Infantil (1).

(1) Boletim do Instituto Internacional Americano de Protecção à Infância - Montevideo. Año VI, N.º 1, Julio 1932.

"Affresco" do pintor A. Gomide standalizando as atividades de um Parque Infantil



A Origem do Parque Infantil

Nos fins do século XVIII, três eminentes educadores, Froebel, Pestalozzi e Fichte, procuravam descobrir um sistema que pudesse trazer nova luz sobre o problema da educação.

Pestalozzi, suíço, sustentava que as crianças deviam ficar inteiramente entregues às mães. Fichte, filósofo e pensador alemão, opinava que as crianças deviam ser entregues ao Estado que lhes ministraria os cuidados precisos.

Foi quando surgiu o espírito genial de Froebel, procurando a reconciliação de dois termos opostos e afirmando que a criança pertence tanto à família como ao Estado; que ela deve passar algumas horas do dia fora do lar, numa comunidade infantil, entretendo-se aí com atividades organizadas.

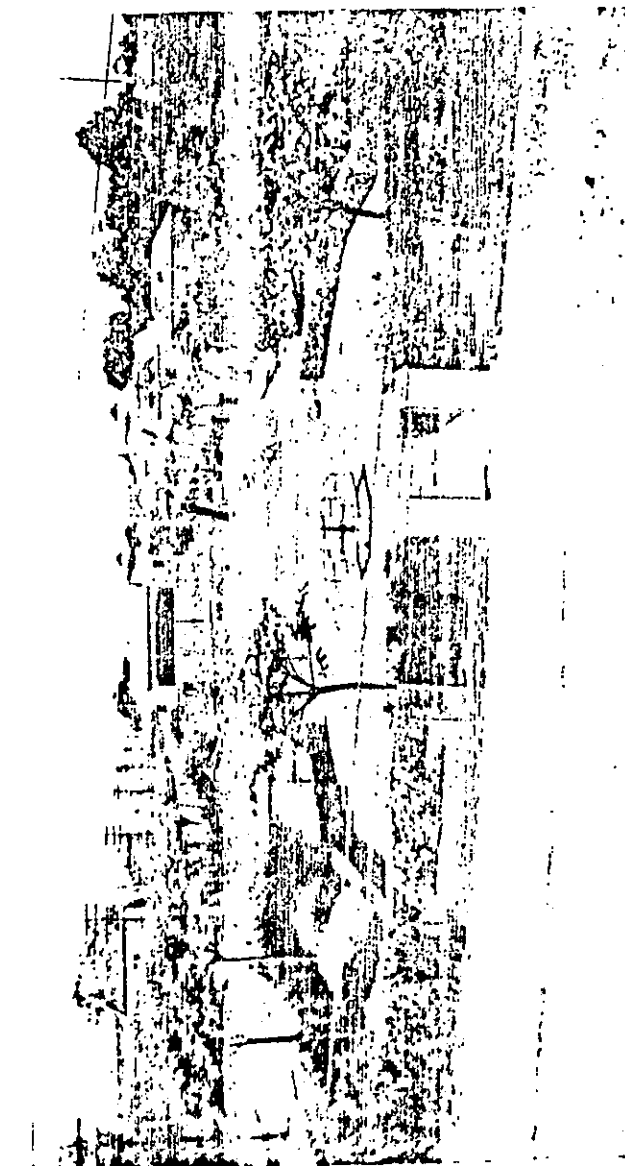
Esses logradouros não seriam escolas, pois de três a sete anos a criança não estaria suficientemente crescida para ir à escola e por isso chamou-os "Jardins da Infância". O objetivo deste é "proporcionar à criança uma ocupação de acordo com a sua própria natureza, robustecer o seu corpo, exercitar os seus sentidos, estimular o seu espírito que começa a despertar, fazê-la conhecer pelos sentidos a natureza e o próximo; orientar principalmente o coração e as paixões, guiar estas no sentido original da vida, unindo as crianças entre si". ("Paedagogik der Kindergarten").

No Jardim da Infância a atividade da criança é brincar. As ocupações, que aparentemente não constituem objecto de prazer visam uma determinada finalidade educativa, previamente estabelecida.

Froebel inventou uma série de ocupações, na maioria jogos, nos quais chamou "dons": bolas, cubos, quadrados, pausinhos, pranchetas, etc. Com o correr do tempo outras atividades se lhes ajuntaram — como modelagem de argila, corte e tecelagem de papel, desenho na areia.

Em 1885, o taboleiro de areia era uma atividade bastante conhecida para as crianças da Alemanha. Visitando esse país, nessa época, Maria Zakerzewska, médica americana, observou-o com acentuado interesse e sugeriu a uma sociedade filantrópica de Boston, nos Estados-Unidos, que localizasse em um jardim público daquela cidade, um taboleiro de areia. A sugestão foi aceita e o primeiro taboleiro de areia foi instalado. Em 1886 havia três, e estes foram os primeiros "parques infantis" dos Estados-Unidos. Com o correr do tempo lembrou-se de estender o benefício do brinquedo às crianças mais crescidas, num espaço maior, num pequeno campo. A ideia foi vencedora. Os resultados e os benefícios dessa instituição ultrapassaram de tal forma a expectativa que pelas ultimas estatísticas o número de parques de jogos nos Estados-Unidos atinge a 9.540!

A Alemanha também continuou a sua obra. E no ano passado quando lá estivemos, havia só em Berlim, recantos de jogos para crianças, em todos os 236 campos de esportes daquela cidade.



Vista geral do Parque Infantil

Não nos queremos alongar citando-vos estatísticas e números. Mas lembraremos incidentalmente que essa instituição existe e funciona com reais benefícios para a criança na Inglaterra, na Áustria, na Bélgica, na França, na Holanda, na Tchecoslováquia, na Argentina, no Uruguái, no Chile e em muitos outros países.

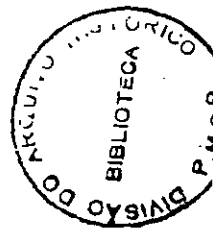
São Paulo conta presentemente quatro Parques Infantís, aparelhados e organizados. Na capital do país funciona um Centro de Recreio em Copacabana e em treze praças da capital do Rio Grande do Sul fôram colocados aparelhos de recreio para as crianças portoalegrenses.

Mas nada vos poderia dar, segundo o nosso modo de vêr, uma idea mais clara do valôr de um Parque Infantil, que um resumo do que o Departamento de Cultura realizou até esta data, na sua vida de apenas dois anos e meio. E' o que vamos contar-vos em fórmula abreviada.

Vista parcial do Parque Infantil



02558



Parques Infantis de São Paulo

Em princípios de 1935 o Prefeito Fábio Prado criava o Serviço de Parques Infantis, convidando-nos para organizá-los e dirigí-los. Franquiava às crianças os Parques da Lapa e do Ipiranga e oficializava o Pedro II.

Os Parques eram, então, campos de jogos, com abrigos, galpões e aparelhos de recreio. Eles viriam a ser aquilo que idealizámos num conceito nosso: *logradouros públicos onde, pela recreação e pelo jogo organizado, se procura educar a criança, ministrando-lhe simultaneamente toda a assistência necessária.*

Baseados nessa concepção, atribuímos aos Parques Infantis uma triplíce finalidade: assistir, educar e recrear, dando-lhes uma organização própria, de acôrdo com o nosso meio, com a nossa gente, mas principalmente de acôrdo com as necessidades reais da criança.

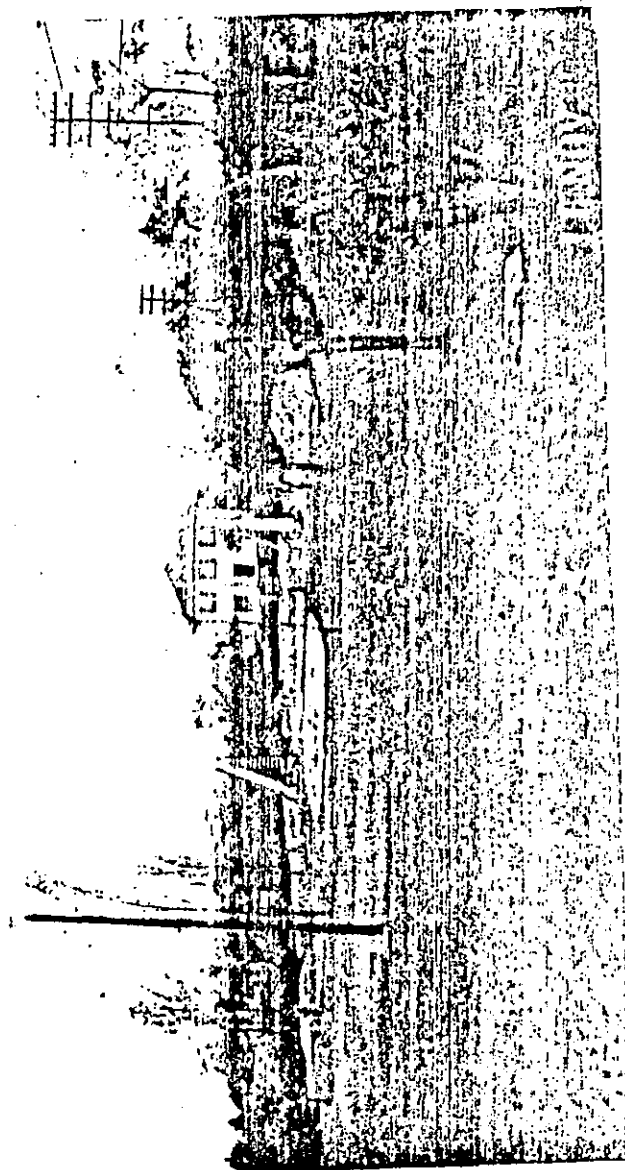
A experiência de poucos meses foi suficiente para concluir-se que a "mais imediata" precisão da criança era "ser assistida". Assim organizámos a assistência, dividindo-a em médica, dentária e alimentar.

A primeira, velando pela saúde da criança; investigando as condições higiênicas do seu meio; encaminhando-a para clínicas especializadas; fichando-a; convidando os pais para informarem sobre o regime de vida dos filhos e cientificando-lhes do seu estado de saúde; distribuindo medicamentos gratuitos àqueles que não podem adquiri-los.

Instituído o serviço de Educadoras-Sanitárias, receberam esses trabalhos sensível impulso e até meados do ano passado havíamos feito, metódicamente, 1.600 fichamentos completos, 2.100 exames, 3.000 curativos, 2.700 injeções, 61 tratamentos especializados, centenas de vacinações, além da distribuição gratuita de 2.500 medicamentos.

A assistência dentária também processou-se regularmente e na impossibilidade de dispor atualmente de consultório nos Parques Infantis, encaminhamos frequentemente à clínica dentária do Hospital Municipal os necessitados de tratamento.

Uma atenção especial é dada à assistência alimentar, pois cuidadosa pesquisa mostrou que 60% das crianças são desnutridas. Este problema afigura-se delicado, pois, sendo a educação física e os jogos uma das principais atividades do nosso programa, poderia suceder que as crianças deficientemente alimentadas ao invés de receber benefícios, sofressem prejuízos. Por isso foi instituída a merenda diária, com fornecimento de frutas, doces, pão, queijo e leite, atingindo ôste a 30.000 copos mensais.



Vista parcial do campo

A segunda finalidade é educar, e a educação nos Parques visa o desenvolvimento físico, intelectual e social. Educação física, jogos, torneios, biblioteca, jornais e clubes resumem os processos utilizados para integrar a criança de hoje na comunidade de amanhã.

Intimamente ligada à educação, diferente apenas no "processus" mas semelhante nos objetivos, está a recreação com o seu programa de música, teatro, coral, desenho, carpintaria, marcenaria, modelagem, bordado, tricô, costuras, festivais e excursões educativas.

Mas nos Parques as crianças também "trabalham". São elas que organizam os clubes, que dirigem os jornais, que ilustram os programas das festas, que confeccionam brinquedos e materiais de jogos, que elegem bibliotecários, capitães, redatores de jornais, que ajudam a armar e instalar os pequenos palcos onde realizam as suas representações teatrais.

Na impossibilidade de analisar todas as atividades da criança diremos apenas duas palavras sobre algumas.

Os jornais infantis têm merecido as mais fisonheiras referências. Ainda no ano passado recebemos do saudoso e eminente americano, Joseph Lee, Presidente da Associação Nacional de Recreação dos Estados-Unidos, e indiscutível-

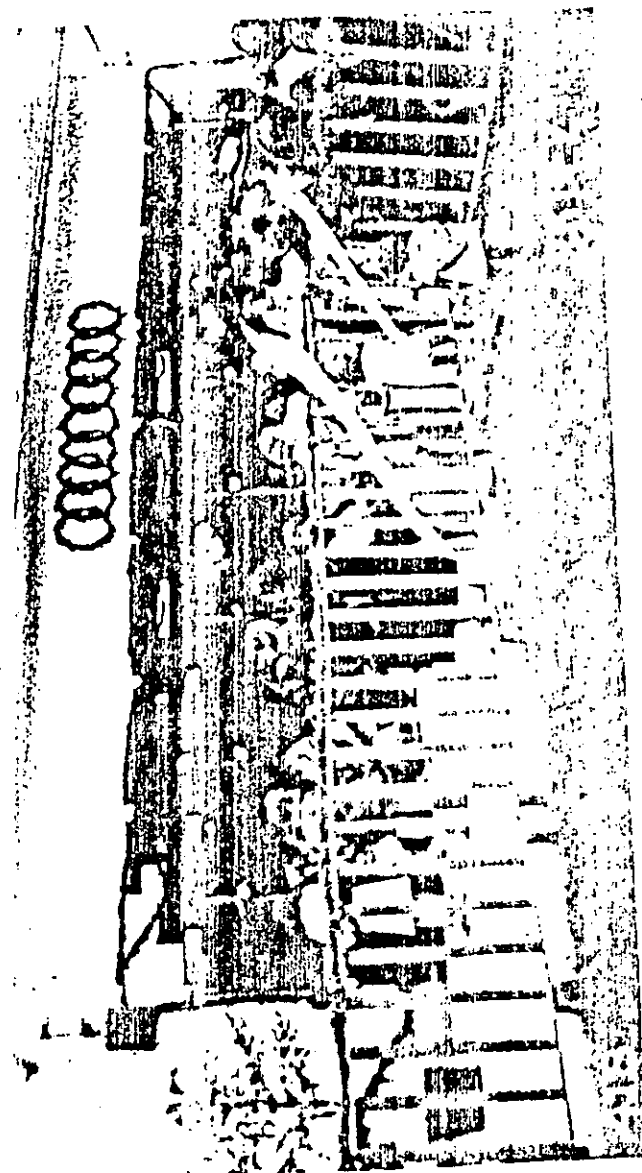
mente a maior figura mundial da recreação, uma carta na qual nos dizia:

“Os jornaisinhos feitos pelas crianças são muito interessantes e demonstram não apenas as habilidades artísticas infantis, mas também a eficiência dos organizadores que tornam possíveis tais realizações literárias e artísticas no Parque Infantil.

Estes simples trabalhos demonstram muita imaginação e uma considerável capacidade criadora. Eles não constituem somente uma forma sadia de recreação, mas desenvolvem também uma apreciação artística e literária que trará alegria a muitas crianças no decorrer dos anos futuros”.

Os jornais foram ainda objeto de um estudo especial pelo Laboratório de Psicologia Aplicada do Instituto de Educação, da Universidade de São Paulo, dada a riqueza de material que oferecem.

As atividades dramáticas preocupam-nos sobretudo e a representação do bailado tradicional popular, “A Nau Catarineta”, por ocasião do Congresso da Língua Nacional Cantada, foi recebida com o maior entusiasmo por musicólogos, escritores e intelectuais que dele participaram.



Natal de 1937 no Parque Infantil

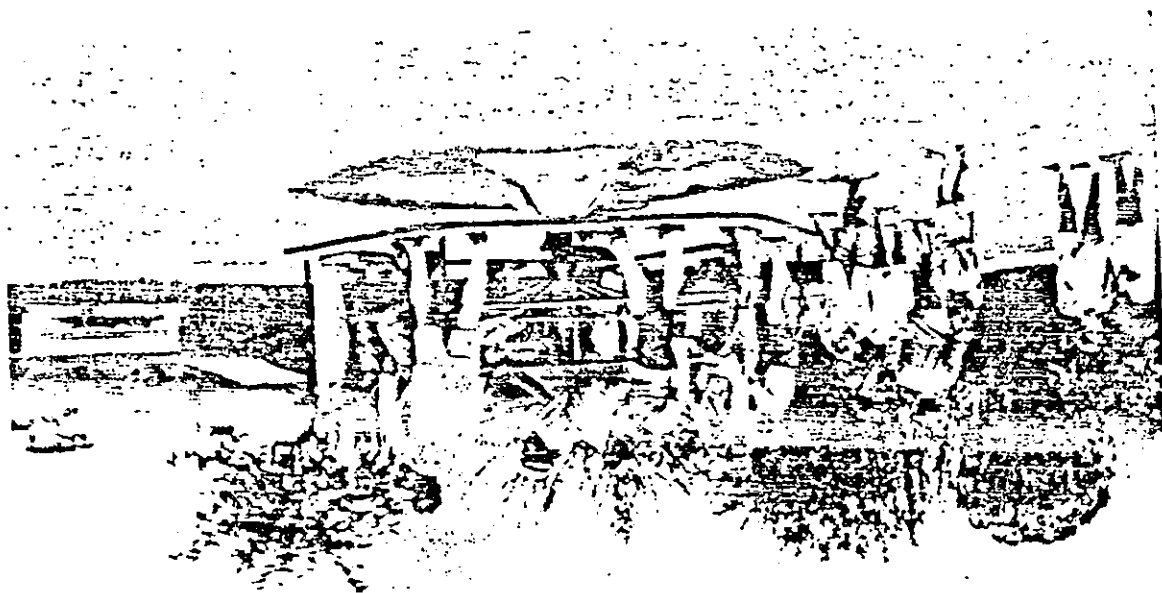
A Biblioteca Circulante com 1.000 volumes é também muito apreciada pelas crianças. Como todos os serviços, desperta ela interessantes problemas, como este, por exemplo: No Parque Infantil da Lapa, com uma frequência cinco vezes menor que a do Pedro II, o numero de consultas á Biblioteca é cinco vezes maior que neste último Parque!

A organização dos serviços tem correspondido de tal forma á expectativa dos pais e ao agrado das crianças que as estatísticas presentes demonstram que até o fim deste ano os Parques Infantis alcançarão 1.200.000 entradas!

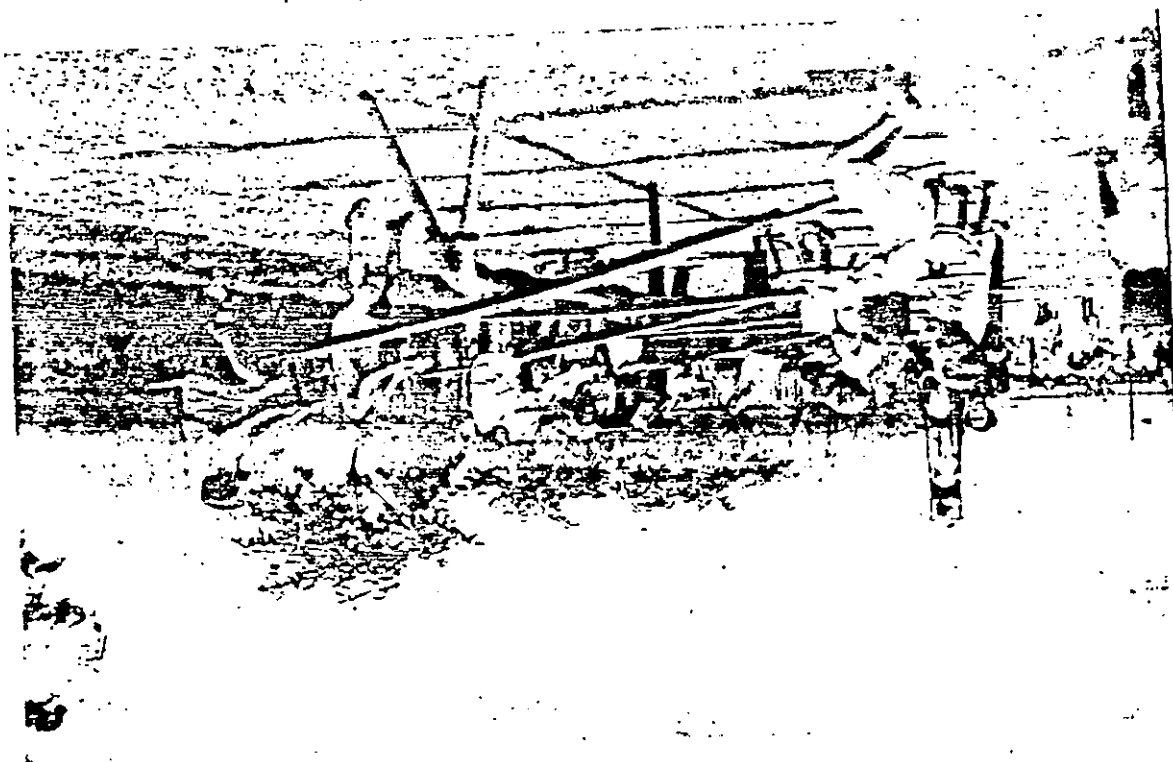
Com a criação do Departamento de Cultura, após um semestre de vida dos Parques, receberam estes, acentuado impulso pois com os recursos técnicos de que dispõe aquele organismo, alguns trabalhos de real valor científico puderam ser realizados, figurando entre eles "Vícios e defeitos na fala da criança operária" — no seu aspecto médico, fonético e pedagógico — que escrevemos em colaboração com o dr. Bueno dos Reis; "A Ascendência das crianças registradas nos Parques Infantis", estudo sociológico pelo professor Samuel Lowrie, da Universidade do Texas e da Escola de Sociologia e Política de São Paulo; "A pediculose nos Parques Infantis", "O aproveitamento físico da criança durante seis meses de frequência num Parque Infantil" e varios outros trabalhos que estão sendo ultimados.

Os Parques Infantis são assim um admiravel laboratório científico cujo campo de pesquisas e experiências se apresenta com uma extensão quase incalculavel.

Carrucel



Gangorras, deslizador, passo gigante



CONCLUSÃO

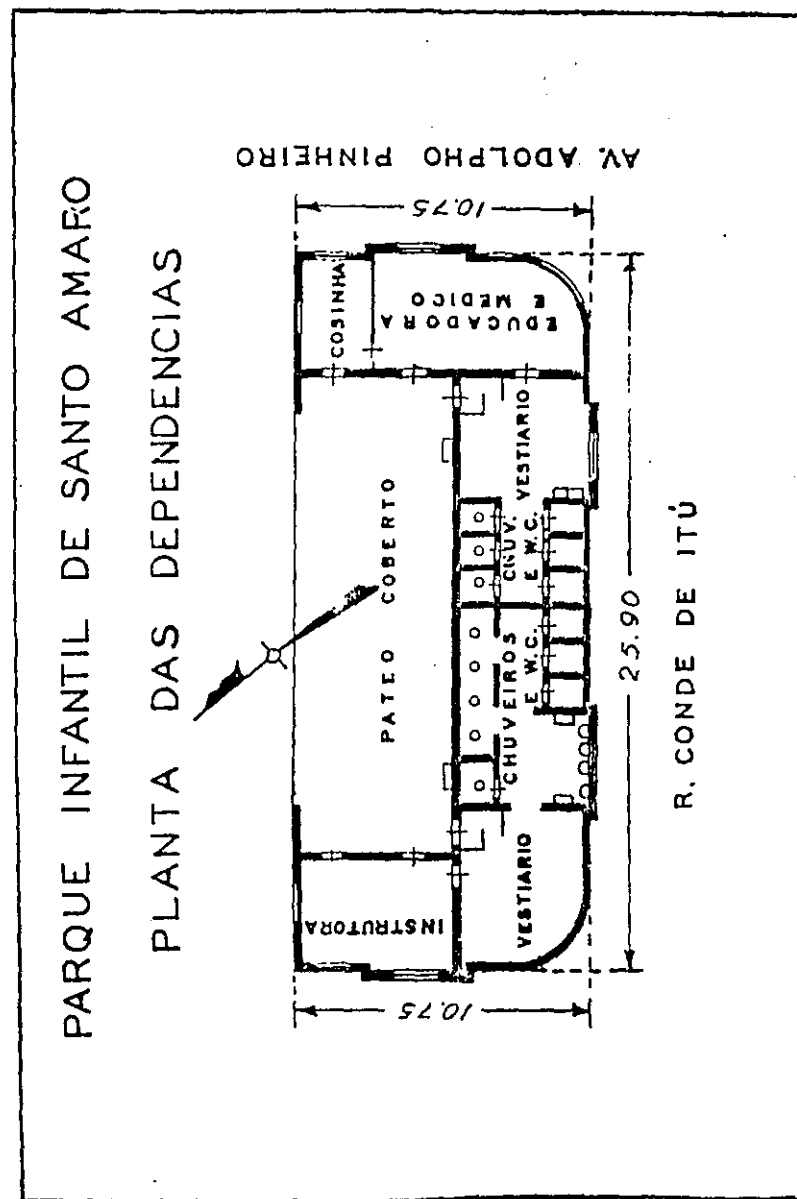
Os Parques Infantis são, em última análise, uma obra de assistência social e de educação popular. Não é possível pois separar a sua missão daquela que lhes cabe como elemento formador de um Estado que deve ser, pelo nosso julgar, essencialmente democrático.

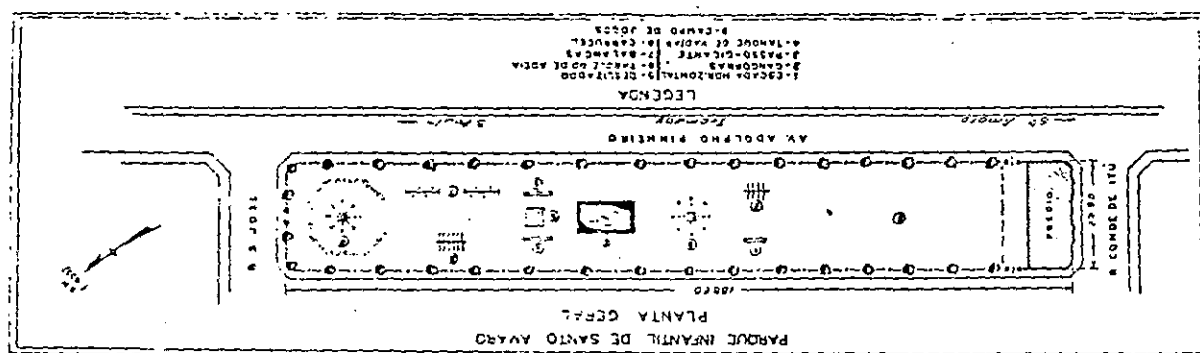
Prover os meios necessários para que os homens das novas gerações sejam dotados de aptidões para exercer funções vivas na coletividade; estimular a formação de uma consciência nacional; lutar pela realização dos ideais de uma verdadeira solidariedade humana; ter sempre presente ao espírito a obediência a princípios racionais de justiça social; êsses são os objetivos mediatos de uma educação popular que vise a supremacia da verdade e da liberdade!

Mas sem a preparação da criança tudo será simples utopia. Por isso "acostumemos a criança à lei, à norma objetiva e social para que ela cumpra voluntária e livremente com nobre e humana disciplina. Não a submetamos a arbitrariedades, a ordens absurdas e pessoais por bem intencionadas que sejam, porque então não lhe deixaremos

abertos, senão dois caminhos, igualmente penosos e prejudiciais ao seu normal desenvolvimento ético e social: o da rebeldia ou o da obediência cega, inerte e no fundo depressivamente e vil" (Barnes).

Sejam minhas ultimas palavras um apêlo a todos vós para que, coordenando esforços, estimuleis a criação de Parques Infantis. Cumprireis, assim, um sagrado dever para com vossos filhos, vivificareis um nobre e humano ideal, contribuindo com boa parcela, para a grandeza da nossa terra e o enobrecimento da nossa gente. E as gerações do porvir, recordando a vossa obra, abençoarão o vosso trabalho!







NICANOR MIRANDA

ORIGEM E PROPAGAÇÃO
DOS
PARQUES INFANTIS
E
PARQUES DE JOGOS

DEPARTAMENTO DE CULTURA
SÃO PAULO — 1941

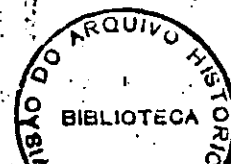
NICANOR MIRANDA

(CHEFE DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E RECREIO)

ORIGEM E PROPAGAÇÃO
DOS
PARQUES INFANTÍS
E
PARQUES DE JOGOS

DEPARTAMENTO DE CULTURA
SÃO PAULO — 1941

02551



PUBLICAÇÕES DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E RECREIO

- I — Parques Infantis (Documentação fotográfica — 1937)
- II — O significado de um Parque Infantil em Sto. Amaro — Tipografia das Flores, S. Paulo — 1938 (Nicanor Miranda)
- III — Clubes de Menores Operários (Palestra realizada no Rotary Clube de S. Paulo em 30-6-38) (Nicanor Miranda)
- IV — Vícios e defeitos na fala das crianças dos Parques Infantis de São Paulo (Anais do 1.º Congresso da Língua Nacional Cantada — Departamento de Cultura, 1937 (Drs. Nicanor Miranda e J. D. Bueno dos Reis)
- V — Legislação dos Parques Infantis (Dep. de Cultura, S. Paulo)
- VI — Recreação para a criança santista (Palestra realizada no Rotary Clube de Santos, em 12-10-38) (Nicanor Miranda)
- VII — Alguns casos de tuberculose-Reação de Pirquet e Mantoux nos Parques Infantis (Divisão de Educação e Recreio)
- VIII — O Estádio Municipal de São Paulo, in Revista do Arquivo Municipal, Vol. XXXV, (Nicanor Miranda)
- IX — Ascendência das crianças registradas nos Parques Infantis, (Departamento de Cultura, S. Paulo) (Samuel Lowrie)
- X — Natal dos Parques Infantis (uma dramatização realizada com 450 crianças, em 1938) (Departamento de Cultura, S. Paulo)
- XI — A Marujada — (Ballado tradicional popular, representado pelas crianças dos Parques Infantis) (Dep. de Cultura, S. Paulo)
- XII — O papel supremo das mães (palestra realizada na Associação Cristã de Moços de S. Paulo na comemoração do "Dia das Mães", em 10-5-1936) (Nicanor Miranda)
- XIII — O Congresso Internacional de Folclore (Separata da Revista do Arquivo Municipal — Vol. XLII) (Nicanor Miranda)
- XIV — Técnica do jogo infantil organizado (Departamento de Cultura, S. Paulo) (Nicanor Miranda)
- XV — Deficientes respiratórios nos Parques Infantis de São Paulo (Dep. de Cultura, S. Paulo, 1941) (J. D. Bueno dos Reis).
- XVI — A pediculose nos Parques Infantis (Pesquisa médica, Dep. de Cultura, S. Paulo, 1941) (J. D. Bueno dos Reis)
- XVII — Atividade Gimnástica e Atividade Lúdica (Dep. de Cultura, S. Paulo, 1941) (Nicanor Miranda)

ORIGEM E PROPAGAÇÃO DOS PARQUES INFANTIS E PARQUES DE JOGOS

ORIGEM

A história dos Parques Infantis, sua origem, evolução e propagação, não vem contada por inteiro em nenhum tratado geral ou especializado. Para conhecê-la, mister se faz jungir tópicos e tópicos de uma larga série de obras, especializadas, principalmente histórias e panoramas da educação física nos países em que o seu maior progresso se operou.

É uma inovação recente cujo tempo de vida ainda não ultrapassou o da média humana e à qual não se conferiu, por enquanto, importância proporcional ao seu valor. Alguns dos principais historiadores da educação, europeus e norte-americanos, lhe são contemporâneos. Nasceram com a instituição, mas talvez tenham achado de maior interesse, ou mais importante, escrever sobre a educação entre os gregos ou na Idade Média, levados por aquela atração que seduz a maioria dos homens, do tempo que já vai longe e se perde nas sombras impenetráveis da história da humanidade e que é mesmo apaixonante. De todas as histórias que nos contam, ouvimos ou lemos, nenhuma nos seduz tanto como a história misteriosa do homem através das peripécias, aguras, sofrimentos, prazeres e glórias, que há tantos milênios vem alternada ou simultaneamente padecendo e gozando.

790.068

MD-140

ex. 1

A história dos Parques Infantis está ligada a duas causas mais ou menos concomitantes, não no tempo mas nos efeitos. Uma causa remota e outra próxima assinalam o seu aparecimento e a sua progressiva adoção por vários países da Europa e da América. Remotamente as idéias de Froebel, próximamente as condições político-sociais da Alemanha, após a guerra franco-prussiana.

O exame da situação em que se encontrava a pedagogia no fim do século XVIII mostra claramente as tendências que se debatiam, defendidas por três mestres eminentes, Froebel, Pestalozzi e Fichte, na procura de um sistema que resolvesse os problemas da época e lhes traçasse novas soluções. A Pestalozzi, que encarecia o valor da educação familiar opunha-se Fichte, partidário do estatismo educacional; Froebel conciliou os termos opostos, valorizou as vantagens da educação pela família e pelo Estado e conjugou-as, de modo que a criança pudesse viver, diariamente, algumas horas no seio da família e outras em uma comunidade infantil na qual se entreteria em atividades organizadas, acordes com o seu estágio de vida. Robustecendo o corpo, exercitando os sentidos, estimulando o espírito, aprendendo a conhecer a natureza e os semelhantes, as crianças seriam orientadas nas suas paixões e guiadas no sentido da vida por uma união cada vez mais indissolúvel. A tais logrados chamou Froebel "Kindergaerten" (Jardins da Infância).

As idéias froebelianas valorizaram as atividades espontâneas e dirigidas da criança. Surgiram após o naturalismo educacional e marcaram uma tendência psicológica que, desde então, se vem acentuando cada vez mais.

Paul Monroe, analisando o pensamento de Froebel, afirma que a aplicação prática de suas idéias, novas na época, se concretizaram na pedagogia pre-primária, mas os princípios, tais como se acham formulados na obra do mestre germânico, são fundamentais a todos os graus de educação. Algumas das mais profundas modificações na teoria e prática educativa dos tempos modernos procuram satisfazer as exigências prescritas por Froebel.

A causa próxima da origem dos Parques Infantis foi a reação operada na Alemanha, após a guerra franco-prussiana. Konrad Koch e Hermann Corvinus, professores em colégio de Brunswick, desejando fazer experiências com as idéias de Jahn, começaram a

conduzir os seus alunos, duas vezes por semana e nos feriados, a uma praça chamada St. Leonhardplatz, afastada da cidade onde moravam, a fim de que aí pudessem dedicar-se à prática dos jogos motores. Tres anos de experimentação e observação convenceram-nos da necessidade de realizar um trabalho de maior amplitude mas, principalmente, organizado.

O professor de educação física do colégio era August Hermann, cuja esposa estudara vários meses na Inglaterra. A casa de Hermann era uma pensão onde moravam meninos ingleses, e o sogro de Hermann, um médico de nome Reck, observara com muito interesse, nas suas constantes viagens à Inglaterra, a popularidade de que ali gozavam os jogos. Tais circunstâncias fizeram com que o colégio em que Koch e Hermann lecionavam fosse o primeiro em toda a Alemanha, a incluir os jogos motores no programa escolar.

Koch, que mais tarde foi reconhecido como uma espécie de filósofo do movimento dos jogos, impressionou-se seriamente com o valor fundamental do jogo. Estava bem vivo na época o exemplo do famoso educador inglês Thomas Arnold que encontrava ardorosamente a influência do jogo sobre as emoções e a vontade e cuja vida foi recentemente popularizada com a filmagem do livro de Thomas Hughes, intitulado "Tom Brown School Days" (Os dias escolares de Tom Brown).

August Hermann associou-se ao movimento, encarecendo o valor dos jogos motores na educação física da criança e chamando a atenção dos mestres para os resultados da experiência inglesa.

Cinco anos mais tarde, a campanha em prol dos jogos se difundia por toda a Alemanha, recebendo considerável impulso de Emil Hanwich (1843-1886), juiz em Dusseldorf, com a publicação de um panfleto que teve larga divulgação e cujo título era: "Woran wir leiden. Freie Betrachtungen und praktische Vorschläge ueber unsere körperliche Geistes- und Körperpflege in Volk und Schule". ("Que nos doem. Considerações e sugestões para a nossa educação física, na cultura do corpo e do espírito, para o povo e para a escola").

Hanwich meditara longamente sobre o problema da utilização dos lazeres. Adepto pessoal da recreação ativa, chegou a adquirir certa habilidade pessoal como ginasta, músico e pintor. A educa-

ção física, embora já fôsse julgada um problema fundamental para a nação, era muito negligenciada e Hartwich decidiu-se a empreender a tarefa de sua reforma criando o lema: "depois da honra imoluta, a saúde é o maior bem sobre a terra".

Iniciada a campanha, generalizou-se o interesse e a opinião pública aderiu às novas idéias. Intelectuais e dirigentes resolveram dedicar-se à questão. E os primeiros parques infantis surgiram em Dusseldorf, Bonn, Witten, no Parque de Treptow de Berlim, e em Bremen.

A Dinamarca, que se adiantara um quarto de século sobre a Alemanha, pelo facto de ter sido a primeira a incluir a ginástica nas escolas públicas, não se compenetrou imediatamente do mérito da inovação. O movimento em prol dos parques infantis começou naquele país depois da Alemanha. Mas no país escandinavo decisiva foi a influência dos costumes ingleses. Os jogos já haviam sido instituídos em várias escolas, principalmente nos pensionatos existentes no interior do país, quando em 1891 a Associação de Parques de Copenhague assumiu o encargo de fomentar a criação de parques, instalando-os nos vários distritos da cidade e nêles organizando a vida recreacional da criança. Essa tentativa assumiu, logo de início, proporções de interesse nacional. Em 1896, o ministro de Instrução Willem Bardenheer, por meio de uma circular, recomendava às autoridades o ensino e a prática dos jogos infantis em todos os estabelecimentos escolares.

A história dos "playgrounds" nos Estados Unidos começa em Boston. Em 1885, a dra. Marie Zakerzewska, médica norte-americana, visitando a Alemanha, observou com acentuado interesse os parques de Berlim, sugerindo a uma sociedade filantrópica de Boston, a instalação, em um jardim público da cidade, de um taboleiro de areia para as crianças. A sugestão foi aceita e o primeiro taboleiro foi instalado. Em 1886 havia três e estes foram, por assim dizer, os primeiros parques infantis dos Estados Unidos.

Com o correr do tempo lembrou-se de estender os benefícios dos jogos às crianças mais crescidas: num espaço maior, num pequeno campo. Os resultados foram surpreendentes e o que foi o desenvolvimento dos parques nos Estados Unidos e qual a sua situação atual veremos adiante.

PROPAGACÃO

EUROPA

Toda inovação pedagógica ou de qualquer outra natureza sofre, a princípio, oposição e combate. Um certo fundo de conservantismo que existe em toda a parte faz com que não seja recebida com simpatia uma idéia nova.

A pesar de correntes contrárias, umas por simples misoneísmo, outras por convicções de caráter religioso ou político, o movimento em prol dos Parques Infantis estendeu-se a vários países.

Embora a sua maior propagação se tenha operado na América, principalmente nos Estados Unidos, várias nações europeias interessaram-se por essa valiosa instituição extra-escolar, instalando-a nas principais cidades. A Holanda, a Hungria, a Polónia e a França foram os principais adeptos da idéia.

Na Holanda havia antes da guerra atual 48 parques infantis dirigidos e custeados pelas municipalidades. A iniciativa privada de associações, clubes e entidades similares cabe o mérito de ter instalado 150 parques infantis em todo o território holandês. Em 15 escolas particulares foram instalados parques. Em toda a Holanda havia portanto, antes da guerra atual, 213 parques pertencentes a instituições públicas e privadas.

O último relatório oficial magiar sobre a organização dos lares e da recreação, na Hungria, acusava 97 parques infantis e 67 campos de jogos nas escolas.

Desde 1932 que os serviços sociais da Polónia vinham tendo extraordinário desenvolvimento. Nessa data havia 67 parques infantis que lá existem na forma específica e organizada "parques da Infância do Dr. Jorcan". Em 1935, o número desses parques, sensivelmente, atingindo a cifra de 202, não incluía os campos de jogos das escolas públicas.

A Dinamarca, cujo prestígio pelas suas realizações na educação é de data de longo tempo, instalou parques infantis em todos os três distritos em que se acha dividida a cidade de Copenhague.

Em seus 73.270.000 ms.2 destinados à prática dos exercícios físicos, boa parte é reservada aos campos de jogos escolares e parques infantis. Em Copenhague existe uma Comissão de Jogos para escolares e uma Sociedade de Parques de Jogos. Recentemente o Ministério do Interior, por meio de uma circular, recomendou a construção de campos de jogos em todos os 1.400 distritos municipais do país, como medida de segurança contra acidentes que se verificam nas ruas das cidades.

Embora a Noruega cuide mais seriamente de excursões e acampamentos de férias, para crianças, a criação de parques nas principais cidades figura no programa da organização de horas livres.

Parece interessante popularizar a origem dos "Squares d'enfants" que, em número de 7, existiam antes da guerra atual em Paris. Muita gente talvez ignore que o primeiro deles foi instalado na Praça Cardinal Amette (Grenelle) em 1930, graças a um doativo de 3 milhões de francos feito pela Embaixatriz do Brasil, sra. Sousa Dantas.

A concretização da idéia de dotar Paris de parques infantis deve-se ao ilustre oto-rino-laringologista francês dr. Le Meé. Foi ele quem nos contou que a embaixatriz brasileira promoveu a instalação do primeiro parque e a constituição da fundação "Oeuvre des Squares d'enfants".

É curioso notar que a idéia do dr. Le Meé foi inspirada no "playground" americano. Disse-nos que constantemente visitava os Estados Unidos, realizando conferências ou fazendo operações nos mais afamados hospitais norte-americanos. Nas suas viagens teve oportunidade de conhecer esse "merveilleuse institution nord-américaine" e de tal forma se impressionou com o seu valor social que resolveu entregar-se com afã à tarefa de dotar Paris de parques infantis, afim de que as crianças de sua pátria, pelo menos as da capital, pudessem usufruir os benefícios de tão notável organização extra-escolar.

Tal foi o êxito do primeiro "square d'enfant" que, decorridos poucos anos, seis outros foram criados, em bairros parisienses de maior densidade operária. Eram custeados e dirigidos por uma fundação, sob a presidência de honra da embaixatriz do Brasil, e executiva do dr. Le Meé.

Aos "squares d'enfants" de Paris, dirigidos por "assistantes d'hygiène scolaire", espécie de educadoras-sanitárias parlistas, só tinham acesso as crianças em idade pre-escolar, isto é, de 2 a 6 anos. Uma vez por semana, às quinta-feiras e durante o período de férias, eram admitidas, excepcionalmente meninas de 6 a 12 anos. Condição indispensável de ingresso era não ser a criança portadora de moléstia contagiosa, o que devia ser comprovado mediante atestado médico. A admissão dos pequeninos era feita com a apresentação da ficha de identidade dos pais e atestado de vacinação do candidato. Diariamente, a pedido dos pais, e mediante remuneração de 1 fr. 50, servia-se um pequeno almôço, constituído de uma sopa de legumes e de massa, um prato de legumes crus, pão e sobremesa. Às 10 e às 16 horas o "Office du lait", da cidade de Paris, fazia distribuição de leite aos parquianos desnutridos.

O serviço médico, realizado por clínicos da fundação, limitava-se apenas a ministrar conselhos higiênicos e encaminhar as crianças ao médico da família ou a clínicas especializadas afim de que a criança fosse ministrada a terapêutica apropriada. Em nenhum caso os médicos da fundação receitavam ou empreendiam tratamento especializado.

Perguntando ao dr. Le Meé o motivo dessa orientação, respondeu nos que, de acordo com as leis que regulavam o serviço médico francês, nenhuma fundação podia ministrar assistência médica "gratuita" sem permissão do Sindicato. Que infelizmente não a dava!...

A organização dos serviços dos "squares d'enfants" de Paris era relativamente precária apesar de contar quase um decênio de existência. As instalações modestas e exíguas. As áreas livres excessivamente limitadas. Não havia professores ou instrutores de educação física, não havia jogo organizado, as crianças se entregavam totalmente ao jogo livre, apenas assistidas pelas dirigentes. As meninas entretinham-se, algumas vezes, com pequenos trabalhos manuais, de preferência costura. Antes das refeições, ensinava-se às crianças a lavar as mãos e o rosto. Após os repastos dormiam a sesta.

← Frase

Ao comparar no dia 1.º de Maio a organização dos Parques Infantis de São Paulo, com assistência médica completa, distribuição gratuita de merenda, serviços organizados de educação física, educação higiênica e recreação, regalos que a Prefeitura de São Paulo faz aos pequenos munícipes dos bairros proletários, ele nos olhava com certo espanto, como quem não pudesse acreditar que no Brasil houvesse uma cidade com parques infantis organizados, como não vira muitos nem mesmo nos Estados Unidos.

Não sabemos se ao receber, há três anos, uma coleção de fotografias que lhe enviámos, o seu olhar de nobre francês teve outra expressão e os seus gestos de fidalgo acenaram de admiração ou de entusiasmo diante de documentário que comprovava a realização, pela cidade de São Paulo, de um ideal do qual ele era o mais ardoroso partidário e o mais fiel apóstolo.

AMÉRICA

Na América, além dos Estados Unidos, que se mantém na dianteira em todo o mundo quanto ao saber técnico e número de parques, vários outros países voltaram as vistas para essa instituição extra-escolar.

Durante o período colonial os puritanos consideravam o jogo uma atividade sem maior significação e até nociva aos interesses da coletividade. Pestalozzi e Froebel não haviam exercido ainda influência alguma nas idéias educacionais norte-americanas e a maioria dos professores era hostil à educação física.

Havia, ainda, a circunstância muito importante no caso, de ser a população na sua quase totalidade rural. As cidades não tinham o desenvolvimento espantoso com que hoje em dia se apresentam, com seus inúmeros e cada vez mais intrincados problemas.

Em 1790, 3% da população norte-americana vivia nas cidades. Vários fatores, entre eles o progresso económico e financeiro e a industrialização do país, contribuíram para um crescente aumento das populações urbanas. Em 1920, 53% do povo norte-americano vivia nas cidades. A área destas cresceu de 5 a 8%, em cada dez anos, segundo Nash.

Os historiadores da educação física norte-americana referem-se aos "playgrounds" da época colonial, em Boston, Filadélfia e Nova York. Mas não era propriamente "playgrounds" a aceção técnica no termo e sim a uma aceção puramente etimológica. Eram simples locais de jogo e não locais com serviços organizados.

Esta concepção data de quase meio século. Em 1903, Everett B. Mero, falando-se do desenvolvimento dos Parques Infantis nos Estados Unidos, já frisava a diferença nítida entre "playgrounds" no seu sentido apenas etimológico e "playgrounds" no sentido com serviço organizado. Os "playgrounds" que as autoridades municipais norte-americanas trataram de instalar e desenvolver, em princípios do século atual obedeciam ao primeiro conceito. Eram áreas fechadas, com instalações adequadas, com um pessoal especializado e abertos dirigidos, e isto é o que tipifica hoje em dia a instituição.

Antes de 1887, havia em algumas cidades americanas, Cincinnati, Chicago, Brooklyn, esboços de "playgrounds" eram locais destinados à prática de jogos, principalmente "base ball", "football" e "tennis", e ao recreio dos munícipes que para ali se reuniam com o fim de respirar ar puro, tomar sol e repousar da semana dura. Mais tarde se chamavam "sports-fields" e hoje em dia se chamam "playfields".

Todos os movimentos que se realizavam em praças e campos de jogos antes dessa época eram intimamente ligados à vida da educação. Na América, não se conheciam de fato os playgrounds até a data da fundação dos "playgrounds" na sua forma atual. Nos Estados Unidos começou em Boston, em 1887, graças aos esforços de John D. Achus e de Margaret and Helen Woodworth, a primeira instituição. Maria Zaluska, a primeira professora americana, foi enviada para estudar o sistema de jogos de Berlim, sugerindo a uma sociedade filantrópica a instalação em um jardim público da cidade de uma tal instituição. A sugestão foi aceita e o primeiro playground foi instalado. Em 1836 havia três e este total pôde ser multiplicado por dez quando se fala dos parques infantis dos Estados Unidos. Com o correr do tempo passou-se de estender o benefício às crianças mais pobres para a criação de maior, em pequenos campos. O exemplo de Boston foi seguido por

Boston 1887

outras cidades sendo de notar que na sua origem, os "playgrounds" foram estimulados, instalados e mantidos por associações filantrópicas. Assim continuaram durante muito tempo até que as municipalidades, reconhecendo o valor social da instituição, encamparam uns e instalaram outros mais, dando-lhes organização técnica. Boston, Nova York, Filadélfia, Baltimore, Pittsburg, Providence, Chicago, Brooklyn, Milwaukee, S. Francisco foram as cidades pioneiras do movimento. A evolução em todas as cidades norte-americanas demandaria um trabalho muito extenso. Não o fazemos aqui. Apontaremos apenas os principais fatos, aqueles que constituem realmente marcos históricos desse notável movimento social.

A cronologia dos principais acontecimentos, até a fundação de "Playground and Recreation Association of America", é a seguinte:

1887 — Boston — Pequenos taboleiros de areia, instalados em jardins da cidade marcam o início do movimento em prol dos "playgrounds".

1887 — Nova York — É promulgada a primeira lei autorizando pequenos parques. Primeiro passo para a municipalização dos "playgrounds".

1890 — Nova York — Primeiro "playground" da cidade, sob os auspícios da Sociedade de Parques para Crianças.

1893 — Providence — Primeiro "playground".

1894 — Chicago — Primeiro "playground" totalmente equipado. — Filadélfia — Primeiro "playground". — Baltimore — Primeiro "playground".

1896 — Pittsburg — Primeiro "playground".

1898 — Minneapolis — Primeiro "playground".

1899 — Nova York — Primeiro "playground" da Municipalidade.

1906 — Fundação da "Playground and Recreation Association of America".

1908 — Primeiro congresso da "Associação dos Playgrounds" da América.

A fundação da "Playground and Recreation Association of America", hoje "National Recreation Association" marca o início de uma era de constante e extraordinário progresso. As municipalidades e as instituições de serviço social foram tomando cada vez maior interesse na criação e instalação de novos parques de jogos, conseguindo fundos e verbas dos poderes públicos e de filantropos que não hesitaram, muitas vezes, em fazer valiosos donativos.

Nada mais eloquente do que a representação numérica dessa evolução. A citação de inúmeras estatísticas, além de tornar fastidiosa a leitura, acarretaria a perda do caráter de resumo com que esta monografia se apresenta. Lembraremos apenas os dados mais expressivos de algumas datas, espaçados por longos interregnos. São, por assim dizer, eras importantes na história da instituição.

Em 1915, o número de cidades que mantinham parques de jogos eleva-se a 132, com um total de 3.294 "playgrounds". Havia então 2.883 instrutores e 4.624 instrutoras. Em 1925, o número de cidades era de 748 com 8.608 "playgrounds", havendo 7.178 instrutores e 9.199 instrutoras.

Presentemente, existem nos Estados Unidos 9.749 "playgrounds", distribuídos por 1.204 cidades. Trabalham nos serviços de recreação 41.983 funcionários. Destes, 11.661 são trabalhadores voluntários. Fazem estágio, dedicam-se a especializações técnicas, procuram adquirir experiência. É um dos aspectos mais interessantes do problema do pessoal. As despesas ascendem a 59 milhões de dólares, aproximadamente, o que em nossa moeda representa um milhão cento e sessenta mil contos, mais ou menos. A frequência elevou-se a 334 milhões. Este número não representa, conforme se pode facilmente deduzir, o total dos indivíduos. Nem o poderia ser porque ultrapassaria o dobro da população atual dos Estados Unidos. É uma cifra simbólica, formada por números índices referentes a frequência em três períodos de funcionamento, a saber: manhã, tarde e noite. Os períodos de trabalho são estatístico, regulados pelo horário das refeições, segundo o costume no país. Manhã, até almoço. Tarde, do almoço até o jantar. Noite, pós o jantar. Cada período tem um valor índice: A manhã: 50, a tarde 40, a noite 66 2/3. Para determinar a frequência, multiplica-se a frequência matutina por dois, a vespertina por 2,5 e a noturna por 1,5. A soma dessas frequências representa

a frequência total do dia. Por esse método, se a frequência matutina for 50, a vespertina 100 e a noturna 120, a marcação sera de 530. São assim computadas as frequências dos "playgrounds" frequentados por menores até a idade de 16 anos.

É um método diferente do adotado nos parques de jogos de São Paulo, nos quais tanto a frequência diurna (Parques infantis) como a frequência noturna (Clubes de Menores Operários) é anotada individualizando-se o frequentador. Não representam entradas ou visitantes mas o total de indivíduos diferentes, crianças ou adolescentes.

Auspiciosa é a situação atual dos parques de jogos nos Estados Unidos. O número de instrutores e instrutoras, remunerados ou voluntários, cresce ininterruptamente. A criação, instalação e manutenção dos parques continua a processar-se com o mesmo fôlego e entusiasmo, demonstrando o espírito cívico dos dirigentes e autoridades, apesar das circunstâncias excepcionais do momento e das amargas consequências da guerra.

Estudando-se a história da educação física nos Estados Unidos chega-se fatalmente à conclusão de que os parques de jogos constituem o fulcro de todo o progresso nesse setor da vida americana. Extremamente fácil é a compreensão desse fato. Em visando a criança, os parques de jogos preparam o adolescente e perenizam no adulto a prática do exercício físico, pela formação de hábitos salutarres e conhecimento experimental de seus mediatos e imediatos benefícios.

Na hora atual, a educação física se reveste de um caráter bem mais amplo. Não serve apenas para a obtenção e manutenção de saúde física, moral e mental mas prepara o homem para enfrentar as contingências da vida em um mundo quase totalmente mecanizado pela ligação desmedida de algum e pelo egoísmo reter de muitos.

É isto vêem, com extrema clareza, os métodos da educação física norte-americana.

O Canadá, o México, Cuba, o Uruguai, a Argentina e o Chile, todos eles construíram parques infantis nas suas principais cidades. O México e Cuba recentemente, os restantes há longos anos

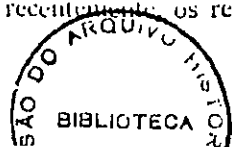
No Canadá existem, atualmente, 313 "playgrounds" quase todos custeados, dirigidos e administrados pelos municípios. Algumas associações filantrópicas cuidam dos poucos que não são superintendidos pelas prefeituras.

De vinte anos para cá a educação rural no México vem merecendo a melhor atenção. A criança do campo é beneficiada por um programa de educação higiênica, serviço de higiene escolar e educação física. Em 1926 começaram a funcionar as "Missions Culturales", constituídas de professores especializados, inclusive de educação física. A princípio as missões cuidaram mais de observar e de estudar as condições de vida da criança rural do que propriamente de educá-la.

A principal conclusão das pesquisas realizadas foi que "a educação física da criança rural mexicana precisava ser harmonizada com as atividades escolares. A educação física não pode olvidar o bem estar físico, a saúde, pois esse é o seu principal objetivo. Considerando-se que a criança do campo está sujeita a um trabalho intenso, escotante, e que a alimentação não pode manter-lhe o equilíbrio, devem-se despertar nela o mais cedo possível o estímulo e o interesse para recreação, para melhor revigoração de sua saúde.

Para obtenção de tais resultados o governo mexicano instalou Parques Infantis em cidades e zonas rurais. Nas zonas rurais, modestos, talvez mesmo precários, apenas com alguns tipos de aparelhos, balaios, deslisadores, passos gigantes e outros. Mas em algumas cidades, construídos com tal esmero arquitetônico que até monumentos históricos se encontram dentro deles. No Parque Infantil de Jalapa foi erigido um monumento representando uma criança, assentado sobre uma base de pedra, e guardada por quatro colossais pilares de ferro, em memória de Alcade e Garcia, e a nomeação foi dada em 1917 pelo presidente Venustiano Carranza.

Um dos resultados mais incontestáveis da obra das "Missions Culturales" foi a recuperação de alguns jogos e danças tradicionais mexicanos que estavam na via de desaparecimento. Era por um lado a recuperação de um patrimônio cultural e por outro a preservação de um patrimônio físico. O professor de educação física por isso, tem um valioso meio, ajudando a restaurar os jogos e as danças que já



02551

iam caindo no olvido. Esse trabalho tomou certo vulto em Jalapa, "ciudad de las flores, risueña y enloquecedora, con sus mujeres hermosas". Todos os anos aí se realiza uma feira, em que alunos de escolas técnicas, rurais e industriais, dançam sob aplausos populares "La mestiza" e "La zandunga" que lhes são ensinadas pelos seus professores de educação física.

Em 28 de agosto de 1936 o governo de Cuba, sob os auspícios do coronel Fulgêncio Batista, criou o Conselho Corporativo de Educação, Saúde e Beneficência. Uma vasta obra social se iniciou com a criação de bibliotecas fixas, ambulantes, infantis, escolas cívico-rurais e teatro infantil. Este foi subdividido em teatro de crianças, com peças escritas e representadas por crianças, e teatro para crianças. Além disso, lares infantis campestres, balneários e parques infantis e juvenis. O primeiro d'este se chamou José Martí, em homenagem à figura histórica de Cuba e um dos chefes da Guerra dos Dez Anos.

O Parque Juvenil Desportivo de Havana é dotado de instalações amplíssimas, com piscinas, biblioteca, campos para os esportes mais apreciados em Cuba e que são a natação, o tênis, o bola ao cesto, o "base-ball", o "volley-ball", o "squash" (espécie de pelota jogada com raqueta de cordas e bola macia, possivelmente derivado do xâris ou châris dos bascos). Com as suas vastas instalações o Parque José Martí é antes um pequeno estádio do que um parque. Fideis a um invariável costume da gente americana, os cubanos dizem que ele é "sin par in America"!

Qualquer jovem até a idade de 16 anos pode frequentá-lo. Os serviços são organizados nos moldes modernos. Há assistência médica e dentária. O Parque visa realizar obra social agindo em especial junto à criança desvalida. Foi mesmo idéia pre-estabelecida do governo cubano que "centenas e centenas de crianças pobres em idade escolar tivessem oportunidade para robustecer os seus músculos e alegrar os seus espíritos, ficando equiparadas aos filhos dos ricos no desfrute de todas as vantagens que lhes haviam sido negadas e que tanto deverão influir no aperfeiçoamento de seus corpos e na formação de seus espíritos". Todo um trabalho sistematizado para preparar as novas gerações cubanas é lembrado pelo lema "Ser fuertes para ser más utiles", que recorda o dos Parques Infantís de Buenos Aires: "Jugando aprendemos a ser mejores".

A-pesar de seu pouco tempo de vida, o Conselho Corporativo de Educação, Saúde e Beneficência procura ampliar as suas iniciativas, estudando a localização de outros parques no interior e na capital do país. Assim é que três mais foram recentemente instalados em Havana, nos bairros de Lawton, Santos Suarez e Luyanó.

Desde 1923 o Uruguai vem imprimindo certo impulso à educação física. De acôrdo com o último relatório oficial, havia no país 85 "plazas de deportes". Os Parques Infantís não existem isolados pois integram as "plazas de deportes", isto é, os parques de jogos.

Estes se classificam em quatro tipos. A classificação é feita de acôrdo com as instalações, a área, a localização, e o programa de atividades. Nas "plazas de deportes" dos tipos A e B existe uma pequena área a que se chama "rincón infantil". Aí as crianças encontram os seus aparelhos de recreio e outros meios para entregar-se às atividades organizadas ou livres, pois a maioria dos parques uruguaios não tem serviço organizado permanente. Todos os trabalhos são orientados pelo plano nacional, elaborado pela "Comisión Nacional de Educación Física", subordinada diretamente ao "Ministerio de Instrucción Pública y Prevision Social". A Comissão se compõe de 11 membros, dos quais 4 são natos e 7 escolhidos entre pessoas de notória projeção no país.

A municipalidade de Buenos Aires, por meio de uma "ordenanza" (Ato) criou em fins de 1919 a "Dirección de Plazas de Ejercicios Físicos y su Regulamentación". Com tal medida, a prefeitura portenha teve em mira fazer de cada praça de jogos um "centro esportivo e social, em seu mais amplo conceito, estendendo os benefícios de sua ação a todos os bairros da capital".

Um largo plano de trabalho e serviço social se desenvolve nesses logradouros. Quatro itens englobam todas as atividades: a educação física, a recreação infantil, o "camping", e as atividades sociais. A primeira se ocupa do ensino e da prática da ginástica, dos jogos e dos esportes. A formação de líderes ou auxiliares de trabalho também é seu objetivo. A recreação é realizada por meio de recreios infantís, clubes de meninos jardineiros, grupos artísticos, bibliotecas infantís e pátios de jogos. Para meninas, oficinas de

costura e economia doméstica. Por "camping" entendem-se colônias de férias, acampamentos de verão e excursões, realizadas por conta do município de Buenos Aires. As atividades sociais consistem em serviço de auxílio à vizinhança, relações com as sociedades cooperadoras, conferências e serviços médicos, serviço de controle médico que cuida da orientação das atividades da criança por meio da ficha individual. O serviço social ocupa-se em conhecer a população desvalida e distribuir benefícios oferecidos aos pais. A última publicação oficial acusava a existência em Buenos Aires de 17 praças de jogos, 9 colônias de férias, 7 praças de jogos para crianças, 4 jardins para crianças. Para a manutenção de suas praças de educação física, Colônias de Férias, Clubes de Meninos jardineiros e Recreios Infantis, a Argentina investe anualmente 14 milhões de pesos, o que em nossa moeda representa mais ou menos 70 mil contos.

O movimento em favor da criação de Parques Infantis no Chile começou em 1917. No entanto, somente em 1923 é que foi instalada a primeira "plaza de juegos" em Santiago, na "Avenida de las Delicias" entre a Avenida Brasil e a rua Cienfuegos. Decorrido um ano, outras seis foram instaladas em alguns bairros da cidade. A iniciativa santiaguenha despertou o interesse das províncias. Seguiram a moda não só cidades principais como Valparaíso, Concepción, Iquique, Constitución, Antofagasta, mas outras menores como Valdivia, La Serena, Canquenes.

Em poucos anos, o Chile chegou a possuir 27 parques. Vários deles tiveram, contudo, pouca duração. Recebidos a princípio com entusiasmo, foram-se desconjuntando aos poucos até desaparecerem por completo.

A experiência de várias municipalidades chilenas é altamente proveitosa àqueles que julgam que criar parques infantis é fechar um terreno e nele botar algumas gangorras, balanços e deslizados.

Miguel Letelier, analisando as causas da decadência e do fracasso dos parques infantis em algumas cidades chilenas, lembra que a organização dos serviços é a alma de um parque, e por isso insiste no conceito do dr. Diem, de Berlim, que diz: "um parque sem direção é um corpo sem cabeça". Portanto, está fadado a desaparecer.

A experiência chilena merece ser recordada. Todos aqueles que julgam de forma errônea a instituição, imaginam que ela se resume em instalações materiais. O que a vivifica, alenta e estimula e lhe dá exito é, acima de tudo, a organização de seus variados múltiplos serviços. Os problemas são inúmeros e intrincados. Referem-se a uma classe determinada de crianças, dada a corrente doutrinária cada dia mais vitoriosa que propugna pelas instalações de parques em bairros operários, distritos ou zonas de crianças desvalidas.

É preciso insistir nesse aspecto da questão. Há uma certa tendência para se resolver apressadamente sobre a criação ou instalação de um parque infantil, quer de parte das municipalidades quer de parte de organizações públicas ou privadas que, embeyecidas pelos surpreendentes resultados de serviços organizados, nutrem ilusão de conseguir esses mesmos resultados dispondo apenas de instalações materiais. É chamando de parque infantil ao que muitas vezes não passa de simples arremêdo.

Criar parques infantis e não instituir neles serviços organizados é condená-los ao fracasso. A lição chilena jamais deve ser esquecida por aqueles que se arriscam a dotar uma cidade ou uma instituição de uma peça, falha, desarticulada, acéfala, que não constitui um parque infantil mas apenas um mero simulacro.

BRASIL.

O Brasil vem encarando o problema dos Parques Infantis com interesse. Já são relativamente conhecidos os trabalhos que existem em São Paulo, no Distrito Federal, no Rio Grande do Sul, no Estado do Rio, na Bahia, em Minas Gerais e no Amazonas.

São Paulo conta atualmente 7 Parques. Três funcionam como Parques de Jogos, isto é, Parques Infantis, de dia, Clubes de Menores Operários, à noite. Essa orientação visa utilizá-los para crianças de 3 a 12 anos e rapazes de 13 a 21 anos, no louvável intuito de estender os benefícios do trabalho social aos adolescentes e realizar ao mesmo tempo uma obra de continuação. Infelizmente por enquanto, só os do sexo masculino. Um serviço para moças

ou misto requereria evidentemente instalações devidamente equipadas. Já seria uma organização diferente, gênero Casa de Cultura, Centro de Comunidade ou qualquer outra semelhante. É pena que S. Paulo, grande cidade industrial, ainda não a possua.

Todos os serviços são totalmente custeados pela Prefeitura Municipal, pela verba do seu Departamento de Cultura. Os Parques estão localizados em bairros de densa população proletária: Braz, Mooca, Ipiranga, Lapa, Santo Amaro, Barra Funda, ~~Santana~~ e Vila Romana.

Os Parques Infantis de São Paulo podem ser definidos como logradouros públicos onde, pela recreação e pelo jogo organizado, se procura educar a criança, ministrando-lhe simultaneamente toda a assistência necessária. A triplíce finalidade que lhes é atribuída decorre das necessidades mais imediatas da criança proletária paulistana. Nada de que mais careça a criança brasileira, quer viva nas grandes cidades como Rio, S. Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte ou Recife, quer viva nos subúrbios, nos pequenos municípios ou na zona rural do que assistência sob todas as formas. Nos subúrbios e na zona rural o problema ainda mais se agrava, pois é doloroso constatar a precariedade de meios, hábitos e costumes das crianças que aí habitam.

Se uma assistência médica preventiva não for rigorosamente estabelecida, o Parque Infantil constituirá, aqui como em outras partes, um foco de moléstias. A criança proletária é portadora quase sempre de duas a três moléstias contagiosas ao mesmo tempo. A pediculose, a gripe, a coqueluche, o tracoma, a coriza aguda, a escabiose, a varicela, a parotidite epidêmica, o sarampo, a difteria, a sífilis, a tuberculose e a escarlatina são as mais frequentes.

Afastá-la da comunidade em que deseja viver é uma medida absolutamente precária se não se tratar de sua saúde, dando-lhe remédios e acompanhando-lhe o tratamento. Alimentá-la é outra necessidade imperiosa, pois em elevada porcentagem as crianças proletárias são desnutridas. Não só as que ingressam nos Parques Infantis — que elas não possuem esse triste privilégio — mas também as que se acham nas escolas primárias, conforme já foi verificado pelo Serviço de Higiene Escolar do Estado.

A educação física moderna, no seu novo e amplo conceito norteamericano e não no conceito acanhado e estreito de algumas escolas europeias, contém, envolve e subentende assistência médica, exames periódicos de saúde, clínicas de nutrição, regimes diéticos, serviço social e pesquisas científicas relativas ao educando, sua família e respectivas condições mesológicas. Todos os trabalhos nos Parques Infantis de S. Paulo visam realizar aqueles ideais modernos de educação que alguns cientistas contemporâneos resumem em saúde, beleza, bondade e sabedoria, ou vitalidade, coragem, sensibilidade e inteligência, fórmulas ambas que no fundo se encontram.

Estas são algumas linhas gerais dos Parques Infantis de S. Paulo. Não cabe aqui uma explicação mais demorada do seu programa de ação e dos resultados até agora obtidos.

No interior de S. Paulo existem em funcionamento 3 parques, respectivamente em Campinas, Ribeirão Preto e Marília. Na terra de Carlos Gomes, organizado e dirigido. Nas outras duas, sem organização e direção, constituindo apenas simulacros de Parques e não Parques. Não cremos que as prefeituras locais pretendam que sejam tal. Existem em construção 3 outros, respectivamente em Araraquara, Pirajuí e Amparo, devendo funcionar em breve.

Em S. Vicente, um casal paulista, altamente filantrópico e cuja delicadeza de sentimentos pede anonimato estando o A. impedido de mencioná-lo "por segredo profissional", contruiu e mantém a expensas próprias um pequeno mas gracioso Parque que funciona próximo à Biquinha e que é dirigido por ilustre clínico santista. É um belo exemplo de trabalho bem orientado, sem maiores pretensões mas eficiente e valioso.

A Prefeitura de Santos cuida neste momento da instalação de um Parque Infantil na rua Fernandes Pacheco, no bairro do Gonzaga.

Mogi das Cruzes se prepara também para dotar a cidade de um Parque Infantil. Tudo faz supor que essa cidade paulista possuirá em breve um dos mais perfeitos Parques Infantis do interior do Brasil.

A Prefeitura do Distrito Federal mantém 2 Parques Infantis e 2 Centros de Recreação. Os dois primeiros, a saber, o Centro Cívico-Diários, estão localizados um no Engenho de Dentro e o

outro na Gávea. Os centros de Recreação, também anexos aos Centros Cívicos, estão instalados um em Copacabana, outro no bairro da Saúde.

Existem no Rio Grande do Sul 37 Parques. 11 em Porto Alegre e 26 no interior do Estado. Não tivemos ainda oportunidade de visitá-los mas supomos que as idéias correntes no Uruguai, onde existem parques organizados com pessoal especializado e parques sem direção, tenham estes últimos influenciado nocivamente a administração gaúcha que os criou.

Em Porto Alegre, a verba votada no orçamento municipal, e que vem citada no relatório do ex-prefeito Alberto Bins parece-nos excessivamente exígua, impossível mesmo de satisfazer as necessidades de um serviço ainda mesmo rudimentar pois atinge apenas a 42:000\$000, o que dá mais ou menos 4:000\$000 anuais para cada Parque. Quantia evidentemente irrisória...

O atual governo baiano instalou na Colônia de Férias de Bogari, um pequeno Parque. Em Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, foi inaugurado recentemente um Parque Infantil construído e instalado pela Prefeitura Municipal.

O Estado do Rio cuida também do problema, já havendo um em Niterói e sendo projeto do governo estadual criar outros no interior do território fluminense.

Em Manaus, segundo cópia de lei especial que nos enviou o prefeito Botelho Maia, foi criado o serviço municipal de Parques Infantis. As obras do primeiro parque, localizado no bairro do Mindú, já devem ter sido iniciadas.

Não se apresenta muito auspicioso o movimento em prol dos Parques Infantis no Brasil. Muito e muito ainda está para ser feito. Já é animador contudo verificar que, embora distanciados por milhares e milhares de quilômetros na nossa imensa vastidão territorial, eles já se estendem desde as cabeceiras do rio Cotingó até a barra do arroio Chuí. Devemos nutrir esperanças de que, muito mais ainda, se faça pela criança brasileira, não raras vezes faminta, miserável, esquelética, infeliz, tão precisada de alguém que lhe estenda a mão para que ela sobreviva, se robusteça e se enfileire entre os obreiros diligentes na construção de um Brasil grandioso!

BIBLIOGRAFIA

CONSELHO DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO AOS MENORES: — "Boletim" — (Ano II, n.º 65, Manaus).

DIRECCIÓN MUNICIPAL DE EDUCACIÓN FÍSICA: — "Las Plazas municipales de educación física" — (Buenos Aires, 1937).

EL MAESTRO RURAL: — (Tomo VII, n.ºs. 5 e 9, México, 1935).

IBARZÁBAL, F. de: — "5 iniciativas del Consejo Corporativo" — (La Habana, 1940).

INTERNATIONAL ZENTRAL BÜRO FREIZEIT UND ARBEIT: — "Reicht über den Weltkongress fuer Freizeit und Erholung" — (Hauschische Verlagsanstalt, Hamburgo, 1937).

LEONARD, Fred: — "A guide to the history of physical education" — (Filadélfia, 1910).

LETÉLIER, Miguel M.: — "Las plazas de juego y deportes" — (Imp. del Esfuerzo, Santiago de Chile, 1933).

MERO, Everett B.: — "American Playgrounds" — (Boston, 1908).

MIRANDA, Nicanor: — "O significado de um Parque Infantil em Sto. Amaro" — (Tip. das Flores, São Paulo, 1938).

MIRANDA, Nicanor: — "Clubes de Menores Operários" — (Revista do Arquivo Municipal, Vol. XLVIII, Departamento de Cultura, São Paulo).

MONROE, Paul: — "A text book in the history of education" — (New York).

N. R. A.: — "Recreation" — (Vol. XXXIV, n.º 3, 1940).

N. R. A.: — "A summary of community recreation" — (New York, Junho de 1940).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO: — "Legislação dos Parques Infantis" — (Departamento de Cultura, São Paulo).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE: — *Administração do Prefeito Alberto Bins. "Leis e Decretos para a execução do orçamento de 1935"*, pg. 141 (Oficinas Gráficas d'A Federação, Porto Alegre, 1935).

PRÉFECTURE DU DÉPARTEMENT DE LA SEINE: — *"Convention entre Monsieur Edouard Renard, Prefet de la Seine, et Docteur Le Mée, Secrétaire Général de la Fondation des Squares d'enfants"*.

RICE, Emmet: — *"A brief history of physical education"* — (A. S. Barnes, New York, 1935).

RODRIGUES, Júlio: — *"Plan de acción de la Comisión Nacional de Educación Física"* — (Imp. Latina, Montevideo, 1923).

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE: — *"Colônia experimental de Férias"* — (Publicação n.º 1, Baía, 1939).

E R R A T A

- Pág.: 4, linha: 36, onde está: "...em colégio...",
leia-se: "...em um colégio...".
- " 7, " 7, onde está: "...contárias...",
leia-se: "...contrárias...".
- " 8, " 27, onde está: "...êsse...",
leia-se: "...essa...".
- " 14, " 29, onde está: "...contigências...",
leia-se: "...contigências...".
- " 14, " 30, onde está: "...bição...",
leia-se: "...ambição...".
- " 17, " 35, onde está: "...infatis...",
leia-se: "...infantis...".
- " 17, " 35, onde está: "...menios...",
leia-se: "...meninos...".
- " 19, " 24, onde está: "...dos Parques
Infantis com..."
leia-se: "...dos Parques
Infantis com relativo...".
- " 20, " 8, onde está: "...Catumbí...",
leia-se: "...Tatuapé...".
- " 21, " 4, onde está: "...diéticos...",
leia-se: "...dietéticos...".
- " 21, " 25, onde está: "...dirigido...",
leia-se: "...dirigido...".



PARQUES INFANTIS DE SÃO PAULO

Ao Público

a)- A QUE ESTÃO SUJEITAS AS CRIANÇAS NAS RUAS?

A contrair moléstias, sofrer acidentes e atropêlos, adquirir maus hábitos, mas no Parque Infantil, as crianças

- 1 - Estão livres de tais riscos.
- 2 - Praticam inúmeras atividades, tôdas inteiramente gratuitas.
- 3 - Ficam o dia todo sob os cuidados do médico, da educadora-sanitária e das instrutoras.

b)- O PARQUE CUIDA REALMENTE DAS CRIANÇAS, DANDO-LHES:

- 1 - Assistência médica (exames médicos, tratamentos, curativos).
- 2 - Assistência alimentar (copo de leite, pão, queijo, manteiga, doces, mel e frutas).
- 3 - Assistência higienica (asseio geral, banhos, escovação de dentes).
- 4 - Recreação (jogos, cantos, danças, balanços, carroceis, passos gigantes).

c)- QUALQUER CRIANÇA PODERÁ FREQUENTAR O PARQUE?

Para que uma criança tenha direito de frequentar o Parque é necessário estar registrada. Para que o REGISTRO se efetue é preciso que:

- 1 - Não tenha menos de 3 anos nem mais de 12.
- 2 - Traga a certidão de nascimento.
- 3 - Passe por uma inspeção preliminar de saúde.
- 4 - Trate primeiro de moléstias parasitárias da pele e contagiosas e acabe com todos os piolhos e lêndias, se os tiver.
- 5 - Use cabelos curtos, se fôr menina, e cabelos aparados à escovinha se fôr menino.
- 6 - Use o uniforme do Parque.
- 7 - No dia do registro, se apresente em companhia de um dos pais ou de pessoa responsável, exatamente na hora marcada.

d)- PORQUE SE PROIBE A LIVRE FREQUÊNCIA DIÁRIA?

- 1 - Para facilitar a fiscalização das crianças portadoras de moléstias contagiosas.
- 2 - Para facilitar a observação das crianças que ingressem no Parque sem autorização dos responsáveis por elas.

e)- OS ADULTOS SÓ PODERÃO ENTRAR NO PARQUE:

- 1 - Nos dias de festas.
- 2 - Quando convocados pelo médico, educadora-sanitária e instrutora.
- 3 - Para obter orientação ou dar alguma informação de grande necessidade.
- 4 - Com autorização superior.

f)- O QUE OS PARQUES DESEJAM DOS PAIS?

- 1 - Que faça, os filhos irem diariamente ao Parque.
- 2 - Que se interessem em fazer a criança ficar algumas horas no Parque, afim de que ela aproveite, realmente, as vantagens da assistência, educação e recreação.
- 3 - Que comuniquem as Diretoras ou Educadoras quando as crianças precisarem afastar-se por motivo de doença, mudança ou transferência de período ou outro motivo.
- 4 - Que compareçam ao Parque quando convocados pela Diretora, Médico e Educadora.
- 5 - Que mandem as crianças ao Parque devidamente uniformizadas, bem limpas e trazendo nas sacolas os objetos exigidos.
- 6 - Que cooperem, finalmente, na tarefa educativa do Parque, permitindo e aconselhando a seus filhos que participem de tôdas as atividades diárias.

g - UNIFORME DO PARQUE:

O uniforme do Parque, consiste em calção vermelho com bolso, camiseta branca e lenço, sacola de zuarte azul, contendo uma camiseta, uma toalha de banho, uma toalha de mãos, escova de dentes e pente. Cada criança precisa ter, pelo menos, dois uniformes completos, a fim de que possa vir diariamente limpa ao Parque. Devera ter também, um uniforme de inverno que consta de uma calça comprida e de uma blusa de cor marrom. (malha). As crianças que frequentam os dois períodos deverão ter a mão, uma camiseta para trocar na passagem dos períodos, no caso de estar suja, a que estiver em uso.

NOTA: A fim de garantir a igualdade dos tecidos, o uniforme poderá ser adquiridos no próprio Parque.

PARQUE INFANTIL

NOME DA CRIANÇA

PERÍODO PREFERIDO PARA FREQUÊNCIA REGULAR

COMPRA DE UNIFORME ÀS HORAS

DIA DO REGISTRO ÀS HORAS

No dia e hora marcada para o registro a criança deverá comparecer, tendo cumprido tôdas as exigências estabelecidas na letra "C" deste Boletim.

NOTA: Até o dia do registro, só serão atendidos pais que apresentarem este Boletim preenchido e assinado pelos funcionarios encarregados.

UNIFORME COMPLETO

Quantidade	Discriminação	Preço de unidade-Preço total
2	Calções de brim vermelho	
4	Camisetas brancas	
2	Sacolas de brim azul	
2	Toalhas de banho	
2	Toalhas de mão	
2	Guardanapos	
6	Lenços	
1	Pente	
1	Escova de dentes	
2	Agasalhos de inverno	
1	"Maillot"	

NOTA: Os preços serão colocados de acordo com as inscrições da Diretora.



REGULAMENTO DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA E RECREIO

Artº 51 - A Educadora-Sanitária, com funções no Parque Infantil compete:

- 1177
- a) - formar a consciência sanitária das crianças através da Educação de Saúde;
 - b) - zelar pela saúde das crianças mediante vigilância sanitária constante, revistas individuais de asseio, encaminhamentos para os exames de sanidade periódicos, afastamentos dos casos suspeitos e dos doentes, aplicação de vacinações e revacinações, investigação das condições higiênicas do meio social e assistência higiênica domiciliar;
 - c) - zelar pela higiene e asseio pessoal das crianças, inculcando-lhes hábitos sadios e atitudes desejáveis relacionados com os seguintes fatores: nutrição e crescimento; repouso e sono; atividade física; exercícios ao ar livre; eliminação; asseio e cuidado da boca, do corpo e do vestuário; tratamento médico-dentário e meios de obtê-lo; controle das enfermidades infecciosas; cuidado da vista e do ouvido; postura; proteção contra acidentes e ajuste social e emocional;
 - d) - ministrar-lhes conhecimentos de higiene de acordo com o nível mental e capacidade de assimilação, afim de ampliar e melhorar sua formação sanitária;
 - e) - desenvolver cursos de: Epidemiologia aplicada; - Socorros de Urgência, Puericultura (Escola das Mãeszinhas); Alimentação e Cozinha;
 - f) - estudar as crianças sob o ponto de vista biológico, psicológico e social e auxiliar o Médico na organização das fichas clínicas;
 - g) - desenvolver programas de Educação Higiênica para as Mães, em reuniões que integram campanhas educativas conjugando com o Médico os planos gerais e os programas de trabalho;
 - h) - manter entendimentos individuais com as Mães afim de investigar e aquilatar os problemas higiênicos, dietéticos, econômicos e sociais da criança e suas famílias.
 - i) - zelar pelas famílias das crianças, proporcionando-lhes os aspectos assistenciais mais importantes;
 - j) - zelar pela saúde mental das crianças, quer influenciando favoravelmente no ambiente do Parque Infantil, quer sobre os elementos que com elas convivem Operários, Pais, Funcionários;
 - k) - auxiliar o Médico e o Dentista nos seus serviços especializados, convocando Mães para interpretar prescrições médicas e odontológicas, despertando-lhes o interesse pela saúde dos filhos;
 - l) - estabelecer, de acordo com o Médico e a Nutricionista, as medidas convenientes para a melhoria do estado de nutrição das crianças;

- m) - executar, sob orientação da Nutricionista:
 - a) - educação alimentar das crianças e Pais, interessando-os no cultivo de hortas domiciliares;
 - fiscalizar as condições, o preparo, o consumo e distribuição dos alimentos;
 - fazer as pesagens das crianças submetidas a regimens dietéticos especiais, e as respectivas anotações;
- n) - encarregar-se dos "Jardins de Verduras" na ausência da Nutricionista, atividade esta que realizará em colaboração com a Recreacionista;
- o) - contribuir na organização e manutenção do arquivo de fichas biotipológicas e sociais, fazendo pesagens sistemáticas, anotações de tratamentos, encaminhamentos, assistência prestadas, comportamentos psicológicos e outras anotações;
- p) - colaborar com as equipes ou integrá-las quando designada;
- q) - organizar e praticar o serviço de visitas domiciliares, ministrando à família conhecimentos de higiene, profilaxia e cozinha dietética;
- r) - zelar pela limpeza e higiene da Unidade, orientando e fiscalizando o trabalho dos operários;
- s) - promover reuniões de operários para melhorar sua mentalidade, compreensão e conduta;
- t) - orientar o serviço de enfermagem;
- u) - controlar o intercâmbio com o Hospital Municipal, procedendo à expedição de receituário, arquivamento dos receituários aviados e encaminhamento mensal à Chefia;
- v) - entrosar suas atividades com as dos demais técnicos, criando um ambiente de trabalho favorável ao normal desenvolvimento das crianças;
- w) - lêr, estudar, assistir conferências, demonstrações e participar das atividades referentes à especialidade, visando o aperfeiçoamento constante de sua técnica, apresentando fichas e resumos, e propôr à Conselheira de Educação Sanitária as medidas que julgar necessárias ao constante progresso do serviço;
- x) - preencher, diariamente, os relatórios de atividades e proceder a outros registros e anotações, enviando-os, mensalmente, à Unidade encarregada da Estatística da Seção Técnico-Educacional e controlar o trabalho da Escuritúria, distribuindo-lhe a parte referente à especialização, e fazer as anotações necessárias na falta desta.
- y) - requisitar e zelar pelo material necessário à boa execução de suas atividades;
- z) - procurar suprir a ausência de outros funcionários.

Horário do Parque

Até 8hs. - entrada de crianças

atividade de campo - com professora

3. Higiene (banho em las mãos, rosto, penteado e unhas)

lanche

repouso - dentro

atividade livre

atividade orientada

Saida para almoço

Até 13hs. - entrada de crianças

Até 14hs. " " " (do grupo)

atividade orientada

atividade livre

Higiene

lanche

repouso dentro

atividade livre

atividade de campo

(Hig.)

Saida

Manhã

Tarde

inspeção do Parque

" - sanitária - crianças

Até 19h15

Higiene - lanche

repouso - banho

Reunidos

Exemplos

Exercícios

Visitas

Exercícios

Exercícios

deixa?

Os Parques Infantis de São Paulo, em numero de ^{seis} ~~seis~~, estão localizados em bairros operários, beneficiando, portanto, crianças cujos pais, premidos por uma constante e prolongada ausencia, devido a natureza do seu trabalho, não lhes podem dedicar os cuidados que merecem.

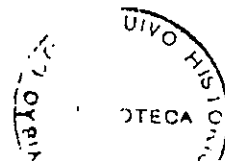
A educação física, os jogos, a musica, o canto, o bailado, a biblioteca e os festivais resumem as atividades mais comuns no programa da recreação.

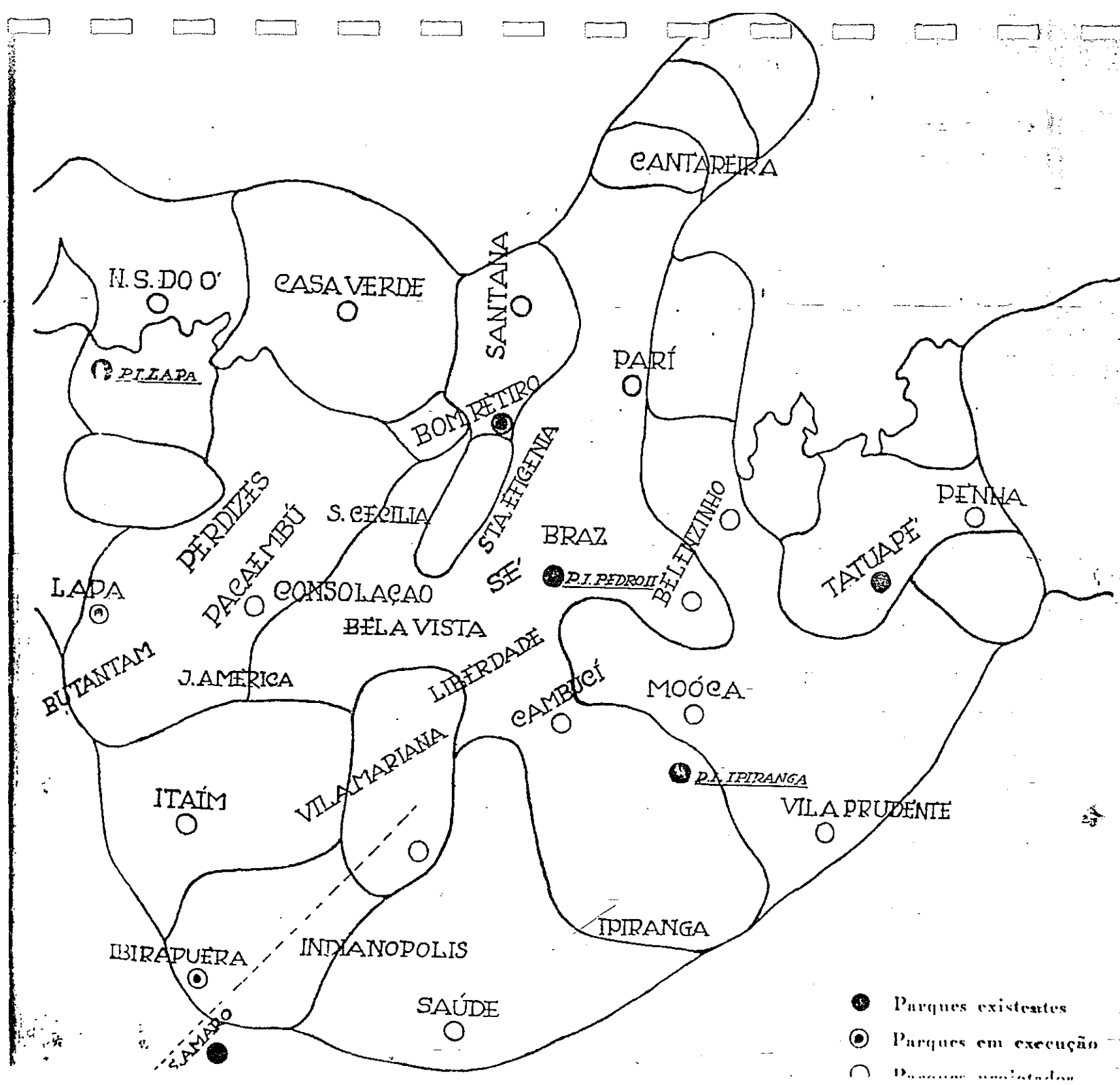
A assistência médica, a distribuição do copo de leite, (140 litros diários) e de frutas têm trazido real proveito aos pequenos anêmicos e desnutridos.

Os serviços de assistência, educação e recreação veem produzindo, assim, os resultados previstos. A frequencia aumenta de ano para ano, sendo que, em 1936, os três Parques acusaram entradas num total de 782.294.

O Departamento de Cultura está cuidando da construção de Parques Infantis em todos os bairros da cidade. Dessearte, as crianças paulistanas terão logradouros publicos nos quais, pelos mais modernos principios da recreação se visará a formação da sociedade de amanhã, baseada no fortalecimento da vida humana.

02563







1176

A 1º de julho de 1955 foi inaugurado o Parque Infantil "Dona Leopoldina", situado na rua Conde D'Eu, no Alto da Lapa. Decorridos 5 anos de funcionamento com mais de mil crianças matriculadas vem hoje o Dona Leopoldina festejar o seu natalício saudando a toda família parqueana e amigos. Este pequeno jornal sem pretensão é a compilação de pequenos artigos escritos por cada um dos funcionários do Parque Infantil sobre a sua tarefa junto aos parqueanos.

III CAMPEONATO
COLEGIAL DE FANFARRAS
E BANDAS ----- 1959
R. RECORD --- CANAL 7
CAMPEI ESTADUAL

PARQUE INFANTIL
DONA LEOPOLDINA

PI.34

APRECIACÕES SOBRE O PARQUE INFANTIL

Por Dina Luiza Sguaglia Duarte de Oliveira
-Dirigente-

Sol, um gramaço muito verde, crianças, rir e brincar - Parque Infantil!

Pouca gente entretanto conhece o intenso trabalho e o profundo sentido educativo que envolvem a existência desses pequenos seres em formação.

De imediato, o convívio com outras crianças trazendo vantagens imensas de sociabilização e desenvoltura, acarreta também um sentido de vida muito mais amplo, porque ensina respeitar os direitos alheios, os valores sociais e no mais também dá elementos de auto-defesa importantíssimos para o caráter que se forma.

Mas, Parque Infantil não é, em absoluto apenas um conglomerado de crianças que confraternizam e brincam. É uma escola para a vida, sem elo nenhum que rivalize com a instrução do Grupo Escolar, porque visa amparar a criança, educando-a no sentido integral, através da recreação.

Dos três anos até a idade escolar, o parqueano prepara-se, brincando, para o aprendizado das letras. É o tradicional Jardim de Infância, com todo um programa que o completa. Dos sete aos doze anos os horizontes alargam-se pela ajuda do aprendizado na Escola e as noções teóricas gravam-se mais pelas práticas realizadas no Parque.

No Parque Infantil Dona Leopoldina, em particular, há uma equipe valiosa de Educadoras inteiramente votadas à realização do difícil e delicado mister de plasmar o caráter dos nossos educandos. Sua atuação revela-se através de uma infinidade de temas de interesse instrutivo, educativo, patriótico, histórico ou religioso. São o que chamamos Centro de Interesses.

Os temas são determinados no início de cada ano e geralmente procuram acompanhar o próprio desenvolver da existência - fatos atuais, datas comemorativas, etc. Cada Educadora toma a seu cargo um Centro de Interesses e deve desenvolver o seu tema num trabalho completo, que geralmente ocupa todo um mês de atividades. Deve planejar e dirigir o programa que será utilizado pelas várias Educadoras, com todas as crianças.

Desse plano constam desde aulas e palestras, jogos, brinquedos, gincásticas, rodas cantadas, modelagens, pinturas, desenhos, trabalhos manuais, encenações e teatros diversos, passeios e excursões - de modo a dar ao assunto em foco, toda a vivência possível.

Esses trabalhos, essencialmente educativos, são como se vês, perfeitamente organizados e distribuídos, em obediência às capacidades de aprendizado das crianças. Todas as Educadoras tomam parte ativa, em todos os Centros de Interesses, pois, quando não dirigem o trabalho auxiliam as colegas na sua execução.

Assim, dia após dia, ano após ano, parqueanos e Educadoras entregam-se um afã organizado de realizações. A criança brinca, aprendendo mais que lição, a trabalhar em conjunto, a respeitar os direitos do próximo e a valorizar as coisas da vida.

A FUNÇÃO DA PROFESSORA NO PARQUE

INFANTIL Por Ed. Dorothy Picroni
(recreacionista)

Segundo a criança, o principal elemento a função de uma professora e educadora, é fora de dúvida que deverá existir o conhecimento de uma técnica adequada para a sua educação. A criança, deve ser observada desde o nascimento, embora o seu comportamento gestativo, também seja de grande importância. A medida que a criança cresce sofre influência vitais do meio ambiente, que poderá perfeitamente impingir-lhe bons hábitos ou a proliferação e desenvolvimento dos seus maus instintos.

Ao entrar para o Parque Infantil, começa a manter contacto com outras crianças, que também como ela, terão uma bagagem educacional rudimentar. Esses contactos irão desenvolvendo e surgindo aí a orientação psicológica, ministrada pela educadora. Conhecendo intimamente os seus educandos e estando apta para compreender os seus problemas poderá a Educadora elaborar um plano de ação que atenda às necessidades e abranja todas as crianças diferentes entre si, conduzindo-as a um mesmo padrão educacional. Mesmo com elementares princípios nos é possível educar. Os primeiros passos serão a adaptação e regimentação disciplinar do Parque isto é, que se procure acostumar uma criança tanto a um grupo de

brinquedo, onde o comportamento é alivorado por natureza, como a
uma sala de aula, onde as disciplinas de atenção e interesse são cri-
das.

No nosso Parque Infantil as crianças dentro do seu programa recreativo têm a sua hora reservada para os seus diversos esportes. É aqui que a educadora colabora com a professora primária para transformar a criança em cidadão consciente dos seus deveres tanto para a Pátria como para a melhor instituição - A FAMÍLIA.

4 JANUARY 1961, 00 00 00, 1961

Historico de Toluca:

For Virginia Carbyner
(McC. J. F. 1919)

A princípio a ideia de termos uma fanfara era um sonho acariciado por todos Sanguinhos do P.J. Dona Leopoldina. Pensávamos que nada poderia perturbar o labor com a recuperação de que as atividades inerentes a uma fanfara.

W, partindo desta premissa toda a nossa equipe funciona - rios não mediu esforços, no senti- do de ver realizado este ideal en- tusiasmada por Thirza Peçoso que se alicia a nós dando o seu apoio incondicional e a sua presença co- laboração.

Em 1957, foi dado o primeiro passo para a aquisição dos instrumentos. Organizamos uma festa junina com um lucro suficiente. Iniciamos enviando ofícios a diversas firmas comerciais pedindo prendas. Haveria ainda mais de cem. Auxiliou-nos a coleta destas prendas na organização das barracas, nas apresentações e jogos para a festa e na montagem da mesma. A nossa antiga escola

Tribunando e couv todos os funcionários, seus parentes e amigos cooperar para o nosso sucesso. Com o dinheiro conseguido na primeira liquidação nossos primeiros 20 instrutores passaram a contar, e precisar de um instrutor. Ocorreu-nos a ideia de oficial no Comando Geral da Força Publica, solicitando a colaboração de um instrutor russo que nos auxiliasse na organização da fufurra. O nosso pedido foi prontamente atendido e nos foi em visto o competente e esforçado 1º Sargento russo Aleckto Champietro.

Com a habilidade que lhe é característica e usando todos os meios de sua autoria, em pouco tempo o Instrutor, treinando uma vez por semana, deu aos paraguaios tocando entusiasticamente

sairenses. E assim, a 15 de dezembro
de 1957, chegou o dia da inaugura-
ção oficial da nossa fanfona.

Com grande alegria e felicidade para todos funcionários parquianos e convidados foi solenemente abençoada pelo Frei Francisco Pedroso e batizada com o nome de la FANFARRA INFANTIL SARGENTO MÚSICO ALBERTO GI-AMBERTO, como reconhecimento a capacidade e aos esforços desenvolvidos pelo instrutor.

Para padrinhos da fanfarra, com toda nossa gratidão, foram convidados os nossos colaboradores: Don. Ezequias Ferreira, Contradador Manoel Cristino, os José Giff de Coutinho Braga, os Edson e os Xavier de Faria e Rômulo, os Roberto Fogaça.

Após as primeiras apresentações e em virtude da receptividade obtida pela fantasia, não só pela mídia, mas também pela fantasia infantil, ha sido como um bom polo de totalidade revelado pelos relatos por alguns, tornou-se o material de um trabalho de participação.

Em 1953 conseguiu levantar o terço dos astrônomos. Por inter-
médio do Coronel Manoel Cristino
que conseguiu a colaboração do So-
ciedade Esportiva Palmeiras, na pes-
soa de seu Presidente sr. Mário Ba-
rros, levou ao Parque a renda de
venda do espetáculo do show
de televisão.

A venda dos ingressos ficou a cargo dos funcionários, parquianos e do patrão da festa, Comendador Manoel Cristino. O resultado desta noite beneficente nos permitiu comprar o número de instrumentos da nossa fanfara. Nesta compra de vinte e dois instrumentos, fomos orientados pelo instrutor Sargento Giam-bietto.

... agora, com maior numero de rês
participando e insistindo de
mais por semana vinhos que já se
fazia, realizando o nosso sonho, Ti-
niando, conseguida, final, com nos-
so próprio trabalho v. r. realizado
unidade que a principio parecia

apresentar obstáculos quase intransponíveis. E, foi graças aos esforços e ao carinho dedicados por nossa dirigente, Diná Luiza Agueglia, a vencer, um a um estes obstáculos e a sua fé inabalável no êxito desse empreendimento que vimos a Dona Leopoldina vencer.

Para conseguirmos manter esta fanfarra ainda é necessário muito esforço por parte de nossa Dirigente que luta com sérias dificuldades para fazer frente as despesas, que sobrecarregam a Caixa Auxiliar de Assistência do Parque Infantil. Estas são muitas como, por exemplo, péls para instrumentos, substituindo as que furam, novas baquetas, etc.

A Prefeitura Municipal de São Paulo colabora conosco fornecendo os uniformes necessários para a boa apresentação das nossas crianças.

Frequentemente somos solicitados a comparecer a diversas festividades com nossa fanfarra. Atendemos na medida do possível porque sair acarreta inúmeros problemas. Tomam parte da fanfarra crianças de 7 a 11 anos, portanto, todas em idade escolar. Não podemos fazê-las perder aulas para sair com o Parque, ou então, para ensaios em conjunto sempre necessários antes de uma apresentação pública. As apresentações seguidas criam a questão dos uniformes que não podem ficar em ordem à tempo e as fora de hora criam descontentamento nos pais dos parqueanos.

Apesar das dificuldades já aceitamos inúmeros convites e também já participamos de inaugurações oficiais feitas pelo sr. Prefeito da Capital de São Paulo, tais como: na piscina distrital da Mooca, na do Parque Infantil Ana Rosa e na do viaduto da Lapa.

Pretendemos ainda, ir aumentando o número de instrumentos para que um dia todos os escolares parqueanos possam ter o prazer de serem membros efetivos da Fanfarra.

Apreciação sobre a Fanfarra

Por Hilda Ferla

(Ed. Rceracionista)

Temos em nossa unidade um tesouro que se chama fanfarra. Tesouro conseguido a custo, resultante do esforço e cooperação de todas as educadoras que antes de a obtermos lutamos com todo animo que é preciso para as grandes empresas

Quando a obtivemos vimos realizado mais uma parte do grande sonho que nos anima, a todos educadores: "Educar a criança integralmente".

E que grande efeito causa a disciplina através da música. Ao primeiro toque a banda se coloca em forma, aos toques seguintes são executadas ordens dadas pelas vozes de comando: $\frac{1}{2}$ toque grave e lento para descansar e toque rápido para a posição de sentido.

Grande foi, portanto, o benefício que a fanfarra nos trouxe: pois essa disciplina rígida imposta imperceptivelmente pela música, foi transferida pelas crianças para as suas ações, nas mais variadas atividades recreativas, sendo que ao primeiro apito da educadora toda a turma entra em forma aguardando ordens.

E os participantes da fanfarra sentem-se tão jubilosos de pertencerem a ela, que na ocasião de uma ação de desmerecimento praticada por algum de seus componentes apresentam-se-nos como pena máxima, a ser dada, a retirada ou a expulsão definitiva da fanfarra. A fanfarra se lhes afigura então como o apogeu ou o "máximo em objetivo a ser alcançado".

Ao entrar no parque ainda pequeninos eles precisam vencer várias etapas, passar por duas turmas (pequenos e médios) para somente pertencer a fanfarra quando já em idade escolar isto é, depois dos 7 anos de idade. O rufar dos tambores, os toques das cornetas e a suavidade fragil das flautas, formam um conjunto dos mais movimentados que bem satisfaz a mente infantil sequiosa por ruídos.

A atenção é fortemente desenvolvida pois os participantes do grupo para que alcancem o objetivo comum da melodia tocada, precisam estar todos atentamente voltados para essa figura indispensável e de grande valor: Sargento Músico Alberto Giampietro, da Força Pública do Estado de São Paulo.

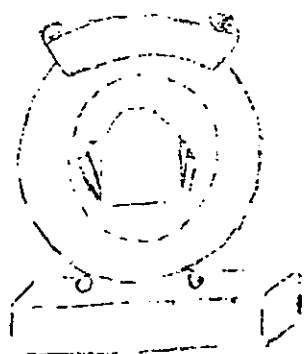
E esta mesma fanfarra anualmente participa de um campeonato de fanfarra e bandas instituído pela Rádio Record, pelos meados de setembro, no vale do Anhangabau. Ai então nossos pequeninos participantes saem para luta, pela conquista de um troféu ou taça que consiga em qualquer época, exprimir o quanto vale uma vitória.

Ao aproximar-se, então, o grande dia do desfile, cabe a nós educadores o papel de grandes incentivadores, para que na ida ao desfile, cada um dos participantes leve em seu coraçãozinho a esperança de que vencerão.

Em 1958 desfilamos porém a título de colaboração e de nota pitoresca. Ganhamos uma taça com escola participante.



Em 1959 desfilamos concorrendo com outras "fanfarras infantis" de Colégios da Capital e nossos pequenos se sagraram campeões. Por esta vitória recebemos o título de "Campeã Estadual de Fanfarras Infantis do Estado de São Paulo" e fomos homenageados com dois lindos troféus.



AMPA DA
CAPITAL



AMPA DA
ESTADUAL

A conquista dessa vitória foi devido, à beleza e ao entusiasmo do toque. Cab-nos, portanto, fazer aqui juízo de mérito do Sargento Alberto Giampietro que criou esse tipo de ritmo e essa forma de toque adaptando-o à idade infantil. Também foi ele que

introduziu às fanfarras, as flautinhas sem pisto, instrumento de fácil aquisição, de som original e alegre que demanda pouco esforço das crianças para ser bem tocado.

Para este ano de 1960 já estamos nos preparando para participar do Concurso de Fanfarras, com afinco.

Regulamento da Fanfarra do Parque Infantil Dona Leopoldina

Participar à Fanfarra não é obrigação, é honra. Manter seu Brilho - uma Necessidade.

Regulamento do 1º Aniversário

- 1º Ter um instrumento
- 2º Ensaiar e desfilar
- 3º Excursionar com a fanfarra.

2º Deveres

- 1º Ser disciplinado e obediente às ordens
- 2º Cuidar bem dos instrumentos
- 3º Entrar em forma ao primeiro apito
- 4º Afinados os instrumentos, não tocar antes do ensaio.
- 5º Não corrigir os companheiros em forma
- 6º Estar atento às mudanças de toques e às evoluções
- 7º Não faltar às reuniões sem justo motivo

Penalidades

1ª Advertência em particular

Atenção perante a Fanfarra

2ª Desligamento:

- 1º Por três faltas consecutivas, sem aviso.
- 2º Por indisciplina.



TRABALHOS MANUAIS

Maria Antônia Camargo Donzelli
(Ed. Recreacionista)

Os trabalhos manuais executados em um Parque Infantil, baseiam-se geralmente em um "Centro de Interesse" ou festa comemorativa. Nessas épocas é que se realiza maior número de trabalhos. Como exemplo citamos: "Páscoa", quando são feitos coelhinhos de algodão, ovinhos pintados, caixinhas de papelão e enfeites vários para a Unidade; "Dia das Mães", cada criança orientada por sua Educadora, faz uma prenda para a sua Mãezinha, externando assim a sua amizade.

Nêste ano tivemos trabalhos interessantes como: toalhinhas de plástico com naftalina (enfeite de guarda-roupa), quadrinhos de gesso e madeira, porta-fósforos e porta-pente, dois trabalhos um feito de cortiça em forma de baianinha e outro de feltro com aplicações.

As festas juninas também nos dão motivos para trabalhos, como flôres e cestinhas de palha, bandeirinhas, flôres de papel crepon.

Os papais, êstes também merecem ser homenageados e seus filhos orientados pela Educadora, fazer uma pequena lembrança como: curo de argila, porta-retrato, etc.

Última festa do ano, Natal! Todos se solidarizam, ficam de dar um ar festivo à data. Sininhos de bom-bril, enfeites para árvores de Natal e Presépio, são feitos pelas crianças, encerrando, com êstes trabalhos, o ano.

Nestas datas que foram citadas os trabalhos manuais são feitos.

Em 11/3/57, tivemos um dos "Centros de Interesse" mais originais, sobre o milho.

Foi inaugurada a 1ª Exposição Educativa do Milho, patrocinada pelo Departamento de Educação Assistência e Recreio e pela Secretaria da Educação e Cultura da Prefeitura Municipal e com a colaboração da Divisão de Fomento Agrícola da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

Foram feitos, durante êste Centro, pelas crianças, trabalhos interessantes como por exemplo: jogos feitos com sabugas, flôres com a palha, atajour e uma infinidade de trabalhos bem variados.

Um trabalho muito interessante executado pelas crianças, é uma

vitrina onde são colocados os trabalhos feitos com mais capricho. É uma fonte de motivação permanente que tôdas as Educadoras usam no sentido de obter o máximo das habilidades dos parquitanos e conseguem, porque o prêmio da criança é ver o seu trabalho exposto em lugar de destaque, na exposição.

A DECORAÇÃO

EM NOSSO PARQUE INFANTIL

Elsa Maria Finheiro Barbosa

(Ed. Recreacionista)

A decoração num ambiente onde existe criança é muito importante, para não dizer necessária.

Ela tem sido feita em nosso P.I., de maneira a servir de ilustração para nossas aulas.

Tomemos como exemplo o último Centro de Interesse desenvolvido: As Festas Juninas.

Além de barras e cartazes (muitos com o auxílio, ou mesmo feitos por nossas crianças), costumamos pintar nos vidros das portas e "vitraux".

Exemplificando: "A Música na Roça".

(Pintado na porta de entrada).

Diante d'êste desenho, a educadora poderá dar as seguintes noções: É a principal distração do homem do campo. - Violão e Viola.

Desafio - Pobreza de sua música. Porque é pobre, etc...

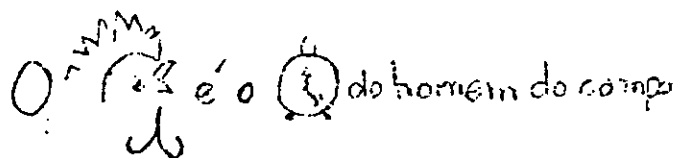
Meio de transporte (na porta do salão).

O cavalo ainda é, na roça, o meio de transporte mais utilizado. Mas não deve esquecer que o homem do campo vive uma vida pobre (pois é mal remunerado).

apesar do seu trabalho valioso e árduo.



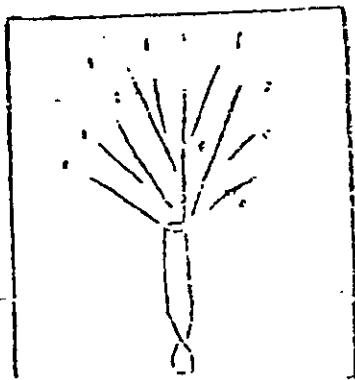
Frase Ilustrada, no salão, ser virá de ilustração para uma aula dos pequenos: "Por que o galo é o relógio do homem do campo".- Seu horário de trabalho, etc... Para os grandes, aproveitando os ponteiros móveis, ensinar a ver as horas.



Na Barra, figuras a carácter. Dança caipira: A quadrilha, que é uma dança típica.

Nos vidros das janelas: Cenas com os diversos animais, que existem em uma fazenda, pintadas a guache.

O cartaz, o desenho, nunca deve ser negativo. Exemplificando: na campanha contra incêndio, em vez de desenharmos um balão, e com uma frase dizendo para não soltá-los, faremos melhor se mostrarmos a beleza dos fogos de artifício. Eis um cartaz sugerido por mim e feito por um parqueano que apesar de nossas aulas tem continuado a soltar balões.



Cumpre-se dizer que também os fogos de artifício são perigosos, mas é humanamente impossível convencer uma criança a não soltá-los. A sua beleza, seu barulho é mais que um motivo de atração. No caso, deve-se prevenir e ensinar pois, já que os balões são proibidos, não se pode compreender uma festa caipira sem os foguetes. Os desenhos são mudados de acordo com a época, com o Centro de Interesse em desenvolvimento.

É interessante notar que esses desenhos têm contribuído para o desenvolvimento das crianças. Além da cópia feita por algumas, elas têm servido de inspiração para os seus desenhos. Porque a criança que gosta de desenhar faz seus próprios desenhos o que é, de fato, mais interessante. Mas, assim como existe a criança que gosta e faz o seu desenho, existe aquela que quer o nosso auxílio, para variar, pois ela faz sempre o mesmo desenho. E eu acho que este auxílio contribui de fato para o seu desenvolvimento.

Costumo expor os desenhos e pinturas de nossas crianças, isto é, feito o P.I. com seus próprios desenhos. Mas, elas gostam, também, de identificar nas pinturas feitas pela educadora, o personagem da história contada ou da aula dada. E tem acontecido, já diversas vezes que, enquanto a educadora vai executando os desenhos, elas, com grande animação, vão procurando adivinhar o que vai ser feito. Fazem mesmo tempo, sentados, acompanhando o movimento do pincel. Muitas vezes elas sugerem o que querem que faça, no que, aliás, são atendidos.

Outro fato interessante é que, quando o P.I. está feito, as crianças procuram conservá-lo melhor, isto é, cooperam para manter sua limpeza, pois, como elas dizem, o Parque está bonito.

MÉTODOS DE DISCIPLINA

Hilda FERREIRA

(Ed. Recreacionista)

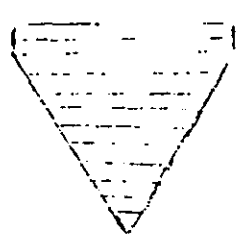
Em se tratando de disciplina a maneira de tratar com as crianças parqueanas. Sinto imenso prazer em transcrever aqui o modo pelo qual dirijo minhas crianças.

Ac iniciar-me na tarefa de educadora senti, confesso, enorme dificuldade em educar, em todos os sentidos. Possuía, por esse tempo, 40 crianças; a fila não tinha mais fim, não conseguia dominar os últimos alunos. Foi então que, conversando com alguém de minha família, que já havia peregrinado a Europa e mesmo escalado os Alpes, cheguei a ter conhecimento de parte da organização dos alpinistas.

Os alpinistas são separados em grupos e cada grupo que se dispõe a escalar é dirigido por um chefe que, tendo o talabarte atado à cintura, puxa os demais. O chefe que vai à frente, recebe o nome de monitor. O monitor não pode falhar; ele é responsável pelo resto da caravana. Se ele cair, todos caem.

Foi então que, baseando-me nisso, resolvi dividir aquela fila tão grande em grupos chamados Esquadras: Esquadra Brasileira- Esquadra Fortaleza- Esquadra Cruzeiro e Esquadra Onze Listas. Como havia, também, meninas formei a esquadra feminina.

Distintivos das Esquadras



ONZE LISTAS



CRUZEIRO



FORTALEZA



BRASILEIRA

Para monitor escolhi o menino, portanto, de assistência, no que que estava em mais alto grau escolar, se refere à saúde e higiene; esse que tinha as melhores notas. De assistência essa, prestada por meio mais para nós o monitor pode ser onde exames médicos periódicos, controle da alimentação, assistência

Cada monitor é responsável por dentária, socorros de urgência e los atos de sua esquadra. As esquadras fazem ou perdem pontos: por atos bons ganham pontos de crédito e por sua importância, com uma escala de pontos pré estipulada. For serviços. Os casos mais graves são monitor- cabo de esquadra, 1º auxi- e para: Centros de Saúde

liar, 2º auxiliar, 3º auxiliar e reservas.

Cada esquadra tem livre campo de ação para fazer toda e qualquer coisa de trabalho que se quiser apresentar conquista um certo número de pontos, que acumulados formam um resultado mensal dado por uma folha grande fixada em parte visível na Unidade.

Nos meses em que não dou relação de pontos é feita uma Olimpiada mensal.

Olimpiada essa constando de várias provas que constituem um princípio de atletismo: Lançamento de peso, Salto em altura, Corridas de 160; 200 e 300 m, Salto em distância.

Os atletas tem um regulamento a seguir como: postura e atitudes dignas de um atleta. Feita contagem de pontos subindo-se qual esquadra vencedora das provas olímpicas é colocado no quadro de honra o seu distintivo. O 1º colocado nas provas conquista uma taça e a esquadra em 2º lugar conquista medalha de mérito.

Expus assim com muito prazer um método que eu julgo eficaz e de grande efeito para as crianças em idade escolar.

Como me sinto feliz quando no momento decisivo de uma prova olímpica ouço estas expressões: como está nervoso, que esquadra ganhará a taça? Ou então, a atitude que fica gravada em minha retina é quando antes de um salto ou largada de uma corrida, inconscientemente elas persignam-se.

EFICAÇÃO E ASSISTÊNCIA SANITÁRIA

Maximino de Jesus Ferreira
(E.I. Sanitária)

A maior parte das crianças que frequentam o E.I., passa quase o dia todo na Unidade necessitando,

de assistência, no que se refere à saúde e higiene; essa, prestada por meio de exames médicos periódicos, controle da alimentação, assistência dentária, socorros de urgência e educação sanitária.

O controle médico, atualmente, não é feito, por falta do médico. Os casos mais graves são atendidos por enfermeiros e para: Centros de Saúde

ou Postos de Puericultura.

O controle da alimentação e a assistência dentária são feitos pelo dentista da Unidade, que procura dar às crianças uma alimentação adequada e conservar a saúde dos dentes, por meio de exames e tratamento.

A assistência a acidentados é prestada pela enfermeira, dona Dolores Dalma, que também controla o desenvolvimento e alimentação das crianças que necessitam de maiores cuidados.

A educação sanitária é feita pela educadora sanitária que, por meio de campanhas, palestras, aulas de higiene e reuniões de mães, procura incutir na criança e seus familiares, hábitos de higiene e noções de como evitar as doenças e preservar a saúde. As mães assistem a aulas sobre alimentação, profilaxia de moléstias contagiosas, higiene da habitação e têm orientação de como incutir nas crianças hábitos de higiene necessários para conservar a saúde. Essa orientação é de grande importância pois, só por meio dela as mães podem colaborar com a educadora, na educação sanitária, havendo maior eficiência no trabalho.

As crianças, por meio de jogos cantos e brinquedos, adquirem hábitos de higiene necessários à conservação da saúde. As crianças maiores assistem aulas sobre socorros de urgência, puericultura e profilaxia de moléstias.

São desenvolvidas campanhas, para despertar maior interesse, nas crianças, por assuntos de maior importância ou em evidência, como por exemplo, um surto epidêmico de uma moléstia contagiosa, moléstias próprias de determinadas estações do ano, etc. São feitas, também, neste setor de trabalho, visitas domiciliares afim de se entrar em contacto com o ambiente familiar dos educandos, procurando-se resolver problemas de comportamento ou orientando as famílias, quanto a hábitos de higiene mais esquecidos e necessários, ou ainda, em casos de moléstias, para orientação.

É feito, também, o controle das vacinas, afim de defender os educandos contra as moléstias contagiosas. A vigilância da limpeza e higiene da Unidade, está a cargo da educadora sanitária, que procura, também, incutir nas crianças, o hábito de zelar pela conserva-

ção da limpeza do ambiente onde trabalham ou brincam.

A MÚSICA NO PARQUE INFANTIL

Shirley Mary Dronsfield
(Ed. musical)

A música tem um papel importante dentro das atividades de um parque infantil. Por meio dela, as crianças aprendem noções de higiene, educação, pois cantando é muito mais agradável aprender. A criança memoriza a letra muito melhor do que se tivesse recebido uma aula teórica sobre o assunto e, facilmente, a recorda, pois constitui a música um grande meio memorístico.

Na parte recreativa, então, é um sem fim de músicas que agradam as crianças, como por exemplo: brinquedos e rodas cantadas, dramatizações, etc.

No nosso P.I., comemoramos várias datas e há músicas sobre quase todas elas: dia das mães, dos pais, festas juninas, Natal. Quanto às festas cívicas, cujas datas e significados se devem incutir na criança, afim de que se torne um bom cidadão, um dos melhores veículos é, naturalmente, a música, com a qual o aprendizado se torna menos rígido e, portanto, mais agradável.

As atividades musicais no P.I. são muitas e variadas. Temos o orfeão, onde todas as crianças cantam, sem exceção. Descobre-se, por esse meio, as que têm pendores artísticos. Uma atividade de muito agrado dos parqueanos é o raichinho, onde eles desenvolvem o senso rítmico e musical, pois têm de ouvir a música para poder acompanhá-la, por meio de palmas ou de instrumentos de percussão, dos quais temos um número relativamente bom.

Quando é feito um centro de interesse, pela educadora encarregada, naturalmente, entra a parte musical, que fica a meu cargo. Nestas festas tomam parte as crianças que se destacaram durante as atividades normais. Mas, no decorrer dos ensaios, procuramos (digo procuramos, porque sempre trabalhamos em equipe) incentivar aquelas que não possuem senso artístico mais apurado ou que tenham acanhamento em tomar parte em bailados e números musicais, desenvolvendo-lhes a musicalidade e a confiança em

Tenho notado que, desde que comecei, a dar minhas atividades nesta Unidade, houve uma sensível melhora do nível artístico dos parqueanos, pois eles, por si mesmos já têm vontade e podem para tomar parte nas festas e atividades musicais. O meu maior prazer é ouvir as crianças cantarem, espontaneamente, as canções aprendidas em minhas aulas, quando estão brincando em atividades livres. Cantam sozinho ou em grupos, por vezes improvisando interessantes bailados com coreografia, em parte original e em parte imitando o que já foi ensinado pelas educadoras. E é nestas horas que me sinto realizada como educadora musical.

Caro leitor, vou descrever aqui o que é um dia no parque. As crianças chegam ao parque às 7,45 horas da manhã. Ao passarem pela porta, são revistas as sacolas, nas quais deve haver: uma camiseta, uma toalha de banho e uma de rosto, uma escova de dentes, um lenço, um pente e, para os pequenos, um calção; tudo limpo e em ordem. A seguir, toma-se nota de seus números, para a estatística do parque. Às 8 horas em ponto, bate o sinal e as crianças formam filas e cantam o hino dos parquencos. A seguir, são dados jogos de campo: para os meninos, barraból e futebol; para as meninas, corda e bola atrás, casinha de boneca, etc. Se o dia estiver frio ou chuvoso, as atividades serão outras: jogos tranquilos, em recinto fechado, com bameinhos infantis, jogos de formar figuras, lig-lig,

estilina, etc. No verão é dado banho e piscina.

Às 8,45 horas, as crianças são chamadas para o banho de chuveiro, lavagem das mãos e arrumação para o lanche, que é servido às 9 horas.

Esse lanche é fornecido pela Prefeitura e é variado, de acordo com o fornecimento e consta de: pão, leite; suco, ou manteiga, doce, ou banana.

Após o lanche, há um pequeno repouso depois do qual as crianças escovam os dentes e vão para atividade livre. Brincam nos aparelhos de recreação, tanque de areia. Os aparelhos são variados: balanças, cavalo de pau, gangorra, carrossel, gaiola, escada vertical e horizontal, vaga oceânica e gangorras.

Das 10,30 às 11 horas, as crianças assistem a uma aula de música, às terças e 5ª feiras e aula de higiene, às segundas e quartas. Às 6ª feiras eles têm, nesse mesmo horário, jardinagem prática.

Das 11,10 às 11,40 horas, eles têm: desenhos, recortes, trabalhos com agulha, pintura a dedo, ensaios variados, segundo o tema dos centros de interesse desenvolvidos no momento.

Às 11,45 horas, são chamados para a lavagem de mãos e arrumação para o almoço. Às 12 horas é servido o almoço, que vai, geralmente, até às 12,30 horas. Após o mesmo, há um repouso, que encerra o primeiro período de trabalhos.

Na parte da tarde, o programa segue, geralmente, o mesmo tipo de atividades, variando somente os horários.

PROBLEMAS DA CAIXA AUXILIAR DE ASSISTÊNCIA

Dr. José Alfredo Coutinho Braga
(Dentista)

Logo após a inauguração do P.I. 34, tornou-se necessária a fundação da chamada "Caixa Auxiliar de Assistência (C.A.A.), que se encarrega de suprir os parquianos necessidades e de comprar material didático, para as atividades dos referidos parquianos.

Aos 29 dias de Julho de 1955 realizou-se, sob a presidência da Educadora Zélia Campos Duprat, então diretora desta Unidade, a primeira reunião de mãos, onde foi apresentada a ideia da fundação da C.A.A. Logo, esta, uma diretoria composta de três membros: presidente, tesoureiro e secretário,

cargos estes, preenchidos por funcionários do P.I. e um conselho consultivo, composto de três membros, que são escolhidos entre as mães dos parquianos.

Ficou deliberado que todos os parquianos contribuiriam, mensalmente, para a C.A.A., sendo facultativa a quantia.

Naquela ocasião, poucas eram as crianças que almoçavam no parque, logo esse, trazido de casa pelos próprios educandos.

Aumentando, consideravelmente o número de crianças que passaram a almoçar no P.I. e sendo variado o almoço trazido de casa (uns bons, outros aceitáveis e alguns péssimos) tornou-se imperioso encontrar uma solução para o problema. A solução encontrada, foi a C.A.A. Passou esta, então, a fornecer almoço a todos os parquianos que o desejassem, mediante o pagamento de R\$3,00 por dia, que mais tarde foi reajustado para R\$ 5,00 e, atualmente, R\$ 7,00.

A C.A.A. ficou encarregada de comprar, além de material didático, todos os alimentos consumidos no P.I. pois muito pequena tem sido a contribuição oficial. Este ano, de janeiro até hoje, recebemos da Prefeitura: 150 quilos de macarrão, 2 sacos de arroz, 2 sacos de feijão, 3 sacos de batatas, 40 latas de ervilha e 50 latinhas de extrato de tomate.

Fornecemos u'a média de 120 almoços diários, sendo necessários comprar com os recursos da C.A.A., semanalmente: dois botijões de gás, sete quilos de carne, cinco litros de óleo e legumes diversos, adquiridos na feira. Mensalmente: seis quilos de sal, cinquenta de açúcar, dois quilos de cebola e de alho, 1 peça de toucinho defumado, 40 a 50 quilos de macarrão para macarronada e 60 quilos para sopa, 60 quilos de arroz, 60 quilos de feijão, 90 quilos de batatas, 90 latas de ervilha para macarronada, além de ervilha seca, fósforo, salsicha, grão de bico e outros gêneros de primeira necessidade.

Grande tem sido a nossa luta, para conseguir equilibrar o orçamento (arrecadação e despesa), com o fantasma do déficit a rondar sempre a nossa caixa.

Apesar de encontrar, muitas vezes, má vontade e mesmo incompreensão, por parte de alguns pais dos parquianos, vamos realizando a contin-

to, a nossa tarefa, indiferentes a falatórios dos máis pagadores.

Podem-nos-íamos ater, estritamente às funções de simples dentista que somos, desta Unidade mas, acostumados a lutar em benefício da criança de hoje, por um Brasil melhor, amanhã, não mediremos esforços em colaborar com a Diretora desta Unidade Diná Luiza Sguiglia Duarte de Oliveira, que nos tem dado todo o apoio necessários ao bom cumprimento do nosso encargo, lembrando sempre daquele adágio popular "os cães ladram, mas a caravana passa".

Presidente- Diná Luiza Sguiglia Duarte de Oliveira-(dirigente)

Tesoureiro- Dr. José Alfredo Coutinho Braga- (Dentista)

Secretária- Júlia Silveira Lima Ramos- (Escriturária)

Conselho consultivo: Sra. Bessie Pires de Carvalho- Sr. Raimundo Moura Vicira e Sra. Luzia Garrido Angerami.

MINHAS ATRIBUIÇÕES COMO ESCRITURÁRIA DO PARQUE INFANTIL DONA LEOPOLDINA.

Júlia Silveira Lima Ramos
(escriturária)

Como escriturária do Parque, as minhas atribuições são muitas, pois o nosso P.I. é imenso, tem uma frequência de parquianos bem elevada; por esse motivo, a escrituração administrativa é bem grande.

Escrituração administrativa: - compreende: os ofícios, os memorandos, as ordens internas, avisos às educadoras, os bilhetinhos para os srs. pais, a estatística de frequência dos parquianos, que é feita diariamente e enviada à chefia cada quinzena, para os devidos apontamentos. O relatório de nossa dirigente que, juntamente com os relatórios das educadoras, do dentista e da enfermeira, são enviados à chefia, para Da. Angélica Franco, muito digna conselheira do Departamento de Educação, Assistência e Recreio, para as devidas apreciações.

Como secretária da Caixa Auxiliar de Assistência; também faço os balanços da mesma. Também os fichários: médico e da C.A.A., estão a meu cargo.

Ainda sob minha responsabilidade, está o almoxarifado da Unidade, onde guardamos o material didático que é distribuído às educadoras, cada início de semana, mediante requisi-

ção, assim como o material de expediente e o de limpeza, que é fornecido aos zeladores, uma vez por semana, também por meio de requisição.

Além desses trabalhos, estou sempre pronta para atender a nossa dirigente e as educadoras, quando necessários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espírito da equipe e o ambiente de camaradagem e cordialidade que reina no Parque Infantil Dona Leopoldina, é que tornam possíveis as nossas realizações.

Deixo aqui o meu agradecimento a todos os funcionários que me auxiliaram nesta tarefa. Em especial deferência, a Maximina de Jesus Ferreira e Elza Maria Pinheiro Barboza. Também à firma INSUBRA S/A que me desenhou a capa. E, particularmente, ao Sr. Francisco Xavier de Peretti Ramos e ao Sr. Ernesto Gannan, por me terem dado uma excelente orientação.

Ericilia Carbonari



1039

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA E RECREIO

BOLETIM INTERNO
DA

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA E RECREIO

JUNHO DE 1956 NÚMERO VI

ÍNDICE

PSICOLOGIA

"A CRIANÇA MENOR DE SETE ANOS"

Sylvia Varoni de Castro 82

EDUCAÇÃO

CURSO PRÁTICO DE ALIMENTAÇÃO"

Benedicta P.F. Martins e
Tharsilla P. Ferreira 83

EDUCAÇÃO MUSICAL

"O OFFER" 84
Súcia Tereza da Rocha

PSICOLOGIA

"A CRIANÇA E A MENTIRA"

Ilina Leonis 85

BIBLIOTECA ESPECIALIZADA

Mês de abril de 1956 86

PARQUE INFANTIL CATUMBI

"INICIATIVAS PARA MELHORIA E APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO

DOS EDUCADORES - Eldy Poli Bifone 87

PARQUE INFANTIL DONA LEOPOLDINA

"PLANOS DE TRABALHO"

Dina Luiza Sgueglia 87

CAMPANHA EDUCATIVA CONTRA INCÊNDIOS

Maria S. de Lourdes Samuel 89

MATERIAL DIDÁTICO

"PARA AS FESTAS JUNINAS"

QUADRILHA AMERICANA - Elisa de Mendonça 90

FREQUENCIA NOS PARQUES INFANTIS - Março de 1956 93

FREQUENCIA NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO SOCIAL E FAMILIAR - Março.. 94

MUSEU E MATERIAL DIDÁTICO - Abril de 1956 95

NOTICÁRIO - 96

A CRIANÇA MENOR DE SETE ANOS

Lendo com particular interêsse o parecer apresentado pelo ilustre professor Arrigo Leonardo Angelini, titular da Cadeira de Psicologia Educacional da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e, atendendo à sugestão do Boletim Mensal de março p.p., venho apresentar minha modesta contribuição ao estudo dêsse importante assunto.

Evidentemente, o renomado psicólogo prof. Arrigo focaliza a questão com habilidade, especialmente quando ressalva que "as crianças antes dos sete anos de idade, normalmente, não possuem capacidade e nem discernimento para prestar serviços úteis à coletividade".

Todavia, é preciso considerar até onde pode situar-se essa condição dita "normalmente", pois tenho para mim, através de longa experiência no trato com crianças de idade inferior a sete anos, que, com mais frequência do que supor se possa, demonstram capacidade e discernimento úteis para a vida prática dos respectivos meios sem, contudo, localizarem-se como seres excepcionais.

É certo que, para o comum das pessoas, qualquer ação destacada de crianças, quando explorada pela publicidade sensacionalista é levada a conta de toque de gênio ou do sobrenatural, sustimando-se assim, quase sempre, uma condição normal dessas pequenas criaturas que, verdadeiramente, de um modo geral, têm a natural capacidade de, a partir de tenra idade, poder apreender tudo o que vão fazer os adultos que as cercam.

Há, é compreensível, os indivíduos excepcionais entre as crianças, como por exemplo, a maestrina italiana, de cinco anos de idade, Gianela de Marco, como também a poetisa infantil da França, Ninou Droezet, agora tendo como companheira, Franca Losi, que acaba de revelar-se na cidade italiana Canonica d'Adda, cujas poesias são admiradas pelos críticos mais rigorosos. Verdade é que essas duas últimas ultrapassam a idade em exame, são, porém, como a maestrina, crianças precoces e assim devem ser classificadas como prodígios, fora do normal.

Por outro lado, entretanto, temos crianças perfeitamente normais, como por exemplo aquela heroína de seis anos, de Clermont Ferrand, de que nos dá notícia a imprensa e que, graças a seu sangue frio, conseguiu salvar seu irmãozinho de catorze meses e as economias dos pais que trabalhavam fora. Essa criança de nome Chantale Adevaht, foi acordada por espessa fumaça que invadia o seu quarto. Vestindo-se rapidamente apanhou seu irmãozinho que dormia no berço, apoderou-se de uma caixa onde estavam as economias da casa e desceu as escadas, salvando-a da destruição que se verificou. Este fato por si só já demonstra suficientemente o discernimento e capacidade de uma menina menor de sete anos em prestar serviços úteis para a coletividade, mas, não fica só nisso. É notório na vida de todo dia encontrar-se crianças em lares de tôdas as condições sociais, com a mesma capacidade.

É bem conhecido de todos a "responsabilidade" que pesa nos ombros de nossas valentes petizes da zona rural no interior de São Paulo, onde já vivi. Ali é frequente, é parte integrante da luta de cada dia, a gente ver crianças de menos de seis anos transportando para seus pais, na roça, afastada de casa, três ou qua-

é justamente em sua casca que se encontra o cálcio, indispensável na formação dos ossos. Foi explicada, durante a demonstração, a importância da lavagem dos ingredientes, pois a água não destrói as vitaminas e foi salientado também a inconveniência das frutas mal lavadas.

O "Curso de Alimentação Walita" encerrou-se com pleno êxito, no dia 27 de março p.p., realizando-se por este motivo, uma reunião festiva, com entrega dos certificados a 120 participantes, entre as quais contavam-se, além de mães de parqueanos e educadoras, pessoas do bairro, interessadas nesse curso, uma vez que conseguiram com o gerente de uma fábrica, próxima ao Parque, a facilidade de saída antecipada de algumas de suas operárias nos dias em que se realizaram as aulas.

Dessa forma, não só a família ^{parqueana} será beneficiada com novos ensinamentos, como também várias famílias do bairro, por intermédio dessas senhoras que irão levar os conhecimentos recebidos aos seus lares.

Antes da solenidade da aula de encerramento, foi levada a efeito uma exibição de filmes, demonstrando a necessidade da alimentação sadia e eficiente.

Finalizando, houve um lanche festivo, distribuição de brindes, e sorteio de mimos oferecidos pela "Walita".

Cumpre-nos agradecer vivamente a gentileza de "Walita" de Dna. Jandira Guedes e de seus dedicados colaboradores, que deu uma grande demonstração de solidariedade e eficiência.

Plano do curso: Dirigente, BENEDITA P.F. MARTINS

Execução: Ed-Sanitária, THARSILLA P. FERREIRA.

~~~~~

## EDUCAÇÃO MUSICAL

### O ORFEÃO

#### Finalidades

O Orfeão, bem organizado, pode e deve atingir esta grande finalidade: educar. Este termo condensa todas as funções que acompanham um trabalho bem feito. Assim destacamos: a disciplina, que surge aceita, entendida e desejada, como fruto da cooperação e do espírito de solidariedade necessários ao trabalho. Podemos citar por exemplo:

- 1) a divisão em grupos;
- 2) responsabilidade de cada grupo;
- 3) ouvir e respeitar as outras partes;
- 4) domínio de si próprio;
- 5) ensina a esperar;
- 6) a intervir oportunamente;
- 7) submissão à direção e
- 8) acalma ou excita o individualismo.

No plano da educação física, temos o Orfeão como elemento de desenvolvimento físico:

- 1) pela atitude na prática;
- 2) treino de distribuição e capacidade respiratória;
- 3) controle de nervos e músculos, etc...

Na educação intelectual, vemos o despertar da inteligência, o desenvolvimento do raciocínio, com o estudo e ensaios progressivos de peças mais complexas.

Na educação moral, despertando os sentimentos.

Morais, propriamente ditos:

- 1) formação do caráter, pelas canções;
- 2) estreitando os laços afetivos;
- 3) anulando as vaidades individuais;
- 4) despertando os sentimentos cívicos, amor à Pátria e a seus grandes vultos;

Sentimentos estéticos

- 1) amor à música
- 2) às realizações artísticas
- 3) cultivando e cultuando as grandes artistas de todos os tempos.

O orfeão poderoso auxiliar para as horas de lazer, constituindo recreação sadia: canções apropriadas, agradáveis, acessíveis, provocam emotividade, alegria, bem estar. Como exemplo, citemos fora das organizações oficiais, o papel que representa o Orfeão (mais ou menos livre, porém), no programa de atividades das organizações tais como as dos "Escoteiros", "Bandeirantes" associações religiosas, etc...

Na Educação Profissional

- desperta as aptidões naturais, desenvolvendo-as; o professor ao notar algum caso de vocação musical, deve encaminhá-lo, para uma educação especializada.

Falta falar, ainda, do papel colaborador que exerce o Orfeão, quando incluído nos programas das solenidades cívicas, escolares, artísticas e religiosas.

Isto facilita uma aproximação das famílias que participam do êxito do trabalho dos alunos.

Citemos, para finalizar, o pensamento de Ceição de Barros Barreto (em Côro, Orfeão): "... a voz, o mais expressivo fator de comunicabilidade. Não há sentimento que não possa interpretar com dignidade, elevação, energia e vigor, que convence e arrasta. Não há idéia que ela não possa sugerir, não há ação que não possa despertar ou inibir.... enfim, os Orfeões são prontos e prestáveis auxiliares da educação moderna".

(Continua no próximo número)

LÚCIA TEREZA DA ROCHA  
Educatriz Musical do Parque Infantil  
"Noêmia Ippólito."

~~~~~

P E D A G O G I A

A CRIANÇA E A MENTIRA

A mentira é geralmente um instrumento de defesa, pelo qual a criança procura se desvencilhar de certos constrangimentos, levar vantagem perante os outros, ou fugir à realidade. São diversas as suas causas.

Nos primeiros anos pode-se dizer que, praticamente, não há mentiras propriamente ditas. São somente produtos de viva imaginação, sem intenção de enganar os outros, mas, sim, satisfazer seus anseios e

próprias ambições. Normalmente, tais mentiras desaparecem quando a criança começa a entrar em um mundo mais real, com o aumento de idade e experiências.

Só neste momento surgem as verdadeiras mentiras, sendo quase sempre um meio de dissimular algo que se fez e se reconhece como errado: uma travessura, um furto. A causa de tais mentiras pode ser o medo, o receio, a falta de confiança, enfim, uma maneira de escapar a um conflito com a autoridade.

O exemplo do ambiente em que vive, pode ser outro grande fator da mentira na criança. Se a cada passo, vê a mãe se livrar de um telefone importuno ou visita cacete com uma "desculpa protocolar", se ela percebe que, alterar a verdade é um meio cômodo de fugir a situações desagradáveis, dificilmente não se tornará, também ela, uma pequena mentirosa.

Para evitar mentiras deve-se, pois, criar para a criança, um meio são, um ambiente de afeição, amor e confiança e não de terror. Recorrer ao medo é reforçar a oportunidade de mentira, é fazer a criança procurar na próxima vez, u'a maneira mais ardilosa de faltar à verdade. No sentido de corrigir a criança o educador deve tentar a pesquisa das causas que motivam o ato. De acôrdo com a natureza específica será, então, aplicado o tratamento convenientemente indicado.

De modo geral, devemos sempre eliminar as situações difíceis que coloquem a criança na eminência de mentir. Devemos mostrar que confiamos nela e procurar incutir-lhe o sentimento de responsabilidade, de honra e lealdade. Qual delas não deseja ser corajosa e forte? Mentir é uma covardia!

Mas, impossível mudar o indivíduo sem alterar o meio... Se nossos lares fossem diferentes talvez muita criança devesse ser muito menos castigada...

ILIA LEONIS

Transcrito do Jornal de Pedagogia da
Faculdade "Sedes Sapientiae".

- § - § - § - § - § - § -

BIBLIOTECA ESPECIALIZADA

Movimento de consultas e leitores referentes ao mês de abril de 1955

<u>LEITORES</u>		<u>CONSULTAS</u>	
Educ. Recreacionista	15	Literatura	24
Func. Administrativo	14	Artes	23
Instrutor	13	Filosofia	18
Educ. Jardineira	10	Obras Gerais	14
Educ. Sanitária	9	Filologia	13
Bibliotecário	8	Ciências puras	11
Desenhista	7	Ciências Aplicadas	10
Operário	5	Sociologia	9
Total	81	Total	122

- § - § - § - § - § - § -



INICIATIVAS PARA MELHORIA E APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO DOS
EDUCADORES

Entramos em entedimentos com as dirigentes do PP.II. Pedro I e Princesa Isabel, a fim de possibilitar melhoria dos conhecimentos técnicos das Educadoras Leilah Faroni sobre Teatro de Sombras e Raquel M.B. Gonçalves sobre Teatro de Fantoques. Adquirimos um exemplar do livro - Como fazer Teatro de Bonecos, e o colocamos à disposição das Educadoras.

- Com a jardineira Néa Rilceiro Fontes, tivemos entedimentos, a fim de integrá-la na equipe e despertar-lhe maior interesse pelo trabalho desenvolvido. Procuramos demonstrar-lhe que, o fato dela estar trabalhando para conseguir sua transferência para o Parque Infantil de Moema, não é motivo para que o seu trabalho pareça, e que se "amanhã" se der a sua transferência, qualquer funcionária dará prosseguimento aos trabalhos iniciados. Parece ter havido boa compreensão por parte da funcionária, que vem se desempenhando bem atualmente.

- Por sugestão da educadora musical Dna. Ligia de Castro, que se acha fazendo "Curso sobre Cêro Palácio", solicitamos à Dna. Angélica Franco, autorização para a vinda de Dna. Maria Joana Pieper, para uma demonstração aos educadores dessa atividade, que será apresentada nesta Unidade, por ocasião da Páscoa.

Transcrição do Relatório de

ELDY POLI BIFONE

Dirigente do P.I. Catumbi.

§ - § - § - § - § - § -

PARQUE INFANTIL D. NA LEOPOLDINA

PLANOS DE TRABALHO

Durante todo este período, preocupamo-nos em elevar o preparo técnico das nossas Educadoras, incentivando-as a organizar novas modalidades de material didático e procurando orientar-nos, com auxílio da Sra. Chefe Dna. Angélica Franco, quanto ao verdadeiro planejamento e desenvolvimento dos centros de interesse.

Também nesse sentido promoveremos, mensalmente, sessões de estudos, em que serão divulgadas experiências de êxito, para aproveitamento de toda a equipe. Contamos, para isso, com o apoio e orientação das sras. Conselheiras de Ed. I.

Com respeito à campanha do uso do calçado, que vimos desenvolvendo já há algum tempo, pretendemos incluir novas atividades, tais como o enfeite de alpargatas pelas meninas, a confecção de caixas de engraxate pelos meninos, instituindo-se então o dia do sapato engraxado (semanalmente). Contamos, com o desdobramento da campanha, incentivar o gosto pela apresentação correta, uma vez que as partes utilitária e higiênica da questão já foram amplamente analisadas.



Seguindo nossa sugestão, de formação de equipes de crianças, para desenvolvimento de atividades úteis, principalmente com relação aos meninos grandes que mostram-se desde muito desinteressados pelas atividades comuns, a Educ. Recreacionista, Hilda Ferla, organizou um novo sistema que até a presente data vem resultando vitorioso.

A Educadora em questão dividiu sua turma em 4 "esquadras" sendo que cada equipe escolheu pelo voto o seu monitor, o nome e o emblema de sua "esquadra". Assim temos: Fortaleza, Onze listas, Cruzeiro e Brasileira. Quinzenalmente há uma olimpíada, em que são apresentadas várias modalidades esportivas (corrida, salto em altura, salto em extensão, bola ao alvo, arremesso de peso, esgrima, box, etc.). A contagem de pontos se faz não só por ocasião das olimpíadas, mas diariamente, entrando em cômputo todas as boas ações praticadas na Unidade (auxílio aos parqueanos menores, devolução de objetos perdidos ao dono, limpeza dos locais de atividades, maneiras corteses para com os colegas e superiores, apresentação do uniforme, disciplina geral, harmonia do grupo, etc.). Somados estes pontos aos obtidos nas olimpíadas, ter-se-á, no fim de cada mês, a "esquadra" vencedora, cujo distintivo irá para o quadro de honra. Aos vencedores das olimpíadas serão ofertadas medalhas e, ao fim de 1 ano, a esquadra que mais se sobressair ganhará uma taça com seu nome gravado.

Procurando dar ao sistema um cunho bem masculino e interessante, nos moldes do escotismo e bandeirantismo, falta-nos ainda elaborar com as crianças, as leis, os deveres e os estatutos das esquadras. (Vide também relato da Educ. Recreacionista, Hilda Ferla).

Temos dedicado especial cuidado na orientação aos deveres escolares, que nos possibilita provar a muitos dos srs. pais, que o Parque Infantil não é apenas vasta área de terreno onde algumas "pagens" vigiam os folguedos de seus filhos, mas sim uma entidade Educativo-Assistencial, onde se zela também pela saúde, pela moral e pela cultura do educando.

O almoço na Unidade pretende sofrer grande modificação, uma vez que com o auxílio em espécie, recebido da Prefeitura, contamos poder eliminar o sistema de marmitas. As sras. mães têm-se mostrado extremamente interessadas em que a Unidade inicie o fornecimento de almoço completo. Como, porém, os gastos previstos vão além das possibilidades da C.A.A., na sua atual situação, pretendemos interessá-las numa contribuição mais elevada, suficiente para o fornecimento diário de um prato suculento e sadio, considerando-se as vantagens da eliminação das marmitas. Nossa principal dificuldade tem sido a paralisação dos trabalhos de organização da horta, devido à falta de irrigação e a retirada do jardineiro, o que obriga o nosso hortelão a desdobrar-se também nos serviços do jardim.

Com o plantio da horta (que esperamos seja breve), poderemos evitar maiores gastos porquanto a extensão do terreno possibilita abundante e variada safra.

No que se refere às comemorações, já estão sendo planejadas, a par do desenvolvimento do centro de interesse da Páscoa, as festas do dia Pan-Americano e de Tiradentes.

Transcrição do Relatório de

DINÁ LUIZA SGUEGLIA

Diretora Subst. do Parque Infantil D. Leopoldina.



Com a aproximação das festas juninas, concitamos todos os Educadores a colaborar na Campanha contra Incêndios, mediante divulgação de esclarecimentos aos educandos e suas famílias, dos perigos que a soltura dos balões acarreta, bem como das medidas preventivas que devem ser postas em prática na luta contra o fogo.

Nêsse particular, recomendamos a leitura da obra premiada pela Comissão de Prevenção contra o Fogo, intitulada "Alerta", de autoria do Sr. Abieser B. da Silva, do valoroso Corpo de Bombeiros da nossa capital, e cujo prefácio transcrevemos a seguir, para conhecimento de nossos Educadores.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Abieser B. da Silva escreveu um interessante livro de histórias educativas, contra incêndio, a que deu o expressivo título "A L E R T A". A literatura de prevenção contra fogo, ainda escassa em nosso país, deve merecer atenção e ser estimada pela juventude, pois assim encontrará um sadio passatempo e simultaneamente aprenderá numa leitura interessante, conhecimentos úteis que a todo momento, podem ter sua aplicação prática.

O esforço do Sr. Abieser B. da Silva, em contar para educar é o mais louvável possível. A Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes não pode deixar de consignar o aparecimento dêste precioso livrinho e ao mesmo tempo a sua satisfação, pois será mais um veículo de difusão de regras para evitar acidentes, oriundos do fogo.

Estimamos que haja grande difusão do seu livro entre a juventude do país e aconselhamos a sua proveitosa leitura.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

NOTA: Estão à disposição no Setor Museu e Material Didático, para empréstimo aos Srs. Educadores de nossas Unidades, dois exemplares da citada obra, bem como alguns cartazes impressos sobre a CAMPANHA EDUCATIVA CONTRA INCÊNDIOS.

MARIA S. DE LOURDES SAMPEL
Conselheira de Educ. Física Para Moças.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Ao chegar o mês de junho, começa a criançada a se divertir com os balões coloridos. Eles sobem, cheios de gás produzido pela mecha, e os meninos ficam, sorridentes, acompanhando-os com os olhos no espaço.

No ar eles não ficarão soltos para sempre: vão cair longe e, assim incendiar uma pastagem, uma capoeira, uma gleba de mata ou, quiçá, uma indústria próspera.

Combataremos êsse perigoso veículo de fogo, dando às crianças o esclarecimento necessário.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXX

XXXXX



PARA AS FESTAS JUNINAS

QUADRILHA AMERICANA

É necessário ter um número mínimo de 8 crianças, sendo 4 meninos e 4 meninas. Sempre que se quiser maior número, será necessário aumentar de 8 crianças, 4 meninos e 4 meninas.

Exemplificaremos com o número de 16 crianças, sendo 8 meninos e 8 meninas.

As crianças entram no salão em fila de dois (casal), os meninos com os braços para trás e as meninas com as mãos na cintura e dançando dão uma volta completa no salão; na segunda volta, cada grupo de 4 crianças vai parando em seu lugar. O primeiro grupo a parar é o 4º, depois o 3º, 2º e finalmente o 1º.

À medida que as crianças vão tomando seus lugares, as crianças continuam dançando, com fundo musical "Suzana".

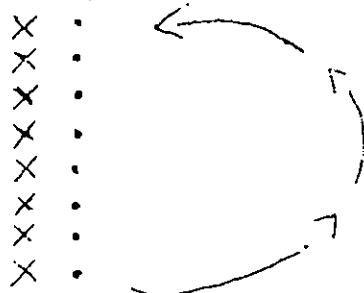


Fig. 1

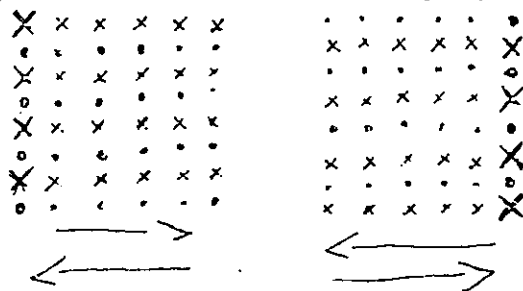
Terminada a volta, a figura formada é a nº 2



Fig. 2

As crianças, depois de estarem na posição da fig. 2, é que irão começar a quadrilha, com a música "Cabana do Vaqueiro".

Dá-se a ordem "cumprimentar os pares" - As crianças, contando 8 tempos, vão até ao meio do salão e cumprimentam seus vis-a-vis.



Voltando aos seus lugares, dá-se a ordem "em seus lugares" (conta-se 4 tempos), "Grupinho de 4"; as duas crianças (1 menino e 1 menina), da esquerda de cada grupo, se movimentam e ficam em frente às outras duas do seu próprio grupo, com indicação fig. 3.



Fig. 3

Conta-se 4 tempos e dá-se a ordem "Rodinha de 8". As crianças (8) do lado de dentro, as mesmas que se locomoveram para ficar em frente às suas companheiras, fazem um 8 em volta de las, exemplificando, somente com um grupo, conforme fig. 4.

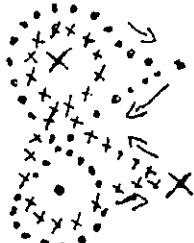


Fig. 4

Conta-se nessa figuração 12 tempos. Depois de voltarem aos seus lugares, as outras crianças, do mesmo grupo, repetem a figuração. Ex: fig. 5.

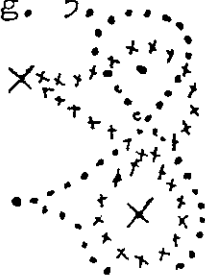


Fig. 5

Terminada essa figuração, dá-se a ordem "Em seus lugares". (fig. 3) e depois de se contar 4 tempos, "nos lugares", então as crianças, contando com 4 tempos, também voltam à fig. 2.

Conta-se 4 tempos e dá-se novamente a ordem "Grupinho de 4" voltando à fig. 3.

Conta-se 4 tempos e dá-se a ordem "Roda".

As crianças fazem 4 rodas em seus lugares, contando 8 tempos, até voltarem à posição inicial, conforme exemplo fig. nº 6.

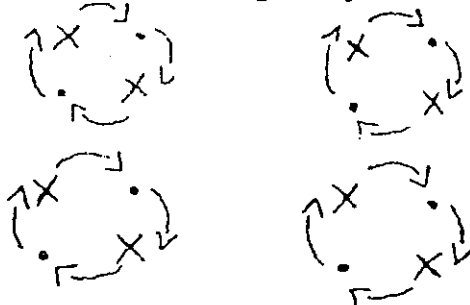


Fig. 6

Chegando nos lugares, fala-se - "Faz que vai, mas não vai". As crianças, do lado de fora, de mãos dadas, passam por baixo do braço de suas companheiras e voltam aos seus lugares; então, as do lado de dentro, repetem o mesmo, e finalmente, dá-se a ordem "Faz que vai e vai mesmo". As crianças, do lado de dentro, passam por baixo dos braços de suas companheiras e atravessando o salão ficam no outro grupo, em frente, em lugar correspondente ao seu, conforme fig. 6 e 7.

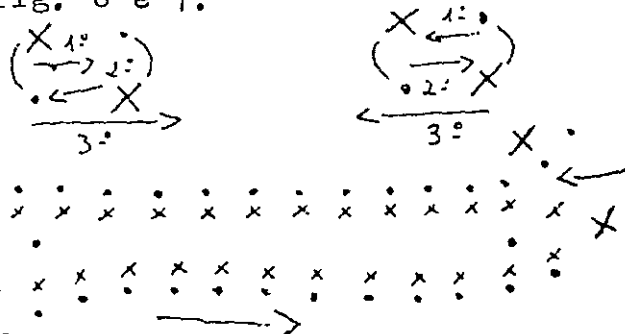


Fig. 6

Fig. 7

Chegando ao grupo em frente, repetem a "roda", o "Faz que vai mais não vai", "Faz que vai e vai mesmo" e atravessam novamente o salão, voltando aos seus primitivos lugares, isto é, a fig. 2.

Depois de terminada a figuração dos grupinhos, há o "Passeio na roça", igual à quadrilha brasileira; dão o passeio, formando depois uma grande roda.

Terminando de formar a roda, dá-se a ordem "Balancê". Com seus pares, as crianças dançam nos lugares, depois, "Beijo dos Anjos": as meninas vão para o centro da roda com as mãos na cintura, enquanto os meninos ficam batendo palmas, conforme fig. 8.

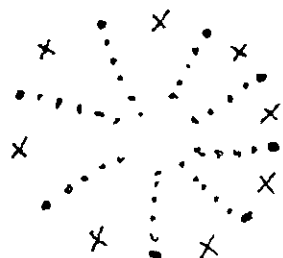


Fig. 8

Voltam de costas para seus lugares, onde dá-se a ordem novamente: "balancê com seus pares" e depois "Beijo dos marmanhos" - os meninos vão para o centro da roda, enquanto as meninas batem palmas, conforme fig. 9.

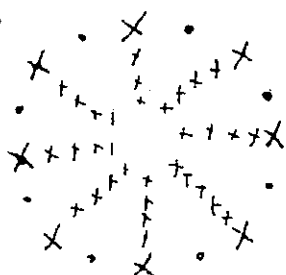


Fig. 9

Voltam aos seus lugares, também de costas e chegam do em seus lugares dançam "Balancê com seus pares". A seguir dá-se a ordem "Grande passeio", dando uma volta completa no salão; na segunda volta entram pelo meio do salão em pares - conforme fig. 10.

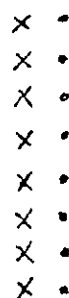
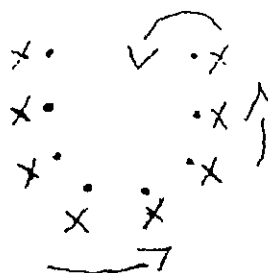


Fig. 10

Quando o último par chegar em seu lugar, os primeiros separam-se, o menino para um lado e a menina para outro, e voltam de costas, na direção da fila, conforme fig. 11.

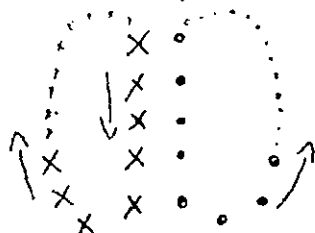


Fig. 11

Voltam outra vez à posição inicial, dando o braço para seus pares e saem do palco, acenando para a assistência.

----- x -----

MÚSICAS: "Suzanna" e "A Cabana do Vaqueiro".

TRAJES: Meninas - vestido de chita

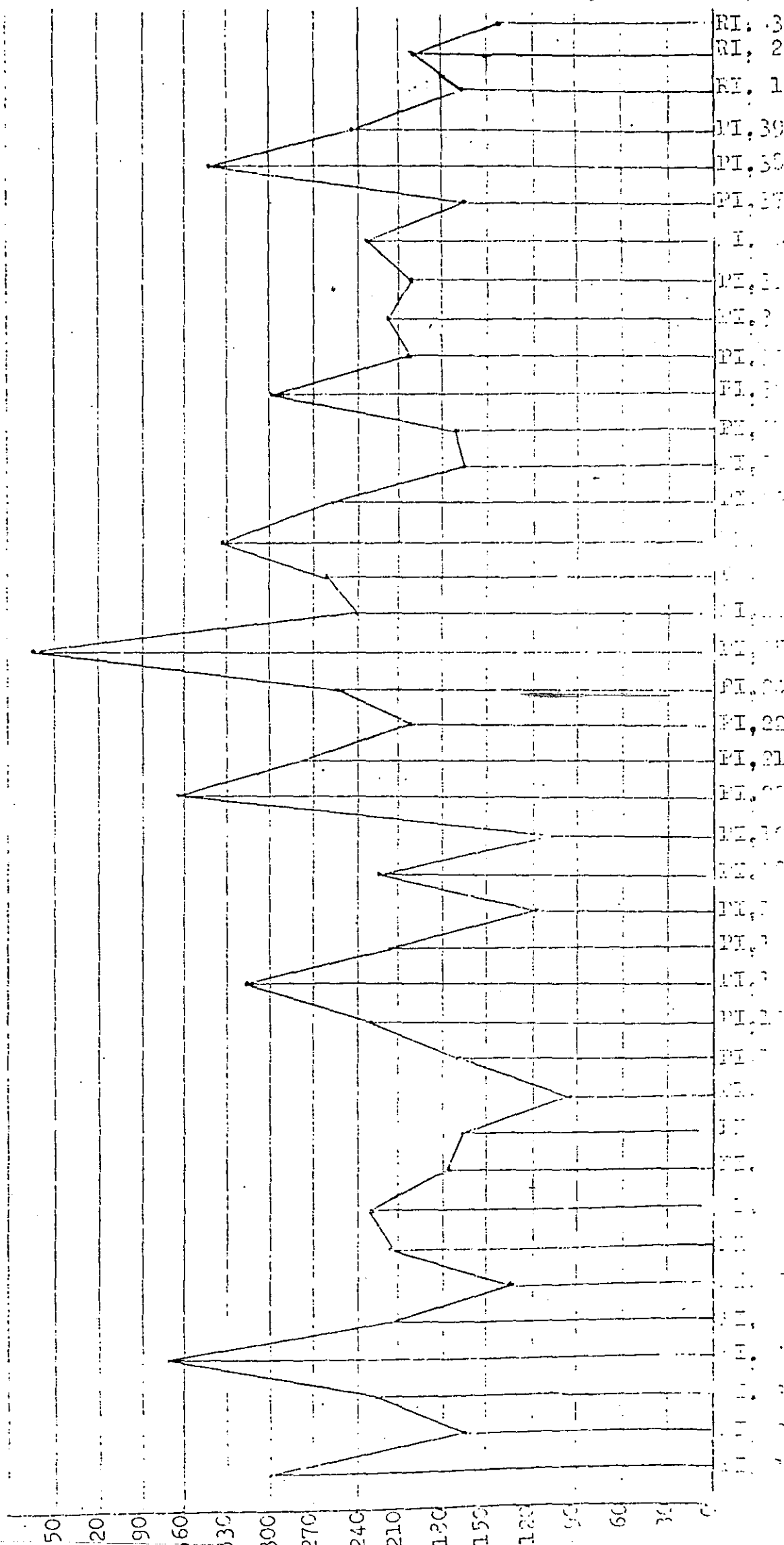
Meninos - calça rancheira, blusa xadrês, lenço no pescoço e chapéu de palha.

NOTA: Durante toda a dança, os meninos devem estar com os braços para trás e as meninas, mãos na cintura.

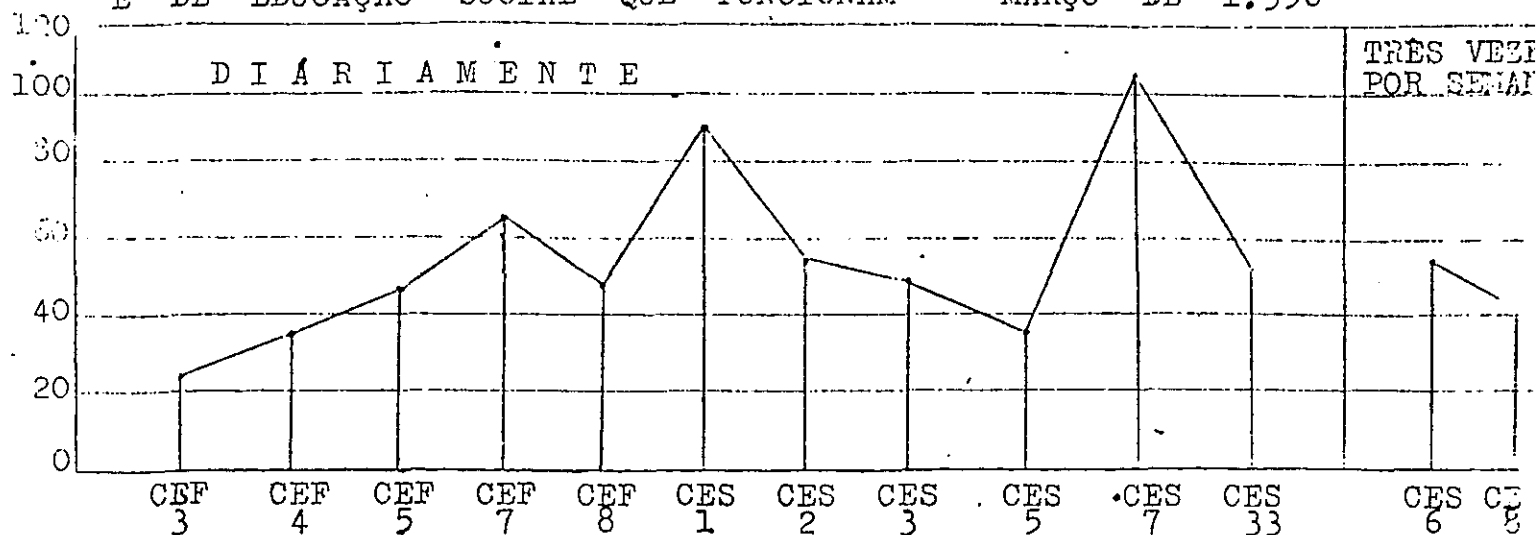
FREQUÊNCIA MÉDIA DIÁRIA NOS PARQUES E RECANTOS INFANTIS

MÊS DE MARÇO DE 1.956

-93-



FREQUÊNCIA MÉDIA DIÁRIA NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO FAMILIAR
E DE EDUCAÇÃO SOCIAL QUE FUNCIONAM - MARÇO DE 1.956 -94-



FREQUÊNCIA MÉDIA DIÁRIA DAS UNIDADES EDUCATIVO-ASSISTENCIAIS DURANTE O MÊS DE MARÇO DE 1956, CLASSIFICADAS EM ORDEM DECRESCENTE. (A frequência média diária dos Parques, Recantos e Recreios Infantis, corresponde à soma dos educandos que frequentam os dois periodos).

PARQUES INFANTIS

P.I. Princesa Isabel.....	459
P.I. Borba Gato.....	368
P.I. Vila Guilherme.....	361
P.I. Vila Nova Manchester.....	346
P.I. Santa Terezinha.....	331
P.I. Casa Verde.....	328
P.I. D. Pedro II.....	300
P.I. Vila Maria Alta.....	300
P.I. Osasco.....	274
P.I. Consolação.....	268
P.I. Dna. Anita Costa.....	265
P.I. Santos Dumont.....	252
P.I. Canindé.....	241
P.I. Cidade Lider.....	240
P.I. Guia Lopes.....	239
P.I. Lapa.....	235
P.I. São Miguel.....	228
P.I. Presidente Dutra.....	227
P.I. Brooklin.....	227
P.I. D. Leopoldina.....	219
P.I. Mario de Andrade.....	211
P.I. São Rafael.....	211
P.I. Freguesia do Ó.....	209
P.I. Monte Castelo.....	204
P.I. D. N. Ippólito.....	201
P.I. Itaim.....	198
P.I. Penha.....	179
P.I. Vila Maria.....	175
P.I. São Paulo.....	172
P.I. Vila Mathilde.....	165
P.I. Regente Feijó.....	163
P.I. D. Pedro I.....	161
P.I. Angelo Martino.....	161
P.I. Catumbi.....	129
P.I. Ibirapuéra.....	119
P.I. Bom Retiro.....	111
P.I. D. Leonor M. de Barros.....	92

RECANTOS INFANTIS

R.I. Jardim da Luz.....	206
R.I. Praça da Republica.....	163
R.I. Buenos Aires.....	142

RECREIOS INFANTIS

Rc.I. 12 Chacara Inglesa.....	124
Rc.I. 1 Vila Mazzei.....	122
Rc.I. 13 1º de Outubro.....	108
Rc.I. 3 Almeida Junior.....	105
Rc.I. 6 Guilherme Rudge.....	105
Rc.I. 4 Vila Helena.....	104
Rc.I. 9 Vila Bancária.....	102
Rc.I. 2 Pedroso de Moraes.....	91
Rc.I. 11 São João Climaco.....	91
Rc.I. 7 Caxingui.....	88
Rc.I. 15 Jardim São Paulo.....	66
Rc.I. 8 Vila Gomes.....	61
Rc.I. 5 Vila Jaguará.....	47
Rc.I. 14 Vila Santa Isabel.....	43

CENTROS DE EDUCAÇÃO FAMILIAR

C.E.F. Dna. Noêmia Ippólito.....	61
C.E.F. Tatuapé.....	57
C.E.F. Mario Andrade.....	47
C.E.F. Borba Gato.....	37
C.E.F. Lapa.....	35

CENTROS DE EDUCAÇÃO SOCIAL

C.E.S. Dna. Noêmia Ippólito.....	103
C.E.S. D. Pedro II.....	81
C.E.S. D. Pedro I.....	78
C.E.S. Freguesia do Ó.....	55
C.E.S. Lapa.....	51
C.E.S. Mario Andrade.....	37

CENTROS DE EDUCAÇÃO SOCIAL QUE FUNCIONAM TRÊS VEZES POR SEMANA.

C.E.S. Catumbi.....	51
C.E.S. Tatuapé.....	37

NOTA: - O P.I. D. Pedro II esteve fechado durante 3 dias, para conserto

tivo, consêrto. O P.I. Dna. Anita Costa esteve fechado por 3 dias, em virtude da obstrução da fossa. O P.I. Guia Lopes, esteve fechado por 4 dias, para consêrto. A frequência do P.I. Vila Mathilde, caiu devido a falta de agua, vindo as crianças, só para tomar lanche. O P.I. C. nindé começou a funcionar em 25/3/56.

O Rc.I-5, Vila Jaguará, começou a funcionar em 5/3/56.

Os Centros que funcionam, nos Parques acima mencionados, também estiveram fechados por 3 dias.

oooooooooooooooooooooooooooooooooooooooooooooooooooooooooooooooooooooooo

SEÇÃO TÉCNICO - EDUCACIONAL
SETOR MUSEU E MATERIAL DIDÁTICO

Movimento do mês de abril de 1.956

M A T E R I A L D I D Á T I C O		TOTAL
<u>CONSULTAS:</u>	-Poesias diversas.....	327
	-Gravuras classificadas.....	360
	-Sugestões diversas.....	169
	-Trabalhos manuais - diversos.....	250
	-Cartazes educativos.....	69
	-Albuns educativos.....	49
	-Publicações educativas.....	60
	-Boletins informativos sobre "Dia Pan-Americano".....	18
	-Coletâneas educativas.....	6
	-Selos dos países Sul Americanos.....	6
	-Convites diversos.....	59
	-Dramatizações educativas.....	48
<u>EMPRÉSTIMO:</u>	-Coletâneas educativas.....	9
	-Poesias - diversas.....	40
	-Cartazes educativos.....	14
	-Música educativa.....	1
	-Dramatizações educativas.....	7
	-Sugestões educativas.....	2
	-Boletins Interno da Div. de Educ. Assit. e Recreio.....	6
	-Albuns educativos.....	6
	-Publicações educativas.....	2
	-Trabalhos manuais.....	14
	-Ficha técnica de trabalho manual.....	1
	-Gravuras classificadas - diversas.....	23
	-Palestras educativas.....	2
	-Convite educativo.....	1
	-Caderno de modelo para desenhos.....	1
	-Modelos para cenários de teatro infantil.....	3
<u>DOAÇÃO:</u>	-Figuras diversas.....	71
	-Dramatizações educativas.....	15
	-Poesias educativas.....	292
	-Trabalhos manuais.....	4
	-Revistas das atividades nos Parques Infantis e Recantos Infantis de São Paulo em 1.949.....	21
	-Músicas educativas.....	60
	-Jogos educativos.....	192
<u>RECEBIMENTO:</u>	-Albuns educativos.....	2
	-Figuras educativas.....	11
	-Centros de interesse.....	1
	-Descrições de técnica de trabalhos manuais.....	2
	-Músicas educativas.....	265
	-Convites.....	19
	-Poesias educativas.....	2000

"DIA DAS MÃES" NO PARQUE INFANTIL CONSOLAÇÃO

Em comemoração ao "Dia das Mães", foi realizada no dia 12, no Parque Infantil Consolação, uma festinha em homenagem às progenitoras dos parqueanos.

Às 8 horas foi celebrada uma missa na Igreja da Consolação com a primeira comunhão das crianças maiores.

Terminado o ato religioso, Monsenhor Bastos, vigário da Paróquia, acompanhando as crianças, mães e educadoras, dirigiu-se ao Parque Infantil, fazendo a entronização do Sagrado Coração de Jesus e benzendo a Unidade. A seguir, com palavras bastante eloquentes, fez uma preleção sobre a primeira comunhão.

As crianças foram preparadas para a comunhão pela Irmã Helena, da Cróche Santa Luiza, em horário de expediente, na própria Unidade.

A ornamentação foi feita com motivos alusivos à data e a mesa, dos que fizeram a primeira comunhão, foi destacada das demais, colocada ao centro e decorada em branco.

Foi oferecida às mães uma mesa de doces, sendo que as mesmas contribuíram com alguns pratos.

Seguiram-se números de orfeão, ranchinho, declamações, saudações e rodas cantadas.

Encerrando a solenidade, cada parqueano ofereceu à sua mãe uma lembrança por ele mesmo confeccionada.

= = = x x x = = =

DESPEDIDA DAS CRIANÇAS DO PARQUE INFANTIL BORBA GATO
(P.I.4), QUE COMPLETARAM 12 ANOS

Nos últimos dias do mês de março organizamos uma singela festinha de despedida das crianças que completaram 12 anos.

Depois de um lanche gostoso, reunimos todas as crianças e educadoras.

Sentadas em semi-círculo em lugar destacado, receberam um pequeno presente (uma caneta esferográfica para cada um) e ouviram respeitosamente as palavras de carinho que lhes dedicou a dirigente.

Uma educadora leu as seguintes palavras que foram ditilografadas e entregues a cada um na esperança de que, pela vida afora, elas possam servir-lhes de guia, norteando as suas ações.

"Chegou o dia de vossa despedida. Completastes 12 anos e a vida vos chama para tarefas mais árduas, para lides mais sérias.

Aqui vos preparastes para, de ânimo forte e coração sereno, iniciar a irresistível e emocionante aventura que é: viver a vida.

Tudo fizemos para vos preparar; os vossos próprios jogos e brinquedos nos proporcionaram a oportunidade de formar o vosso caráter, abrandar o vosso gênio, cultivar o vosso espírito, treinar a vossa vontade.

Mais do que tudo nos preocupou a idéia de aperfeiçoar em vós, os dotes da alma.

Nesta grande tarefa serviu-nos de Guia Aquilão, o Mestre que ensina o rico e o pobre, o humilde e o poderoso, a criança e o ancião: CRISTO; e a fórmula sublime que Ele nos segredou docemente no íntimo das nossas almas, nós a transmitiremos a vós, crianças



Éis o clichê que, por falta de espaço na página 4, onde nos referimos haver ganho a Lapa um título estadual, nos mostra a "fanfarrinha" desfilando.

GANHA A LAPA UM TÍTULO ESTADUAL

Conforme era esperado, realizou-se no último domingo, no Vale do Anhangabau, o II Concurso de Fanfarras, sob o patrocínio da TV Record.

Entre as inúmeras fanfarras da Capital e do Interior que concorreram, estava, também, a "Fanfarrinha Mirim Sargento Gianpiero", do Parque Infantil Dona Leopoldina, do bairro de Vila Hamburguesa.

Como era de se esperar, dado ao brilho e sucesso de sua primeira apresentação, aqui no bairro e sob o patrocínio da FOLHA DA LAPA, os garotos

lapeanos "fizeram miserias" no Vale do Anhangabau, recebendo do grande público que o lotava, os mais frenéticos aplausos, pela forma espetacular com que se apresentaram.

A Comissão Julgadora não teve dúvidas em conferir o título máximo do certame à "fanfarrinha" do bairro, que brilhou sob todos os aspectos, vencendo galhardamente às mais fortes concorrentes que eram "Fanfarrinha Mirim Marechal Deodoro" e "Fanfarrinha Mirim Nossa Senhora da Penha".

Saqueou-se, assim, a "Fanfarrinha Mirim Sargento Gianpiero", do Parque Dona Leopoldina, campeã do II Concurso de Fanfarras do Estado de São Paulo.

Parabéns à garotada, aos dirigentes e a todos aqueles que tudo fizeram para que a mecânica se corresse do certo que tanto merece, dando à Lapa, o primeiro título estadual que conquistou.

Na terceira página, foto sobre o desfile da "Fanfarrinha" quando desfilou no bairro sob patrocínio da Folha da Lapa.

FANFARRA MIRIM Sargento Alberto Giampetro do Parque Infantil Dona Leopoldina

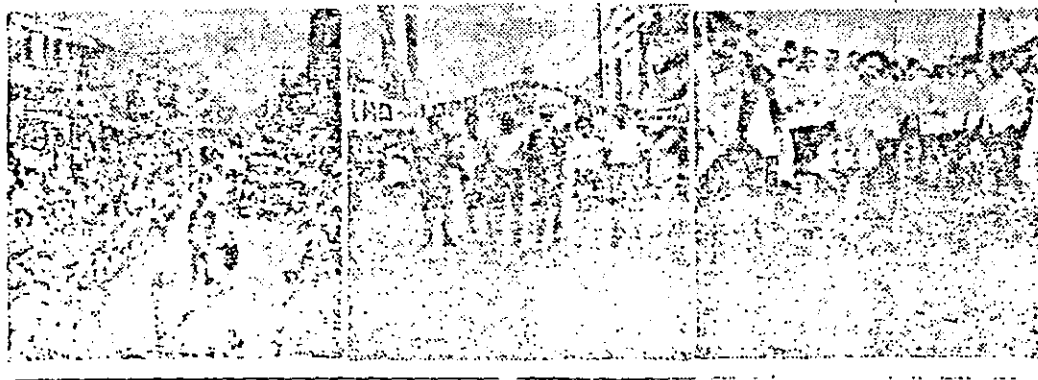
Conforme o povo da Lapa teve oportunidade de verificar no sábado, dia 22 de Agosto passado, a FOLHA DA LAPA teve a satisfação de proporcionar uma exibição, no bairro, da «Fanfarra Mirim Sargento Alberto Giampetro do Parque Infantil da Vila Leopoldina», que é dirigido pela professora D. Dinah Luiza Szuelia, sua idealizadora, e que compareceu pessoalmente ao desfile, em companhia do instrutor o infatigável sargento Alberto Giampetro. Tomaram parte, ainda, na passeata da «fanfarrinha», as educadoras Erlas, Ida Faria e Elza Maria Pinheiro Barbosa. Dr. José Alfredo Coutinho Braga, dentista do Parque.

Não puderam vir, pessoalmente, os demais funcionários do Parque, mas, estamos certos, aqui estiveram em espírito e pensamento, pois, segundo nos afirmou D. Dinah, são todos entusiastas e colaboradores eficientes naquele empreendimento que tanto sucesso alcançou.

Colaboraram para o êxito integral do relevante acontecimento a Diretoria do Serviço de Trânsito que nos enviou o guarda-civil n.º 6099, Afonso José dos Reis e a 7.ª Delegacia de Polícia que, igualmente, cooperou com a presença do guarda-civil n.º 7481 Nivaldo Veríssimo, que se dobrou na proteção ao desfile.

A Empresa de Auto-Onibus Anastácio, também nos prestou eficiente ajuda, fornecendo-nos um onibus que trouxe e levou os pequeninos músicos, que compõem a simpática «fanfarrinha».

A todos e ao público em geral que aplaudiu, como não poderia deixar de ser, a estréia da magnífica «Fanfarra Mirim», nosso muito obrigado e as fotos abaixo que ilustram o acontecimento, vendo-se, numa o balisa e noutra a balisa, um aspecto do desfile e a faixa que o acompanhou tendo à frente nosso diretor-responsável acompanhado de redatores e dirigentes e instrutores da «fanfarrinha».



III CAMPEONATO DE BANDAS COLEGIAIS

FESTA DE CLARINS NO ANHANGABAU: JOVENS APLAUDIDOS PELA MULTIDÃO

Ontem pela manhã, novamente, os clarins cantaram no Vale do Anhangabaú. Desta vez não em comemoração de qualquer data cívica, apenas na disputa do III Campeonato Colegial de Fanfarras e Bandas. A primeira parte do campeonato, que apresentou fanfarras e bandas marciais somente do Interior do Estado, revestiu-se de intenso brilho que encantou a todos quantos se encontravam no vale do povo. Reflexos metálicos, reverberaram pelo asfalto e pelo concreto cinza dos edifícios.

O Desfile

A passagem das bandas pelo palanque da Comissão Julgadora iniciou-se por volta das 9 horas, prolongando-se até as 11,30. Ao todo, 29 colegios participaram, vindos dos mais diferentes rincões do Estado. Dessas, três eram bandas infantis da capital: duas eram fanfarras com pífios (Lorena e Campinas), dezesseis fanfarras masculinas e mistas e oito bandas marciais.

Fanfarras

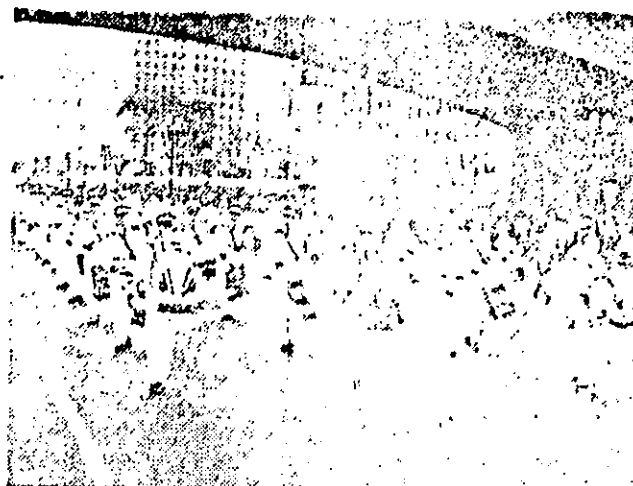
O desfile das fanfarras foi o mais extenso. Apresentaram-se grupos de colegios, ginasios, institutos de educação, escolas normais, de 16 cidades, nos quais o número de figurantes variava entre oitenta e cem. Houve em todos eles uma grande preocupação com a originalidade, tanto nas vestimentas, como nos toques e na maneira de percussão dos instrumentos de couro. Algumas

demonstraram excelente preparo plástico e auditivo, apresentando-se em uniformes de muito bom gosto, fazendo-se acompanhar de lindas balizas e executando magistralmente os toques. Assim, por exemplo, as representações de Moji das Cruzes, Itapetininga, Regente Feijó (que trouxe cinco balizas encantadoras) e a de Cruzeiro.

Bandas Marciais

As bandas marciais foram as que mais arrancaram aplausos da multidão, naturalmente pela maior versatilidade musical com que se apresentaram, pelo uso de instrumentos de maior recurso melódico. Executando números musicais completos, atingiram de maneira mais agradável o público. Destacaram-se os conjuntos de Rancharia, que no ano

Segunda-Feira, 21 de Setembro de 1959



FLAGRANTE do desfile de ontem no Anhangabaú.

passado ganhou o prêmio de melhor fanfarra do certame e que este ano elevou o seu conjunto à categoria de banda marcial, e o de Americana, que se apresentou impecavelmente.

Bandas Infantis

A nota pitoresca do desfile foi dada, sem dúvida, pelas

bandas infantis, principalmente a do Parque Infantil D. Leopoldina que apresentou menino e meninas, na maior parte lade, marchando e tocando como gente grande. As outras duas foram do Liceu Marechal Deodoro e do Curso Primário Nossa Senhora da Penha.



Pois o início de tudo isso achava-se no hoje falecido Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, já em pleno funcionamento.

Vejamos agora o que era êsse início.

O Departamento de Cultura estruturado pelo ato 1146, de 1936, compunha-se de cinco divisões: Expansão Cultural, Bibliotecas, Educação e Recreio, Documentação Histórica e Social, Turismo e Divertimentos Públicos.

A Divisão de Expansão Cultural, pelas suas duas seções, a de Teatro, Cinemas e Salas de Concêrtos, a de Rádio Escola, competia: promover e estimular iniciativas que favorecessem o movimento cultural e educacional; promover a organização de espetáculos de arte e cooperar por um conjunto sistemático de medidas para o desenvolvimento das artes plásticas, da arte dramática em geral, da música e do cinema; incentivar o cinema popular educativo, pedagógico ou escolar; pôr ao alcance do público, por uma estação rádio-difusora, palestras e cursos, tanto universitários como de espírito popular, e tudo o que pudesse contribuir para o aperfeiçoamento cultural da população; organizar a discoteca municipal; organizar a orquestra e banda municipais; superintender a quaisquer atividades relativas a teatros, salas de concertos e cinemas; adotar medidas legislativas da alçada municipal tendentes à repressão das produções cinematográficas, teatrais ou impressas ofensivas à moral ou anti educacionais que violassem texto expresso de lei ou fossem perniciosas à infância e à juventude; entrosar-se com a comissão do Plano da cidade e mais instituições competentes, para fixar as paisagens municipais dignas de preservação, bem como impedir o êxodo ou destruição de obras de valor artístico ou histórico. E mais, organizar planos para o desenvolvimento da arte teatral, da música, dos bailados e da cinematografia nacional, organizar concursos que, consoante a lei, para tal fim, fossem instituídos; promover benefícios fiscais aos cinemas que sistematicamente exibissem fitas documentárias ou educativas, e aos produtores nacionais dessas fitas, aos seus distribuidores; beneficiar do mesmo modo os cinemas postos à disposição da municipalidade, uma vez por mês, para a realização de espetáculos educativos; organizar exibições pedagógicas nos parques infantis e nos estabelecimentos de ensino, em geral e conferências culturais, e cursos universitários pelo rádio, irradiações destinadas à Capital e ao interior. E ainda: manutenção de um serviço de obras de arte erudita e outro de arte popular, de interesse estritamente folclórico; transmissões de discos, acompanhados de comentários explicativos de caráter cultural; manutenção de um serviço de gravação de discos, para o arquivo da palavra, para a fixação de canções, solos e con-

juntos instrumentais populares, bem como da arte erudita; manutenção ainda de um serviço de partituras orquestrais e de câmara, e por aí além. Tudo isso atribuições da Divisão de Expansão Cultural do Departamento de Cultura².

Basta ler as linhas acima para aquilatar da importância da Divisão de Expansão Cultural. Por isso, sua direção foi dada a um homem extremamente capaz, foi dada a Mário de Andrade, o primeiro diretor do Departamento.

Vamos ver rapidamente o que se havia executado por ela.

A parte musical recebeu carinho todo especial pela sua importância e pobreza paulista em tudo quanto fôsse organização desse gênero.

De início instalou-se a Discoteca Pública, quer dizer, uma grande coleção de discos à disposição do público, como os livros de uma biblioteca. Ao lado dessa atividade, inaugurou-se também o serviço de gravações, que se compunha de três ramos principais: o registro da música erudita paulista, o registro do folclore musical brasileiro e o Arquivo da Palavra, êste último abrangendo dois sub-ramos: o registro das vozes dos homens ilustres do Brasil, e os registros destinados diretamente aos estudos de fonética.

Antes de Fábio Prado deixar a Prefeitura, êsse museu da palavra possuía já uma grande coleção de discos duplos, ou simples grandes e pequenos, dos quais uma série de análises das diversas pronúncias regionais do Brasil, dividida em sete zonas fonéticas, representada cada uma pela voz de dois indivíduos, um culto e outro inculto. Êsses discos permitem a análise de um texto padrão organizado sob a orientação de grandes foneticistas, o estudo comparativo portanto dos diferentes fonemas e falas brasileiras, sob os seus diferentes aspectos, ortoépico, prosódico e quanto ao ritmo, entoação e expressão. E já possuía, além daqueles, outros discos com as vozes de homens ilustres do Brasil. Tudo isso fichado e com informações complementares, como local de nascimento dos indivíduos, influências culturais, etc.

Os registros de música erudita, àquêlê momento, constavam de várias peças representativas dos nossos melhores compositores, acompanhadas de comentários impressos, contendo também análises musicais dessas peças, para o completo cumprimento de suas funções educativas.

Os registros científicos de folclore musical brasileiro começaram-se em maio de 1937. Contavam em agosto daquele ano com 28 fonogramas, achando-se já organizada uma excursão que devia durar cinco meses ao nordeste brasileiro, a região folclorística mais

2. Para mais pormenores sobre o Departamento de Cultura, ver o Ato Municipal n.º 1146, de 4/7/1946, artigos 177 a 233.

importante do país, a fim de colher material e realizar investigações folclóricas. Os fonogramas existentes, porém, incluíam já uma congada mineira, a dança de Santa Cruz, um misto de liturgia católica e fetichismo indígena, reminiscência da catequização jesuítica, realizada em Itaquacetuba, em maio de 1937, e várias danças e cantigas mineiras.

Não há quem ignore que a maioria dos nossos cantos e melodias populares, tal como acontece em outros países, está prestes a desaparecer. Donde a importância da colheita, antes que tudo se perca irremediavelmente. E daí a recomendação insistente, verdadeiro apêlo desesperado lançado pelo Congresso Internacional das Artes Populares, reunido em 1933, em Praga, sob os auspícios do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, de que o Departamento possui um magnífico documento enviado ao ter conhecimento dos trabalhos que se realizavam em São Paulo, naquele ano fértil de 1933.

Ao lado da discoteca, com seus quase 400 documentos musicais gravados, existia já o início da coleção de fitas documentais etnográficas, entre elas quatro sonoras de danças dramáticas populares, cinco documentários sobre os Bororos e os Caduveus e mais dez outras películas sobre danças populares. O número total de discos então existentes subia a perto de quatro mil, todos entregues à consulta pública, completados por uma biblioteca musical de cerca de 2.000 volumes.

Esse material, sob a direção de um técnico especializado cuidadosamente escolhido, achava-se em atividade, pondo o povo em contato com as mais altas manifestações musicais — documentos de música erudita ou popular — contribuindo para a riqueza e valor da Escola Paulista de Música instituída pelo Departamento de Cultura.

Porque havia mais ainda: havia a orquestra sinfônica, um trio e um quarteto de cordas, o coral paulistano e outro coral para madrigais.

Em fevereiro de 1938, Fábio Prado conservava-se ainda na Prefeitura, quanto partia para o nordeste a missão organizada por Mário de Andrade com o encargo de fazer pesquisas folclóricas. Regressou em julho do mesmo ano, trazendo 179 discos de vários tamanhos, com cerca de 1.300 fonogramas e algumas melodias gravadas, além de objetos de museu, películas e fotografias, em conexão com o material musical colhido.

Nesse tempo achava-se em pleno desenvolvimento uma sociedade de folclore, à qual Mário de Andrade oferecia uma atenção especial. Lembro-me de uma circular em que ele insistia para que os funcionários do Departamento levassem as suas observações e estudos para as colunas da Revista do Arquivo.

Tudo isso, como se disse, em pleno funcionamento, em plena vitalidade. O coral paulistano sob a regência de Camargo Guarnieri; o conjunto vocal madrigalista, composto dos melhores elementos do coral paulistano, para cantar o repertório madrigalista e demais canções polifônicas; o quarteto de cordas e o trio. A orquestra sinfônica tinha os seus programas discutidos antes, com os músicos e a muitos artistas de reconhecida cultura musical deu-se o ensêjo de se iniciarem na regência de orquestra, tentativa generosa de formar-se uma escola de regência. Assim, revelaram-se Sousa Lima e Camargo Guarnieri. A música erudita brasileira não ficava, desse modo, nos arquivos nem na gaveta dos compositores contemporâneos. Ouviam-se com frequência páginas de Mignone, Heitor Vilalobos, Camargo Guarnieri, Sousa Lima e outros.

Outro ponto de alta importância educativa: a gratuidade dos concertos e de outras manifestações artísticas realizadas principalmente no Municipal, sem contar as oferecidas nos bairros operários.

Mas não ficava por aí essa vigília abnegada e permanente imposta pela noção que se tinha da responsabilidade do Departamento de Cultura.

Mário de Andrade mantinha briga permanente com os empresários líricos que nos impingiam programas surrados de pequenas óperas por demais batidas, obrigando-os a apresentar óperas novas ou pouco conhecidas em São Paulo, como as do século XVIII e as de Wagner. Ao lado de tantas atividades vivas, que eram todas as suas atividades, a Divisão de Expansão entrara em contato com a Sociedade de Cultura Artística para a construção de um grande edifício no qual se instalassem duas salas de concerto, uma grande e uma menor para música de câmara. Nessa casa deveriam ter abrigo também entidades culturais outras, como a Academia Paulista de Letras, o Instituto Histórico, a Sociedade de Folclore, o Conselho Bibliotecário etc. Para tal chegou-se a aprovar a lei necessária.³

Ao lado da música, as artes plásticas. No novo viaduto do Chá, Fábio Prado reservara o espaço adequado, motivo por que Mário de Andrade teve vários entendimentos com engenheiros, a fim de estudar-se a iluminação e demais pormenores importantes, para exposições coletivas e outras manifestações de pintura, escultura e arquitetura. Da mesma forma o Departamento entrava em contato com museus europeus e dos Estados Unidos, sonhando a formação de seus museus, dentre eles um de reproduções. Na gestão do sr. Prestes Maia, começaram a chegar as respostas desses institutos. Pessoalmente eu me tinha pôsto em contato com o Museu do Louvre, em cuja direção contava ainda vários amigos, tentando a obtenção gratuita dessas reproduções e tentávamos já as nego-

3. Revogada pelo sr. Prestes Maia.

ciações com o governo francês para o oferecimento a São Paulo de uma grande coleção de reproduções de pintura e escultura. Basta dizer que, da pintura, iríamos obter as reproduções dos exemplares da escola italiana, flamenga, holandesa, espanhola, sem contar as escolas francesas. E quanto à escultura, São Paulo iria ter, em tempo curto, moldagens da Vênus de Milo, da Samothrace e outros exemplares preciosos gregos e romanos, egípcios, sem dispêndio de um vintém, à custa apenas do local apropriado à instalação do museu.

Da mesma forma, cuidava-se da fundação de uma escola de gravura para a qual se procurava já um mestre estrangeiro disposto a vir passar dois ou três anos entre nós.

O cinema educativo merecera um cuidado especial. Vesperais concorridíssimos de cinema gratuito foram dados em vários teatros de bairro aos pirralhos dos parques infantis, a trôco de favores às empresas cinematográficas. E o Departamento estudava ainda um projeto no sentido de instalar-se um laboratório cinematográfico para a execução de fitas científicas e educativas. Uma coleção editada pelo Departamento de Cultura, composta de livros excelentes, conta várias peças premiadas nos concursos organizados pelo Conselho Técnico da Divisão de Expansão Cultural.

Não havia sido ainda efetivada a Rádio Escola nem se cogitava das instalações necessárias, devido ao alto custo, esperando-se também a consolidação dos serviços já instalados em pleno desenvolvimento. Pensava-se porém entrar em entendimento com uma estação existente para as irradiações do Departamento, e aí a discoteca iria contribuir de modo decisivo. Isso aliás estava previsto na lei.

Nessas condições, achava-se a Divisão de Expansão Cultural, quando Fábio Prado deixou a Prefeitura e Mário de Andrade a direção do Departamento e, depois, a diretoria da mesma divisão.

Desde então a Divisão de Expansão Cultural ficou acéfala, pois o titular nomeado para substituir Mário de Andrade, e que por lá passou durante curto tempo, não realizou coisa alguma, fora um mínimo de expediente burocrático e receber os vencimentos. O Departamento inteiro foi arquivado. Nos orçamentos constavam verbas tão grandes como no tempo de Fábio Prado, mas essas verbas eram desviadas, como todas as da Prefeitura, para o programa de grandes avenidas do sr. Prestes Maia. A Divisão de Mário de Andrade tornou-se uma das fundamente atingidas, pois foi aquela em que os elementos estranhos, despidos de qualquer formação cultural e de gosto, mais se infiltraram. Essa intromissão indêbita, sem nenhuma justificativa de interesse público, ao contrário, provocou a carta mais violenta que possuo, vinda de Mário de Andrade, durante a minha longa e coercitiva permanência no estrangeiro. Foi em 1939, quando os nefastos abelhudos, acolitados por alguns aventureiros, deram o golpe de morte nos agrupamentos musicais. Vale

a pena repetir o trecho da carta em que Mário dá o seu grito de desespero ante a calamidade a ameaçar a Divisão de Expansão Cultural:

"Os nossos agrupamentos musicais estão no momento de rodar por água abaixo!" Depois de identificar as personagens principais do vandalismo, pormenoriza a ação de um dos intrusos: "um professor de canto que aqui foi depositado por inércia, vindo no rabo de qualquer companhia italiana de operetas, imaginou no que podia ser, tomou o pulso fraquinho da terra e foi ser professor improvisado de canto e de diversos instrumentos. Mas manteve sempre saudades da mais cômoda e festiva regência, de que conhece praticamente o b-a-bá técnico, e absolutamente nada do estético. Expressão prá ele é dó-de-peito e berro". Esse sujeito macomunado com outro "que não sabe a técnica do violoncelo, tem bom som, mas nada entende de arte, nem se se escreve com agá ou traço-de-união, que imagina ser regente e diretor de coros, quando não passa de tamanco usado por pé sujo, expulso que já foi, por ladrão, de um centro de música!... pois esses dois sujeitos principiaram churriando que trio, quarteto, coral erudito são coisas que povo não gosta nem fazem sucesso, e que o bom era criar um coral prá óperas, uma escola de baile prá ópera, e mais uma orquestra prá óperas, no Municipal, prá quando viessem companhias de ópera prá São Paulo, a cidade ter de tudo isso, prá economizar importação de gente".

Esse grito de revolta define a situação, mas esses e outros gritos de revolta não valeram de nada. Camargo Guarnieri, que regia o coral, foi aperfeiçoar-se no estrangeiro. Quando voltou gritaram-lhe: quem foi a Portugal, perdeu o lugar! O coral entrou em decadência, ficou desfalcado de muitas figuras e só após muito tempo se recompôs, mas não mais apareceu com a frequência devida. Do conjunto vocal madrigalista, composto dos melhores elementos do Coral Paulistano, para cantar o repertório madrigalista e demais canções polifônicas, dêsse não se teve mais notícia: criaram-se "massas" corais para o lírico, tal como queriam os dois intrujões, para os quais a "expressão é dó-de-peito e berro".

O quarteto de cordas e o trio também rarearam seus concertos e depois desapareceram...

A orquestra sinfônica, a não ser quando foi, por algum tempo, dirigida por Eduardo de Guarnieri, esta então foi transformada na coisa mais chula dêste mundo. Passou a dar espetáculos de pantomima, apresentando programas de "música de efeito", como o "Hino ao Sol", de Mascagni, e "1812" de Tchaikowski, esta partitura, numa verdadeira palhaçada, comutação de luzes, trovoadas e pancadaria, que os comparsas executavam atrás do palco. Na opinião dos amantes de música o monumento musical que é a "Nona Sinfonia" de Beethoven foi executado depois de dois ou três ensaios, quando é sabido que o próprio Toscanini só se aventurava a ela após

laboriosas, e reiteradas repetições. O malôgro foi total, mas os escrevinhadores das coisas bonitas ditatoriais, euforiados pela gorgeta do DIP⁴ procuraram disfarçar a rata, dizendo que a crítica tinha de ser benévola para não desanimar aquela tentativa nunca vista de dar Beethoven daquele jeito num país como o Brasil!...

O outrora, os concertos e outras manifestações artísticas do Departamento de Cultura, dados no Municipal, eram inteiramente grátis para o povo. Mas a ditadura não podia conceber que o Municipal não tivesse renda e êsses espetáculos passaram a ser cobrados.

Isso, aliás, perfeita mentalidade de estado nôvo, pois um ministro da educação de Vargas não chamou um dia a direção da Biblioteca Nacional para estranhar que aquele instituto só gastasse dinheiro e não figurasse no orçamento com nenhuma renda?

Mas voltemos, à Expansão Cultural. Os concertos nos bairros operários foram definitivamente suspensos.

Quanto ao Teatro Municipal, o que aconteceu com êsse teatro é de dar vontade de sorrir. Havia no teatro um empregado subalterno, homem sem nenhuma instrução, mas extremamente bajulador. Andava êle desgostoso com o Departamento, porque a energia de Mário de Andrade impusera ordem no teatro, onde aquele contínuo tinha sido uma espécie de reizinho. Mudada a situação, a intriga dêsse funcionário subalterno conseguiu afastar do teatro o seu diretor, Paulo Magalhães, que promovera, com aplauso do diretor da Divisão, uma reforma completa a fim de tirar do grande teatro toda eficiência de que êle seria capaz em favor da cultura paulista. Pois o diretor do teatro foi afastado, sem alegação do menor motivo e, para sempre, permaneceu completamente arredado do pôsto, embora percebendo seus vencimentos integrais, isso porque a única acusação que se lhe pôde imputar fora a energia com que pôs na linha aquele funcionário subalterno e a matula de exploradores que ganhavam até com os programas dos espetáculos, realizados no Teatro Municipal! Logo depois, — espantem-se os que ainda sejam capazes — funcionava dentro do Teatro Municipal de São Paulo um departamento da arrecadação municipal!

A lei permitindo a construção da Casa de Cultura foi revogada e São Paulo perdeu as esperanças de possuir salas de concertos condicentes. Extintos também a organização da Divisão de Turismo e os dispositivos sobre a Rádio Escola.

Da mesma forma desapareceu todo interêsse pelo folclore, principalmente pela etnografia. Pois ao saber-se no nôvo regime, do

4. Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Nôvo, um dos mais ignôbeis instrumentos da ditadura. Era êle encarregado ainda da censura a jornais e livros.

auxílio dado à missão que foi ao nordeste colher música popular, houve quem na Prefeitura declarasse, solenemente, que a Municipalidade só poderia, quando muito, interessar-se pela etnografia municipal!...

A Discoteca entrou num marasmo absoluto. Graças entretanto ao heroísmo de sua diretora, Oneida Alvarenga, resistiu, ficando apenas paralisada, mumificada. Muito tempo depois, foi melhor instalada na rua Florêncio de Abreu, com duas cabinas somente, para consulta pública, apesar dos esforços quase desesperados no sentido de aumentar o número delas. Nenhuma esperança mais de uma sala para audições coletivas com preleções, como outrora! Era perene a sua luta para a obtenção de funcionários técnicos, que deviam ser diplomados pelo Conservatório da Música e de Estética Musical. Mas, para a mentalidade administrativa atual, essa gente deve ser equiparada a meros escrivários burocráticos! Nomeações novas houve, e quantas, na Prefeitura, de gente absolutamente incapaz, lugares feitos para protegidos e não gente competente escolhida para os lugares.

De cinema educativo nunca mais se falou, atividades de teatro, nada. Os concursos de peças teatrais e sobre música, obras de valor educativo, artístico ou histórico, quase idem. Nem mesmo a Comissão do Plano da Cidade, com a qual o Departamento deveria entrosar-se para defender as belezas urbanas, existe. O vale da Avenida 9 de Julho, para citar apenas um caso mais berrante, foi sendo deformado e mutilado, perdendo-se tôdas as inigualáveis oportunidades que a sua topografia oferece para um embelezamento sem igual em cidade nenhuma do mundo. O Conselho Técnico da Divisão de Expansão Cultural, destinado a dar orientação e assistência à seção de Teatros e Cinemas e Salas de Concertos, foi dissolvido após a saída de Fábio Prado e nunca mais se organizou. Nenhuma providência nova no sentido de facilitar o cinema cultural ou exibições nos parques infantis ou, gratuitamente, em cinemas de bairros populosos. A Sociedade de Folclore morreu; a etnografia morreu, a escola de gravura não foi por diante; os museus ficaram no tinteiro. Para coroar tudo, há anos, que a própria Divisão de Expansão Cultural não possuía mais uma sede, nem uma instalação, uma escrivaninha sequer para o despacho do expediente! A última atividade experimental verdadeira foi a excursão folclórica ao nordeste, em 1938. Adeus, Departamento de Cultura!

Quando o sr. Abraão Ribeiro foi para a Prefeitura, o restinho que sobrava do Departamento respirou cheio de ilusões. Para dosar a materialidade das grandes avenidas ia ressuscitar-se o espírito. Que esperança! Abraão Ribeiro, embora homem de cultura intelectual, foi, de início, envolvido por uma conspiração que vinha de longe, à qual o sr. Prestes Maia, homem obstinado resistira com

galhardia, e um dos primeiros atos foi efetivar os diretores de Departamento que, de auxiliares de confiança do prefeito, passaram a ser funcionários efetivos. Com êles efetivou-se o substituto de Mário de Andrade na chefia, um intelectual, sim, mas despido completamente de entusiasmo, um desanimado talvez ante as forças obscuras contrárias, grandes demais para espíritos comodistas, um funcionário que se burocratizou e que jamais compreendeu o Departamento de Cultura, porque um instituto dêsses é, antes de mais nada, ação e exige, primeiramente, que os seus dirigentes e auxiliares sejam criadores, estejam dispostos à luta, a espernear e a agir e não ser funcionários apenas. Um diretor do Departamento de Cultura que compreendesse e sentisse o Departamento de Cultura ou realizasse o que devia ser realizado pelo Departamento de Cultura iria embora, fôsse à custa de que sacrifício fôsse, como fêz Mário de Andrade. Nunca se prestaria ao papel de embalsamador melancólico de instituição tal.

A prova está no que aconteceu depois. O Departamento de Cultura, outrora subordinado ao prefeito, passou a fazer parte de uma secretaria municipal invertebrada, absurda, caríssima, inútil, parasitária, inconveniente e perniciosa, como se revelaram quase tôdas as secretarias criadas na administração municipal. O Departamento de Cultura passou pois para essa secretaria municipal, de promiscuidade com um hospital, com um mercado, com um tendal de carnes, com feiras livres, com um entrepôsto de verduras, sob a égide de uma incompreensão cultural capaz de abalar a Serra do Mar!

Não foi só isso. A politiquice e o protecionismo que caracterizam os governos fracos continuou os seus estragos. E agora, vago o pôsto que Mário de Andrade honrou como ninguém, apareceu a necessidade lisongeadora de arranjar-se um bom lugar para um sobrinho qualquer do governo.

Mas êsse sobrinho qualquer do governo teve, talvez, o vintém de auto-crítica que a maioria dos pequenos aventureiros não possui e, vai daí, para fazer vaga no lugar de administrador do Hospital Municipal, pôsto almejado pelo sobrinho qualquer do governo, removeu-se o excelente gerente, o excelente despenseiro, o excelente *maitre d'hotel*, do Hospital Municipal, à revelia dêste, do lugar que sempre ocupou com competência, para o lugar, que jamais poderia dignificar, de substituto de Mário de Andrade, o pôsto mais importante do finado Departamento de Cultura que Fábio Prado criou e Armando de Sales Oliveira pretendia dar ao Brasil!

A existência de qualquer coisa remanescente do Departamento de Cultura deve-se só a um caso de sorte. Sorte principalmente que tiveram algumas repartições em possuir funcionários abnegados, estupidamente abnegados. Abnegada estupidez que permitiu salvar

uma pequena parte daquele outrora grande instituto paulista. Consequência natural do critério adotado pelos seus fundadores ao escolher gente absolutamente capaz, refratária a essas tão horrorosas quão quase irresistíveis tendências burocratizantes a que as más administrações impelem o funcionalismo.

Quando se organizou o Departamento e chegou o momento de escolher os funcionários, ficou estabelecido que êstes, principalmente os chefes e os técnicos, fôsem selecionados, sem que se tomasse em consideração qualquer argumento de ordem partidária. Em igualdade de condições, dar-se-ia preferência aos recomendados pela política dominante. Isso, porém, só em igualdade de condições. Aconteceu, porém, o que era fatal. Nenhum dos recomendados políticos pôde medir-se com aquêles que os organizadores do Departamento tiveram em vista, ao estudá-lo e fundá-lo. Havia candidatos importantíssimos sob o prisma partidário político para chefiar a Divisão de Expansão Cultural ou a de Bibliotecas ou a de Documentação Histórica e Social ou a de Educação e Recreio. Todos ou quase excelentes pessoas, ótimos companheiros de luta, mas absolutamente incapazes. Aliás, os candidatos políticos são sempre *cargos para os homens* e só raramente *homens para o cargo*. A tais pretendentes não se disse sim nem não. Mas no dia da publicação das nomeações, com espanto e com escândalo, viu-se que para o lugar diretor do Departamento da Expansão Cultural, em vez de fulano recomendadíssimo pelo partido, saiu o nome de Mário de Andrade; para a Documentação Histórica e Social, em vez daquele bacharel, cabo eleitoral, foram escolhidos Sérgio Milliet e Bruno Rudolfer; para a Biblioteca era nomeado Rubens Borba de Moraes e não aquêle sobrinho do deputado tal, e para Educação e Recreio aparecia Nicanor Miranda, em vez de outro protegido qualquer. E assim para todos os cargos importantes. Houve um barulhão. Nuvens negras de crises borrascosas despenharam-se sobre a Prefeitura. Raios caíram até sobre os nomeados. Assim, Mário de Andrade era um futurista pernóstico, Rudolfer um estrangeiro atôa, Sérgio Milliet ganhara o lugar por ser meu parente, Rubens Borba, um empregadinho da Recebedoria de Rendas, Nicanor Miranda, sobre êle, ao contrário dos outros, caiu mais a oposição do que os amigos, pois êste tinha o crime gravíssimo de ter, como jornalista, acompanhado o sr. Getúlio Vargas em sua viagem ao nordeste, e isso era uma afronta à honra de São Paulo, que não esquecia, não transigia e não perdoava. Para os amigos, havia outras faltas irremissíveis: duas ou três funcionárias eram filhas de perrepistas⁵, e perrepismo devia ser hereditário...

5. De P.R.P. Partido Republicano Paulista, que, pelos seus desmandos, principalmente fraudes eleitorais, foi tirado do poder, pela revolução de 1930.

Mas resistiu-se como leões. E por isso, só por isso, o Departamento foi adiante. O futurista, o engenheiro atôa, o parente, o empregadinho público, o mau paulista, todo o bando, o que queria era trabalhar e levou para os postos, em lugar do sentido do emprêgo ou do encôsto, o amor à missão, puseram-se todos em atividade sem nem ler aquilo que escreviam as excelentes vestais da coesão partidária e os impugnáveis defensores da honra bandeirante, os quais só descobriram o equívoco dos *brios de São Paulo*, quando o Estado Nôvo lhes abriu a porta da despesa.

O conjunto inibial revelou-se praticamente imburocratizável e assim viveu durante todo o tempo em que o Departamento pôde fazer coisas. Quando a politicalha getulista o invadiu, encontrou uma camada impermeável ao cartucho facista. Este porém é insidioso e, conseguiu penetrar. Na Divisão Cultural, vimos os destroços que fez. Só resistiu realmente a Discoteca, repartição que teve a sorte de possuir um desses funcionários à prova de cupim.

Foi o que aconteceu com a Divisão de Bibliotecas, pela qual passaram, nesse tempo, dois funcionários da mesma espécie, como veremos. Essa é a razão porque a Biblioteca existe, embora em pandarecos, esclerosada culturalmente ainda hoje. Não deve nada às administrações que se seguiram: deve tudo à tenacidade de Sérgio Milliet.

Esta Divisão tinha a seu cargo os serviços da Biblioteca Pública Municipal, os da Biblioteca Infantil, os das Bibliotecas Circulantes, os das Bibliotecas Populares e os de outras que fundassem.

No momento da criação do Departamento, havia em São Paulo, duas bibliotecas públicas: a do Estado, à praça João Mendes e a Municipal, à rua 7 de abril. Ambas de organização antiquada que não permitia pudessem dar os benefícios que se podem esperar de uma biblioteca moderna. A Biblioteca Municipal, senão a mais importante, pelo menos a mais movimentada, orientava-se por norma parecida com a imprensa no Brasil: em vez de órgãos orientadores da opinião pública, órgãos orientados pelo mau gosto do público. Assim, entre nós, em geral, em vez de se fazer um jornal para esclarecer as massas, o que se fazem são jornais para agradar o povo e assim ter circulação. Disso, a precariedade, a pobreza mental da maioria dos nossos jornais, onde a parte importante está ou no futebol ou na reportagem de polícia ou no escândalo, nos concursos de beleza ou no cantor de rádio. Pois a Biblioteca também, em lugar de comprar livros capazes de exercer uma influência nitidamente cultural, inclinava-se mais para a compra das obras procuradas pelo público. Essa a causa da quantidade de brochuras policiais, de aventura, de baixa literatura, enfim, que o Departamento foi encontrar empanzinando o velho e exíguo prédio da rua 7 de abril. Quanto a revistas, a mais intelectual que ali existia, era o *Sei Tudo*, porque a mais procurada no estabelecimento...

O funcionário nomeado para dirigir a biblioteca era mesmo um funcionário da Recebedoria de Rendas do Estado. Nisso os zoilos acertaram. O que porém os zoilos e toda gente ignoravam era que Rubens Borba de Moraes, criado na Europa, aí se dedicara ao estudo da biblioteconomia, aprendera a amar os bons livros e, uma vez vindo para São Paulo, entregou-se a colecionar livros raros principalmente sobre o Brasil e tornara-se, assim, a maior autoridade no assunto, dono dos mais modernos conhecimentos técnicos, um estudioso com qualidades de bibliotecário como ainda não existia no país.

Sim, porque os nossos bibliotecários eram até então gente que entendia de tudo menos de biblioteca. Todo bacharel malgrado que não ia ser professor ia ser bibliotecário. Ou então, quando se tratava de amparar um desses velhos autodidatas brasileiros ou qualquer rebuscador de arquivos, quase sempre um bom sujeito, sem preparo e senso crítico, dava-se a êle a direção de uma biblioteca. Ora o que acontecia era que, no primeiro caso, esses institutos ficavam com um simples burocrata na sua direção ou, no segundo, com um diretor para o qual só tinha importância ou a parte de manuscritos ou a parte literária ou a parte de livros antigos, ou o comodismo do cargo, conforme a inclinação do velho medalhão. Foi por causa disso que a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro teve destruída a sua parte mais preciosa, consequência do abandono que mereceram quase todas as suas seções durante anos consecutivos: por causa disso que as bibliotecas de São Paulo eram quase meros depósitos de livros. O Departamento de Cultura viria acabar com esse regime, irradiando seus benefícios por todo o Brasil.

Inicialmente, enquanto se preenchiam as lacunas nas coleções culturais inteiramente desfalcadas da Biblioteca da rua 7 de abril, trataram os poderes públicos de unir à Biblioteca do Departamento de Cultura a Biblioteca Pública do Estado. Os livros foram desinfetados, outra providência urgente a impor-se: obras novas compradas e tomou-se o compromisso de não deixar que recidivasse em São Paulo o crime de se dispersarem bibliotecas valiosas como as de Eduardo Prado ou de Alfredo Pujol ou de Estevão de Almeida, desaparecidas devido à desídia dos governos. Foi pela Biblioteca Municipal que a Universidade pôde obter a Biblioteca Lamego comprada pelo governo Sales Oliveira. E para aquela entraram outras coleções, como a de Felix Pacheco, a de Batista Pereira, com a coleção dos autógrafos de toda a campanha civilista, mais de cinco mil páginas escritas pela mão de Rui Barbosa.

Já se estava pensando na construção de um prédio digno de uma grande biblioteca, e, ao mesmo tempo projetavam-se as bibliotecas circulantes, as bibliotecas populares e a Biblioteca Infantil. A última foi logo fundada com um entusiasmo e uma organização

que maravilharam Afrânio Peixoto cujas visitas eram ali frequentes bem como aos parques infantis, quando vinha a São Paulo.

Mas era preciso estruturar a profissão e a carreira de bibliotecário. Fundou-se o Conselho Bibliotecário, fechando entrada às bibliotecas aos funcionários sem especialização e sem cursos de biblioteconomia. Abriu-se a Escola de Biblioteconomia anexa à Biblioteca Pública e encheu-se de jovens de mentalidade nova, influência da mentalidade do Departamento de Cultura. Os burocratas arcaicos que levavam para as bibliotecas o seu próprio môfo fizeram uma gritaria louca contra a lei. A política mobilizou-se. Até velhos professores da Faculdade de Direito, velhos de corpo e de espírito, levantaram o seu protesto contra a lei de bibliotecários, temendo pela sorte de seus pequenos cortesãos. Mas a resistência foi grande e a lei venceu, impôs-se e começou a preparar verdadeiros bibliotecários para as bibliotecas de São Paulo.

Iniciou-se para a maior delas, em 1936, um grande prédio que devia ficar pronto dezoito meses depois. O diretor iria morar no próprio edifício, como acontece com todos os grandes institutos espaciais, pois um diretor de biblioteca ou de outro instituto de cultura, não é empregado público sujeito a horário de seis ou oito horas de quase vadiagem, mas um lutador de tempo integral, capaz de dar vinte e quatro horas de entusiasmo e trabalho.

A localização e até plantas das bibliotecas de bairro achavam-se já em andamento; os serviços criados pelo ato 1146 num alvoroço de colmeias, uns iniciados, outros concluídos, a catalogação quase em dia, o curso de biblioteconomia, com cerca de duzentos alunos, um êxito tão grande quanto o da Biblioteca Infantil funcionando à rua Major Sertório, e outras em cada parque infantil de São Paulo; livros novos eram adquiridos às centenas, pois no ano da fundação do Departamento de Cultura, a verba de compra de livros passara de 50 a 200 contos anuais. Essa verba no último orçamento organizado pela administração Fábio Prado era de 800 contos de réis. O público tinha prazer em ir à Biblioteca dada as facilidades e acessibilidade ali encontradas. Internamente, como beneditinos, funcionários escolhidos formigavam na desinfeção, na catalogação, na classificação, no fichamento, na organização do serviço de consultas e informações bibliográficas. Revistas e jornais importantes eram colecionados e cuidava-se da brasileira começada com a aquisição da Biblioteca Félix Pacheco. Um serviço de gravuras, documentos, manuscritos e mapas desenvolveu-se com tal ardor que, do nada, se tornou uma seção importantíssima da biblioteca de São Paulo.

Quanto à Biblioteca Infantil, além da sua constituição com obras nacionais de literatura infantil e de boas traduções, de histórias, de figuras, revistas infantis recreativas e educativas,

mapas, gravuras, selos e moedas, instituiu-se ainda um concurso anual de livros para crianças com prêmio em dinheiro aos concorrentes vencedores.

Aí é que apareceu uma novidade sensacional: a Biblioteca Ambulante. Instalada num caminhão, êste estacionava, cada dia, numa praça pública: Jardim da Luz, Praça da República, Largo da Concórdia, etc... Os livros cuidadosamente escolhidos pela sua qualidade de atrair e educar. O entusiasmo popular foi imenso. Tão grande que, quando Fábio Prado deixou a Prefeitura, havia, em adaptação, mais quatro veículos!...

As bibliotecas dos parques estavam tôdas instaladas e realizavam até exposições de desenhos infantis, elemento de alto valor para a pesquisa colhida diuturnamente nos pequenos jardins das crianças paulistas.

O plano das bibliotecas populares achava-se já estudado, bem como decidida a localização de outra entre o Brás e a Moóca e outra na Lapa. Nestas bibliotecas, articuladas com a Discoteca, a Rádio Escola e os serviços de Documentação Social, se instalaria um serviço com o fim de orientar o povo em suas leituras, um serviço cultural destinado a promover cursos de vulgarização e conferências e a formar associações de caráter educativo.

O ato 1146 previa mais o *Depósito Legal*, isso é, a obrigatoriedade dos editores e empresas de jornais e revistas enviarem à biblioteca pelo menos um exemplar de toda obra editada no município ou jornal e revista logo que expostos à venda.

Um dos diretores da *Rockefeller Foundation* ficou tão entusiasmado com a organização da Biblioteca do Departamento de Cultura que ofereceu imediatamente o dinheiro necessário à instalação do curso de Biblioteconomia. Essa subvenção repetiu-se ainda por dois anos.

Foi um aperfeiçoamento que, sem o Departamento de Cultura, não teria existido. Graças a êsse curso, os verdadeiros bibliotecários começaram a surgir e, mercê deles, as coleções de livros e principalmente revistas deixaram de ser coleções mortas para ficar à disposição de estudiosos a qualquer momento por meio de catálogos e fichários cientificamente organizados.

Antes do Departamento não havia em São Paulo uma só coleção de livros antigos sobre o nosso passado. Hoje, a brasileira da Biblioteca Municipal é talvez a primeira do Brasil, depois que os insetos, as águas pluviais e o furto, e o desleixo se encarregaram de mutilar a brasileira da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que foi a primeira do mundo.

Quando se adquiriu a Biblioteca Félix Pacheco, o primeiro núcleo apreciável para a Brasileira Paulista, houve ataques e críticas contra

esse *esbanjamento* de dinheiro. Um professor universitário, da Tribuna da Câmara Municipal, chegou a atacar a Prefeitura por ter comprado uma biblioteca de *livros velhos*...

O público correspondeu imediatamente a esse esforço. Basta dizer que, de 50 mil leitores que procuravam a biblioteca antes do Departamento de Cultura, esse número subia um ano depois a quase 150 mil. E aumentando sempre, atingiu, em 1946, apesar das mutilações que a biblioteca sofreu, como tudo no Departamento de Cultura, a cerca de três milhões e meio: 740 000 leitores, 1 100 000 consultas, fora a sala de referências, com cerca de um milhão e meio de consulentes.

A lei de bibliotecas — lei 2 339, de janeiro de 1937 — criada para regulamentar no Estado todo a profissão então nascente de bibliotecário e o serviço de bibliotecas dispunha ainda sobre o catálogo geral das bibliotecas paulistas. Esse trabalho monumental, que merecia como ainda merece um cuidado excepcional de todos os povos cultos, estava sendo estudado, quando desceu sobre nós a neblina do estado novo.

Vamos ver o que aconteceu.

As obras da nova biblioteca, à rua Xavier de Toledo, que iam muito adiantadas em novembro de 1937, paralisaram-se por cinco anos. O diretor da biblioteca, como todos os outros do Departamento de Cultura, no começo, passou a ser olhado como indesejável. A primeira acusação que se lhe fez foi a de querer um apartamento só para ele no próprio edifício da biblioteca, coisa de que não tinha nenhuma culpa pois isso se resolvera no gabinete do prefeito, aproveitando-se a experiência de outros países mais avançados do que nós nesses assuntos, onde os diretores das grandes bibliotecas, como de outros institutos científicos, residem na própria sede do serviço, a fim de manter-se a assistência assídua do responsável do estabelecimento. Várias instalações, como aquecimento, ar condicionado e outras foram consideradas voluptuárias e suprimidas ou reduzidas, embora algumas tivessem que ser repostas após a verificação do erro.

Mas anos depois, tornou-se preciso provar que o Estado Novo era mesmo construtivo. Era preciso fazer cartaz, para empregar uma fórmula de gíria em circulação. O ditador com um pontapé, desfizera-se do primeiro louvaminheiro que tivera em São Paulo. O segundo andava com comichões de exibir alguma coisa. Só no setor municipal isto seria possível, porque o prefeito Prestes Maia, embora se tivesse entregue inteiramente à doutrina do Estado Novo, não adotara as indignidades que o caracterizavam. O prefeito do Estado Novo teve erros grandes, errou ao dar uma feição unilateral às atividades administrativas, errou ao ceder algumas vezes, à influência sem preparo espiritual de alguns amigos, em setores que

atingissem o Departamento de Obras, que foi o seu centro de gravitação; errou quando cedeu à irritação de algumas implicações pessoais. Dentre os seus erros, contam-se alguns graves pelas consequências, como esse dos transportes coletivos, problema que não foi tratado com a necessária urgência e energia pelo prefeito e até hoje tortura dolorosamente uma população de mais de sete milhões; ou como esse que permitiu se perpetrassem atentados e mutilações no Departamento de Cultura, após o crime inicial do seu abandono.

A Prefeitura, apesar disso e por isso, foi o único setor da administração pública que realmente podia apresentar um conjunto de realizações úteis e, além de úteis especulosas, o que estava bem no espírito do Estado Novo. A este, não lhe importava a utilidade e a significação, importava a matéria prima do cabotinismo.

Por isso, para o dia 25 de janeiro de 1942, promoveu-se um programa de arromba, destinado a mostrar aos povos as realizações do Estado Novo em São Paulo. E marcou-se para serem inauguradas as duas mais grandiosas obras do Estado Novo; o edifício da Biblioteca e a Ponte das Bandeiras...

Já alguns meses antes burla parecida fôra feita com o mesmo fim. Num dia de inspiração, em que o ditador, tendo verificado que já podia arriscar-se a uma visita a São Paulo, marcou sua viagem à capital paulista. Nesse momento, menos de cinco anos depois de haver atentado contra a honra paulista, depois de haver metido na cadeia e torturado paulistas, depois de haver exilado paulistas, após a patrulha do suborno haver fundido resistências paulistas, após baram por escorrer no caudal deliquesciente da adesão, o ditador viu o instante favorável ao tiro de misericórdia contra o brio paulista. Viria a São Paulo receber a adesão pública dos paulistas! E veio mesmo.

O seu delegado aqui, o primeiro que teve, o mesmo que iria passar à História como um dos maiores peculatórios da História, por via de processos nos quais eram de freguesia alternada o peculato, a concussão, a malversação, o desrespeito à lei, o abuso, a violência, a sevícia e o nepotismo, todos os atentados contra a honra e a decência — trivial de cada dia — quis dar por sua vez, prova grandiosa do espírito facista indígena. Foi na Prefeitura também que encontrou jeito de provar a fertilidade do deserto: e inaugurou como partes do Estado Novo, a Avenida 9 de Julho e os túneis sob a Avenida Paulista, ambas realizações da administração Fábio Prado!

Isso em 1940. Em 1942, o novo delegado do getulismo, ante embaraço semelhante, saiu a procurar no mesmo campo que seu antecessor, alguma coisa em que se pudesse meter o rótulo do Estado Novo. E essas coisas foram a Ponte das Bandeiras que o sr. Prestes Maia realizou, apesar do Estado Novo, e a sede da Biblioteca Muni-

cipal, iniciada pelo prefeito Fábio Prado, para ser concluída 18 meses depois, mas abandonada pelo mesmo sr. Prestes Maia, cinco anos antes! As obras da Biblioteca achavam-se pois completamente cruas. Foi uma azáfama no Departamento de Obras. Mobilizaram-se turmas de operários para preparar a fachada da biblioteca, a fim de que ficasse em condições de ser inaugurada pelo interventor. Este inaugurou de fato a famosa biblioteca. Havia mais de seis anos que fôra iniciada. Deveria achar-se realmente concluída, pelo menos quatro anos antes. Só daí pelo menos dois anos poderia funcionar normalmente! Era preciso porém fazer propaganda do Estado Novo. E foi inaugurada a fachada da Biblioteca Municipal.

Isso, em janeiro de 1942. Solenidades importantes a fim de que o público visse bem as benemerências getulistas. Inaugurou-se no mesmo dia em que a Ponte das Bandeiras. Era a glória paulista também acarinhada pelo Estado Novo. Houve discursaria, lá à beira do Tietê, houve discursaria, à beira do casco da Biblioteca. Evidentemente, nem uma palavra sobre os verdadeiros criadores do Instituto. "Aquela biblioteca, como tudo que então se executava ou se inaugurasse, não é serviço nosso: é simplesmente obra de São Paulo". Foi o que disse o orador principal. Mas referia-se a São Paulo do Estado Novo, o São Paulo da ditadura, o São Paulo humilhado, vilipendiado, corrompido pelo facismo de 10 de novembro. Aquele eufemismo servia para encobrir o São Paulo da verdadeira cultura, o São Paulo da dignidade que construía aquele símbolo que era a biblioteca pública, abandonada durante anos e agora vestida às pressas de um pouco de reboque para servir às fitas grotescas do facismo de 10 de novembro de 1937.

Todo mundo ficou contente, exceto os funcionários da Biblioteca. E destes principalmente o seu antigo diretor, que viu por água abaixo tudo quanto sonhara para aquele cantinho da Xavier de Toledo e rua São Luís. Era a mesma sina triste da Divisão de Expansão Cultural que se alastrava pela Divisão de Bibliotecas, cujo primeiro golpe recebido aliás não fôra aquele. E o diretor começou a ser impertinente para com a administração. Inauguraram uma fachada de biblioteca, agora dessem os recursos de que necessitava para funcionar. E os ofícios começaram reclamando, primeiro secos, depois duros. Foi quando o sr. Prestes Maia fraquejou. Em lugar de interpretar a insistência do funcionário como revolta natural, o zelo de auxiliar ativo, por ver o que acontecia, tomou o pião na unha, tomou a coisa como impertinência, como uma questão pessoal e, um dia, resolveu castigar o subalterno insolente. Pediu um raio a Júpiter que foi cair não sobre o funcionário mas sobre o Departamento de Cultura! O prefeito tinha o direito de castigar o empregado, suspendendo-o, afastando-o, até o direito sanhudo de que nunca usou do artigo 177. Mas, em lugar disso, o prefeito transferiu o diretor da Biblioteca para a direção da Divisão de Documen-

tação Social e transferiu o diretor desta para a Divisão de Bibliotecas: quer dizer passou o bibliotecário para o laboratório de sociologia e o sociólogo para a direção de uma biblioteca!

Rubens Borba de Moraes não se conformou. Abandonou o Departamento de Cultura que havia ajudado a crescer e mudou-se para o Rio de Janeiro. Abandonou o cargo. Prova de honestidade que poucos souberam dar.

Agora, entra o fator sorte, a que se referiu no começo destes comentários. Felizmente, o diretor da Documentação Social, Sérgio Milliet, que, antes da existência do Departamento de Cultura, fôra bibliotecário da Faculdade de Direito e ali, mercê dos estudos a que se entregou por conta própria, adquiriu tirocínio de modernas organizações bibliotecárias e de biblioteconomia, não perdeu o entusiasmo e entregou-se de corpo e alma às novas funções. Essa adaptabilidade mereceu-lhe a simpatia do prefeito que, naturalmente, tivera consciência do erro mas, por melindre ferido, não quis voltar atrás. Foi isso que ditou a vigilância longa, mas atenta e melancólica de Mário de Andrade, ao escrever, quando me desabafava numa de suas cartas, que o novo diretor da Biblioteca, também um dos criadores do Departamento de Cultura, caíra no gôto do prefeito.

Foi assim que a biblioteca pôde continuar.

Mas muita destruição tinha sido feita.

A começar pelo funcionalismo. Só um ano depois, foram nomeados funcionários novos e necessários ao novo prédio. Mais ainda: todas as vagas que se verificavam durante esse tempo não eram preenchidas e os postos extintos. A Escola de Biblioteconomia fechou-se. A biblioteca impermeabilizou-se para qualquer incentivo dependente do alto, inclusive o concurso de livros infantis, dispositivo legal que foi suprimido. Da mesma forma o texto sobre Depósito Legal não foi executado e nunca mais os editores enviaram as obras publicadas para a biblioteca, obrigada a comprar aquilo a que tem direito por lei. Todos os projetos referentes às bibliotecas de bairros suspensos, estalando assim a estrutura do plano de bibliotecas, segundo o qual, a sede da rua Xavier de Toledo seria o centro de um grupo desses institutos. Cada biblioteca de bairro poderia requisitar os livros necessários ou raros em depósito na sede principal, facilitando ao leitor do bairro uma comodidade que ele hoje ainda não tem. Como consequência, o congestionamento em que se encontra hoje a Biblioteca Central, pequena para atender os seus leitores diários. Da mesma forma a verba para a compra de livros que era de 800 contos quando Mário de Andrade deixou o Departamento, passou a ser 350 contos em vez de aumentar todos os anos, como exigiam as necessidades do instituto a fim de conservar-se em dia com o livro universal.

A jurisprudência lamentável, para um país adiantado, de bibliotecas preciosas dispersarem-se em mãos de mercadores, que havia sido decididamente liquidada pelo Departamento de Cultura, voltou a impor-se, pois novas e preciosas bibliotecas São Paulo perdeu, vendidas em parcelas, como a de Artur Mota, notável pela coleção literária de que se compunha, a de Basílio Magalhães e outras.

Felizmente a Biblioteca Paulo Prado foi doada pela viúva do grande escritor e não se perdeu. Mas este milagre, como tudo quando de bom pôde acontecer, na Divisão de Biblioteca, deve-se ao fator sorte. Sorte, a herdeira de Paulo Prado ter tido uma compreensão generosa que a administração pública não tem; sorte de encontrar um bom diretor da biblioteca, no funcionário que a dirigia.

Exclusivamente devido a isso, a nova direção da biblioteca, apesar das suas verbas reduzidíssimas, apesar da falta de funcionários com que lutou sempre, causa de ficar atrasado até o importantíssimo serviço de catalogação, conseguiu organizar a seção de livros raros, a de microfotografia, uma excelente seção de Arte, a Biblioteca Circulante existente, as exposições permanentes nas vitrines do saguão de entrada, os ciclos anuais de conferências no auditório da biblioteca e a publicação de Boletim Bibliográfico. Mas tudo isso viveu, durante algum tempo, por acaso, ao Deus dará das circunstâncias, porque para livros raros nunca mais houve verba especial, a microfotografia feita com "verba roubada" tinha que viver à própria custa; na seção de Arte também não há, até hoje, dinheiro para a aquisição de livros mais caros que são os mais importantes; e o Boletim Bibliográfico desapareceu. Tamanho é o descaso atual que, no prédio da Biblioteca, principalmente na Biblioteca Circulante, qualquer frequentador pode ver rachas e goteiras que não se consertam, porque ao que parece o Departamento de Obras não cuida disso hoje.

E assim passou a viver a Divisão de Bibliotecas, não como as demais, na esperança de uma espiritual loteria da Espanha ou no desassossêgo pela possibilidade muito provável de um dia ser para ali transferido um funcionário qualquer do tendal de carnes ou do entreposto de verduras, a fim de abrir a vaga desejada por um sobrinho qualquer do governo.

Tinha razão Ibraim Nobre, quando, do alto de um arranha-céu moderno, contemplando a paisagem da Megalópolis, lançou a apóstrofe:

Calai silêncios que, em meu peito, enjaulo!
Esta paisagem que daqui se avista,
a terra pode ainda ser São Paulo,
mas a gente deixou de ser paulista!

Na Divisão de Educação e Recreio, do Departamento de Cultura, manifestaram-se, quase em partes iguais, o espírito de extermínio estadonovista e o heroísmo de parte dos funcionários, ali postos desde o início. Serve mesmo de documento raro para o estudo da luta dolorosa travada no Brasil entre a barbárie e a cultura, episódio de que aquele Departamento constituiu um símbolo.

Na Divisão de Expansão Cultural, como vimos, os vândalos atrasaram quase tudo. Na Biblioteca, os guardiães ali deixados conseguiram resguardar boa parte do que fôra construído. Na de Educação e Recreio, o resultado da peleja deu ganho de metade para cada uma das partes. Continuamos vendo, portanto, que o que resta de positivo se deve sempre e exclusivamente à sorte de acontecer um ou alguns funcionários bons, contra os quais a própria administração sempre se voltou.

O ato 1146 distribuía os serviços da Divisão de Educação e Recreio em duas seções: a de Parques Infantis e a de Estádio, Campos de Atletismo e Piscinas.

Os parques deveriam ser instalados, de preferência, nos bairros populares, nas proximidades de fábricas, escolas e casas de habitação coletiva. Destinavam-se essencialmente a colaborar na obra de preservação, previsão social, e de educação das crianças. Dentro dêles, seriam dirigidos e acompanhados a prática e o desenvolvimento de brinquedos e diversões. Para tudo isso, em cada parque, haveria tantos educadores sanitários, instrutores quantos reclamados pelo serviço. Com a colaboração dos institutos educativos, nêles seria promovido um inquérito permanente de pesquisas psicológicas, folclóricas e outras, recolhendo-se as tradições de costumes, superstições, adivinhas, parlendas, estórias, canções, brinquedos etc.. Os resultados devidamente selecionados, organizados e catalogados em seções distintas, destinar-se-iam a publicação na *Revista do Arquivo*, que era o órgão oficial do Departamento de Cultura.

As educadoras sanitárias tinham a missão de auxiliar a assistência médica e dentária, permanente nos parques, zelar pela saúde das crianças, investigar as condições sociais do meio de que proviessem, formar-lhes a consciência sanitária, incutindo-lhes hábitos higiênicos, levando a investigação até mesmo à família de cada pequeno, e ainda, vigilar pela nutrição, estudar a criança sob o ponto de vista biológico, fisiológico, psíquico e social; auxiliar a organização das fichas clínicas, biotipológicas e sociais.

As instrutoras, competia, além da fiscalização de tanques de vadear e aparelhos de divertimentos, colaborarem em todos os serviços sociais, e mais atrair as crianças para os brinquedos próprios para a idade, desviando-as dos contra-indicados, ensinar-lhes a prática de jogos infantis, participando dessas atividades; propa-

gar a prática de brinquedos tradicionais do Brasil, promover a daqueles que, pela experiência universal, fôsem dignos de serem incorporados ao patrimônio da terra, promover ainda a educação física dos pequenos frequentadores dos parques.

Inicialmente, os serviços clínicos dos parques ficaram a cargo dos médicos do Hospital Municipal, devendo depois organizar-se, como depois se organizou, um corpo definitivo dos pediatras e dos nutricionistas dos parques.

O primeiro parque infantil construído em São Paulo é anterior à administração Fábio Prado. Foi o sr. Anhaia Melo, quando prefeito, quem os introduziu entre nós, instalando o Parque Pedro II, que funcionava já na capital, mas sem organização de qualquer espécie. Era um refúgio reservado naquele grande parque às crianças que ali fôsem ter. O Departamento de Cultura iria organizá-los e transformá-los, ao lado da obra social que representam, numa fonte preciosa de pesquisa sociológica.

Assim, foram abertos logo a seguir, dois outros, um no bairro do Ipiranga e outro na Lapa.

A Divisão tratou de levantar, concomitantemente, um mapa com a localização dos futuros parques infantis, todos em bairro de trabalho ou de pobreza, imediações de escolas ou fábricas, enfim onde pudessem ser mais úteis socialmente. Desse mapa do município da capital constavam já a localização de 53 parques, cuja construção se iniciou logo, a partir de um em Santo Amaro, outros na Barra Funda e Tatuapé, outro em Vila Romana. O de Santo Amaro, poucos meses após, vinha logo juntar-se aos demais já abertos às crianças paulistas.

O êxito dos parques infantis foi uma coisa entusiasmante. Resultados excelentes verificavam-se logo nos primeiros meses dando plena satisfação aos seus fins essenciais, como o de conservar as crianças pobres fora das ruas, prevenir a delinquência infantil, promover, ao ar livre, a saúde dos desprotegidos, assistindo-os, observando as suas tendências para a efetivação do trabalho do parque: a educação. Sem contar a observação sociológica cientificamente recolhida que iria fornecer ao Serviço de Documentação Social um dos seus melhores elementos para análise, estudos e investigações. A Assembléia Legislativa do Estado, levei, em 1937, um relatório dos benefícios desses recantos de felicidade infantil demonstrando, graças a esses elementos coligidos e estudados por especialistas da Divisão de Documentação Social, que tais observações desprezadas até tempo recente pela escola tradicional e ainda hoje completamente esquecidas da família, se apresentavam sob múltiplos aspectos: um dizendo respeito à saúde física e mental, estimulando a liberdade e a alegria ao ar livre; outro, interessando a coordenação neuro-muscular e as funções normais do organismo infantil; outro ainda, a educação da criança, de modo insensível,

incutindo-lhe o sentimento da camaradagem, da sociabilidade, da lealdade e da amizade, por meio de atividades lúdicas, como os brinquedos tradicionais do folclore nacional. Dos mais importantes, o fim de cultivar as boas e analisar e observar as más tendências, para serem combatidas. E o despertar nas novas gerações o gosto, criando o hábito de empregar seus lazes em atividades saudáveis de alto cunho moral e higiênico; contribuir para a educação social infantil, proporcionando oportunidades e meios de recreação ao ar livre; estreitar o convívio de crianças de todas as classes sociais, desviá-las dos maus hábitos, dos vícios e da criminalidade, para ambientes saudáveis e atraentes, reservados aos seus divertimentos e exercícios. E ia por aí além esse programa impressionante que só poderia deixar fria a gente do Estado Novo, completamente vacinada contra qualquer problema de interesse coletivo que não podia mesmo compreender.

O pessoal destinado a agir nesses pequenos mundos foi escolhido com cuidado minucioso. Basta dizer que o cargo de educadora se preenchia por concurso, cuja inscrição era acessível só a candidatos que tivessem dois cursos: o da Escola Normal e de Educadora Sanitária.

De junho de 1936 a julho de 1937, o serviço de documentação revelou notáveis conclusões obtidas com os dados fornecidos pelos parques. Só o Pedro II realizou, além das observações psicológicas, quase dois mil exames feitos com o intuito de isolar as crianças portadoras de moléstias transmissíveis, encaminhar aos serviços especializados as que necessitassem de exames, análises e tratamentos; indicar a prática de esportes que mais se coadunassem com as condições de cada caso, ministrar conhecimentos de ordem higiênica nem só às crianças mas ainda às pessoas que com estas convivessem, etc. Todos os pequenos frequentadores foram assistidos pelos médicos dos parques, tendo sido feitas, só naquele período, mais de mil fichas de antecedentes hereditários, familiares e pessoais. As educadoras sanitárias entraram em contato com os pais, estendendo-se até a casa a ação esclarecedora, pois não valia nada tirar os piolhos de uma criança no parque para que esta se parasitasse novamente ao contato com a mãe e irmãos maiores. Uma das observações versava sobre o banho, o cuidado com o vestuário, os cabelos e as unhas, a higiene alimentar, os hábitos nocivos e anti-higiênicos, uns ensinados, outros reprimidos com inteligência, tudo isso, depois de exercida sua função pedagógica da educadora para a criança, retransferia aquela por uma curiosa influência antropogógica, da criança para a família. Esta ia aprender com a criança aquilo que o abandono social não havia permitido que aprendesse outrora quando os seus membros adultos eram crianças também.

Anhaia Melo
crianças
em 1931

objetivo

Instrutores, educadores, médicos, entregaram-se a pesquisas que foram pacientemente concluídas, como sôbre a pediculose, hipertrofia de amígdalas, carie dentária, ferimentos, suas causas e localização no corpo das crianças; uma análise meticulosa dos chamados *acidentes necessários* que ensinam as vítimas a defender-se. Resultados inesperados, surpreendentes e quase sempre dolorosos deram essas pesquisas como a de encontrar-se numa só criança quase duzentos piolhos, ou do horroroso estado de higiene das habitações coletivas. Num só quarto de cortiço, verificou-se que dormiam quatro menores e os pais; estes e mais duas crianças tuberculosas. A média de garotos necessitados de tratamento médico atingia quase 80 por cento! Cêrca de 60 por cento dos que frequentavam os parques eram desnutridos, passavam fome! Tais conclusões obrigaram providências urgentes, como a merenda infantil e uma assistência médica e sanitária mais intensa em todos êsses centros e ainda providências para a instalação de outros parques onde os mesmos benefícios se distribuíssem a tôdas as crianças de São Paulo. Organizado êste pormenor, inicialmente, consumia-se, só no Parque Pedro II, 60 litros de leite e 20 quilos de pão para uma média de 400 crianças. Mais tarde estabeleceu-se a distribuição de uma sopa substancial. Graças à generosidade particular suprida pela Prefeitura, o leite nunca faltava e as crianças puderam ter ainda um suplemento de presunto, mortadela e gorduras. Novos gabinetes médicos montaram-se e os parques foram dotados de mais uma ou duas instrutoras em cada um. O serviço especializado com a colaboração do Departamento de Obras localizou e estudou em pouco tempo, mais trinta e três centros infantís, em terrenos reservados pela Prefeitura nos bairros que mais clamavam por essa assistência.

Os casos de tracoma, numerosíssimos, declinaram imediatamente, pois se isolavam tôdas as crianças vítimas da conjuntivite granulosa, encaminhando-as a tratamento adequado. O mesmo em relação a muitas afecções da pele, grande parte consequência da mais absoluta falta de higiene. Assistência hospitalar e medicamentos, de graça para todos, sem distinção. No ano de 1937 foi dominada, graças a adequadas providências, uma epidemia de coqueluche em dois bairros: na Lapa e no Ipiranga.

Dos primeiros trabalhos realizados nos parques, destaca-se um estudo sôbre a formação e articulação da palavra, apresentado ao Congresso Nacional de Língua Nacional Cantada, que foi uma das mais notáveis realizações do Departamento de Cultura.

Aqui me seja permitido um rápido parêntese pessoal. Fábio Prado queria nomear para a direção dos Parques Infantís, minha irmã, que era candidata exclusivamente de Mário de Andrade que sabia de seus conhecimentos com relação a Parques Infantís. Eu tinha dois candidatos: Alice Meireles Reis e Nicanor Miranda, meu

colega da Faculdade de Direito, rapaz culto e que frequentava o grupo do apartamento da avenida São João. Mostrei a Fábio o inconveniente de nomear minha irmã, pois os ataques e críticas viriam contra mim e contra o próprio Fábio. Então depois da recusa de Alice Meireles Reis, para aceitar o cargo, foi Nicanor Miranda nomeado chefe da Divisão e minha irmã chefe de seção apenas. Assim mesmo por insistência violenta de Antonio Mendonça junto do Prefeito. Tudo correu admiravelmente até 10 de novembro de 1937. Atrás ficou narrado um encontro em minha casa, de todos os diretores do Departamento, pelo qual se resolveu que aquêle que contasse relações prestigiosas na nova situação, mesmo que tivesse de humilhar-se, se aproximaria dos donos do regime, para a defesa do Departamento. Nicanor Miranda foi o primeiro que teve oportunidade, mas foi longe demais: aderiu inteiramente à nova situação. Com êle foi também o médico chefe nomeado por mim, José de Deus Bueno dos Reis, cuja adesão se fez através de uma verdadeira traição a nós todos. Ambos passaram mesmo a hostilizar minha irmã, que nada tinha com as minhas atitudes políticas, mas tornou-se alvo de tôdas as perseguições. Ao médico, enviei então uma carta, lançando-lhe em rosto tôda a sua miséria. Mas Nicanor, mais inteligente, só começou mesmo a sua perseguição contra minha irmã a ponto de infernizar-lhe a vida na Prefeitura, com implicancinhas, mácriações e hostilidades de tôda natureza, depois que fui expulso do Brasil. Foi premiado com a confiança dos donos do Brasil e de São Paulo, aquêle momento. Mas foi praticamente expulso do nosso grupo, pois todos, sem exceção, manifestaram-lhe sua repulsa.

E a perseguição à minha irmã constituiu um capítulo especial e único da história de tôdas as administrações públicas do mundo. Ela sempre foi considerada funcionária exemplar. Pois apesar disso, o seu cargo que era de carreira foi transformado pela política ademarista em cargo isolado, para que nunca mais pudesse ser promovida. E não foi mesmo, pois Maria Aparecida Junqueira Duarte aposentou-se, 30 anos depois, no mesmo pôsto para o qual fôra nomeada três décadas antes! Nunca teve uma só promoção em tôda a sua vida de funcionária exemplar. Caso inédito, pois, em tôda a história da administração pública. Prôpriamente inédito, não, porque meu irmão, B. J. Duarte, chefe de iconografia, fotografia e cinema da Prefeitura, passou pelos mesmos vexames, exclusivamente por ser meu irmão. E aposentou-se também com o mesmo cargo e funções com que fôra nomeado trinta anos antes. Fica consignado êste episódio pela sua originalidade e para definir a politiquice dos longos anos de abusos e misérias verificados na Prefeitura de São Paulo, o que, aliás, é trivial e histórico em períodos de arbítrio. Fechemos o parêntese.

Ao lado dessa assistência assídua às crianças, vivia vigilante a espiritualidade principalmente pelos instrutores que mantinham em cada parque uma biblioteca infantil, coleções de selos, até pequenos jornais se publicavam. E realizavam-se competições de jogos entre diversos parques, exposições de desenhos infantis completando, enfim, aquêl mundo de sonhos acordados para os pobres pirralhos de São Paulo ignorantes até então da delícia de possuir um brinquedo que só viam nas vitrines do centro em época de fim de ano, temporada de alegria dos meninos ricos, de suplicio e recalques para os pequenos infelizes das várzeas e dos cortiços. Foi quando surgiu um problema curioso e que os parques infantis tiveram de resolver imediatamente: a fuga do lar. De fato a criança que passava fome, frio, toda espécie de necessidades em casa, começou a preferir o parque à casa, a educadora ou a instrutora, que com ela brincava às mães. E foi a missão de entrosar os pais na vida do parque com visitas às casas, aconselhando-se os adultos, promovendo-se um pouco de bem estar em lares onde, muitas vezes, toda miséria era mais produto da ignorância do que da penúria. Muito pai desempregado tornou-se operário municipal pela influência do filho freqüentador de um dos parques.

Política inspirada em Anchieta que viu genialmente o método de conquistar os pais selvagens, pelos curumins que êle catequizava...

Essa aproximação chegou ao ponto de, na competição entre parques infantis, o entusiasmo maior nem ser observado entre as crianças, mas entre os pais que davam maior importância a um jogo de bola ao cesto do que o próprio filho que nêl tomava parte. Foi assim que surgiu a *Associação dos Pais das Crianças Matriculadas nos Parques Infantis de São Paulo*. Quando havia neles qualquer festa, os pais, que chegavam a sacrificar um dia de serviço para tal, lá estavam ajudando nos enfeites e preparativos.

Não cabe na estreiteza dêste trabalho, um estudo minucioso dos parques infantis, cheio de ensinamentos e revelações, nem da influência que começaram a exercer como elemento educador ou fonte de pesquisa. A *Revista do Arquivo* está pejada de estudos publicados em suas colunas: estudos folclóricos, linguísticos, musicais, sociológicos e outros, fruto da observação e dados colhidos nos parques infantis de São Paulo. Que messe de benemerências não se teria feito se pudessem êsses recantos esplêndidos de benefício e estudo ter tido o desenvolvimento que lhes daria uma administração lúcida, durante os longos anos que decorreram desde a sua fundação!

Aliás essa assistência às crianças oferecida pelos parques, tinha a sua continuação natural nos campos de atletismo que seriam

a continuação do primeiro, cujos freqüentadores iam até os doze anos, passando depois para o campo.

Competia à Seção do Estádio, Campos de Atletismo e Piscinas, sobretudo em bairros operários, de campos para atividades atléticas, ginásticas e esportivas, destinados a proporcionar a adolescentes, principalmente, oportunidades para exercícios físicos ao ar livre, desviando-os dos ambientes prejudiciais. Êsses campos, uma vez aparelhados, seriam entregues à guarda e direção de uma comissão constituída de adolescentes e adultos dos bairros em que estivessem situados. Era o convívio social, a amizade, a camaradagem dos jovens que começavam orientados inteligentemente, antes da vida universitária ou da labuta profissional. Neles trabalhariam instrutores selecionados por concurso, devendo os candidatos possuírem diploma da Escola Normal e ainda de instrutor de Cultura Física dada pelo centro de Educação Física do Exército ou pelo Departamento de Educação Física do Estado. Teriam preferência os que ainda tivessem seguido o curso de Educador Sanitário do Instituto de Higiene, ou do Instituto Nacional de Música ou outros congêneres oficializados, qualquer curso enfim com afinidades no problema educacional.

A administração Fábio Prado esperava apenas consolidar decisivamente o serviço de parques infantis, esperando que se abrissem pelo menos dez dêles, para inaugurar os primeiros campos de atletismo, complemento natural daqueles. Os dois primeiros tinham sido já localizados, um no Ibirapuera e outro no terreno a ser desocupado pelo Jôquei Clube, na Moóca, prestes a passar para a nova sede de Pinheiros. Êsses dois primeiros campos de atletismo seriam inaugurados em 1938, ano em que Fábio Prado deixou a Prefeitura e começou o calvário do Departamento de Cultura.

Nêles, instalar-se-iam também as piscinas municipais, de não menor alcance educativo. Fase preparatória dos campos de atletismo, já se achava em pleno funcionamento o Clube de Menores, cujo entusiasmo inicial garantia o êxito de que se revestiram aquêles.

Outro complemento da Divisão de Educação e Recreio, um dos mais importantes, estava no Estádio Municipal.

Vale a pena contar a história do Estádio Municipal do qual tanto se falou e se fala ainda, mas tão poucos o compreenderam. Hoje toda gente pensa que foi êle construído para ser o Estádio da cidade de São Paulo. Puro engano, o Estádio Municipal foi apenas um complemento dos campos de atletismo, ápice do programa de educação social dos menores paulistas, aquêles que não podiam freqüentar os clubes a pagamento, aquêles para os quais a administração pública só olhava quando os metia na cadeia, sob

o pretexto de crimes e contravenções, cuja maior responsabilidade recaí justamente sobre o meio social que os deixa ao abandono.

Mas vamos à história do Estádio Municipal.

A lei determinou que o Estádio do Departamento de Cultura se destinara à realização de competições, campeonatos, demonstrações ou torneios esportivos ou atléticos nacionais e ainda de grandes solenidades cívicas.

Desde que se resolveu sobre a sua existência, começou a Divisão de Educação e Recreio o trabalho de escolha do local para a sua construção. Pensou-se primeiro num dos terrenos do Ibirapuera, ao lado do grande parque mutilado pela estupidez administrativa, terreno que vem sendo alvo da cobiça de todas as organizações militares ou civis que ainda não compreenderam a importância de um parque amplo, vasto dentro de uma cidade sem estrutura urbanística traçada com larga visão. Ainda uma boa parte desses terrenos adjacentes ficou de ser entregue para a construção de um quartel, um centro militar e outras coisas parecidas.

Passemos adiante. Pensou-se pois num desses terrenos do Ibirapuera para o Estádio, mas a idéia foi logo afastada, justamente para que não se mutilasse o conjunto dessas áreas do futuro grande parque, o *Bois de Boulogne* de São Paulo, como diziam alguns administradores líricos. Lembrou-se então do espaço que seria deixado pelo Jôquei Clube, na Moóca, quando este mudasse para Pinheiros.

O assunto estava nesse pé quando, certo dia, resolvi, para mais comodidade, desatracar o meu gabinete de trabalho, na Prefeitura de São Paulo. Havia ali um grande e maciço armário, que uma administração passada entulhara com processos engavetados, sem solução. No primeiro mês de sua gestão, Fábio Prado havia feito caminhar de novo esses processos paralisados, alguns, até por longos anos. O armário tornara-se inútil e os serventes começaram a removê-lo para outro sítio onde estorvasse menos. Por detrás do pesado móvel escorregou qualquer coisa. Era uma empoeirada pasta de documentos. Aberta, descobri algumas plantas e uma velhíssima proposta da *City* oferecendo o terreno no Pacaembu para a construção de um Estádio! Junto, algumas folhas anotadas nas quais zelosos funcionários esclareciam a esperteza daquela companhia imobiliária querendo valorizar uns buracos que possuía à custa dos cofres públicos; havia ainda cálculos sobre o quanto a companhia iria ganhar e patati patatá. Só não havia nenhuma referência ao que a cidade iria lucrar. Depois de remoer aqueles papéis velhos de alguns anos, fui ter com Fábio Prado. Nunca encontrei em minha vida homem que tenha passado todo seu tempo na tormenta gelada dos negócios, tão aberto aos problemas culturais, como o prefeito de São Paulo, com cuja administração colaborei

assiduamente. Fábio Prado compreendeu o que significava aquela oferta e deu-me a autorização que pedi de estudar os papéis e entender-me com a *City*. Um dos diretores desta explicava-me vinte e quatro horas depois que, ante o silêncio da Prefeitura, o terreno destinado ao Estádio fora doado, havia uns dois anos, ao Estado, para o mesmo fim, mas este, ao que parecia, também se desinteressara do assunto. A Prefeitura entrou em entendimentos com o Estado. Alguns dias depois, o terreno era transferido para a Municipalidade e, por sua vez, a *City* cedia, ainda gratuitamente, uma área complementar a fim de que se pudesse erigir uma arena de jogos esportivos digna da cidade de São Paulo. O mais todos conhecem. Em menos de um ano, o Estádio estava começado e as obras iam adiantadas quando Fábio Prado deixou a Prefeitura. Também foi declarado realização do Estado Novo. O ditador foi convidado a inaugurá-lo, como tal...

Um espoleta qualquer da nova situação tentou um dia cozinhar umas maldadezinhas ao insinuar em entrevista à imprensa que ali, como em todas as atividades do Departamento de Cultura, tinha havido negociata ou proveito pessoal a favor dos membros da situação caída. Ausente, na Europa, Fábio Prado achava-se impossibilitado de defender-se e esse fato me obrigou a vir a público revidar a infâmia com a energia necessária. O sr. Prestes Maia foi elegante. Ao ponto de, como informaram pessoas da intimidade do então prefeito, ter fechado a boca do pequeno miserável com um pito que não admitia réplica.

E o Estádio também pôde acontecer. Mas, coitado, quase se arrependeu de ter nascido, ao ouvir, no ato inaugural, as palavras com que o sr. Prestes Maia saudava o sr. Getúlio Vargas...

Em maio de 1938, era suprimido o cargo de Chefe da Seção do Estádio, Campos de Atletismo e Piscinas. Diretor do Estádio, função que só poderia ser desempenhada com proficiência por um especialista culto e capaz, foi nomeado um burocrata sem uma só das qualidades exigidas para tão importante cargo. E o Estádio de São Paulo criado para um destino alto no programa de educação do povo arrasta-se até hoje, servindo apenas o trivial do seu destino, como campo de futebol, lutas de box e, às vezes, comícios políticos. Parte integrante, complementar e indispensável da Divisão de Educação e Recreio, foi amputado do Departamento de Cultura ao qual não mais pertence!

Assim, malogrou integralmente a segunda seção das duas que possuiu a Divisão de Educação e Recreio; o Estádio quase inteiramente desvirtuado dos seus fins, já por falta de capacidade de administração; já pelo abandono de suas atividades realmente culturais: os campos de atletismo e as piscinas porque a administração nunca mais quis ouvir falar deles desde o dia em que Mário de Andrade deixou o Departamento de Cultura.

Só a seção de Parques Infantis não tresleu. Mas foi ela conservada como fazia jus, pela importância, pelo significado cultural e social, pelos notáveis trabalhos do seu ativo de dois ou três anos? É o que passamos a ver.

Ao sair da Prefeitura, Fábio Prado deixou abertos, em pleno funcionamento, quatro parques infantis: o do Ipiranga, o da Lapa, o Pedro II e o de Santo Amaro. E deixou já prontos, prestes a serem inaugurados mais dois: o de Tatuapé e o da Barra Funda. E mais um último em adiantada construção: o de Vila Romana. Outros 46 parques figuravam no programa de construções do Departamento para o ano de 1938.

Os quatro abertos foram conservados pelo sr. Prestes Maia que, de início, fechou os de Tatuapé, o da Barra Funda e de Vila Romana, concluído à vista de haver verbas empenhadas, contratos escritos etc..

Estes dois últimos parques ficaram fechados, uma primeira vez, pelo espaço de mais de dois anos.

Veio então a visita do ditador a São Paulo, a fim de, getulianamente, dar um atestado público do avacalhamento paulista. Os túneis e a Avenida 9 de Julho somavam muito pouco em obras a serem inauguradas pelo pai do Estado Novo, cuja característica era exatamente o dinamismo, a energia mōça, a febre das construções gigantescas tão do agrado dos facismos de todos os matizes, fōssem sinistros, como os europeus, fōssem apenas ridículos, como o brasileiro.

Procura que procura coisas para o ditador nelas deitar o batismo do seu riso sem significação, quando, de repente, como um eureka salvador, estourou no miolo de algum áulico a lembrança dos parques fechados há anos. Idéia genial, pois aquilo, ademais, era também espírito! E às pressas, mandaram capinar os recreios, fazer uns remendos, passar uma mão de cal nas construções esborcinadas, cheias de mōfo do abandono. Mas faltavam funcionários, faltavam crianças, pois as crianças dos bairros pobres perderam há muito a esperança de ver aberto o pequeno paraíso que Fábio Prado oferecera aos pirralhos pobres de São Paulo. Para contornar a dificuldade, mobilizaram-se alguns caminhões municipais e estes veículos saíram correndo a pedir crianças emprestadas aos outros parques! Com as crianças vieram educadoras, instrutoras, tudo, como num palco de ópera, para dar movimentação a uma realidade falsa, plena intrujice cívica, como foram quase tōdas as realizações do Estado Novo.

Feito o convescote patriótico, o ditador retirou-se satisfeito de cada parque, e, atrás do último automóvel da sua alegre comitiva, seguiram também os caminhões devolvendo funcionários e crianças, e os parques ficaram de novo ao abandono que durava já por mais de dois anos.

Pois ficaram fechados mais dois anos! Quatro ao todo! Finalmente, mercê de uma campanha tenaz de alguns funcionários remanescentes, que alguns haviam abandonado o serviço desanimados e sem esperança, foram eles abertos após quase um lustro de absoluto esquecimento. Para a entrada das crianças e dos funcionários, houve a necessidade de uma completa reforma, pois a ruína e a vegetação invadiam tudo.

Mais tarde, num dia de veneta, o sr. Prestes Maia, apesar da sua ojeriza pelo Departamento de Cultura, projetou dois parques: o da Penha e o do Itaim, ambos decididos e projetados sem nenhuma observância aos interesses sociais de tais institutos, pois nem o preceito da densidade de população foi levado em conta para a localização de um parque infantil nos terrenos da chácara Marengo e outro no Itaim. Aqui era depois inaugurada simbolicamente também uma biblioteca infantil que, uma vez inaugurada, foi de novo fechada e fechada permaneceu.

Dez anos depois de iniciados, a cidade de São Paulo deveria possuir pelo menos uns sessenta parques infantis, pelo menos uns cinqüenta campos de atletismo e outras tantas piscinas públicas.

Pois contava apenas uns poucos parques infantis, uma piscina apenas, a do Estádio Municipal, e nem um só campo de atletismo, o complemento natural do parque infantil, na solução do problema de educação das crianças e adolescentes pobres da cidade de São Paulo! Beneméritos estadistas da escola ditatorial! Para eles, para esses vigaristas das massas, que por aí se arrastam, herança do Estado Novo, filhos putativos de verdadeira mãe que os ricos e os impostores tiveram, para eles, crianças e adolescentes pobres deixaram de existir desde 10 de novembro de 1937...

Mas vejamos o que conseguiu manter e até criar a luta de meia dúzia de funcionários abnegados, quase todos eles, como das outras vōzes, sobras do Departamento que existiu no tempo de Mário de Andrade.

Além daqueles pobres parques havia então um acampamento permanente de menores em Santo Amaro; uma colônia climática para menores, também em Santo Amaro, uma chácara adquirida por Fábio Prado, um centro de mōças e quatro centros de rapazes, e um recanto de crianças, na Praça da República.

Os dois primeiros existiram graças a uma área adquirida por Fábio Prado, à margem da Reprêsa Guarapiranga, em nome da Prefeitura, e para esse fim. Para fazer o acampamento de menores, a Divisão de Educação e Recreio lá penetrou clandestinamente, depois de 1937, e, mercê desse precário *uti possidetis*, ali permaneceu até ser apciada pelo prefeito Abraão Ribeiro. Tanto o acampamento quanto a colônia puderam, pois, existir graças a fun-

cionários dos parques e apesar da administração. Os centros de rapazes e môças viveram também da mesma forma durante todo o tempo ditatorial e só tiveram algum apoio administrativo quando o sr. Abrahão Ribeiro tomou posse na Prefeitura, mas até há pouco essas iniciativas, acampamento de menores, colônia climática, centro de moços viviam a vida precária dos abandonados. Vida clandestina, como a dos que permaneceram fiéis aos ideais de liberdade durante a longa noite ditatorial. Para que, àquela época, funcionassem os centros de rapazes, os seus instrutores foram contratados, também clandestinamente, como operários. E assim permaneceram durante cinco anos! Quer dizer figuravam no quadro como operários para que a administração não desconfiasse e os metesse na rua. Onde já se viu pensar nessas bobagens, quando o Estado Nôvo estava aí para cuidar de coisas mais sérias! Finalmente, o recanto da Praça da República, idéia da Divisão, que mereceu o apoio simpático do sr. Abrahão Ribeiro. Que pena não se tivesse lembrado o Prefeito que logo depois deixava a Municipalidade um pouquinho mais ou um pouquinho menos, conforme o caso, do Departamento de Cultura! A própria regulamentação dos parques infantis, pronta e elaborada, ficou no fundo de uma gaveta qualquer. Entretanto duas ou três reformas se fizeram: outros tantos golpes contra o Departamento de Cultura, condenado. Se quisesse fazer alguma coisa só seria à custa de pequenas astúcias clandestinas, como aquelas de instrutores no quadro de operários.

Aliás esse disfarce em operários é recurso que não morreu aí: durante vários anos, os enfermeiros dos parques infantis, pela mesma razão, figuravam ainda no quadro de operários!

No tempo de Fábio Prado havia apenas uma ambulância dentária montada em automóvel e havia também apenas dois médicos para os parques existentes. Impôsto o Estado Nôvo, maravilha das maravilhas, instalaram-se três gabinetes de odontologia, um no Parque da Vila Romana, outro na Barra Funda e o terceiro no Tatuapé. Havia quatro dentistas para esse serviço, três nos parques e um na ambulância. E quanto a médicos, dez médicos foram nomeados.

O serviço, porém, muito menos eficiente do que outrora, dada a organização absolutamente precária, incapaz dos benefícios que se esperaram, e principalmente porque se fizeram as nomeações sem a providência das devidas instalações. Isso por um motivo muito simples: as nomeações foram feitas sem nenhum critério ou, melhor, pelo mau critério do afilhadismo, nomeações irregulares e até contra a lei! Basta dizer que para ser médico dos parques a lei exige, além do de médico, o diploma do curso de educação física. Pois nenhum dos nomeados satisfaz às exigências legais. E o Expediente da Prefeitura, que leva as suas exigências a verdadeiras orto-

doxias de interpretação, deu posse aos protegidos, não lhes exigindo os documentos exigidos pela lei, para serem empossados! Foi preciso que a própria Divisão de Educação e Recreio, defendendo o seu patrimônio espiritual, levantasse a lebre para que tudo se alvorçasse. Houve mesmo um velho áulico que demonstrou o seu desagrado pelo zelo manifestado na Divisão. Mas que adianta a lei quando se trata de protegido? A lei, ora, a lei... O que vale é que os nomeados demonstraram boa vontade e, assim assistiu-se, na Prefeitura, ao pequeno espetáculo dos médicos nomeados estarem tirando o seu curso de educação física para satisfazerem às exigências legais e as do decôro municipal nem sempre suficientemente resguardado. É preciso, entretanto, ressaltar alguns nomes que se dedicaram ao serviço com afã capaz de justificar a má origem da nomeação.

Preferível talvez a orientação do sr. Prestes Maia, a do abandono, em lugar dessa pletora de médicos que, após saturar o Hospital Municipal (105 médicos para 60 leitos durante o período ademarista!), escorreu para o Departamento de Cultura, não com o intuito de beneficiá-lo, mas no de encostar coercitivamente alguns encostáveis... O sr. Prestes Maia caía no pecado inverso. Não só não nomeava ninguém mais ainda extinguiu os cargos que se vagassem. Ainda em maio de 1938, suprimia no quadro os de primeiros e segundos instrutores e os de primeiros educadores dos parques, cortando a carreira dos abnegados colaboradores naquela obra admirável de preservação, previsão social e educação.

Uma coisa, porém, é preciso lançar no ativo do sr. Prestes Maia: a Biblioteca Infantil, hoje à rua General Jardim: a excelente instalação que lhe foi dada, deve-se exclusivamente àquele Prefeito, a única obra cultural da sua unilateralíssima administração.

Mas esta como as outras viveu também tributária da dedicação de sua diretora. Inútil dizer, funcionária do tempo de Mário de Andrade.

A Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura criou-se com a humildade dos sinceros. Para a parte histórica seria mais ou menos fácil improvisarem-se elementos. Alguns existiam mesmo capazes e dedicados tanto na Prefeitura como fora dela. Mas a pesquisa social era coisa inédita entre nós. Para provar a lástima dos nossos serviços de pesquisa ou de estatística, basta ver os recenseamentos brasileiros ainda hoje feitos e repetidos inquinados de vícios, onde outrora se imiscuiu até a política para falsificar resultados. E ainda o patriotismo primário que se eriga ao ver num recenseamento mais moderno corrigido para menos o número de habitantes de tal e qual unidade brasileira que o recenseamento anterior aumentara, a fim de influir no número de deputados de uma determinada região... Quanto

à história, estamos ainda no tempo de considerar um determinado cidadão um grande historiador só porque tenha encontrado umas coisas em documentos velhos e transcrito essas coisas para o papel moderno, palavra por palavra, sem a menor interpretação crítica, sem a menor acuidade, como se história cronológica fôsse História. Como se historiôgrafo fôsse histoloriador...

Foi pois em pleno domínio dêsse caos que nasceu o Departamento de Cultura, com uma divisão de pesquisas históricas e estatísticas municipais!

Daí a sua prudência humilde ao reunir numa só divisão dois ramos de trabalho — documentação histórica e documentação social — que poderiam abranger cada ramo um departamento.

Mas era preciso começar e os começos devem ser cautelosos, principalmente num meio acanhado como o nosso.

E assim nasceu a Divisão de Documentação Histórica e Social, com duas subdivisões e uma secção: as subdivisões de Documentação Histórica e a de Documentação Social e Estatísticas Municipais e ainda a Seção Gráfica.

A primeira subdivisão tinha por fim: recolher, restaurar e conservar e depois publicar em volumes os papéis e documentos históricos e antigos, pondo-os em condições de serem consultados e divulgados; manter contato com os institutos culturais do Brasil e de outros países, permutando informações e publicações; coligir leis, atos e outras matérias de interesse para a administração e promover-lhes a publicação.

A lei definia para isso o que fôsse documento histórico; aquêlê existente no arquivo municipal há mais de trinta anos.

Ninguém ignorava então, como ninguém ainda hoje ignora, que a maior parte do arquivo histórico do Brasil, especialmente de São Paulo, apodrece em repartições sem nenhum resguardo ou defesa dos documentos. O que o bicho não devora, consome a umidade e mais que a umidade, o desleixo.

A Municipalidade iria começar êsse trabalho de desentulho, limpeza e salvaguarda, início do que seria mais tarde desenvolvido, quando estivesse fundado, pelo Instituto Paulista de Cultura, com jurisdição em todo o Estado.

Mas foi tal o alarme que me causou a visita a alguns cartórios do interior e do litoral, ao ver a destruição e desaparecimento de papéis importantíssimos, desde o século XVI que, prevendo a demora daquele instituto, apresentei e defendi na Assembléia Legislativa, um projeto de lei determinando o recolhimento, ao Arquivo do Estado, de todos os processos e documentos, velhos de mais de trinta anos, existentes nos cartórios de São Paulo. É a lei n.º 2 800, de dezembro de 1936.

Esta lei dispõe sobre a restauração e publicação dos documentos históricos cujos originais, uma vez saídos em volumes, iriam sendo recolhidos ao Museu do Ipiranga, o lugar mais consentâneo com a sua guarda e conservação. Para maior facilidade, todos os serventuários públicos em cujos cartórios existissem tais documentos, ficariam abrigados a fornecê-los quando fôssem requisitados para publicação ou simples restauração e catalogação. Esta lei não foi revogada, mas onde paira essa lei?

Consoante a lei, os trabalhos foram contratados com o Instituto Histórico de São Paulo, que mediante a subvenção prevista de 250 contos anuais, publicou vários volumes de Inventários e Testamentos, Documentos Interessantes etc..

Êsse trabalho que era a continuação lógica e natural da iniciativa de Washington Luís, há muitos anos esquecida, sofreu nova solução de continuidade com a saída de Armando de Sales Oliveira do poder, desde quando pouquíssima coisa se publicou.

Antes porém que houvesse o Instituto Paulista de Cultura para cuidar da mais ampla execução dessa lei, o Departamento de Cultura organizou, iniciou e desenvolveu pela sua Seção de Documentação Histórica o serviço de restauração, catalogação e publicação de documentos municipais, publicação paralisada desde Washington Luís.

Durante os anos de 1936-1937, o serviço de restauração e encadernação, entre muitos trabalhos, havia reunido todos os documentos avulsos de 1800 a 1841, em noventa volumes! Restaurara e encadernara livros antigos de diversos assuntos, em número de 423 volumes! Encadernara cerca de 90 grossos tomos de manuscritos, depois de restaurá-los convenientemente! Tinha no prelo um grosso volume de ordens régias dos anos de 1737 a 1757 e nove volumes de documentos avulsos, de 1842 a 1850. Todos os documentos avulsos do século XIX haviam sido já colecionados em ordem cronológica para serem restaurados e encadernados. Quanto aos serviços de paleografia haviam sido copiadas as ordens régias de 1700 a 1757 (quase mil documentos); todos os papéis avulsos, de 1809 a 1812 (mais de quinhentos documentos); Atas da Câmara de São Paulo, de 1835 a 1841 (7 volumes); Registro Geral da Câmara de São Paulo, de 1830 a 1834 (5 volumes duplos); Atas da Câmara de Santo Amaro, de 1833 a 1881, com 670 documentos; Cartas de Datas de Terra, de 1555 a 1863, (mais de três séculos), dez volumes com cerca de mil documentos; livro de escrituras do cartório de Parnaíba, do ano de 1726, com quase duzentos documentos; Atas de eleições quinhentistas e seiscentistas, 29 documentos; correspondência do Arquivo Américo Brasiliense, dos anos de 1859 a 1891, com 206 documentos.

Quanto aos publicados subiam a 70 volumes, sendo 28 no ano de 1937, até o golpe facista de novembro. Quer dizer o Departamento publicara, em dois anos apenas, o que o Estado publicara em vinte anos.

Cabia ainda à subdivisão de Documentação Histórica indicar, por propostas, as denominações a serem dadas aos logradouros, publicando também a sua lista completa.

Missão importantíssima esta nem só para a preservação dos nomes tradicionais mas ainda para refrear a bajulação, sentimento que prolifera no Brasil em grau que nem a fertilidade da terra explica.

A publicação e revisão da nomenclatura das ruas foi logo iniciada, tendo sido publicada até 1937 a relação completa com os respectivos dados históricos, das ruas cujos nomes comecem por A a G. E prontos para a publicação os originais até a letra S. Cancelaram-se assim muitos nomes sem a menor significação substituídos por outros que dissessem qualquer coisa à história de São Paulo, quase sempre com relação ao próprio lugar onde passava a rua. Foi então que antigo Largo do Palácio, depois João Pessoa, passou a chamar-se Pátio do Colégio. Alguns cabos eleitorais do antigo PRP, vivos ou mortos, deixaram de ver figurados os seus nominhos em ruas da capital, substituídos por outros com melhor significação histórica e moral...

Já não se punha mais numa rua nova o nome de um chefe perreipista, mas quantos cafagestes vivem hoje nas placas azuis de ruas e avenidas?...

Promover anualmente um concurso sobre assunto histórico era outra atribuição deste setor do Departamento de Cultura. Com enorme êxito, até 1937, esse concurso foi levado a efeito. Neste mesmo ano estudava-se a instalação do Museu Histórico da cidade de São Paulo, a cargo da subdivisão. Seria o Museu *Carnavalet* de São Paulo, aquele que contaria numa simples visita a crônica de Piratininga, desde o deslocamento de Santo André até a época de altas realizações, cortadas pela brutalidade, então já concretizadas na Universidade de São Paulo e no Departamento de Cultura.

A maior criação talvez do Departamento foi a *Revista do Arquivo*. Empossando-se Armando de Sales Oliveira, no governo de São Paulo, logo nos primeiros dias, verificou-se que o clima administrativo era diferente. Uma das provas experimentais foi o acolhimento que teve a iniciativa de dois funcionários do arquivo municipal: Alfredo Galliano e Nuto Santana. Mercê dos esforços de ambos, organizou-se a *Revista do Arquivo*, que só pôde ver o seu primeiro número publicado na gestão do sr. Antonio Carlos Assunção, em junho de 1934. Quando Fábio Prado assumiu a Prefeitura, em setembro do mesmo ano, quatro números haviam

sido lançados. Era uma publicação modesta com cento e poucas páginas apenas, que se arrastava com dificuldade, pela verba exígua, mas com impulso de boa vontade de dois funcionários. Logo o quinto número pôde ser publicado com cerca de duzentas páginas. Quando, em seu número 12, passou a ser órgão do Departamento de Cultura, então criado, a *Revista do Arquivo* mudava completamente de feição, dirigida por Mário de Andrade, tendo Sérgio Milliet como secretário. Desde então foi um crescendo que nunca mais parou. Saiu regularmente todos os meses. O último número dirigido por Mário de Andrade, o volume 46, publicava já a letra S das nomenclaturas das ruas de São Paulo e publicava artigos e ensaios etnológicos, sociológicos, um estudo jurídico sobre a Taxa de Melhoria, pesquisas sociais sobre o problema rural, o problema do abastecimento da carne, estudos de folclore e muitos outros trabalhos de alto interesse cultural. Contava esse volume cerca de 500 páginas! No mês seguinte a revista caía nas mãos do Estado Novo. Já saiu minguada com duzentas e poucas páginas... Depois foi minguando e mediocrizando, até praticamente desaparecer...

A Prefeitura gastava um dinheirão com serviços de tipografia para seus impressos e publicações. As atividades do Departamento de Cultura vieram aumentar sensivelmente essas despesas. Donde a idéia de montar-se uma oficina gráfica que pudesse desincumbir-se de todo esse trabalho por menos preço e com melhor qualidade. Assim nasceu a gráfica municipal. Escolhido cuidadosamente o pessoal técnico, principiou a gráfica a funcionar e dava conta excelente das necessidades municipais, do Departamento inclusive, com todas as suas coleções, desde a publicação de documentos históricos até a revista publicada todos os meses. Anexa à gráfica, instalou-se uma oficina de encadernação cujos artezãos se entusiasmaram de tal maneira que o Departamento, com gente por assim dizer improvisada, pôde fazer encadernações consideráveis verdadeiras obras de arte. Fôra uma injustiça não animar essa iniciativa e assim estudou-se uma encomenda, na Europa, de ferros, máquinas, instrumentos e todo o necessário. E para aperfeiçoar os encadernadores paulistas, tratou-se de pedir em Paris um dos seus grandes mestres encadernadores, disposto a passar dois ou três anos entre nós, para criar a nossa escola de encadernações. Tudo isso estava perfeitamente preparado em novembro de 1937...

Tôdas essas realizações na menor das subdivisões da Divisão. A outra, a de Documentação Social e Estatísticas Sociais, vivia numa atividade capaz de encantar qualquer estudioso inteligente.

Para dirigi-la, foi convidado um notável pesquisador que vivia mais ou menos desconhecido em São Paulo: Bruno Rudolfer. Dono de uma formação universitária excelente, causa principal da sólida cultura que possuía, Bruno Rudolfer era apenas conhecido de um punhado de amigos. Ao mesmo tempo em que fisgava Mário de An-

drade, a administração Fábio Prado fôra buscar também Rudolfer no retiro de sua casa onde vivia entregue ao trabalho e aos livros. Colaborador de Sérgio Milliet, chefe da Divisão, os dois atiraram-se imediatamente às pesquisas sociais da cidade de São Paulo. Os parques já aí estavam como fonte inesgotável de material, da mesma forma outras organizações municipais, como o hospital, os mercados, a limpeza pública, os departamentos de obras e serviços municipais com milhares de operários, e a própria cidade de São Paulo, com sua população heterogênea, usos e costumes dos quatro cantos do mundo, um formigamento de povos e etnias em flagrante zoológico de miscigenação, e sociológico de absorção e amalgamento de culturas.

As atribuições dadas pelos ato 1 146 à Subdivisão de Documentação Social eram a de promover e realizar o levantamento das situações sociais e econômicas do Município, coligindo e publicando mapas, dados estatísticos, esquemas, gráficos que permitissem estabelecer um retrato do grande núcleo municipal, em todos os campos de atividade; proceder a inquéritos e pesquisas sobre os padrões de vida em São Paulo, especialmente da família operária, para estudo e solução racional dos problemas relativos à produção e ao custo dos viveres, aos transportes, à assistência, ao cooperativismo, às habitações coletivas e a outros similares; coordenar e elaborar dados de fontes públicas ou particulares; colaborar com a administração municipal na uniformização e racionalização da colheita de elementos e estudos sobre problemas sociais; na organização de pesquisas e inquéritos sociais; organizar as estatísticas municipais, as de recenseamentos inclusive, e os quadros gerais dessas pesquisas completadas por fontes oriundas da administração pública municipal, estadual ou federal etc..

Para realizar tudo isso, foi preciso tirar do nada um corpo de investigadores, foi preciso estabelecer o contato difícil com as repartições públicas, com os institutos de cultura de São Paulo, como o Centro de Pesquisas Sociais do Instituto de Educação, com a Universidade, outros institutos científicos, Biológico, Butantã, Agrônomo de Campinas, Serviço da Lepra, Santa Casa, fábricas, estabelecimentos de ensino, um nunca acabar. E nada disso se poderia realizar se, na alta administração, não reinasse uma mentalidade capaz de compreender tôdas essas coisas.

As atividades que se preconizavam para o Departamento de Cultura, em geral, e, em particular, para a Divisão de Documentação Histórica e Social, assim postas no papel, como vimos, e se acham no ato 1 146, coincidiam com muita coisa que, de vez em quando, aparece no Brasil. Leis bonitas e complexas, feitas para sonhos irrealizáveis tanto pela impossibilidade da terra como pela má vontade, pela incapacidade dos administradores.

Mas o Departamento de Cultura, antes de ser assaltado pela incompetência, realizou tudo isso! E ninguém sabe onde iria parar se não fôssem as saúvas caudilhistas que ali se encarrapatarem para nunca mais deixar aquele corpo rico e generoso de conquistas e ensinamentos culturais. Só o abandonavam depois de esterilizar tudo, completando a paisagem de desolação que o Brasil oferece depois de anos de abusos e erros inqualificáveis.

Estudos notáveis havia já realizado a subdivisão de Documentação Social no campo das pesquisas sociais, demográficas, econômicas, estatísticas, iconográficas e de racionalização.

Dentre as primeiras, uma análise aprofundada sobre o padrão de vida dos operários da Prefeitura.

Esse inquérito começou com o grupo mais desprotegido do serviço municipal. E provocou consequências verdadeiramente históricas. Sérgio Milliet e Bruno Rudolfer, obtido o cadastro dos lixeiros, visitaram as respectivas famílias e chegaram a acompanhar, durante a noite o serviço desses verdadeiros párias. Era a miséria mais revoltante. Eles passavam fome. Ganhavam uma miséria sem direito a nada. Nesse tempo, na Europa, alguns países haviam adotado a lei de férias. Mas nenhum eco chegara ainda no Brasil. As leis trabalhistas foram encaixadas no programa da Aliança Liberal pelo Partido Democrático. Fui eu quem, a pedido de José Carlos Macedo Soares, redigi o trecho do célebre discurso de Vargas, no Esplanada do Castelo, no Rio, abrindo a campanha política contra o candidato Júlio Prestes lançado pelo presidente Washington Luís. Eu tinha feito uma coisa resumida, para ser desenvolvida pelo candidato, mas este a incluiu no seu discurso tal qual eu a redigira e assim foi reproduzida mais tarde, na série dos discursos do futuro ditador. E isso fôra inspirado pela minha experiência na Documentação Social do Departamento de Cultura... O inquérito sobre os lixeiros e os parques infantis vieram provar uma coisa que todos negavam: que havia fome em São Paulo. Se assim era em São Paulo, o que seria no resto do Brasil! Quando Fábio Prado leu o relatório do inquérito sobre os lixeiros, pediu-me um parecer. Sugeriu-me o texto de um ato (não havia ainda a Câmara Municipal) determinando as primeiras melhorias desses infelizes servidores. Esse ato não só lhes melhoravam os miseráveis vencimentos mas ainda obrigava a administração fornecer aos lixeiros, cada ano, dois ternos de roupa e dois pares de botas de borracha, capa, chapéu, e luvas grossas para o trabalho. Mas não ficou nisto: a situação de São Paulo inspirou-me a primeira lei trabalhista do Brasil. As glórias desse início de justiça social, colheu-as o sr. Getúlio Vargas, muito mais tarde graças à demagogia de um seu ministro da Justiça, que, fez, pelo rádio, a campanha que ficou chamada da *boa noite, trabalhadores do Brasil*, mas isso com fins mais políticos,

eleitorais, do que mesmo assistência social. Mas quem iniciou concretamente essa assistência foi Fábio Prado, na Prefeitura de São Paulo, dada a inutilidade dos esforços de Lindolfo Color em começá-la no campo federal. Color contava-me, no exílio de 1932, que levava mais de uma vez os projetos que elaborara das primeiras leis trabalhistas ao ditador, mas tinha que interromper a leitura porque o sr. Getúlio Vargas, na sua cadeira de balanço, adormecia antes mesmo do fim do primeiro capítulo. Não havia este ainda descoberto a mais eficiente arma política que poderia ter nas mãos, o que só conseguiu o seu vivíssimo ministro da Justiça, logo após o golpe de 1937. Mas a Prefeitura de São Paulo se havia adiantado de alguns anos, com a primeira lei cuja inspiração inicial foi o inquérito dos lixeiros. Foi então que se descobriu que todos os operários da Prefeitura podiam ser demitidos ad-nutum, e só se tornariam estáveis depois de 25 anos de serviço contínuo! E então combinamos um texto que reconhecesse o trabalho dos mais humildes servidores municipais. Foi o ato n.º 754 de 24 de dezembro de 1934. Um presente de natal aos operários da Prefeitura, base e incentivo de todas as conquistas trabalhistas do Brasil. Assim os operários municipais foram enquadrados em três categorias: estagiários, pré-efetivos e efetivos, cada categoria atingida com cinco anos de serviços até a última com novos direitos em cada uma até a efetividade absoluta aos dez anos de serviço. Tratei deste assunto em pormenor noutro lugar.⁶ De modo que apenas registro o fato que serviu de base às leis trabalhistas no Brasil, praticado sem alarde e apenas com a satisfação de fazer justiça social.⁷

Ficou célebre outra pesquisa demográfica com dados por quarteirão, um verdadeiro cadastro demográfico da Capital, dando uma idéia exata da fisionomia da cidade. Levantaram-se assim plantas ecológicas, elaborou-se o material abundante que serviu para a representação paulista na Exposição de Paris, constituindo um dos motivos principais por que o Departamento se tornou conhecido no exterior.

Da mesma maneira e com a mesma eficiência foram realizados inquéritos sobre a carne, o pão, o leite, secos e molhados, preços de verduras, outros gêneros e utilidades, constituindo os dados econômicos assim estudados bases para qualquer ação futura da municipalidade em relação ao abastecimento e ao custo de vida no município.

6. Fábio Prado, edit. Anambi, 1964, pág. 41 e segs.

7. Guardo uma lembrança afetuosa deste fato: os canteiros da Prefeitura lavraram na pedra utilizada no calçamento das ruas paulistas um esplendido tinteiro, do qual me fizeram presente, comemorando o ato 734, de dezembro de 1934, em nome de todos os operários municipais. Foram eles praticamente que me elegeram deputado à Assembléia Legislativa de S. Paulo...

Como exemplo das pesquisas de racionalização, basta citar a do cadastro dos contribuintes, outra sobre o reajustamento dos funcionários, bem como o estudo que serviu de apoio para reorganizar-se o protocolo da Prefeitura, que só começou a funcionar com eficiência depois da investigação feita pelo Departamento de Cultura.

Seria comprida demais a enumeração de todas as atividades da Subdivisão de Documentação Social até o ano de 1937, não só nos campos citados mas ainda no da estatística com a organização dos serviços de estatísticas municipais até aí inexistentes e a fundação de um serviço de iconografia, com coleções de fotografias antigas de São Paulo, adquiridas pela Prefeitura e a formação dos fichários racionalizados dessa documentação.

Havia mais alguns estudos oriundos de observação dos parques infantis e dos grupos escolares, como a investigação do nível social de São Paulo pela distribuição das profissões dos pais dos alunos das escolas primárias. Nesta foram pesquisados 76 grupos escolares, com quase setenta mil crianças. A planta ecológica resultante do estudo mostrou-se de notável utilidade, inclusive para questões relativas aos meios de transporte, assunto que a administração Fábio Prado ia resolver de maneira definitiva com a construção de linhas de trens subterrâneos.

Também a nacionalidade dos pais dos alunos dos grupos escolares e dos frequentadores dos parques infantis se estudou, traçando-se várias plantas funcionais, dentre elas a de porcentagem de brasileiros comparada com a porcentagem de estrangeiros; distribuição de mães brasileiras e pais portugueses, mães portuguesas, pais italianos, de mães italianas, de pais espanhóis, de mães espanholas, de pais sírios, de pais russos, japoneses, alemães. Como complemento, organizou-se após o mapa de distribuição pela língua falada em casa, portuguesa, italiana e espanhola.

Destinado à Divisão de Compras, então criada, a subdivisão de Documentação Social elaborou ainda o código de especificações a ser usado pela Prefeitura. Este trabalho permitiu pôr ordem no fornecimento dos materiais, os mais variados, os mais diversos.

Não houve atividade social que não merecesse a atenção dos investigadores. Relativamente ao urbanismo, pesquisaram-se dados objetivos para o zoneamento da cidade de São Paulo, trabalho urgente que ainda está por ser resolvido; relativamente à estatística das habitações, promoveram-se informações sobre o cadastro predial, elaborando-se formulários sobre construções residenciais, mistas e especiais, instalações comerciais e industriais e sobre pavimentação. Ainda um código de indústrias e profissões redigiu-se. A frequência dos parques infantis foi estudada com minúcias que revelam fenômenos jamais suspeitados na cidade. Outra pesquisa dirigiu-se para as instituições de socorros individuais, gratuitos ou não, a fim de determinar-se o número de pessoas anormalmente dependentes

da cidade, avaliar-se o custo da assistência, descobrir-se a duplicidade de auxílio entre instituições, determinar se preenchiam os fins e se a comunidade estaria aparelhada para amparar os necessitados.

O Ministério do Trabalho solicitou uma importante pesquisa que foi levada a termo admiravelmente: inquérito nos bairros paulistas, a fim de serem esclarecidos os seguintes quesitos: bairros e distritos de localização industrial e operária; distância entre as fábricas e a residência do trabalhador; custo do transporte; preços dos aluguéis das residências operárias; custo de vida nos bairros operários.

Não podemos prosseguir. Não há tempo nem espaço. A *Revista do Arquivo* e outras publicações aí estão para demonstrar o que saiu dessa importantíssima organização que, se tivesse merecido a atenção que lhe daria qualquer administração lúcida, forneceria hoje elementos completos para a solução rápida de qualquer problema social ou administrativo, cuja ignorância é fator capital do caos em que vivemos hoje.

A subdivisão de Documentação Social foi a única da Prefeitura que mereceu certa atenção do sr. Prestes Maia. É que parte das suas atividades interessava muitíssimo o plano das grandes avenidas, que absorveu toda a sua administração.

Assim, verbas obtidas com grande custo para encomendas especializadas do Prefeito podiam espalhar-se de quando em vez e às escondidas por outras pesquisas. Graças a esses "furtos", alguns dos inquéritos permanentes puderam continuar tanto no campo social ou demográfico ou econômico, como no da estatística e da racionalização.

Os serviços de estatística e de iconografia prestaram àquêle Prefeito relevantes serviços (pesquisa de transporte coletivo, trânsito de veículos, levantamento iconográfico de trechos da cidade que sofreram modificações). Alguns desses trabalhos fizeram-se por ordem direta do Prefeito, que chegou a realizar essa coisa inédita na vida administrativa do sr. Prestes Maia: contratar alguns recenseadores e pesquisadores! Fêz mais ainda: visitou pessoalmente, duas vezes, a sede da Divisão Histórica e Social, à rua da Cantareira!

O sr. Prestes Maia, apesar de verificar de visu a importância desses trabalhos, pois usou muitos de seus fichários quando preciso para suas alternadas destruições e construções e nunca deixou de assistir à exibição das películas documentárias realizadas pelo serviço de iconografia, assim mesmo não permitiu o contrato de auxiliares suficientes. Durante muito tempo, os quadros do departamento permaneceram desfalcados, mas a boa vontade e o amor ao trabalho de antigos funcionários ali postos quase todos por Mário de Andrade, não permitiram que os serviços perecessem. Bruno Rudolfer, desaparecia cedo, arrebatado por uma morte prematura;

o diretor Sérgio Milliet foi transferido para a Biblioteca, quando do incidente que narramos com Rubens Borba de Moraes. Felizmente Bruno Rudolfer deixara alunos e a alguns destes coube a missão heróica da resistência. Graças a eles, tudo quanto foi feito não se perdeu de todo.

Basta lembrar que a medida em que iam vagando, os cargos eram extintos.

Uma das reformas feitas, a primeira de 1946, revelava tal desleixo que se deu a um dos cargos o nome de *estatístico* em vez de *estatista*... O barbarismo espraçou-se pelo Brasil inteirinho...

A Divisão de Documentação Histórica, menos útil ao plano Prestes Maia, foi logo de começo quase arrasada, embora nela não tivesse faltado também o núcleo de resistência.

Assim deixou de ser organizado o Museu da Cidade de São Paulo já em estudos, em 1937. Nêle figurariam objetos ligados à cidade, documentos antigos, publicados ou particulares, mobília, arte popular, fotografias, todos os objetos de valor ou evocativos da vida paulistana e que chegassem ao seu poder. Limitar-se-ia a coisas relacionadas exclusivamente com o Município da Capital, para diferenciar-se do Museu do Ipiranga.

O concurso sobre o assunto histórico esteve suspenso durante toda a gestão Prestes Maia, apesar do interesse que despertou não apenas em São Paulo mas em todo o Brasil.

A *Revista do Arquivo*, que se tornara um dos órgãos mais importantes da Cultura Brasileira, teve a sua publicação atrasada mais de um ano e atrasada continuou. Entrou em franco declínio, e voltando a normalizar-se mercê dos esforços de um dos antigos funcionários do Departamento. Mas depois decaiu de novo até quase desaparecer.

Um setor do Departamento, destinado a editar obras de valor ou de interesse geral, publicou de 1935 a 1937, 21 volumes. De 1938 a 1947, publicou apenas dez; mas com "verbas roubadas". Duas vezes mais em dois anos com Mário de Andrade, do que em dez de Estado Novo...

Foram extintos os cargos especializados de paleógrafo e de restaurador, por inúteis! Tais cargos se substituíram recentemente pelo de arquivista, denominação genérica em que se pode enquadrar qualquer tipo de funcionário. Enquanto isso, a Faculdade de Filosofia da Universidade, instituiu o ensino da Paleografia... Releva notar que o arquivo municipal possui documentos que datam dos princípios da formação paulista, desde o século XVI, sendo importantíssima essa documentação para a reconstituição da História de São Paulo e do Brasil. Daí a necessidade de paleógrafos hábeis, para seu estudo de difícil interpretação e análise, mais ainda para a salvação desses documentos prestes a desaparecerem, ou mesmo já desaparecidos.

Não obstante isso, para os cargos de arquivistas foram nomeados, sem concurso, protegidos políticos, pessoas aquém, muitíssimo aquém dessas atribuições. Daí a lentidão maior ainda com que começaram a caminhar os serviços desfalcados, mutilados, sacrilegamente mutilados da Divisão de Documentação Histórica e Social.

A denominação dos logradouros públicos faz-se hoje ao léu da bajulação e da estupidez, embora o próprio sr. Prestes Maia tenha recomendado a observância da lei. Nomes sem nenhum significado na vida, ou na história de São Paulo foram postos em ruas. Outros com grande significação, porque memoram os autores do descalabro brasileiro, também foram homenageados. Há tempos, a municipalidade deu a uma rua o nome de um jornalista que viveu há algumas décadas e cuja vida se caracterizou principalmente pela exploração do escândalo e pelo atassalhamento da vida particular de seus inimigos e adversários. A uma rua de São Paulo não se sabe por que memória paulista, deu-se o nome de Cardeal Cerejeira, o patriarca do Estado Novo português. A outra chegou a dar-se o nome de Getúlio Vargas e, depois, para completar o espetáculo grotesco das adesões ao novo governo, arranhou-se uma pantomima digna da chulice da nossa política: passou-se a falar na Avenida Ademar de Barros ali ao lado do hospital das clínicas, que o governador de São Paulo grilou para disfarçar com uns farrapos de glória a indigência mental de sua política.

O serviço da nomenclatura de ruas que, como vimos atrás, se achava em 1937, na letra S., por aí mais ou menos ficou pois, se está em dia sob o aspecto rotineiro, deixou a desejar sob todas as outras faces, como por exemplo no que se refere à organização dos índices completos dos logradouros, com o seu respectivo histórico. Iniciado na prefeitura Fábio Prado, depois disso prosseguiu com incrível lentidão devido à deficiência de pessoal. Deficiência quantitativa e principalmente qualitativa. Toda a divisão não possui em exercício ativo mais do que quatro ou cinco funcionários de carreira. Só em 1947, mas com o fito evidente de proteger afilhados, o quadro foi elevado a quinze arquivistas. Gente bisonha e incapaz, para substituir os especialíssimos restauradores e paleógrafos, cujos cargos se extinguíram!

As coleções das atas e do Registro Geral, se tiveram alguns volumes publicados depois disso, tal se deve, como sempre, ao esforço exclusivo dos *resistentes*, apesar da ação negativa da administração.

Lamentável e edificante que até hoje, transcorridos tantos anos, a alta administração não tivesse ainda pensado sequer em dotar o Arquivo Histórico com instalações adequadas. As em que foi há anos provisoriamente instalado são simplesmente indecorosas. Faltam-lhe acomodações para os funcionários, e não possui uma

só sala de consulta. Além disso sempre mal localizado, ponto de encontro de todas as culturas da terra menos as do espírito.

A Gráfica da Prefeitura que, como vimos, satisfazia a todas as necessidades municipais, abastecendo-a de impressos, de livros e ainda dando conta do movimento editorial do Departamento de Cultura com suas obras, relatórios, ensaios e a revista, decaiu de tal maneira que, dando lucro em 1937, passou a dar prejuízo a tal ponto que, logo depois, podia considerar-se comercialmente falida. A *Revista do Arquivo* não pode mais sair a não ser de vez em quando porque mesmo a esplêndida revista que o Departamento teve, a gráfica se tornou incapaz de imprimir. O mesmo aconteceu com o Boletim Bibliográfico da Divisão de Bibliotecas, paralisado pela incapacidade da Gráfica e aquela organização proibida de imprimir fora da Prefeitura. Da escola de encadernação nunca mais se falou. Se nem para as encadernações finas que a Gráfica autodidaticamente conseguiu realizar há hoje recursos, como falar na vinda de um mestre encadernador estrangeiro para tornar realidade esse ponto pequeno, mas não menos importante do antigo programa cultural do Departamento?

Numa palavra os serviços da Divisão nem só diminuíram como decaíram porque não puderam continuar. Como aconteceu com todas as outras atividades do Departamento, só o esforço verdadeiramente abnegado de alguns funcionários que resistiram ao arrasamento do Estado Novo permitiu se conservasse alguma coisa do que existia e se criassem alguns serviços. É eloquente o fato de, de todas as iniciativas depois de 1937 muito poucas mas algumas muito boas, nem uma só partisse da administração ou de funcionários novos! Todas, sem exceção, obra de funcionários antigos e quase todas levadas avante com "verbas roubadas", isto é, desviadas de sobras de outras verbas. Algumas dezenas de contos desviadas na Municipalidade, em favor da cultura para contrabalançar com os milhares de contos desviados do Tesouro do Estado para a satisfação das vaidades pessoais dos políticos ou para a realização da maior e mais escandalosa série de peculatos, malversações e concussões que a crônica de São Paulo conheceu em quatro séculos de história.

Agora vem a talho de foice um pormenor curioso. A Divisão de Documentação Histórica e Social com as suas duas subdivisões e uma seção gráfica, foram assim iniciadas para que, mais tarde, quando os serviços completamente organizados, pudessem ter o desenvolvimento que justificasse novas transformações complementares. Entretanto, depois de passado por esse processo de redução e atrofiamento, durante anos consecutivos, acontece que, uma década após, se faz uma reforma na Prefeitura, da qual surgiram as famigeradas secretarias, não só inúteis mas ainda altamente prejudiciais. Nessa ocasião, em setembro de 1946, cria-se com as outras, a

Secretaria de Cultura e Higiene, que envolveu no mesmo manto administrativo o Departamento de Cultura e os mercados e feiras, o tendal de carnes e o Hospital Municipal!

Foi quando o Departamento de Cultura, anêmico como vivia, com todos os seus trabalhos extintos ou reduzidos à expressão mais simples, depois de tudo que se fizera para liquidar as suas atividades, viu o seu funcionalismo, em vez de diminuir como competia em face das mutilações, aumentar com o aparecimento de muitos cargos novos na estrutura irremediavelmente abalada!

Mais ainda: as subdivisões de Documentação Histórica e a de Documentação Social passaram a divisões. Mais ainda: o Estádio, simples seção outrora, da Divisão de Educação e Recreio, passara também a divisão! Quando no apogeu de suas atividades, em plena florescência realizadora, possuía quatro divisões. Agora, em prolongada decadência, em pleno processo de sufocação, passava a ter seis divisões! Anteriormente, criara-se uma subdivisão de Estatística com a seção de iconografia...

Mais ou menos o mesmo fenômeno manifestou-se em toda Prefeitura. Como explicar essa teratologia administrativa? De modo mais simples. O fim que se tinha em vista não era o serviço público. Era muito outro, era o interesse particular ditando as modificações. Não houve reestruturação de serviços, nem mesmo reestruturação de funcionários, mas uma injusta reestruturação de alguns funcionários. Para que o pequeno número de privilegiados alcançasse o que sonhava, foi preciso transigir e disfarçar e assim a cornucópia das graças alcançou servidores alheios à trama, deixando porém a maioria, principalmente os pequenos, fora dessa urna de mercês feitas por medida. Esta circunstância permitiu o benefício em favor de alguns bons, gente estranha à conspiração cujos autores tentaram primeiro insinuar-se junto ao sr. Prestes Maia e acabaram envolvendo trágicamente o prefeito Abraão Ribeiro. Daí ainda essa febre de transformar cargos de carreira em cargos isolados de *livre provimento* e de criarem-se outros a fim de com eles serem satisfeitos pedidos de palácio e as necessidades da própria Prefeitura de dar vasão a protegidos, parentes, amigos e afilhados dos Campos Elísios, dos partidos políticos camaradas e até de membros do Conselho Administrativo mais chegados à Prefeitura. Não havia nada de censurável se nomeações e transformações se tivessem feito com proveito para o serviço público, para a cultura e recaíssem as primeiras sobre gente capaz. Isso porém não aconteceu. As transformações deformaram ainda mais o sistema e os novos funcionários, em grande maioria, eram nulidades, gente absolutamente precária, não poucas vezes nomeada contra dispositivo expresso em lei. Dentre eles, antes que os analisemos mais circunstancialmente, basta lembrar dois *estatísticos*, cargos de carreira, provimento êsse por concurso ou promoção por

merecimento de auxiliares de *estatísticos*, que foram nomeados interinamente: dois candidatos não especializados, um dos quais inapto para as funções, pois a elas nunca se adaptará. Há mais uma agravante: nomearam-se para os cargos de padrão I, quando o inicial da carreira dêsse impagável *estatístico* deverá ser o padrão P. Com lesão grave portanto aos direitos adquiridos de cerca de trinta funcionários, alguns dos quais ali se achavam desde a criação do Departamento, exercendo as funções de auxiliares de *estatístico*.

Agora resta apenas analisar uma Divisão do Departamento de Cultura e verificar como foi tratada pelo Estado Nôvo. É a Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos, instituída pelo ato 1146 em seus artigos 228 a 232.

A sua organização fôra prevista no programa de 1938. Todos os estudos para a instalação achavam-se feitos quando anoiteceu o 10 de novembro. Não havia pois um só funcionário para resistir, pelo simples motivo de que nenhum funcionário fôra ainda designado para a Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos, nem nenhum serviço instalado para inaugurá-la. E no entanto, o quadro dessa divisão constava de 42 lugares, todos já criados por lei: um chefe de Divisão, dois de seção, 17 escriturários, 15 fiscais, 4 contínuos e 3 serventes. Quarenta e duas vagas de funcionários, do mais alto aos mais modestos, que uma administração não preencheu, com tantos pedidos políticos, com tantos candidatos fortemente amparados!

Um velho perrepista a quem eu narrava isso, certa vez, me respondeu com um sorriso e uma sinceridade de legítimo perrepismo: vocês mereciam ser expulsos do poder...

Pois é a pura realidade: nem um desses cargos foi preenchido, porque os serviços, ainda não definitivamente organizados, não podiam caminhar. Felizmente o sr. Prestes Maia tornou-se desde o início inacessível aos pedidos políticos. Portanto também merecedor de ser expulso do poder, consoante doutrina perrepista. Negando-se todavia a nomear funcionários, aquele prefeito negou-se mais a compreender o Departamento de Cultura e, como não se tratasse de Divisão afim com os programas de abertura de grandes avenidas, zás! o sr. Prestes Maia, com uma penada, extinguiu a Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos!

Vejamos o que era essa divisão, transcrevendo literalmente os artigos a ela atinentes. Tratava-se de toda seção VI, do ato 1146:

"Art. 228 — A Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos compreende as seguintes seções:

- a) Turismo;
- b) Divertimentos Públicos.

Art. 229 — A seção de Turismo compete:

- a) organizar e dirigir um conjunto de medidas sistemáticas que desenvolvam o turismo, atraindo para o Município visitantes nacionais e estrangeiros, e o tornar mais perfeitamente conhecido fora do Estado e do País;
- b) promover, para tanto, exposições anuais, certames de toda espécie, em colaboração com as entidades especializadas, empresas, companhias de transportes, hotéis, imprensa, rádios e outras quaisquer instituições;
- c) incentivar quer por favôres especiais, quer por isenções, toda iniciativa referente à propaganda de São Paulo, por meio de publicações, películas cinematográficas e outros;
- d) organizar, de acordo com as demais repartições do Departamento e com a colaboração dos outros, a propaganda do Município por meio de publicações de guias, folhetos, boletins, mapas e similares;
- e) promover, entendendo-se com os Ministérios competentes, a propaganda do Município em todas as representações do Brasil no estrangeiro;
- f) provocar, com a colaboração de Câmaras de Comércio e das representações estrangeiras aqui acreditadas, um intercâmbio de caráter turístico com todos os centros que mantêm relações com o Município de São Paulo;
- g) fazer em todas as grandes cidades do Brasil, mediante entendimento com suas Municipalidades, ou entidades organizadas, a propaganda do Município.

Art. 230 — A Seção de Divertimentos Públicos incumbe:

- a) organizar e estimular todos os divertimentos públicos inspirados na tradição nacional e quaisquer outros que possam interessar à população;
- b) organizar concursos públicos de planos de festejos, de cartazes de propaganda, de festividades populares e tradicionais e de cânsos, cordões, bailados e fogos de artifícios, nas festas de interesse etnológico ou popular;
- c) estudar, estabelecer e executar planos de ornamentação da cidade por ocasião de festas;
- d) fiscalizar os parques particulares de divertimentos e os públicos em geral, proibindo os prejudiciais ou perigosos, e indicando ou sugerindo outros;
- e) a expedição de guias para recolhimento da renda proveniente de emolumentos, alvarás, impostos, licenças, taxas de vistoria e qualquer outras, não somente de divertimentos públicos, como de espetáculos, cinemas, campeonatos, torneios e certames esportivos.

Parágrafo único — A parte arrecadadora da Seção e a sua contabilidade ficarão a cargo do Departamento da Fazenda, devendo para isso ser organizada na Seção de Divertimentos Públicos, que em hipótese alguma poderá receber dinheiro, a necessária agência arrecadadora.

Art. 231 — A Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos dará as necessárias providências para a instalação, na cidade de São Paulo, de um restaurante destinado a estilizar a culinária brasileira e a fazer a propaganda dos produtos e gêneros alimentícios nacionais.

Parágrafo 1.º — Para a instalação desse restaurante, entrará a Divisão em entendimentos com técnicos de competência notória, com os quais fará os estudos necessários, apresentando, oportunamente, um relatório circunstanciado ao prefeito.

Parágrafo 2.º — O restaurante referido no artigo anterior, que será subvencionado e ficará sob direta fiscalização da Divisão de Turismo, organizará programas especiais por ocasião das festividades, exposições e certames.

Art. 232 — As funções de intérprete e cicerone, quando se façam necessárias, serão exercidas por contratados por tempo indeterminado e a título precário."

A 10 de novembro de 1937, estavam prestes a executar-se com estudos feitos, vários dos dispositivos acima. A Divisão de Turismo deveria ser instalada a 1 de janeiro de 1938. Uma das suas primeiras realizações fôra o guia da cidade de São Paulo, uma publicação nos moldes do *Baedeker* ou dos *Guides Bleus*. O Instituto Paulista de Cultura que, nesse ano deveria surgir, absorvendo o Departamento de Cultura, encarregar-se-ia do guia para todo o Estado, mas o do Município seria executado imediatamente como ponto de partida. A Divisão de Documentação Histórica, o Departamento de Obras e Serviços Municipais e outros setores colaborariam intensamente com uma comissão composta de historiadores, escritores, jornalistas etc.. O Guia de São Paulo seria editado pela Gráfica Municipal, como as demais publicações do Departamento.

Achava-se em elaboração também um projeto de lei incentivando a fundação de grandes hotéis na capital e no interior, mediante isenção de impostos e outros favôres concedidos pela municipalidade e pelo Estado.

Outro ponto já perfeitamente estudado com todas as suas minúcias fôra o restaurante destinado a estilizar a culinária brasileira e a fazer propaganda dos produtos e gêneros alimentícios nacionais.

O artigo 231 do ato 1.146 que o instituiu foi alvo da chacota de todos os bajuladores da nova situação. Riram-se daquela extravagância do Governo do Município descer da sua dignidade para

abrir um restaurante na Capital de São Paulo! Era o cúmulo! Só mesmo da cabeça dos idiotas do Departamento de Cultura poderia sair uma bobagem daquelas! Esses pobres selvagens porém render-se-iam à evidência do fator cultural que, para um país, representa a comida, a maneira de preparar os alimentos, desde a plantação e a colheita até uma panela cheirosa fumegando a uma chama viva. Iriam aprender que não existe nenhum povo civilizado do mundo que não possua uma cozinha própria. Que uma boa cozinha representa tão bem a alta cultura de uma sociedade humana como uma grande Universidade. A Civilização Latina que se acrisolou principalmente na França demonstra a sua grandeza não só pela alta cultura científica, representada na pesquisa pura, completamente alheia à intenção especulativa, que tanto viceja nos laboratórios da França, mas igualmente por esses tantos outros laboratórios de finura e gosto que são os restaurantes de Paris. Mas isso tudo, os tapuias do Estado Novo não podiam mesmo compreender. Daí a risota alvar dos pândegos a quem Getúlio Vargas deu São Paulo como presente de aniversário, a nata deles os mesmos que na véspera o chamavam de salteador e facínora.

Pois apesar desses pequenos grandes uivos, o restaurante municipal iria ser instalado dentro de poucos meses, para orgulho da cidade, alegria dos homens de gosto e para dar um pouco de verniz aos pequenos trastes de cabeceira que o ditador veio encontrar em São Paulo a fim de mobiliar o pardieiro do seu Estado Novo. Ia ser montado no Viaduto do Chá, do lado do Teatro Municipal, onde todas as necessárias instalações seriam feitas.

Havia mais de vinte anos que viera para São Paulo, dirigir um dos seus únicos dois grandes hotéis, o antigo Terminus, da rua Brigadeiro Tobias, um grande especialista da Suíça, país onde existem verdadeiras academias de culinária. Foi por ele que tomei conhecimento, pela primeira vez, da existência das grandes escolas de cozinha, com cursos especializados até da arte de pôr uma mesa para um pequeno jantar ou para um grande banquete. E que havia ainda cursos de dois ou três anos de estudos relativos aos vinhos, sua qualidade, a idade, o momento de servi-lo, etc.. Pois Eugène Wessinger, ao chegar a São Paulo, apaixonara-se pela nossa cozinha verdadeira, não essa que se assassina nas espeluncas de São Paulo ou do Rio, mas a verdadeira cozinha encerrada no esoterismo dos fogões familiares das velhas famílias ou das antigas fazendas do Brasil. Foi comendo um cuscus paulista que ele, um dia, já três ou quatro anos depois da sua chegada, contou a mim e a Mário de Andrade, que realizava estudos no sentido de estilizar os melhores pratos da nossa cozinha. Porque o segredo do grande prato não está somente no sabor agradável mas ainda na dosagem do tempêro que sobressai. Esse sabor e ainda na apresentação agradável desse prato, tanto aos olhos como ao olfato. A Medicina

fêz o mesmo com os remédios no sentido de torná-los mais suportáveis, impressionando bem os olhos e o paladar. Foi assim que Eugène Wessinger um dia nos apresentou um prato de rara beleza plástica, cheio de cores que ia do amarelo do ovo e o verde das ervas finas, ao branco de claras cozidas e o negro do feijão. Tratava-se de uma trivial feijoada, esse quitute delicioso que a vista repele e a que os estrangeiros dificilmente se aventuram por causa do aspecto geral. Não era só na apresentação física, o tempêro da velha feijoada fôra também artisticamente dosado, era uma feijoada, conhecia-se, mas diferente, mais fina, mais agradável, estilizada como só poderia fazer um artista completo. Em mais de vinte anos de estada entre nós, Wessinger estilizou vários dos nossos grandes pratos e era o resultado dessa longa experiência que levaria para o restaurante do Departamento de Cultura, preparando-se já para figurar na fila de realizações daquele instituto com a mesma dignidade da Biblioteca Municipal ou do coral ou do conjunto madrigalista. Eugène Wessinger morreu como diretor do Hotel Glória, do Rio, sem realizar o seu grande sonho de dar um pouco de modos a essa gostosa, inteligente, mas mal educada cozinha nacional...

Onde andarão hoje apontamentos e fichas sobre a culinária brasileira que algumas vezes eu mesmo manipulei?!

Logo após o dez de novembro, um dos primeiros atos do sr. Prestes Maia foi revogar toda a seção VI do Ato 1 146, Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos, e lá se foi por água abaixo um capítulo inteiro — e que capítulo! — do Departamento de Cultura.

O grande técnico suíço não morreu, como Mário de Andrade, ao pêso da tragédia do Departamento de Cultura. Mas o ato de revogação daquele pequeno artigo de lei, o artigo 237, deve ter-lhe dado a máguia imensa do artista ante a destruição iconoclasta de uma obra de arte.

Chegamos ao momento da síntese. A hora de tirar conclusões da análise, superficial, embora, que vimos fazendo do que aconteceu no Departamento de Cultura, durante os primeiros dez anos, a partir de novembro de 1937, de desatinos políticos e administrativos.

Durante esse tempo, passaram pela administração municipal dois prefeitos e um só diretor do Departamento. De permeio, um secretário de Higiene e Cultura que entrou em funções em 1946.

O sr. Prestes Maia mutilou e mumificou o Departamento de Cultura, mas não o degradou. É que, quando a ditadura apareceu para tudo poluir, o governo da cidade caiu nas mãos de um técnico, para o qual a concepção de Prefeitura não ia além dos limites relativamente estreitos de um departamento de obras acromegálico. E o departamento de obras, para o novo Prefeito, reduziu-se à Divisão de Urbanismo que, por sua vez, se restringiu à execução

do plano das grandes avenidas. O que não interessasse a esse plano, não interessava à administração Prestes Maia. Do Departamento de Cultura, só a Divisão de Documentação Histórica e Social podia prestar auxílio à execução daquele plano. Mercê pois da utilidade de algumas pesquisas e dos serviços iconográficos, o sr. Prestes Maia deu alguma assistência a essas repartições, intervindo nas outras quase que com o fito de fazer-lhes mal: a Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos, para extingui-la, e os cargos de funcionários que se foram vagando para extingui-los também. Raras as exceções que traduzem uma ação protetora: a Divisão de Documentação Histórica e Social, pelos motivos há pouco citados, a Biblioteca Municipal, depois da remoção para lá de Sérgio Milliet, mas, após ter sido submetida a várias restrições, creio por uma questão de simpatia com o novo funcionário, e a Biblioteca Infantil, que ganhou uma boa instalação porque — charada psicológica — isso lhe deu na telha, ao Prefeito.

O caso Prestes Maia é pois um caso de incompreensão e estreiteza de visão. S. exa. achou que as grandes avenidas valiam tudo, o Departamento de Cultura não significava nada. Eram as primeiras um sonho para cuja realização lhe caiu do céu a única oportunidade, depois de anos de desejo recalcado. E aquele engenheiro executou o seu plano, desprezando o resto. Um arranha-céu no novo traçado de uma grande avenida? punha-se abaixo o arranha-céu. Uma montanha? removia-se a montanha. Um Departamento de Cultura que era a vida espiritual da cidade? abata-se o Departamento de Cultura. Pura incompreensão: um pedacinho das verbas gigantescas destinadas à realização dessas obras tôdas, as quais, em si mesmas, só um tolo poderia apurar, e as avenidas ganhariam o enfeite cultural que a existência do Departamento de Cultura lhes poderia trazer.

Mas o sr. Prestes Maia caiu em outro pecado mortal. O de permitir a abelhudice incompetente de alguns amigos, até gente de sua família, na Divisão de Expansão Cultural. Preferível à ruína da Expansão Cultural, como se fez com a de Turismo, a destruir-se a obra a que Mário de Andrade deu o maior de seu carinho e constituía mesmo uma realização extraordinária de alcance cultural. Seria um erro imperdoável arruinarem-se os agrupamentos musicais, mas abafar-se a existência de um trio, de um quarteto, de um coral erudito até de uma orquestra sinfônica, de um conjunto vocal madrigalista, para substituí-lo por um coral para óperas, uma orquestra para óperas ou para as palhaçadas de partituras ilustradas com fogos de artifício ou onomatopéia de pancadaria por detrás do palco, ao gosto de artistas primários e de público sem nenhuma educação artística ou artisticamente viciado e deformado, isso foi um crime que nem a parte positiva da obra administrativa do sr. Prestes Maia poderá apagar.

O sr. Abraão Ribeiro assumiu o governo municipal em 1945. Todos os seus auxiliares mais diretos foram os mesmos do seu antecessor. Só que no tempo do sr. Prestes Maia, estes só faziam o que o prefeito mandava, ao passo que, no tempo de Abraão Ribeiro, tais auxiliares conseguiram que o novo Prefeito fizesse tudo quanto eles desejaram. No tempo do sr. Prestes Maia, ensaiou-se tudo que aconteceu depois, mas não vê que aquele iria desviar um tostão que fosse das suas sonhadas avenidas para premiar funcionários ou auxiliares mais diretos, fossem quais fossem!

Entretanto, na Prefeitura, às cegas, o sr. Abraão Ribeiro, impressionado com a administração unilateralmente fecunda daquele a quem substituiu, apoiou-se imediatamente nas pessoas tidas como elementos de confiança direta do sr. Prestes Maia. E aí está o primeiro erro do novo e estreito governador da cidade: a boa fé. Os principais auxiliares diretos do sr. Prestes Maia e que passaram a exercer as mesmas funções junto a Abraão Ribeiro não eram funcionários da Prefeitura. Eram, por lei, pessoas estranhas, da confiança pessoal do Prefeito; exerciam os cargos de diretor de Departamento em comissão. O primeiro resultado do assédio que fizeram ao novo titular foi efetivarem-se no cargo. Uma injustiça monstruosa e um erro enorme. Injustiça porque se presenteou com cargo ápice de carreira meia dúzia de pessoas de fora, preterindo-se antigos e bons funcionários. E um erro enorme porque se deu a estabilidade em altos cargos a muitos funcionários para os quais pouco interessava a função, interessava apenas o cargo.

O Estado de São Paulo, numa série de notas por mim redigidas, com exatidão e com uma franqueza que só a confiança que o novo Prefeito podia merecer explica, apontou nem só os erros mas até as ilegalidades dessas e de outras nomeações e atos. Apontou a inutilidade das secretarias municipais. Apontou o absurdo de serviços, os mais diversos ou antagônicos, figurarem num mesmo organismo, batizado pomposamente com o nome de Secretaria. Apontou o erro de substituir-se uma estrutura tão sólida sob o ponto de vista administrativo; como o ato 1146, que serviu mesmo de objeto a algumas aulas de Direito Administrativo na Universidade de São Paulo pelo professor dessa cadeira, por uma armação invertebrada, sem nenhuma consistência técnica, como foi a primeira reforma de Abraão Ribeiro, caríssima e, pior do que isso, estagnadora do serviço público. A ação centralizadora do sr. Prestes Maia que, por simples portarias, enfeixou tôdas as suas atividades nas mãos do Prefeito, foi a venda com que os interessados maliciosos antolharam o novo Prefeito. E este, em lugar de simplesmente revogar referidas portarias, restaurando o ato 1146 em toda sua plenitude, reajustando depois esse ato, dentro de sua estrutura original, perfeita, adaptável, pronta para receber qualquer ampliação ou

acréscimo exigido pelo desenvolvimento dos serviços municipais, em lugar de uma providência simples e natural, o sr. Abraão Ribeiro, levado pela opinião interessada dos auxiliares diretos que adotara no escuro, estalou o ato 1 146, para substituí-lo por uma lei inconcebível, feita para reestruturar a vida desses funcionários em vez de reestruturar ou reajustar os serviços públicos ou o funcionalismo municipal.

Tudo isso as *notas do Estado* mostraram ao nôvo Prefeito e s. exa., logo após a primeira crítica, respeitosa, elevada e construtiva, fêz a declaração digna de um homem inteligente: se tivesse errado repararia o êrro, revogando o que fôra feito.

O não cumprimento dessa promessa constituiu o segundo êrro do prefeito Abraão Ribeiro. Daí não foi possível mais nada. A ambição de alguns dêsses funcionários não parou mais. Basta analisar dois ou três casos: um dêles, no momento da saída do sr. Prestes Maia, ganhava 2 000 cruzeiros por mês. A saída do sr. Abraão Ribeiro estava ganhando 8 500 por mês e mais 0,95 por cento sôbre a arrecadação da dívida ativa! Outro ganhava 2 000 cruzeiros por mês, passando a perceber agora 8 000 cruzeiros mensais e mais 0,85 por cento sôbre a arrecadação da dívida ativa! Outro enfim tinha vencimentos de 2 000 cruzeiros por mês à entrada do sr. Abraão Ribeiro, passando a 7 500 mensais à sua saída. Releva notar que, no instante em que o sr. Abraão Ribeiro assumia a Prefeitura, todos sem exceção exerciam o cargo em comissão e depois foram efetivados como funcionários municipais!

Ao lado de tanto absurdo, outro elemento passou a pesar sôbre a administração municipal: a influência da política partidária. A Prefeitura sempre foi uma espécie de cozinha política e eleitoral. Pesadíssimos os ônus pagos por ela para manter o prestígio de gente sem nenhum prestígio e a ambição de políticos sem nenhum limite. Antes de 1930, o perrepismo transformou a administração municipal numa vergonha. O dinheiro público saía até para a manutenção do fogo sentimental de altas autoridades municipais, inclusive verçadores, para os quais as ilusões do amor não estavam completamente mortas. Saía para pagar despesas particulares de cabos eleitorais do PRP, os mais sórdidos, aquêles que mais comprometiam a dignidade de São Paulo, antes que 1930 varresse tanto lixo da administração do país, detritos que, mais tarde, haveriam de ser ali repostos, do 1930, os mesmos ou da mesma escola dos que se agarram hoje ao Palácio da Alvorada, e a todos os campos elísios do Brasil.

Foi o advento de Armando de Sales Oliveira que quebrou essa tradição. E Fábio Prado quem a baniu definitivamente da Prefeitura. O sr. Prestes Maia mostrou-se de certa firmeza na manutenção dêsse nôvo estado de coisas. Mas o sr. Abraão Ribeiro cedeu à politicalha, que jamais perdera a esperança, invadiu de nôvo a

administração. Dos inúmeros funcionários então nomeados para a municipalidade, pode-se afirmar sem receio de errar, que nem três por cento são capazes de exercer as funções para as quais foram nomeados. Basta repetir o caso do Hospital Municipal. Com 60 leitos, passou a contar com mais de cem médicos! Quase dois médicos por leito! Ali haveria filas de horas até para assinar o ponto, se tais protegidos não tivessem sido nomeados, segundo opinião externada por alguns dêles, com a condição de não estar sujeitos ao ponto. Agora é preciso registrar também que, das dezenas, talvez centenas de nomeados, não haja cinco funcionários candidatos do Prefeito: tudo política, política do PSD⁸, ou do PSP⁹, política dos amigos do PSD, do PSP ou dos parentes do PSD ou PSP, política dos aliados ou dos futuros aliados do PSD; ou do PSP. Puro perrepismo aperfeiçoado portanto.

Ora êsses episódios refletiram-se profundamente sôbre todos os serviços municipais e, em particular, sôbre o Departamento de Cultura.

Ante a lava violenta de politiquice de dentro e de fora da Prefeitura, o sr. Abraão Ribeiro acabou capitulando descrente de tudo e de todos.

Se o caso do sr. Prestes Maia foi de incompreensão e de estreiteza mental, o do seu sucessor foi de cepticismo e desânimo.

Outrora o Departamento de Cultura achava-se subordinado ao Prefeito. Com as secretarias e o diretor, efetivado, subordinou-se ao Secretário de Cultura e Higiene e êste quem fazia a ligação com o Prefeito. Quer dizer, distanciou-se muito o Departamento do chefe supremo da administração. O primeiro Secretário que teve aquela secretaria foi um velho funcionário, homem de coração, médico generoso, e com larga prática dos serviços de Abastecimento que dirige há longos anos. Êsse funcionário, entretanto, não teve, como era natural que não tivesse, a mínima noção dos campos de atividades do Departamento de Cultura. Não se deu conta dêle, atirou-o fora.

Conseqüentemente, o Departamento iniciaria nova fase de decadência, maior talvez do que a anterior. Só isso explica o absurdo capaz de levantar todos os paralelepípidos que calçam a rua da Cantareira e que é a transferência do intendente do Hospital Municipal, a fim de abrir vaga a um intruso parente do govêrno, para chefe da Divisão de Expansão Cultural, o cargo de Mário de Andrade, o maior talvez dos intelectuais paulistas.

O caso do administrador do Hospital Municipal, cujo lugar foi cobiçado por um protegido fortemente amparado pelos Campos

8. PSD — Partido Social Democrático.

9. PSD — Partido Social Progressista do sr. Ademar de Barros.

Elísios e, por isso, se fez a remoção do primeiro, quando este na mais completa ignorância de tudo, em gozo de férias no interior, seria capaz, em qualquer lugar do mundo, de fazer cair um governo.

Que dizer então quando, para abrir essa vaga, aquele primeiro funcionário, com conhecimentos, bons conhecimentos aliás, de gerência de um armazém ou de um hotel, foi removido para o lugar de Chefe de Expansão Cultural — o setor musical, o setor teatral, onde se acha o Museu da Palavra, onde se acha a Escola de Bailados e o Teatro Municipal, enfim, o mais importante do Departamento de Cultura?

Será que para perdê-lo, Deus tenha ensandecido os nossos homens do governo?

Sim, porque não ficaram neste caso as últimas agruras do Departamento de Cultura.

Em março de 1947, foram reestruturados os funcionários municipais. Nessa distribuição de dádivas generosas, o quinhão do Departamento de Cultura foi ainda incompreensão e mesmo ódio. Vejamos alguns exemplos: Enquanto o gerente do serviço Funerário ou o secretário da junta de Alistamento Militar, antigas chefias de seção, funções para as quais não se exigem diploma ou cultura de alta especialização, passaram da letra N para a letra Q, as chefias de quatro de principais seções do Departamento de Cultura, funções especializadíssimas, algumas exigindo mais de um diploma, que só podem ser exercidas por gente absolutamente dotada e competente, como as seções da Discoteca, de Iconografia, Técnico Educacional e Técnico Assistencial, respectivamente das Divisões de Expansão Cultural, do Arquivo Histórico, de Educação, Assistência e Recreio, essas três chefias ficaram na letra M, em que se achavam anteriormente padronizadas. Quase a mesma coisa aconteceu com o Técnico de Economia da Divisão de Estatística e Documentação Social que, da letra L, passou para a letra M, apenas.

E, no entanto, vejamos: o de gerente do Serviço Funerário e o de Secretário da Junta de Alistamento Militar, que passaram da letra M para Q, são cargos acessíveis a qualquer pessoa. Ao passo que o de Discotecário exige: diploma da Escola Oficial de Música; o de chefe de Iconografia exige: conhecimentos aprofundados de cinematografia e fotografia; e o de chefe das seções exige: além de diploma da Escola Normal ou de Escola de Educação Física ou de Educador Sanitário, concurso de provas e de títulos inicialmente!

O de Técnico de Economia que passou de L a M exige diploma da Faculdade de Economia Política da Universidade! Há outra injustiça berrante: esses cargos eram de acesso, os titulares, pela aplicação e competência, poderiam ir à chefia de subdivisão ou de Divisão de Departamento. Pela chamada reestruturação, foram transformados em cargos isolados, de livre provimento do Prefeito — de cargos de acesso a cargos de *cavacão* — cortando-se assim a

carreira dos respectivos funcionários. Sob o ponto de vista jurídico isto é evidentemente ilegal, mas foi feito!

Há outro caso incrível, ainda no Departamento de Cultura: o gerente da Gráfica Municipal. Antigamente, esse cargo só poderia ser exercido por pessoa capaz, conhecedora do assunto. Mas passou a ser de livre provimento do Prefeito, dentre os funcionários com mais de cinco anos de efetivo exercício municipal. Quer dizer aquele a quem caberá dirigir a tipografia, escolher máquinas tipográficas, imprimir livros, conhecer a arte de imprimir, adquirir papel apropriado para os trabalhos, em lugar de ser um especialista no assunto, tinha que ser apenas um simples burocrata, com mais de cinco anos de burocracia... De outro lado, o que se devia fazer no Departamento não foi feito. Por exemplo, as suas instalações. As diversas partes do Departamento de Cultura, foram fragmentadas, espartilhadas, os pedaços espalhados aqui e ali. A Divisão de Expansão Cultural, depois de anos sem sede, passou a funcionar, à rua Quirino de Andrade, por ironia, ao lado do Serviço Funerário, onde também funcionou antigamente a direção do mesmo Departamento. A Discoteca, à rua Florêncio de Abreu, 157, instalações acanhadas e impróprias; a Divisão de Educação, Assistência e Recreio à mesma rua n.º 427, mais ou menos nas mesmas condições; a Biblioteca Pública, à rua da Consolação, a Biblioteca Infantil à rua General Jardim e, finalmente, as Divisões do Arquivo Histórico, antiga Documentação Social, à rua da Cantareira, nas instalações provisórias em que foram colocadas, quando se fundou o Departamento quase catorze anos antes, e a Direção à avenida Ipiranga!

O cargo de diretor do Departamento, como vimos, era anteriormente exercido por pessoa de confiança do Prefeito. Quando Fábio Prado via iminente a sua saída da Municipalidade pensou em efetivar os chefes do Departamento. O inolvidável Prefeito tinha em mira apenas defender a obra que realizara. Fôra árdua e difícil. Não era justo que ficasse à mercê da aventura iniciada a 10 de novembro. Como seu Consultor Jurídico, opus-me à idéia porque quebrava a estrutura do ato 1 146, longamente estudado e elaborado. Assim mesmo reuni dois diretores do Departamento mais ligados a nós e que mais atingidos seriam por certo com o advento do Estado Novo: Mário de Andrade e Paulo Barbosa de Campos Filho, diretor do Departamento Jurídico. Ambos se opuseram, declarando mais que, colaboradores que foram da nova organização municipal, se isso fosse feito, não poderiam aceitar a indicação dos seus nomes para o lugar de efetivo. Ademais, naquele Departamento, trabalhava-se nele por amor à cultura e não aos cargos. A sua chefia deveria ficar acessível a qualquer dos chefes de Divisão ou a qualquer intelectual de valor, ainda que estranho à Prefeitura. Isso moveu Fábio Prado do seu intento. Fábio Prado pôde, pois, partir contente consigo mesmo e com seus auxiliares mais diretos.

E êstes satisfeitos com êles próprios e quites com seus deveres de cidadãos e de paulistas.

Os auxiliares diretos do sr. Prestes Maia, os mesmos do sr. Abraão Ribeiro posteriormente, adotaram norma inversa. Impossibilitados de o fazerem com o primeiro, obtiveram do segundo essa reforma de jurisprudência. Dessa maneira, foram efetivados os antigos diretores do Departamento. Dentre êles o do Departamento de Cultura, o mesmo que viera substituir Mário de Andrade, o mesmo durante a administração Prestes Maia, o mesmo durante a administração Abraão Ribeiro.

O sr. Prestes Maia escolheu o seu diretor para o Departamento de Cultura entre os intelectuais de São Paulo. Mas não o fez em nenhuma das correntes literárias nitidamente definidas. Tirou-o das fileiras do meio termo, dêsses que são neutros e não são neutros, que tanto poderiam formar ao lado de Alberto de Oliveira e Monteiro Lobato, como ao lado de Mário de Andrade ou Manuel Bandeira. Não era definitivamente nem passadista nem modernista. Era indeciso. Indeciso por temperamento e por formação. Intelectual honesto, com cultura literária, mas irresoluto, incerto, hesitante. No primeiro período, nenhuma iniciativa sua, ao que se saiba apareceu: tôda sua personalidade foi apagada pela personalidade absorvente, autoritária e centralizadora do Prefeito Prestes Maia que, nessas condições, não podia ter auxiliar mais cômodo. Característica a expressão do antigo Prefeito ao declarar, certa vez, que poderia substituir o seu primeiro auxiliar por outro mais ativo ou talvez com mais côr política, mas havia o inconveniente de êste querer meter-se a fazer coisas... E o primeiro diretor do Departamento de Cultura foi mantido pela inércia. Ao advento do sr. Abraão Ribeiro, tentou o diretor algumas tímidas iniciativas não levadas a efeito pelo nascimento das absurdas Secretarias e ser dada a de Cultura e Higiene a um antigo funcionário cujo traço característico era a movimentação embora quse sempre desordenada, sem método nem continuidade. Novamente, o diretor do Departamento encolheu-se à passividade primitiva e o silêncio se fez de novo em torno de sua pessoa. Como outrora, desmantelou-se a Expansão Cultural, desorganizou-se a Divisão de Educação e Recreio, sem a menor reação por parte da diretoria, desta vez tôdas as intromissões desastradas que se verificaram na vida precária do Departamento foram registadas sem o mínimo gesto, a mínima atitude do seu apático diretor. Só uma vez tentou reagir, mas houve contra-reação e recuo. Assim pode-se dizer que se, em relação ao Departamento de Cultura, foi o primeiro Prefeito um caso de incompreensão, o segundo um caso de ceticismo, e a atitude do primeiro e único secretário de cultura e Higiene um caso dêste não se ter dado conta do Departamento, o caso do diretor, o único diretor que teve o Departamento de Cultura, durante quase dez

anos, foi um caso de faquirismo burocrático. Assim pois se o primeiro Prefeito marcou sua presença pela incompreensão, o segundo pela indiferença, e o primeiro Secretário de Higiene e Cultura pela ignorância do Departamento, o único diretor que o Departamento teve nem sequer marcou sua presença: não existiu. Sua vida passou-se alheia ao Departamento, indiferente aos seus anseios e preocupações, fazendo tudo quanto fôsse incompatível com um instituto daquela ordem, que exigia devoção, assiduidade e espírito de sacrifício à Mário de Andrade. Porque um instituto dessa ordem requer tempo integral, absolutissimamente integral. Não é possível dirigir uma Universidade ou um instituto de pesquisa sem ter o pensamento, a ação, a alma, dia e noite, a tôdas as horas, a todos os momentos, voltados para êsse instituto. Porque senão acontece o que aconteceu: o instituto apodrece. Releva porém notar uma coisa a favor do então diretor do Departamento: jamais exerceu qualquer vingança, qualquer perseguição sôbre qualquer funcionário. Algumas injustiças deveram-se à falta de esclarecimento sôbre o caso, nunca por inferioridade. Esta minúcia positiva não altera porém a situação, em face de tragédia consumada pelo abandono. O abandono da cabeça da cultura municipal nas mãos dos selvagens recém-chegados do getulismo. Submetido ao processo primitivo da redução, o Departamento de Cultura ficou microcéfalo, *tsansa* trágica a servir de troféu aos jivaros do Estado Novo.

O que se salvou, o que ainda perdurava em 1947 — deveu-se exclusivamente a alguns funcionários lá postos pelos fundadores. Onde tais funcionários não foram arredados e onde foram aproveitados pôde sobrar alguma coisa. Porque êles resistiam, trabalhavam, *furtavam* verbas imutavelmente negadas, realizavam enfim, lutando contra a própria administração sob o testemunho impassível do diretor. Se tivesse havido a mais pequena reação dêste contra o primeiro prefeito, possivelmente tivesse sido substituído, mas outro que viera também se meteria a fazer coisas e haveria incentivo para a defesa do organismo ameaçado. Se tivesse havido reação contra o estabelecimento administrativo do secretário de Cultura e Higiene, o Departamento teria ganho a partida e não fôra invadido pela politicalha, nem pelos incompetentes, nem pela conseqüente destruição. Essa resistência teria sobretudo vedado o Departamento à ação corruptora dos bajuladores. Sim porque, numa situação política fraca, não pôde viver elemento de infecção mais pernicioso do que o bajulador.

O bajulador é aquêlê homem que renega tudo e adere a tudo. A sua baba é de mel quando se a vê de frente e de vitriolo quando atirada pelas costas. Êle confunde as côres, não é daltônico porque para êle tôdas as côres são iguais, para tôdas tem o mesmo sorriso servil, prestes a tornar-se no mesmo rictus da traição. Está pronto

a aplaudir tôdas as idéias porque tem horror de defender qualquer idéia: a sua opinião é a do amo e êste é aquêlê que, no momento, tenha entre os dedos um pouco de isca. Rasteja-se coleante, para não perder uma graça ou uma propina suporta tudo. A menor sombra, o menor resquício de altivez jamais se manifesta em seu rosto esmaltado porque é contra os seus reflexos, é contra a sua religião, é contra o seu temperamento, contra a sua endocrinologia. A sua capacidade de receber humilhações não é a virtude dos santos ou dos ascetas, porque, em vez de diluir-se em amor, se consolida em recalques tristes, prontos a explodir à centelha da covardia. Tem pés na alma e o cérebro em vez de ferver à luz da inteligência, fermenta em raiva pobre e pegajosa. Tem todos os físicos como tem tôdas as caras. O riso abre-lhe a bôca tanto para beijar como para morder. O próprio Dante, na sua imaginação de fogo, que colocou no purgatório os soberbos, os iracundos, os avarentos, e os invejosos, reservou ao bajulador uma das covas mais tenebrosas do inferno. Lá está êle, *gente che col muso scuffa*, no fundo do poço escuro, cujas exalações nauseam os olhos e o nariz:

"Le ripe eran grommate d'una muffa
per l'alito di giu che vi s'appasta,
che con li occhi e col naso facea zuffa."

Ao invejoso, Dante costurou os olhos com fios de ferro e o mergulhou na lama do Purgatório para que, quando falasse, em vez de palavras a sair, fôsse lodo que entrasse. Mas a êste dera a esperança de redenção, a possibilidade de purificar-se pela dor. Ao bajulador, não. Lá está êle, nos quintos, mergulhado também na lama, mas lama de outra qualidade, lá estava a ignominiosa

"gente attuffata in uno sterco
che da li uman privadi pareo mosso"

E tinha razão, porque o bajulador não é só inimigo do seu semelhante, mas é o inimigo do seu povo, da sua terra, do grupo humano a que pertence. Para bajular, êle abandona tudo, amigos, protetores, idéias, causas, partidos. Abandona e une-se à parte contrária, as mais antagônicas com os princípios que há pouco defendia: apenas para adular. Torna-se impermeável e cínico. Finge não acreditar em nada, mas crê nos efeitos confortáveis da lisonja. E, na adulação, êle destrói tudo, pai, mãe, irmão, amigo, a casa, a cidade, a província. Destrói universidades, bibliotecas e departamentos de cultura. Queima livros para que Hitler fique contente, queima Deus para agradar ao diabo, queima a liberdade para ser amável aos tiranos, queima a vergonha para que ditadores lhe sorrissem.

Este é realmente o homem de mau espírito que procura destruir, se é que já não destruiu o Brasil; que destruiu a dignidade pública em nosso país; que vai destruindo tôdas as resistências morais da nossa gente em proveito próprio. Ele quem minou a administração, arrazou a Universidade e o Departamento de Cultura, únicas esperanças de nossa restauração espiritual, que o meu grupo, o grupo que criou êsses centros para homens de pensamento, defendeu contra a mediocridade invasora, defendeu com unhas e dentes e com a mais dolorosa das invejas: inveja daqueles países onde a cultura merece respeito.

Diante dêsse espetáculo, era natural que Mário de Andrade se fôsse embora...

— 70 —

você imaginar que não lhe escrevo por abandono da sua companhia, esquecimento, mais o que fazer, ingratidão, o que seja! Faz não sei quanto tempo que não tenho uma linha sua. De vez em quando a Nini me telefona: que você manda perguntar por cartas minhas. Principiei ficando ressentido e agora o ressentido sou eu, Paulo! Porque por certo estou mais necessitado de você, dó que você de mim. Não tenho lhe escrito mesmo. Lhe escrevi várias cartas que jamais receberam resposta, mas não conto resposta com você, pela incerteza de cartas idas prá Europa. Aliás a sua chegada aí nos States me sossegou extraordinariamente e não nego que principiei me vivendo nesta crise, com mais egoísmo por mim que por você".

E para concluir as últimas palavras da mesma derradeira carta:

"É só o que não posso lhe dizer, o tamanho da carta se acabou. Me escreva, Paulo. Não venha ralhando que não adianta. Prefiro que você diga que está com muito dó de mim, é gostoso e ando prá frente"...

Não pude nem ralar, nem dizer que tinha dó. Mário morreu nove dias depois. No domingo em que devia jantar com minha mãe para falar de mim. E eu recebi a carta cinco dias após a morte dele. Palavras que naquela cidade imensa de Nova York me bateram com brutalidade, fazendo ruído surdo de terra fechando sepultura.

Depois de tanta desinfelicidade Mário de Andrade voltava de novo a ser um homem completamente feliz. Lá no céu, livre da maldade e do lodo humano, dirigindo um departamento de cultura que Nosso Senhor fêz para ele, e se rindo de crânio aberto, tenho certeza de que voltou a dizer: Delicioso! e a considerar-se um homem definitivamente feliz.

O LINDO SONHO E A DOLOROSA REALIDADE

A Prefeitura de São Paulo comemorou da mais original maneira o segundo aniversário da morte de Mário de Andrade: com um golpe fundo no Departamento de Cultura, para cuja elevação o grande intelectual paulista tudo dera e cuja ruína matou o seu primeiro e único diretor.

A organização do Departamento, durante a administração Fábio Prado, estudou-se com esmero então considerado um excesso de exagero. É que seus organizadores tinham bem consciência de sua significação e do papel que poderia e deveria exercer na vida de São Paulo.¹

1. As minúcias da análise que segue do Departamento de Cultura tornam-se imprescindíveis, numa apresentação mais a fundo da personalidade de Mário de Andrade. Pouca gente sabe, na hora atual, vendo os destroços que restam, o que foi o Departamento de Cultura, ignorando portanto o esforço e o sofrimento dispendido e passado para dar ao Brasil uma instituição como aquela. A sua construção, até 1938, quando os bárbaros entraram, só poderia dar-se ou prosseguir com uma equipe de homens como aquela que se organizou para a luta do Departamento. Se Mário de Andrade falhasse, haveria substituto para ele, em Sérgio Milliet, em Rubens de Moraes, em Carlos Pinto Alves e outros colaboradores à mão. Mas ainda que Mário falhasse na direção do Departamento, continuaria com a eficiência que demonstrou, na sua Divisão de Expansão Cultural. Mas Mário não falhou. Quando se afastou coercitivamente do Departamento, este estava quase na sua forma definitiva, porque teve a seu lado companheiros tão denodados quanto ele, e teve dois homens lúcidos na administração, que o sustentaram também, o prefeito da cidade e o governador do Estado. Os cirineus com que Mário contou não apareceram apenas para o transporte de uma cruz, mas eram capazes até de desviá-lo do calvário que o ameaçava. Desgraçadamente, o que aconteceu foi a invasão de uma horda. E a uma horda de bárbaros nem Roma pôde resistir. Os Evangelhos ficaram para dizer das dimensões de um Cristo. E o Departamento não teve até hoje quem pudesse gritar em miúdo o que foi o trabalho e o sacrifício de Mário de Andrade. É isso que explica, neste livro, o capítulo a seguir, que seria inútil se o intuito não fosse apresentar uma face nova de Mário de Andrade, o seu papel na construção ou, melhor, no lançamento dos verdadeiros alicerces culturais de um país que durante os primeiros anos, a partir de 1934, se havia resolvido a ser grande culturalmente, como o era e, por milagre, ainda é, geograficamente. Os energúmenos se juntaram para impedi-lo. Eles estão aí para evitar, por todos os meios, que "o Brasil continue". Mas outros Mário de Andrade surgirão para que amanheça o dia em que "Os mortos varrerão os vivos e os maus se afogarão na própria lama"... É a verdade disso que justifica as páginas que agora seguirão, antes das cartas.

Para isso, não se montou, a princípio, o importantíssimo instituto como precisava. Fez-se um começo tendente a avançar à medida em que se fôsse objetivando.

Pois êsse início teve imediato eco no estrangeiro, em países e capitais, os mais civilizados do mundo. Um dia a cidade de Paris solicitou à Prefeitura de São Paulo informes sobre o seu Departamento de Cultura. E, meses depois, a cidade de Paris instituía uma organização cujas linhas gerais eram as linhas gerais do departamento paulista. O mesmo deu-se com a cidade de Praga, uma das mais cultas de antes da guerra, onde os trabalhos de pesquisa sociológica do nosso departamento entusiasmaram os sábios daquele notável centro de cultura, ao ponto de volverem a atenção para a capital paulista. Êsses dados lá chegaram através do Congresso de População realizado em França, no ano de 1937, ao qual foi apresentada por Sérgio Milliet, uma série de pesquisas feitas pela Divisão de Documentação Social e que recebeu menção especial, numa das sessões plenárias daquela assembléia. Basta dizer, que o presidente do congresso, um dos mais importantes realizados antes da última guerra, ao referir-se à contribuição paulista, declarou, pela palavra do seu presidente, o notável especialista que é o professor Bourdon, que, pela primeira vez, se apresentava num laboratório de investigações sociológicas uma cidade *au microscope*. Essa cidade é a cidade de São Paulo, que para ali enviara oito representações ecológicas levantadas pelo Departamento de Cultura em menos de dois anos de trabalho.

As realizações de São Paulo não tiveram eco somente nestas duas cidades. Outras acorreram solicitando dados e informações, desejosas de imitar São Paulo na iniciativa considerada verdadeira *trouvaille* por outros centros cultos do mundo. Assim se pronunciaram as cidades de Haia, Nova York, Buenos Aires, sem contar personalidades de renome universal como, Mauss, o grande discípulo de Durkheim, Rivet, dentre os maiores antropologistas vivos, André Siegfried, um dos grandes sociólogos europeus. Um professor norte-americano, referindo-se à Universidade e ao Departamento de Cultura, chegou a escrever ali por volta de 1936, que "se fôsse brasileiro, seria brasileiro de verdade, porque essas duas instituições justificariam a sua brasilidade". E, no entanto, o Departamento de Cultura era apenas um início. Entusiasmado com êsse início, Armando de Sales Oliveira, último estadista que o Brasil teve, inscreveu-o no programa com o qual se apresentava para a presidência da República. Assim, como o Departamento Municipal de Cultura era o germe do Instituto Paulista de Cultura, com jurisdição em todo Estado, êste, o Instituto Paulista de Cultura, seria o germe do grande Instituto Brasileiro de Cultura, abrangendo todo o território nacional.

De fato, o Instituto Paulista de Cultura iria absorver o departamento municipal, nêle incorporadas outras criações complementares, dentre elas, o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo, já em terceira discussão na Assembléia Legislativa do Estado, quando do golpe facista de 10 de novembro de 1937. Essa lei, elaborada principalmente por Mário de Andrade, logo a seguir, mercê dos esforços de Rodrigo de Melo Franco foi, com algumas modificações, convertida em lei federal, criando-se o SPHAN, cujos excelentes trabalhos toda gente conhece. A vida do SPHAN, ou Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, marca-se uma série de milagres que só a tenacidade, a dedicação e o espírito de sacrifício de seu diretor e de alguns auxiliares podem explicar. A sua luta contra a ditadura, que nunca tolerou cultura, contra o clero que, no Brasil como em toda parte era um dos mais resistentes baluartes contra a verdade científica, contra os donos da cultura que, no Brasil, são os semi-cultos e os simuladores de cultura, piores ainda do que os analfabetos, e os ignorantes, — dará a Rodrigo de Melo Franco um lugar de grande destaque na dolorosa história cultural brasileira, no dia que tais assuntos forem realmente compreendidos entre nós.

Convertido que seria, pois, o departamento municipal em Instituto Paulista de Cultura, transformado, como se pretendia, numa fundação conforme estudos então já realizados por Plínio Barreto e por mim, com aprovação de Armando de Sales Oliveira, apenas candidato, seria o paradigma para a organização do Instituto Brasileiro de Cultura, fundação a ser instituída por Armando de Sales Oliveira transformado em governo do Brasil, se o pânico pelas eleições de 1938 não tivesse alvoroçado a onda de hominóides que implantou no Brasil a vergonha do Estado Nôvo.

Em linhas gerais, o Instituto Brasileiro compor-se-ia de um instituto sede, no Rio de Janeiro, organizado nos moldes do de São Paulo, e outros institutos estaduais, de início, em Minas Gerais, no Rio Grande, em Santa Catarina, no Paraná, na Bahia, em Pernambuco, no Ceará, no Maranhão e no Pará. Seria uma grande fundação espalhando seus benefícios por todo o país, ao abrigo das nefastas influências políticas que, em nossa terra, nunca perdoaram à inteligência a sua beleza, o de que já tínhamos uma boa prova na experiência de São Paulo.

O patrimônio dessa maravilhosa fundação constituir-se-ia de primeiras doações feitas pelos municípios, pelos estados e pelo Governo Federal, robustecido de uma renda favorecida pelos artigos 148 e 156 da Constituição Federal de 1934 e artigos 80 e 82 da Constituição Estadual de 1935, que garantiam uma reserva de dez por cento da arrecadação de determinados impostos a favor da manutenção e desenvolvimento dos sistemas educativos.

JOSÉ MURILO DE CARVALHO – Ha um exemplo curioso no Exército chinês, onde se estabelece também um conflito entre profissionalização e participação política. Este Exército passou por várias fases. A primeira delas foi a fase revolucionária, em que ele se caracterizava, diferentemente dos outros exércitos, por uma não-separação entre oficiais e praças e por uma não-separação entre militares e civis. Nesse período, ele foi extremamente eficiente em levar a luta até a vitória. Mas na guerra da Coréia, já se mostrou muito ineficiente e sofreu violentas baixas, sendo salvo pelo Exército russo que passou a ter grande influência. Houve uma transformação muito grande. Começou a haver uma separação entre oficiais e praças, entre militares e civis; os militares passaram a ter certos privilégios em relação aos civis, e daí por diante. Poucos anos mais tarde, quando houve o atrito com a Rússia, isto provocou uma volta atrás, sendo abolidos de novo todos os postos. Voltou-se ao exército antigo, em que generais tinham que varrer quartéis. Houve sempre um movimento pendular entre as duas orientações, tanto que atualmente há um retorno à idéia anterior de reduzir o trabalho político do Exército, de deixar que os militares se dediquem à sua tarefa específica porque, sem isto, parece ser agora a convicção, não se consegue uma máquina bélica eficiente.

Enfim, parece haver realmente certa incompatibilidade entre profissionalismo e política, que se expressa de maneira distinta nos vários países.

FRANK McCANN – O conceito de soldado profissional não é um conceito simples. Não quer dizer apenas que o oficial está apto a comandar, que foi treinado para isso, que pode manejar certos tipos de armas etc. Considero uma das grandes falhas da literatura o fato de apresentar essa idéia de profissional como se fosse uma noção entendida, simples, com uma definição certa. O meu ponto de vista é de que cada Exército pode ter a sua definição para o termo. Para os exércitos da América Latina, o que quer dizer ser soldado profissional? A missão de um Exército é matar, é lutar e matar, logicamente numa guerra. Se não há guerra, o que quer dizer ser um soldado profissional? No sentido estrito do termo, fica difícil se chegar a esta definição. No Exército americano, esse conceito tem sido motivo de discussão contínua. O significado do termo profissional está mudando sempre.

Revolução e o Seminário Internacional

Seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e

Documentos da História Contemporânea do Brasil

CPDOC da FGV 25 Set 1980 Brasília 68 UnB, 1982.

Alzira Alves de Jesus Condensado de Setor de Editores do CPDOC

EMPRESARIADO E LEGISLAÇÃO SOCIAL NA DÉCADA DE 30

Ângela Maria de Castro Gomes

1. Introdução

O exame da evolução da política social no Brasil demonstra de forma nítida, um fato de sua significação: é justamente nos períodos de existência de governos autoritários que os mais substanciais progressos na legislação social podem ser observados, quer consideremos o conjunto dos benefícios e serviços integrados ao corpo desta legislação, quer consideremos o número de beneficiários por ela atingido. Neste sentido, a década de 30 é um marco no curso dessa evolução.

Em primeiro lugar, porque só a partir dos anos 30 podemos assinalar um novo e definitivo posicionamento do Estado em face da questão social, que vai conduzi-lo a uma intervenção regulatória crescente e não mais interrompida no tempo. Assim, embora a existência de uma legislação social na Primeira República precise ser considerada no conjunto deste processo evolutivo, é só a partir de 1930 que as medidas regulatórias da ordem social têm real articulação em um corpo jurídico e efetivação no campo prático do processo de trabalho. Se não podemos avaliar e compreender a dinâmica da política social brasileira restringindo-nos aos anos do pós-30, sem recuperar os debates políticos, as pressões sociais e os esforços legislativos anteriores, é forçoso admitir que o período pós-revolucionário redimensionará o significado e o ritmo do intervencionismo estatal na área da política social.

Em segundo lugar, cabe fixar que foi justamente nos cinco primeiros anos desta década – portanto antes da implantação do Estado Novo – que o maior número de decretos sobre o problema do trabalho foi sancionado, tanto se tomarmos a legislação previdenciária, quanto principalmente se tomarmos a legislação trabalhista propriamente dita. A década de 30 só encontraria um outro período na história do país que com ela rivalizaria em termos de iniciativas no campo da política social: o pós-64, quando outro regime autoritário implanta-se no Brasil¹.

Entretanto, se é valioso assinalar o paralelismo entre períodos de avanço no processo de elaboração da política social e o estabelecimento de regimes autoritários, é igualmente valioso ressaltar um outro fator presente nestes momentos de progresso da legislação social.

Referimo-nos à movimentação dos trabalhadores, mais bem organizados, ou mesmo precariamente articulados em seus sindicatos. Desta forma, examinando

os momentos em que se intensifica a ação reguladora do Estado sobre o mercado de trabalho, verificamos que se relacionam a períodos em que o movimento operário marcou o cenário político com sua presença, intensificando sua ação reivindicatória. Assim ocorreu com a legislação dos anos 20, que sucedeu as greves do final da década anterior, com a própria legislação dos anos 30, que coincidiu com um momento de rearticulação do movimento sindical e de popularização e radicalização da participação político-partidária, interrompidos basicamente a partir de 1935; e também com a legislação do pós-64, que se relacionou a intensa movimentação sindical urbana e até rural da década de 1954-64.

Este ponto é de particular importância, já que nos permite perceber não só a falácia dos argumentos que procuram conceituar a política social, fundamentalmente, como uma política benevolente de "doações" do Estado aos trabalhadores, como também a dimensão de resposta repressiva e ideológica que caracteriza o complexo instrumento da legislação social².

Tal linha de reflexão é essencial quando nos propomos a analisar as relações entre empresariado e legislação social. Isto porque, até certo ponto é bem pouco explicativo afirmar que, se um Estado capitalista encarrega-se de intervir no mercado de trabalho para solucionar certos problemas econômicos e sociais, ele não o faz à revelia dos interesses das classes dominantes, ou seja, contrariando a todos os interesses de todas as frações de classe burguesa. Esta constatação, portanto, não deve constituir um ponto de chegada para o exame das questões políticas vinculadas aos problemas da regulamentação do trabalho da ótica do patronato, mas sim um ponto de partida. Mesmo tendo-se em vista que o intervencionismo do Estado no campo da política social objetiva garantir o processo produtivo e de acumulação de capital, permanece existindo uma série de questões. Como se situariam os interesses do empresariado do comércio e da indústria em face das diversas fases e dos diferentes alcances e diretrizes de uma política social? Qual a dinâmica que preside, neste caso, as relações empresariado-Estado? Qual a forma, os limites e a eficácia da atuação do empresariado em face da questão da implantação das leis sociais? Enfim, a legislação social pode beneficiar o empresariado se, efetivamente, implica custos materiais objetivos e realiza-se, em muitos aspectos, contra seus interesses manifestos, por um Estado que "escapa" a seu controle político?

Este conjunto de questões envolve, na verdade, duas ordens de considerações: uma referente às articulações entre classes sociais e Estado e outra que diz respeito à elaboração de políticas públicas que se voltam para o atendimento de reivindicações expressas pelas classes trabalhadoras.

Nesse sentido, é interessante pensar que o Estado capitalista não como um bloco compacto onde tudo se resume aos interesses de uma burguesia mais ou menos coesa, mas como um campo de lutas que pode materializar uma complexa

relação de forças entre diferentes classes e frações de classe. O Estado, por conseguinte, implementa uma multiplicidade de políticas públicas que hierarquizam diferentes interesses existentes dentro das próprias frações da classe burguesa. Portanto, é capaz de impor – como um ator específico do cenário político – orientações que contrariem aqueles interesses, na medida que se volta para as demandas da classe operária, que por sua vez pressiona, intervém e participa do jogo do poder. Desta forma, uma série de políticas públicas resultaria de ações e reações de interesses distintos, envolvendo conjuntamente burguesia, trabalhadores e também o Estado. A política social, especialmente, é bem um exemplo de como o exercício do poder – inclusive do poder do Estado – não deve ser visto como um fenômeno de dominação completa e homogênea de um indivíduo sobre outros ou de uma classe sobre outras. Sem dúvida, a crítica à concepção do poder como "soma zero" não é algo novo, mas ainda é grande a tentação de se cair em análises que, numa dinâmica política maniqueísta, permanecem opondo os que possuem aos que não possuem o poder, minimizando as tensões e inter-relações entre ambos.

Este tipo de raciocínio evita a percepção da política social como mais uma forma de "garantir" a dominação burguesa, controlando o movimento operário por meio da repressão e da mistificação ideológica. Tal abordagem, na verdade, é duplamente simplificadora, não só porque obscurece a importância política das lutas dos trabalhadores e a força da reação patronal, como porque avaliza o intervencionismo estatal de forma instrumental e repressiva. A complexidade das reflexões em torno da política social está justamente em que, se ela não pode deixar de ser vista como uma política de controle de pressões populares, ela também precisa ser avaliada como uma real e verdadeira resposta às reivindicações colocadas pelo movimento operário.

A elaboração de uma política social tem, assim, um alcance político-ideológico que ultrapassa de muito os rótulos de mistificação ou manipulação simbólica, para assumir, de fato, um papel fundamental na organização de um certo apoio político junto às massas populares. É neste sentido que o incrível carisma de Vargas, existente até hoje, não pode ser reduzido a formulações simbólicas, por mais cuidadosas e eficientes que possam ter sido. Suas raízes têm que ser buscadas no terreno do efetivo atendimento às reivindicações operárias que vinham se desenvolvendo desde o início deste século.

Por conseguinte, a elaboração de uma política social – no que se refere às relações classes sociais-Estado – é reveladora de uma dupla dimensão. A dimensão da violência, da repressão física e simbólica das massas pelo Estado, que assegura o processo de acumulação do capital apesar dos prejuízos econômicos e da reação política imediata da burguesia. E a dimensão da formação de um certo "consenso político" entre classes dominantes e dominadas que, se tem fundamentos em propaganda ideológica, tem bases não pouco sólidas em concessões materiais às

pressões das massas trabalhadoras. A política social não pode ser compreendida nem como uma farsa de pura manipulação, nem como uma realização benévola de um Estado de bem-estar social, neutro e árbitro de classes.

O processo de formulação e implementação de uma política social no Brasil precisa ser entendido como uma questão tripartida, em que se confronta: os interesses da burguesia e do operariado e onde o papel que o Estado joga deve ser avaliado em função do contexto político global no qual sua intervenção se realiza. O Estado situa-se, assim, como um terceiro elemento decisivo, com o qual cada um dos outros dois terá que entrar em contato isoladamente ou não. Portanto, um estudo sobre a evolução da política social no Brasil não poderia limitar-se ao exame da produção legislativa, já que um corpo de normas institucionalizadas não nos esclarece sobre a dinâmica política que presidiu sua formulação. O processo de elaboração, e implementação de uma legislação social envolve o confronto entre frações de classe, com interesses diversos com pesos e papéis sociais bem diferenciados, que se entrecrocavam ao longo de um largo espaço de tempo, interferindo e determinando algumas das características essenciais dessa legislação. Seu formato, bem como o ritmo em que se desenvolveu e o escopo de sua abrangência são todos problemas políticos complexos, dadas as transformações na força de pressão dos principais atores envolvidos neste processo.

Quando se trata de examinar a participação do empresariado do comércio e da indústria no curso deste processo no Brasil, importa desde logo assinalar dois pontos. Em primeiro lugar, partimos da aceitação de sua posição não-hegemônica, mas que procuramos não confundir tal situação com uma incapacidade de participar e de influenciar politicamente e, sobretudo, com submissão política a uma burguesia agrária – durante a Primeira República – ou a uma toda-poderosa burocracia estatal – no pós-30. Desta forma, nossa proposta é tentar recuperar a atuação desta fração de classe burguesa não-agrária, isto é, tentar estabelecer suas possibilidades efetivas de participação, qualificando seus limites e estratégias principais, num determinado momento.

2) Em segundo lugar, constatamos que esta atuação está fundada numa forma específica de organização não-partidária. O patronato urbano, não só nos anos 10 e 20, como igualmente após 30, teria em suas associações de classe o canal básico de mobilização e articulação de seus interesses. Através de sua rede associativa, o empresariado agiria como um efetivo grupo de pressão, comunicando-se eficazmente com os poderes públicos e também com as próprias organizações da classe operária, a princípio sem a mediação formal do Estado e posteriormente com ela.

Neste texto procuraremos nos concentrar no acompanhamento da atuação do empresariado frente aos problemas gerados pela extensão e pela aceleração do ritmo de produção da legislação social na década de 30. Tal atuação estará balizada pelo papel essencial do Estado nos anos 30, na medida que passa a liderar o

desenvolvimento de um processo de "modernização" econômica, e pela situação do movimento operário, inicialmente ativo e mais tarde firmemente reprimido. É neste contexto que tomamos a elaboração de uma legislação social como um fato fundamental no terreno das questões econômicas e políticas, já que tais normas influenciam tanto as condições de acumulação do capital, quanto as condições de organização e participação política das classes sociais.

O exame da atuação do empresariado em face da implementação da política social no pós-30 deverá levar em consideração, para fins de análise, distintamente: a legislação trabalhista ou legislação de fábrica propriamente dita, reguladora das condições de trabalho no processo produtivo; a legislação previdenciária, reguladora da distribuição de benefícios e serviços devidos àqueles que participam ou participaram do esforço da produção; a legislação sindical, reguladora das condições de participação política das classes trabalhadoras e também das condições de associação de interesses dos setores patronais; e a legislação criadora de uma Justiça do Trabalho, encarregada de dirimir conflitos sociais na esfera do direito, impedindo sua aberta e direta deflagração.

2. Empresariado e conjuntura política no pós-30

Tendo em vista uma melhor compreensão da dinâmica que a questão social assumiu no pós-30, bem como da particular atuação do empresariado no mesmo período, é necessário relembrar certos fatores que caracterizam política e economicamente esta década.

Inicialmente, cabe assinalar que a posição crucial e o tipo de encaminhamento que a questão social recebeu nos anos 30, não podem ser exclusivamente explicados pelos problemas desta conjuntura, sem referências ao processo anterior de debates políticos e pressões sociais. Neste sentido, o período da República Velha é sumamente significativo para contextualizar e dimensionar a evolução legislativa do pós-30. Assim, importa relembrar a ocorrência de fortes demandas por parte do movimento operário, abarcando a quase totalidade das medidas de proteção ao trabalho na área da legislação social. Do mesmo modo, convém recordar a existência de iniciativas na área da legislação social que já indicavam um rompimento com a orientação liberal de um mercado de trabalho regulado apenas pela mão invisível da oferta e da procura.

Este rompimento implicava, igualmente, o abandono de uma política de controle da classe operária fundada exclusivamente em mecanismos repressivos, e tornava clara a necessidade de aliar instrumentos de outra natureza no enfrentamento do problema do trabalho. A manutenção da ordem social pelo Estado já situava uma estratégia combinada de repressão e de concessões no terreno da legislação social que pudessem, mais eficazmente, responder às reivindicações

então expressas pelos trabalhadores. Neste sentido, cabe chamar a atenção para o desenrolar de um debate político, travado nos próprios órgãos legislativos do Estado, que associava a questão social a uma série de outros problemas fundamentais, como o papel intervencionista do Estado neste setor e a posição e importância da industrialização no desenvolvimento econômico do país.

Cientes de toda esta herança da Primeira República, podemos melhor situar o impacto da grande crise de 1929, que inaugurou a mais séria depressão que o Brasil já vivera. A crise de 1929 é, sem dúvida, responsável pela urgência imposta à redefinição dos rumos de nossa política econômica, antes centrada numa orientação basicamente agroexportadora. Tal redefinição considerava a necessidade de diferenciar a estrutura econômica do país e de criar novos mecanismos de acumulação de capital, sem que se abandonasse a política agrarista de proteção ao café.

Considerando-se particularmente a situação do empresariado do comércio e da indústria, vale assinalar que esta fração de classe vinha atravessando, desde 1926, crescentes dificuldades, atribuídas em grande parte à orientação dominante na política econômica. A crise agravava brutalmente esta situação, com a ocorrência de inúmeras falências e paralisações de negócios, que geravam um grande desemprego urbano, que vinha se somar às levas de desempregados vindas do campo. Portanto, o momento era extremamente delicado para o empresariado, que além de enfrentar a depressão econômica, via-se ameaçado por novas investidas dos defensores do livre-cambismo, que insistiam na propalada "vocalização agrária" do Brasil.

Este somatório de graves problemas exigia uma intensa e articulada atuação do empresariado na defesa de seus interesses. O golpe sofrido pela agroexportação e a importância já adquirida pelas atividades industriais fará com que esta atuação encontre mais espaço e eco políticos junto aos novos setores governamentais. Por esta razão, mesmo que consideremos a inexistência de um projeto industrialista por parte do Estado nos anos iniciais da década de 30, podemos afirmar que o comércio e a indústria ganharam uma nova posição, emergindo como setores que precisavam ser considerados e protegidos pelas políticas que objetivavam a superação da crise e a promoção do desenvolvimento do país³.

Toda esta problemática econômica que emoldura as iniciativas governamentais no enfrentamento da questão social deve ser associada à específica situação política então vigente. No que se refere à coligação política que tomara o poder – e que não podia deixar de incorporar novos atores –, dominava um clima de instabilidade, caracterizado pelas permanentes disputas entre diferentes orientações (referimo-nos, particularmente, aos choques entre tenentes e políticos oligárquicos). Quanto às pressões de grupos sociais, observa-se um momento de novas investidas, especialmente por parte do movimento operário que, inclusive

pela própria situação de instabilidade política, encontra campo favorável para rearticular suas antigas demandas. Na verdade, os quatro primeiros anos da década de 30 são marcados por uma série de manifestações, de protestos e de greves que não só reforçam as reivindicações do operariado por melhores condições de vida e de trabalho, como denunciam a repressiva orientação sindical que vinha sendo proposta pelo Governo Provisório.

Desta forma, a conjuntura política do pós-30 redefine e enfatiza a importância do intervencionismo estatal no campo econômico e social, ao mesmo tempo que abre um novo espaço político para a rearticulação e a atuação de grupos que exercem pressão social.

É neste contexto, marcado por disputas e debates em torno da determinação de uma nova estratégia de poder, que a questão do trabalho – por razões políticas, econômicas e sociais – torna-se uma questão central no cenário político e um problema crucial para a construção de um projeto que combine estabilidade política, ordem social e desenvolvimento econômico. Diferentemente do que ocorreu nos anos da República Velha, a questão social receberá tratamento especial e ocupará lugar de relevo, na medida que emerge como o próprio cerne de um projeto de dominação política que, começando a estruturar-se no anos que antecedem 35, afirma-se e ganha plena execução no período do Estado Novo. A formulação e a implementação de uma política social vai constituir o núcleo de uma orientação política mais ampla fundada na "colaboração de classe", com a eliminação dos conflitos destrutivos entre capital e trabalho, sob a arbitragem do Estado. A inspiração do modelo é nitidamente corporativista, tanto pelos ideais expressos, quanto por sua instrumentalização na prática legislativa.

Portanto, para refletir sobre uma tomada de posição do empresariado quanto aos rumos da política social do pós-30, não podemos deixar de considerar duas séries de fatores vinculados à regulamentação do mercado de trabalho.

Em primeiro lugar, o patronato urbano estava enfrentando uma nova conjuntura econômica e política, plena de dificuldades, quer pelos problemas colocados pela depressão de 29, quer pelo revigoramento das pressões por uma real aplicação da legislação social. Assim, como já foi assinalado, o movimento operário rearticula seus esforços reivindicatórios e o Estado passa a ter uma nova visão da questão do trabalho, onde a legislação social se afigura como valioso instrumento de controle e de mobilização da massa assalariada urbana. Em um momento de instabilidade e de acirradas disputas políticas, a desmobilização dos sindicatos independentes e a possibilidade de formação de uma base social popular de apoio eram recursos preciosos para quem pretendesse o controle do aparelho de Estado.

A elaboração de uma legislação social pelo Estado, sem abandonar as feições e objetivos repressivos que haviam-na caracterizado desde a República Velha, passa

a revestir-se de um propósito fundamental, que consistia em, respondendo às demandas operárias, assegurar a efetiva aplicação das leis já aprovadas ou por aprovar. O Estado, mais forte e intervencionista, erigia, definitivamente, a questão social como área de interesse político prioritário.

Em segundo lugar, se aumentavam as pressões oficiais e também do movimento operário por uma real implementação da legislação social, redefiniam-se o sentido principal da referida legislação. Temos então que considerar – na avaliação do posicionamento do empresariado – o fato de as leis sociais estarem sendo insistentemente propostas como instrumentos para a harmonia social. A legislação ia de encontro à necessidade de o trabalhador utilizar canais competentes para exprimir suas demandas, sem precisar recorrer a práticas ou a lideranças perturbadoras da ordem político-social.

Este discurso governamental só seria plenamente absorvido pelo patronato quando este, embora discordando de iniciativas específicas em uma série de pontos, considerasse que a legislação social, em bloco, não era uma forma de “ataque” à continuidade e ao progresso de suas atividades econômicas. Este ponto é essencial, tanto para a compreensão da estratégia de atuação empresarial, quanto para a explicitação do corpo doutrinário que envolvia o novo tratamento dado à questão social. Neste sentido, queremos assinalar uma efetiva desvinculação entre a formulação de uma legislação social e a defesa de uma ideologia antiindustrialista predominante nos anos 20 e ainda existente em 30. Esta desvinculação não seria abrupta nem radical, e sua consecução não poderia ser isolada do momento de crise por que passava a produção agrícola, nem da crescente importância dos setores do comércio e da indústria.

A significação desta mudança fundamental nos termos do debate sobre a questão social só pode ser nitidamente avaliada se retomamos alguns aspectos deste debate nos anos da Primeira República.

Começemos por relembrar o quadro econômico que caracterizou o momento político no qual a questão social passou a ser mais sistematicamente discutida no Brasil e que foi assinalado pela conjuntura da Primeira Grande Guerra (1914-1919). Este período reuniria, ao mesmo tempo, uma situação de depreciação dos níveis de vida da população urbana – devido à inflação que elevava o custo de vida e depreciava os salários reais –, com uma significativa expansão das atividades do comércio e da indústria. Estas eram justamente favorecidas pela exportação crescente de gêneros alimentícios (dada a procura europeia) – que trazia escassez e elevação de preços no mercado interno – e pela própria inflação, que diminuía os custos de produção devido aos baixos níveis salariais.

É este tipo de conjuntura, marcada pela vinculação entre progresso econômico e pauperização das massas, que se constitui no pano de fundo das análises que

procurarão discutir os protestos e as demandas das camadas médias urbanas e do operariado, particularmente afetado pela situação vigente. Queremos assinalar que os debates e as propostas sobre a necessidade de intervenção do Estado no campo da proteção ao trabalho emergem associados a uma discussão bem mais ampla, implicando um questionamento do real valor das atividades industriais e do papel social jogado pelo empresariado na economia do país.

Desta forma, podemos caracterizar o contexto político-ideológico em que se dão os primeiros e mais significativos debates sobre a questão social como um contexto de nítido ataque às atividades e à posição ocupada pelo patronato urbano, favorecida às custas do bem-estar do restante da população. É devido a este fato que a defesa de uma legislação de proteção ao trabalho assume a tônica e o sentido de “punição” ao empresariado pelos graves problemas que vinham causando a todos os habitantes das cidades.

A defesa das leis sociais chega a associar-se, inclusive, à condenação das supostas leis de proteção ao capital, isto é, à manutenção das tarifas alfandegárias protecionistas. Os setores do comércio e da indústria são “acusados” violentamente de enriquecimento ilícito, conseguido através das tarifas que sustentavam indústrias artificiais e dos altos preços que encareciam a vida de todos, especialmente a do operariado diretamente submetido à sua exploração.

As críticas ao empresariado articulavam, portanto, dois “ataques” fundamentais que atingiam aspectos essenciais à continuidade das atividades produtivas da classe: o combate ao protecionismo alfandegário e a regulamentação do mercado de trabalho. Por conseguinte, não é absolutamente figura de retórica afirmar que os debates políticos em torno da elaboração de uma legislação social, em seus primórdios, envolvem a própria questão da forma e do significado da industrialização para o desenvolvimento econômico do país¹.

É exatamente este tipo de argumentação que iria transformar-se qualitativamente no pós-30. A diretriz principal da mudança deixava entrever uma significativa alteração, não só na percepção de qual deveria ser a função da legislação social, como também na determinação de sua relação com o universo de problemas que envolviam o setor do comércio e da indústria.

Sem minimizar a repressão policial e legislativa – da qual as leis de expulsão de estrangeiros são um exemplo –, desencadeada contra o movimento operário na Primeira República, pode-se observar que a questão social não era tratada exclusivamente como um “caso de polícia”, sendo um problema que já gozava de um certo status político, demonstrado pelos debates na Câmara e pelas tentativas de legislação nesta área. Porém, pode-se observar que, durante os anos 10 e 20, a questão social era percebida, fundamentalmente, como um “problema do trabalho”, ou seja, um problema que afetava basicamente a vida das camadas

assalariadas, devendo ser resolvido "a favor" dos interesses do empregado urbano. A formulação de uma legislação social era considerada e proposta como uma forma de "punir e ferir" as atividades econômicas desta fração de classe, em nome dos interesses da população urbana em geral, do operariado e também de setores das oligarquias agrárias.

A resolução da questão social, através de legislação específica, encontrava-se inserida no contexto de uma ideologia antiindustrialista, assumindo, predominantemente a feição de uma política filantrópica e sanitária. Trata-se, na verdade, não de assegurar direitos sociais, mas de conceder benefícios e de higienizar as condições de vida e de trabalho da mão-de-obra empregada.

No pós-30, a situação de crise da agroexportação, o progresso das atividades comerciais e industriais, a atuação do movimento operário e os interesses políticos do Estado, cada um por vias e razões distintas, alteraram a ótica com que o problema do trabalho era encarado, levando-o à categoria de uma questão de interesse central para o projeto político então em curso. A legislação social, neste novo contexto, não mais podia ser considerada uma mera política beneficente que castigava as iniciativas econômicas do empresariado. Ela devia ser igualmente pensada como um "problema da burguesia", e sua resolução devia ter como objetivo tanto amparar a classe operária, quanto garantir à burguesia as condições necessárias a seu desenvolvimento econômico⁵.

Não se tratava apenas de denunciar as más condições de vida do trabalhador, acusando o regime de exploração a que estava submetido por uma classe "artificial" e ávida de lucros exorbitantes. A questão era muito mais complexa, envolvendo problemas que atingiam toda a sociedade. A proteção ao trabalho implicava, sobretudo, a proteção de um tipo de sociedade pluralista, fundada na coexistência harmônica das classes, que se antepunha, cabalmente, a um liberalismo falido e a um socialismo que pretendia substituir a ditadura da burguesia pela do proletariado. A proteção ao trabalhador, dentro desta nova ótica, devia associar-se à proteção da burguesia, a quem se garantia condições de sustentação e progresso.

A formulação de uma política social pelo Estado passava a implicar bem mais que o enfrentamento de um problema disfuncional para a sociedade. Significava a própria possibilidade de reordenação da sociedade como um todo, na medida que, através da legislação social, poderiam ser traçadas normas que assegurassem às diferentes classes sociais uma posição legal determinada, num regime de cooperação mútua sob supervisão estatal.

Este discurso político-ideológico, filtrado pelos exemplos corporativistas europeus, estaria sendo articulado nos anos 30 afirmando-se de forma mais sistemática a partir da segunda metade da década. O empresariado, particular-

mente no que se refere à legislação social que aqui examinamos, não lhe foi imune, especialmente nos aspectos que diziam respeito ao controle do movimento operário e à defesa material e ideológica do industrialismo. Contudo, não se pode afirmar que o patronato, face à nova conjuntura política, tenha abandonado completamente a posição de resistência que caracterizou sua atuação nas décadas anteriores. Assim, continuou a se opor e a criticar inúmeros dispositivos que regulamentavam a questão social, sobretudo aqueles que implicavam significativos custos materiais, ou "riscos" não conhecidos, decorrentes do crescente aumento do intervencionismo estatal na órbita dos negócios privados.

Desta forma, o posicionamento do empresariado industrial e comercial face à política social do Estado e à orientação corporativista que lhe dava fundamento não é nem de inteira e completa reação, nem de adesão tranqüila. É especificamente a atuação decorrente deste posicionamento que passaremos a examinar.

3. Empresariado e legislação social no pós-30

Conforme já foi mencionado neste texto, se a Revolução de 1930 não pode ser assinalada como o marco de origem da legislação social no Brasil, é indiscutivelmente a partir dela que uma definição crucial no sentido e na efetivação desta legislação terá lugar. Assim, se o curso deste processo estava sendo traçado desde o período anterior a 30 as condições conjunturais desta década vão alterar fundamentalmente seu ritmo de desenvolvimento, acelerando-o no que diz respeito à proliferação de novas leis e efetivando-o com o estabelecimento de uma fiscalização governamental. Naturalmente, a agilização dos processos de tomada de decisões e a imposição do cumprimento das leis indicam o crescente poder do Estado sobre a sociedade, traduzido – particularmente nos períodos do Governo Provisório e no pós-30 – por um Executivo forte, com funções intervencionistas ampliadas, imune a instrumentos políticos de controle real.

Tal fato é sumamente importante quando tratamos de examinar o posicionamento do patronato em face das iniciativas na área da política social, bem como as relações que então estabelece com o Estado. Nas décadas anteriores, sua principal linha de ação e seus mais significativos ganhos haviam consistido exatamente no bloqueio e no retardamento da aplicação das iniciativas legislativas então empreendidas. Na verdade, verificamos que o empresariado industrial e comercial, atuando junto a um Estado liberal oligárquico que não lhe reservava grande atenção, obtivera uma respeitável vitória ao conseguir eficazmente resistir, através de suas associações de classe, às pressões do movimento operário e, principalmente, às pressões dos interesses econômicos e políticos do antiindustrialismo.

Na prática, conseguiram impedir a real aplicação das leis que, na década de 20, procuravam regular as condições do processo de trabalho: a lei de férias e o código de menores. No que se refere às medidas compensatórias na área da previdência

social, sua atuação fora diversa e visava essencialmente reduzir custos materiais e ainda ganhar vantagens colaterais. No caso da lei de acidentes de trabalho de 1919, o próprio empresariado organiza as companhias seguradoras e no caso da lei das caixas de aposentadorias e pensões de 1923, dirigida a categoria dos ferroviários, as "caixas" são organizadas por empresas, sob o patrocínio dos setores patronais.

No pós-30, o maior poder do Estado e a redefinição do enfrentamento da questão social, agora incluindo os interesses da burguesia e abandonando o antigo antiindustrialismo, impedirão e/ou dificultarão uma postura de bloqueio às medidas legislativas. Mas visto de outro ângulo, a "nova" política social continuava implicando custos materiais significativos e assumia, desta feita, a feição de um outro tipo de risco político: o do progressivo intervencionismo estatal sobre as empresas, que se manifestava, particularmente, no formato corporativo de algumas leis, como é o caso da sindicalização. Se por um lado era altamente interessante para o empresariado a implementação de uma política social que garantisse o controle do operariado e a acumulação do capital por outro lado, era extremamente incômodo – para não dizer ameaçador – lidar com um crescente intervencionismo do Estado em sua vida associativa (até então livre de qualquer tipo de controle) e até mesmo nos "negócios" internos da empresa.

É dentro deste contexto que podemos entender por que a burguesia do comércio e da indústria inicialmente reagiu ao formato corporativo de organização de interesses de classe e de orientação da política social, apesar de através dele obter ganhos evidentes quanto à garantia de um clima de ordem na sociedade e na empresa. Assim, a participação do patronato é fundamental para a compreensão da feição que assumiram a legislação trabalhista, sindical e previdenciária, bem como a própria ordem legal do pós-30. Neste caso, é extremamente útil distinguir entre sua postura de apoio em face da dimensão autoritária do Estado e do regime e seu repúdio e desconfiança iniciais quanto à sua dimensão corporativa⁶.

A atuação tática do empresariado, no que se refere ao campo da política social, consistirá, portanto, em procurar "corrigir" e adaptar os custos e as orientações dos projetos então discutidos, de forma a melhor adequá-los a seus interesses de classe.

3.1. *Empresariado e legislação trabalhista*

Foi exatamente no período 1930-37 que a maioria absoluta das leis trabalhistas teve sua formulação decidida, foi implementada e fiscalizada. Neste campo da legislação social, uma única medida, apesar de discutida e até mesmo inicialmente implementada, será decretada após o golpe de 1937: a lei do salário mínimo.

Trata-se, portanto, de um período extremamente rico em iniciativas e debates em torno da elaboração de normas que, especificamente regulando as condições

de trabalho, atingiriam diretamente o processo de acumulação de capital. No sentido, é interessante observar que, no Brasil, o Estado demorou mais a regular as condições do processo de produção, do que a instituir compensações sociais àqueles que participavam do referido processo. O estabelecimento de uma política social em nosso país inicia-se, por conseguinte, através do campo da legislação previdenciária e não da trabalhista, que interferia especificamente nos problemas criados pelo processo de acumulação do capital⁷.

As duas leis trabalhistas sancionadas na década de 20 – a lei de férias (1925) e o código de menores (1927) – seguiram-se à aprovação da lei de acidentes de trabalho (1919) e da lei das caixas (1923), estas últimas situadas mais na área de concessão de benefícios sociais por via compensatória. Apesar de votadas, aprovadas e até mesmo regulamentadas – o que nestes casos, não por acaso, demorou anos –, estas duas leis trabalhistas não foram efetivamente cumpridas pelos estabelecimentos comerciais e industriais até 1930, fato que era de inteiro conhecimento das autoridades governamentais. O empresariado pressionava permanentemente; são inúmeros os memoriais enviados à Câmara dos Deputados e também ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, expondo as dificuldades da indústria e do comércio e declarando a impropriedade de tais normas legais numa série de aspectos. A ação conjunta do empresariado é um dos fatores de maior peso para se compreender por que, de fato, estas leis não eram aplicadas e respeitadas mesmo nas grandes cidades.

Esta situação seria alterada substantivamente no pós-30. Como um dos fatores que contribuíram para tal alteração pode-se assinalar a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que significava a instituição de um órgão especializado para lidar com os problemas trabalhistas (convém assinalar também com as questões da produção industrial e comercial).

O "Ministério da Revolução", como era chamado, receberia os aplausos do setor empresarial interessado em defender e garantir uma instituição "voltada para seus interesses". As relações iniciais no que se refere à regulamentação das relações entre capital e trabalho, dada a orientação principal de uma política de "colaboração de classes". Esta cordialidade seria, no entanto, abalada por uma espécie de "febre de reformas" que, segundo o patronato, teria atingido os dois primeiros ministros: Lindolfo Collor e Salgado Filho.

Na realidade, de 1931 a 1934 – período que cobre a gestão destes dois ministros –, são promulgados vários decretos cobrindo praticamente todas as reivindicações a longo tempo explicitadas pelo operariado, quanto à regulamentação das condições de trabalho. Estas demandas constituíam o aspecto principal das lutas desenvolvidas nas décadas anteriores, pois o operariado voltava-se primeiramente para os problemas que interferiam diretamente em suas condições de vida e trabalho, tendo interesse secundário nas medidas de caráter previdenciário que envolviam um futuro distante e obscuro. Assim, neste curto período de quatro

anos, aprova-se um decreto sobre a nacionalização do trabalho; regulamenta-se o horário de trabalho do comércio e da indústria; regulamenta-se o trabalho feminino e reforma-se o código de menores; decreta-se uma nova lei de férias e instituem-se as convenções coletivas do trabalho.

Todas essas medidas, já por si só bem significativas, devem ser associadas a um segundo fator: o firme propósito do novo ministério para executar e fiscalizar a implementação da legislação social. A "nova" política social do pós-30 efetivamente associava seu objetivo de promover a colaboração de classe a um esforço de real aplicação das leis sociais. Para tanto, dispunha de uma série de recursos inexistentes nas décadas anteriores, dentre os quais pode-se assinalar a criação da carteira profissional obrigatória que permitia tanto um controle policial do trabalhador, quanto um controle fiscalizador das leis sociais.

Esta disposição, instrumentalizada por recursos efetivos, atingia o empresariado, que era conculcado a observar a importância do cumprimento da legislação, já que tais medidas de proteção ao trabalhador, longe de atingirem o processo produtivo, só podiam com ele colaborar pela instauração da ordem econômica e social. Dentro desta perspectiva, o próprio ministro Salgado Filho critica aqueles setores do patronato que permanecem numa postura conservadora de reação às novas leis, por estas interferirem na possibilidade de maiores lucros, advertindo-os que, com tamanha falta de visão, acabariam por auxiliar a obra de "revolucionários anárquicos"⁹.

Neste sentido, o pós-30 traz inovações fundamentais para o balizamento da atuação empresarial, pois, se o Estado aumenta seu interesse em relação aos negócios do comércio e da indústria, aumenta igualmente seu poder de pressão, tendo recursos para impor uma decisão contra os interesses imediatos do patronato. No que se refere à questão social, tal linha de conduta política é particularmente verdadeira, já que se o Estado está voltado para ouvir e atender o patronato, buscando obter soluções consensuais que garantam a mais fácil aplicação da legislação, importa-lhes igualmente assegurar o cumprimento das referidas leis, impedindo burlas ou reações consideradas antiprogressistas.

Desta forma, o empresariado, bem mais limitado em suas possibilidades de reação, procura adaptar seu desempenho à nova situação. Seu objetivo é continuar retardando a aplicação das leis, ao mesmo tempo que tenta realizar alterações que minimizem o impacto econômico e político das novas normas.

É exatamente desta forma que o empresariado procura enfrentar a promulgação de leis e a reforma das já existentes no terreno da regulamentação do trabalho. Apenas a título de ilustração, cumpre assinalar que conseguem uma série de ganhos em vários pontos desta legislação: permissão para que menores entre 12 e 14 anos trabalhem em estabelecimentos empresariais, desde que neles haja

familiares e aprovação de uma política de oito horas para menores, igual a dos adultos, desde que sob regulamentação do governo.

Na regulamentação do horário de oito horas de trabalho, o empresariado tem suas demandas atendidas pela possibilidade de aumento da jornada para dez horas, desde que com maior retribuição salarial. Na regulamentação do trabalho feminino, bem como da estipulação da necessidade de dois terços de trabalhadores nacionais no corpo de empregados de uma empresa, não chega a haver maiores problemas. O mesmo ocorre em relação à carteira profissional, considerada pelo empresariado uma providência de grande utilidade e importância.

Apenas com relação à lei de férias pode-se afirmar que o patronato sofre uma substancial derrota, na medida que não abandona uma oposição frontal à instituição de tal benefício, efetivamente imposto pelo Estado.

Em relação ao salário mínimo — que já vinha sendo debatido desde o início da década e que é vigorosamente discutido por ocasião da Constituinte de 1934 e na Câmara em 1935 —, pode-se observar que a posição do empresariado não é mais a de pura reação. Ele procura enfrentar esta regulamentação, defendendo que sua estipulação deveria ter por base as necessidades normais do trabalhador e não as necessidades da família do operário. Porém, se o salário mínimo conseguiu este tipo de aceitação, o mesmo não ocorre com as convenções coletivas de trabalho que, teoricamente, deveriam estabelecer continuamente as condições de trabalho, tendo como pares os sindicatos operários e patronais. Tal prática seria, na verdade, boicotada pelo empresariado durante toda a década de 30¹⁰.

Poderíamos resumidamente dizer que, se o empresariado caminhou em direção à aceitação da legislação trabalhista, o governo, por sua vez, procurou adequar a regulamentação destas leis, em vários de seus aspectos, às demandas do setor empresarial. Porém, ladeando esta disposição, encontrava-se um aparelho fiscalizador (formado pelas Inspetorias do Trabalho) que, apesar das burlas e da corrupção, garantia de forma bem mais efetiva o começo da aplicação da legislação trabalhista nas empresas.

3.2. *Empresariado e legislação previdenciária*

Apesar das reivindicações do movimento operário na Primeira República visarem, basicamente, o aumento de salários (o processo inflacionário, particularmente em fins dos anos 10, elevava o custo de vida, deprimindo o valor real das remunerações) e o estabelecimento de melhores condições de trabalho (horário e descanso semanal; trabalho feminino e de menores), as primeiras leis sociais, que assinalam a intervenção do Estado no mercado de trabalho, voltam-se para questões na área da assistência e previdência social.

A primeira delas é a de acidentes de trabalho (1919), que, mesmo não sendo considerada o marco de inauguração de uma política previdenciária no país¹¹, insere-se, sem a menor dúvida, muito mais na área de concessões de benefícios compensatórios, do que na área de regulamentação do processo de acumulação de capital. A lei de acidentes não encontra fortes resistências junto ao setor empresarial por dois fatores. De um lado, pelo momento em que a lei é votada: acabava de ocorrer uma onda de sérias manifestações operárias e a lei era um sinal de paz, que esvaziava uma discussão travada na Câmara em torno do Código de Trabalho. Por outro lado, por seu espírito e por sua forma de implementação.

A lei de 1919 inspirava-se no princípio do risco profissional, que considerava os acidentes riscos de trabalho, responsabilizando o patronato, não por uma falta, mas apenas por uma reparação profissional. Além disso, para assegurar o atendimento à lei são criadas pelas próprias associações de classe patronais companhias seguradoras encarregadas de assegurar o pagamento dos seguros. A possibilidade que o empresariado encontrou organizando e explorando a atividade dos seguros contra acidentes de trabalho sugere mais que uma acomodação a uma nova situação, já que a defesa da manutenção de tais seguros na área privada constituiria ponto de honra em todas as reformas futuras por que passaria esta lei, tanto antes (1924), quanto depois de 30.

Na verdade, quando em 1932 começam a ser feitos estudos para a reforma da lei, com a participação do empresariado, o patronato mantém sua adesão à teoria do "risco profissional", sustenta a defesa das Companhias de Seguros privadas e demanda uma divisão dos custos de tal empreendimento entre patrões, operários e Estado. A reforma da lei (1934) e sua regulamentação (1935) estende a todos os trabalhadores o benefício de tal seguro, atende aos dois primeiros aspectos reivindicados pelo empresariado, mas mantém os ônus da prestação de assistência médica e das indenizações decorrentes de acidentes de trabalho sob inteira responsabilidade do empresariado¹².

Consensualmente considerada a primeira lei fundamental no campo da previdência social a lei das caixas de aposentadorias e pensões (CAPs), ou Lei Elói Chaves (1923), garantia quatro benefícios básicos à categoria profissional dos ferroviários, a quem se dirigia: ajuda médica, aposentadoria, pensões para dependentes e auxílio funerário. Além de estar voltada para uma categoria específica de trabalhadores, reunidos por empresa, os benefícios concedidos pela lei não assumiam a concepção de um direito social adquirido por todos em função de sua condição de trabalhador. O modelo orientador da lei era o de um direito contratualmente obtido através do pagamento de uma determinada contribuição ao longo do tempo. A lógica que presidia tal concepção era a do seguro privado; conseqüentemente, os membros das CAPs recebiam atendimentos diferenciados, proporcionais às suas contribuições financeiras.

Concorriam diretamente para os fundos das caixas empregadores e empregados e indiretamente, o Estado através de encargos tributários sobre tais serviços, por exemplo. É, portanto, com base em fundamentos atuariais e como um recurso técnico e operacional que fica estabelecido por esta lei que, após dez anos de serviços, o trabalhador só poderia ser demitido por falta grave. O princípio da estabilidade que surge vinculado a questões previdenciárias só ganha independência em 1943, sendo garantido por razões que se vinculam à regulamentação do próprio processo produtivo¹³.

O empresariado não reage a esta lei, já que está ligado à sua formulação e apresentação nos anos 20. Elói Chaves fora secretário de Justiça em São Paulo em 1917 (no período de maiores greves); e é ele mesmo que aponta os empresários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro como elementos que o influenciaram na redação do projeto. A argumentação desenvolvida pelo deputado na defesa de seu projeto é reveladora da dimensão paternalista e elitista que orientaria as iniciativas no campo da política social no Brasil. Segundo ele, o objetivo principal de tais medidas sociais deveria ser impedir choques violentos entre capital e trabalho, promovendo reformas cautelosas que tivessem o patrocínio da própria elite política do país, resguardando o operário dos agitadores profissionais. A própria forma de administração das CAPs materializava bem este espírito. Elas deveriam ser presididas por um conselho administrativo formado por representantes dos proprietários da empresa e dos empregados, gozando do *status* de entidades públicas autônomas, que se encontravam apenas sob supervisão estadual.

Portanto, pode-se perceber que havia uma legislação estatal voltada para o atendimento dos problemas de assistência e previdência social, mas a implementação prática das normas existentes, pautava-se em um modelo contratual pelo qual, "privadamente", realizavam-se acordos de seguro entre patrões e operários. Este fato é verdadeiro, tanto para os acidentes de trabalho, quanto para as CAPs, embora num sentido diverso.

E só em 1933, com a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, que o Estado intervém mais diretamente na área do seguro social, estendendo a todos os profissionais de uma categoria – e não mais de uma empresa – tais benefícios compensatórios¹⁴. A vinculação desta orientação ao modelo de organização sindical é evidente, sobretudo porque o Estado procurava condicionar o recebimento de benefícios advindos da legislação social à situação de trabalhador sindicalizado. Assim, a sindicalização, que formalmente era facultativa, assumia um caráter verdadeiramente compulsório.

A criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões – o dos comerciários é de 1934 e o dos industriários de 1936 – assinala mudanças nas formas de financiamento e administração face às CAPs, significando basicamente uma centralização de recursos nas mãos do Estado e um poder decisório crescente sobre as

instituições previdenciárias. O fato de a alta cúpula dos IAPs ser nomeada pelo chefe do governo e o fato de os representantes de empregadores e empregados serem indicados pelos sindicatos oficiais revela o novo interesse do Estado pela legislação previdenciária. Assim, a partir de 1933, coexistem, lado a lado, uma forma de atendimento previdenciário por instituições estatais – os IAPs – e uma forma de atendimento por instituições autônomas – as CAPs, que foram reunidas numa única caixa, sob este mesmo modelo, em 1935.

Na verdade, a criação dos institutos vai transformar a previdência num dos possíveis mecanismos de acumulação de capital sob controle estatal: a partir de 1930, inaugura-se uma política contencionista nesta área, sendo a proporção de despesas menor do que a de recursos deixados em reserva. Tais recursos seriam, inclusive, freqüentemente desviados de gastos com assistência aos trabalhadores para outras finalidades, tais como depósitos bancários, empréstimos privados, subscrição de ações de companhias estatais etc.¹⁵. Este novo papel da previdência teria efeitos nada desprezíveis em termos da ótica empresarial, sobretudo se considerarmos que a partir desta data retoma-se o fluxo de expansão econômica interrompido desde fins da década de 20.

Pode-se observar, neste aspecto, uma relativa distinção na forma como o empresariado enfrenta a regulamentação das condições de trabalho (a legislação de fábrica) e a forma como enfrenta a regulamentação dos benefícios sociais (a legislação previdenciária). No primeiro caso, o padrão básico é o de resistência, procurando-se bloquear e adiar a implantação das leis, além de buscar-se a minimização de seus custos materiais. No segundo caso, ou há explícito apoio, ou procura-se apenas ajustar o cumprimento da lei aos interesses da classe. Evidentemente, a própria natureza da política previdenciária e assistencial – distante das questões que envolviam diretamente o processo de acumulação de capital – explicam tal diferença. Por outro lado, os custos destas medidas são basicamente compartilhados com o Estado e com os próprios trabalhadores, sendo seus efeitos políticos altamente favoráveis e convergentes com uma ideologia paternalista, misto de controle e filantropia.

3.3. *Empresariado e legislação sindical*

Sem dúvida, todo o conjunto de leis que constitui a política social do pós-30 tem como ponto de inflexão a legislação sindical.

Esta legislação vinha romper com todo um modelo, caracterizado pela formação de associações e sindicatos como órgãos privados de representação de interesses, consagrado pelo Decreto nº 1.637, de 21 de janeiro de 1907. Este decreto reconhecia a existência de categorias sociais atuantes na defesa de seus interesses, considerando-as atores sociais legais, livres de qualquer intervenção do Estado nos domínios de suas associações autônomas¹⁶.

Em seguida à criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, decreta-se a primeira das leis que regulará a sindicalização das classes nesta década: o Decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931. Inovando em uma série de pontos muito importantes, este decreto instituiu um modelo de organização associativa fundado no sindicato único, sob tutela do Estado.

A organização sindical constituía-se, assim, numa das pedras de toque da política social do pós-30, pois afigurava-se como um dos instrumentos principais para a realização do próprio projeto global de "colaboração de classes". Em relação ao movimento operário, a legislação sindical tinha como objetivo a destruição das organizações independentes que se orientavam pelo princípio da "luta de classes", trazendo os sindicatos e as novas elites trabalhadoras para a órbita da cooperação com o Estado. Mas a legislação sindical dirigia-se igualmente ao patronato, que vê com descontentamento a intervenção governamental em sua própria estrutura associativa. Além disso, embora aplaudindo o objetivo controlador de tal legislação no que se refere ao operariado, inquieta-se ante sua face "mobilizadora", particularmente perigosa na conjuntura instável do pré-35. De fato, esta preocupação do empresariado não era inteiramente nova, uma vez que mesmo na Primeira República já haviam sentido o "peso" dos interesses eleitores de certos setores políticos que procuravam apoio junto às camadas populares, "criando" exigências e problemas que, na verdade, não existiam¹⁷.

É por estas razões que o patronato reage à nova lei de 1931, organizando-se para oferecer um projeto alternativo e participando de uma comissão oficial para estudar e reformar a lei, no início de 1933. Os pontos de crítica a esta legislação são diversos, sendo em grande parte reafirmados nos debates da Constituinte de 1934. A grosso modo, entretanto, pode-se ressaltar alguns aspectos centrais.

Em primeiro lugar, as associações de classe patronais, embora aceitando e apoiando as intenções harmonizadoras da lei, opõem-se à interferência governamental em seus órgãos de classe. Evidentemente, o que se deseja é criar, para as associações patronais, obrigações distintas daquelas impostas aos sindicatos de operários. Esta postura manifesta-se claramente na prática empresarial, pois quando o Governo Provisório condiciona a apresentação de representantes classistas na futura Constituinte à formação de sindicatos profissionais reconhecidos legalmente, o patronato, tenta reagir, explicitando o não-cumprimento do decreto de 1931¹⁸. Frente à inflexibilidade governamental, as associações de classe empresariais coordenam um movimento de formação de sindicatos, ficando evidente que, para o empresariado existia neste período um duplo sistema de organização e representação de interesses. Um sistema real, fundado nas associações de classe existentes há décadas e um outro formal, centrado nos sindicatos oficiais reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Em segundo lugar, o empresariado do comércio e da indústria vincula suas pressões por uma expansão da autonomia sindical – embora mantendo o sindicato

na órbita do Estado como seu colaborador e órgão consultivo -, as críticas ao modelo de unidade sindical. As objeções à proposta de sindicato único encontram-se nos relatórios das associações de classe patronais desde 1931, sendo igualmente reafirmadas nos debates da Constituinte de 1934. Tal questão assume um duplo aspecto para o empresariado. De um lado, não interessa ao patronato a organização de um único órgão oficial representativo de seus interesses, segundo orientação de categorias profissionais. Sua experiência associativa anterior não se pautava por tais princípios e já se encontrava solidamente, reconhecida tanto dentro do setor empresarial, quanto na própria área governamental. Por outro lado, o empresariado teme a formação do sindicato único por parte do operariado, quer sob a influência de um movimento sindical independente, quer mesmo sob a direção do Estado.

Neste sentido, pode-se verificar que, ao menos até 1934, os setores do comércio e da indústria congregam-se majoritariamente em torno da defesa da pluralidade e da autonomia sindicais, aproximando-se de uma outra forte e importante corrente que, por razões distintas, também opõe-se ao sindicato único sob tutela estatal: os representantes do pensamento católico, mobilizados e organizados na Liga Eleitoral Católica (LEC). Portanto, o patronato vai mostrar-se simpático à orientação sindical consagrada pela Constituição de 1934, como também à nova lei de sindicalização que, poucos dias antes da promulgação do texto constitucional, é sancionada pelo Governo Provisório. O Decreto nº 24.694 de 12 de julho de 1934, reformando a lei de 1931, rompe com o princípio da unidade sindical e amplia o espaço de autonomia dos sindicatos, embora conservando a exigência do reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho.

A atuação do empresariado no que se refere a estas duas leis de sindicalização constitui, assim, um indicador precioso da orientação político-ideológica que adota nos primeiros cinco anos da década de 30. O que fica claro em sua prática associativa e político-partidária e também em seu discurso é uma cautelosa reação a modelos de organização sindical que, sob o controle de um Estado forte, possam embasar políticas de cunho nitidamente corporativista. Até este momento, mesmo considerando-se a existência de greves e de alguma resistência operária ao enquadramento sindical, o empresariado opõe-se à maior interferência governamental sobre o processo de sindicalização, embora reconheça e apoie o princípio controlador desta legislação que objetiva, principalmente, o desmantelamento do movimento operário independente.

Este tipo de postura por parte do empresariado não significa, entretanto, o abandono ou a diminuição de uma perspectiva repressiva em relação aos trabalhadores, mas sim a defesa de um espaço próprio mais protegido e amplo para sua própria ação associativa. Mais uma vez, procuramos destacar as distinções entre o apoio a uma proposta autoritária e o apoio a um certo formato autoritário nitidamente corporativo, nos primeiros anos da década de 30. Desta forma, as

alterações ocorridas no posicionamento da burguesia urbana, que de uma crescente aproximação chegou à aceitação de uma estrutura sindical corporativista, devem ser analisadas à luz das transformações da conjuntura política da época. Neste sentido, o ano de 1935 assinala um momento crucial neste processo, pois a radicalização e a agitação política que marcam seu transcurso jogam papel-chave nas opções que a partir de então o empresariado passa a tomar. Importa, contudo, enfatizar, que tais opções são construídas no desenrolar dos acontecimentos, não sendo previamente dadas pela orientação que a legislação sindical possa apresentar em favor da burguesia.

É dentro deste processo que se deve entender a relativa ausência de reação por parte do empresariado à última e definitiva lei de sindicalização da década: o Decreto nº 1.402, de 5 de julho de 1939. Seguindo a orientação da Carta Constitucional de 1937, após o golpe do Estado Novo, o decreto reinstituiu a unidade sindical e o sistema de tutela do Estado sobre os sindicatos, rompidos pela lei de 1934. Na verdade, entretanto, os dispositivos desta lei vinham, na prática, há muito sendo ignorados pela ação repressiva da polícia, sancionada pelo próprio Ministério do Trabalho. Assim, desde 1935, o clima em relação aos problemas sociais começa a alterar-se, particularmente no que diz respeito às questões sindicais. O próprio ministro Agamenon Magalhães não esconde o fato de ser claramente contrário aos dispositivos de 1934, reprimindo abertamente os atos de "indisciplina" da massa trabalhadora e prendendo lideranças sindicais, a despeito da situação legal que, formalmente, veta tais procedimentos.

Desta forma, a lei de sindicalização de 1939 vem reforçar e instituir uma situação que vigorava de fato desde 1935 para o movimento operário. Entretanto, o projeto corporativista de sindicalização volta-se igualmente para o empresariado, e é justamente neste ponto que se pode sentir o quão diferencial seria sua aplicação.

Durante todo o período de 1930 a 1937, o patronato sustentara, na prática, a manutenção de suas associações privadas, realizando uma verdadeira reorganização desta estrutura para conservá-la à margem das normas oficiais. É só após 1939 que, efetivamente, parte-se para o reconhecimento oficial dos sindicatos profissionais dos setores do comércio e da indústria. Porém, tal "enquadramento" não implica a eliminação da antiga estrutura associativa, uma vez que são mantidas as associações comerciais e que ao lado das federações industriais, criam-se os centros industriais de caráter privado, que chegam a receber, oficialmente o *status* de órgãos técnicos e consultivos do Estado¹⁹.

Por outro lado, mesmo após 1939, o empresariado continua resistindo a dar cumprimento ao dispositivo que o obriga a reconhecer o fator trabalho, através dos sindicatos oficiais, como um elemento contratante, ponto essencial dentro do modelo corporativista a ser implantado. Assim, mesmo com a proibição do direito

de greve, com o enquadramento dos sindicatos operários e com a mediação do Estado, o empresariado recusa-se "a tratar sobre salários com associações operárias"²⁰.

As convenções coletivas de trabalho não se tornam realidade após 1939, quando o empresariado ganha a tutela do Estado sobre o movimento operário, de uma forma que vai tornar-se duradoura na história das relações capital-trabalho.

3.4. *Empresariado e Justiça do Trabalho*

Há muitas outras providências no campo da política social que, dizendo respeito à criação de mecanismos legais para a resolução de dissídios trabalhistas entre patrões e empregados, constituem um conjunto de normas, ao mesmo tempo complementares e fundamentais para o asseguramento da obra de legislação social. Este conjunto de instrumentos legais era peça essencial tanto para a avaliação do real cumprimento das leis, quanto para o controle e arbitragem governamental sobre as reações dos trabalhadores.

Os dois primeiros decretos deste teor datam de 1932 e instituem as comissões mistas de conciliação e as juntas de conciliação e julgamento. Às comissões cabia dirimir os litígios de natureza coletiva entre empregadores e empregados; sua atuação dirigia-se às controvérsias advindas dos contratos coletivos de trabalho. Justamente por isso, receberam forte resistência do patronato que, negando-se a tratar com os sindicatos, obteve importantes vitórias práticas neste terreno. Assim, dois ministros reconhecem sucessivamente o não-funcionamento das comissões frente à oposição e às burlas movidas pelo empresariado. Já as juntas, encarregadas de dirimir litígios de natureza individual entre empregadores e empregados, têm ampla aceitação por parte do empresariado, passando a funcionar com resultados apreciáveis.

A oposição movida pelo patronato às Comissões Mistas de Conciliação tinha sua razão de ser no repúdio às normas das convenções coletivas de trabalho, e não propriamente aos mecanismos que se propunham legalmente e sob arbitragem do Estado, a absorver os conflitos trabalhistas. Quanto a este aspecto principal da questão, o empresariado encontrava-se inteiramente concorde, associando a necessidade de implantação de uma Justiça do Trabalho à supressão de qualquer padrão de resistência por parte dos trabalhadores que fugisse aos mecanismos legais de arbitragem. Grande parte do setor empresarial, inclusive, fundamentava sua rejeição ao reconhecimento do direito de greve, através da seguinte argumentação: ou suprimia-se o direito à resistência, ou não se criava uma Justiça do Trabalho. Os dois estatutos seriam, portanto, incompatíveis dentro desta lógica patronal.

Na verdade, a implantação definitiva da Justiça do Trabalho no Brasil ocorreria em 1939 (Decreto-lei nº 1.237, de 1º de maio de 1939), quando o direito de

greve não existia. A constituição da Justiça do Trabalho segue um longo processo que, iniciando-se em 1932, passa pelas discussões que se travaram na Constituinte de 1934 e na Câmara em 1935-36. A orientação a lhe ser dada vinha sendo definida, portanto, tendo em vista as insuficiências e os problemas enfrentados pelas comissões mistas de conciliação. A instituição da Justiça do Trabalho visava, basicamente, impedir que os dissídios coletivos evoluíssem para conflitos abertos, sem juízo arbitral obrigatório para as partes, como ocorria no caso anterior. Além disso, com a Justiça do Trabalho resolvendo-se um problema de jurisdição, já que até então era a Justiça comum que dava execução às sentenças julgadas na área trabalhista.

Com o estabelecimento da Justiça do Trabalho, a fixação dos salários converte-se num fato jurídico, determinado no interior de um aparato institucional específico que, mediando entre os interesses do capital e do trabalho, apresenta-se como um poder neutro de regulação do mercado²¹.

4. *Considerações finais*

Foi no pós-30 que a legislação social como um todo – no que se refere à legislação trabalhista, previdenciária e sindical – ganhou contornos imensamente mais amplos e articulados em seus objetivos políticos e em importância social. Neste sentido, a elaboração e a real implementação de uma "nova política social" pelo Estado constitui-se em um dos eixos fundamentais da própria orientação política mais global da década. Sua compreensão é essencial não só para uma melhor percepção das questões de política econômica (e aí particularmente da problemática ligada à industrialização), quanto das próprias questões que envolvem o jogo político de disputas e alianças e a incorporação de novos atores.

A primeira constatação que se pode realizar é que, justamente no período em que se abre um novo espaço para a afirmação dos interesses de classe do empresariado do comércio e da indústria, uma política social é definitivamente efetivada pelo Estado. E justamente na década de 30 que o empresariado "perde" o poder de bloquear a elaboração e a aplicação destas leis, redefinindo sua atuação em face de um operariado mais reivindicativo e de um aparelho de Estado munido de recursos de natureza excepcional.

Na verdade, o que procuramos ressaltar neste texto é que, no pós-30, inaugura-se um padrão de relações entre Estado e empresariado marcado exatamente pelas tensões geradas pelo estabelecimento de um governo forte, que de um lado se mostra capaz, decidido e interessado na implantação das leis sociais e, de outro, mais permeável à influência e à participação do patronato no processo de elaboração destas leis. Assim, se comparadas ao período da República Velha, as relações entre Estado e patronato aumentaram em número e importância, ao mesmo tempo que as possibilidades de o empresariado bloquear a execução da

política social diminuíssem, golpeadas pelos reforçados recursos políticos do Estado.

É por esta razão que podemos observar que se desenvolve simultaneamente, uma intensa colaboração e um vivo protesto desta fração de classe burguesa à nova política social do Estado. Este aparente paradoxo indica-nos que os choques ocorridos entre Estado e empresariado são muito mais uma evidência de aproximação do que um sinal de afastamento entre ambos. Este entendimento é, portanto, fundamental para a compreensão da metamorfose que sofreu a atuação política do patronato no enfrentamento da questão social. Esta transformação consistiria em não mais tentar impedir a implementação da legislação social, mas buscar retardar, "corrigir" e "adaptar" os termos das referidas leis. O empresariado, redimensionando os limites de sua ação, procuraria basicamente: 1) minimizar os custos econômicos destas leis e 2) reduzir a margem de interferência que o Estado projetava exercer sobre as empresas privadas.

Desta forma, o patronato explicitaria seu reconhecimento dos direitos sociais, aceitos como complemento essencial aos direitos individuais do cidadão. Entretanto, era preciso cuidar para que o intervencionismo do Estado no campo social não chegasse aos exageros de, visando combater as desigualdades de riqueza, compartilhar de orientações desvirtuadoras, de origem socializante. Os empregadores, por conseguinte, procuravam deixar claro que não eram contrários às leis sociais, mas sim aos excessos que identificavam a assistência ao trabalhador com políticas de ataque à propriedade privada e à livre iniciativa econômica.

No diagnóstico que efetuavam sobre a questão social no Brasil, ressaltavam suas características distintas: em nosso país o problema não era o da distribuição de riquezas, mas o de sua criação. Estabelecia-se, assim, que toda a política social deveria ter uma orientação coordenadora e preventiva, ao invés de repressora e distributiva. Só dentro destes limites a política social poderia constituir-se num fator de equilíbrio social e estímulo econômico, não se transformando em elemento gerador de distúrbios, estagnação e crise.

A aceitação do intervencionismo do Estado no campo social não chegava contudo, a eliminar diferenciações nos pontos de vista do empresariado. Assim, havia aqueles que já encaravam a legislação social como um dever do Estado e um direito dos trabalhadores, aos quais o patronato deveria curvar-se, sob pena de correr riscos políticos e econômicos maiores. Percebia-se que uma eficiente política trabalhista, com ampla dose de controle sobre o movimento operário, poderia remover inúmeras causas de atrito social, além de implicar medidas que, elevando o padrão de vida da população, contribuíam verdadeiramente para o desenvolvimento do país. Mas havia também aqueles que ainda consideravam a legislação social sob a ótica filantrópica, vendo o papel do Estado como reparador, quase que caritativo. Neste caso, a política social surgia como uma política de "solidariedade

humana, aliando-se ao interesse material nas relações econômicas dominadas por um individualismo de natureza...

Esta diferenciação no seio do empresariado – que poderia, sem dúvida, ser somada a outras – não chegou, contudo, a comprometer sua unidade de ação política no enfrentamento da regulamentação do mercado de trabalho. Tal fato pode ser explicado em função da própria natureza do problema enfrentado que, de forma bem clara e explícita, opõe direta e conflituosamente os interesses da burguesia e do operariado. É neste sentido, e considerando os próprios limites da força política e econômica desta fração de classe, que podemos compreender por que a atuação do patronato é fundamentalmente reativa, tanto no que se refere às demandas e pressões de classe operária, quanto à atuação intervencionista do Estado na questão. Sua estratégia procura sempre bloquear, retardar ou limitar as iniciativas governamentais no campo da legislação social. O empresariado, sem conseguir impedir ou transformar o curso de desenvolvimento deste tipo de política, teria sucesso em conseguir alterar substantivamente o ritmo e o formato das soluções finais encontradas.

A presença política efetiva do empresariado no processo de evolução de nossa legislação social estaria marcada, basicamente, pelo exercício de seu "poder de veto", qual seja, por sua capacidade de limitar e intervir as alternativas do poder público no terreno da questão social²².

Uma última observação ainda se faz necessária para um balanço do contexto em que se deu o posicionamento dos setores empresariais em face da política social da década de 30. Ela diz respeito ao fato de que a legislação trabalhista e previdenciária foi implementada neste período, ao mesmo tempo que uma legislação sindical – cuja marca é a repressão a formas autônomas de organização do movimento operário – foi definida e imposta pelo Estado.

Desta forma, é preciso não esquecer que, concomitantemente ao estabelecimento de leis, de fato, respondiam a antigas demandas operárias e asseguravam melhores condições de trabalho, implementava-se uma política sindical que submergia e controlava o movimento operário.

O objetivo maior da política social do pós-30 expressava-se, assim, pela desmobilização do movimento operário – o que garantia um ambiente de paz social e colaboração entre as classes, altamente compensador da ótica do patronato. Se efetivamente o cumprimento da legislação social significava custos econômicos e até algumas derrotas políticas, o saldo da junção entre legislação trabalhista e sindical era sem dúvida favorável ao empresariado, particularmente se considerarmos o tratamento diferencial conseguido por suas organizações associativas.

As repercussões da legislação social no pós-30 podem, portanto, ser encontradas não só na ausência de greves no período que vai de 1935 a 1942, mas igualmente no aumento de produtividade da mão-de-obra empregada - o que sem dúvida associa-se ao primeiro fato. Neste sentido, a legislação social constituiu-se em fator favorável ao processo de acumulação de capital ao sujeitar politicamente o trabalhador e ao conduzir o Estado para uma orientação francamente protetora dos interesses do empresariado, inclusive nesta área de políticas públicas.

NOTAS

1. Ver Wanderley Guilherme dos Santos, *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira* (Rio de Janeiro: Campus, 1979), p. 71.
2. Ver Luis Werneck Viana, *Liberalismo e sindicato no Brasil* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976), pp. 31 e seg.
3. Ver Eli Diniz, *Empresário e Estado: Brasil: 1930-1945* (Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (São Paulo: 1977), pp. 78 e seg.
4. Ver Ângela Maria de Castro Gomes, *Burguesia e trabalhadores: política e legislação social no Brasil 1917-1937* (Rio de Janeiro: Campus, 1979), pp. 55-62.
5. *Ibidem*, p. 204.
6. Ver Luis Werneck Viana, *op. cit.*, p. 207.
7. Ver Wanderley Guilherme dos Santos, *op. cit.*, p. 29.
8. Para um depoimento sobre o ponto de vista operário, ver Everardo Dias, *História das lutas sociais no Brasil* (São Paulo: Edaglit, 1962). Para um depoimento sobre a ótica patronal, ver Otávio Puppó Nogueira, *A indústria em face da lei do trabalho* (São Paulo: Salesianos, 1955).
9. Ver Ângela Maria de Castro Gomes, *op. cit.*, p. 225.
10. Ver Luis Werneck Viana, *op. cit.*, p. 149.
11. Só em 1967, com a criação do INPS, os benefícios referentes a acidentes de trabalho são integrados à área da política previdenciária do Estado, extinguindo-se as companhias seguradoras privadas que operavam neste setor. Ver James M. Maloy, "A política de Previdência Social: participação e paternalismo", *Dados* nº 13 (Rio de Janeiro: 1976), p. 110.
12. Ângela Maria de Castro Gomes, *op. cit.*, pp. 172-5 e pp. 230-1.
13. Ver James Maloy, *op. cit.*, e Wanderley Guilherme dos Santos, *op. cit.*, p. 27.
14. Em 1926 o sistema das CAPs é estendido a estivadores e marítimos, mas segundo a base da empresa empregadora.
15. Ver Sônia Maria Fleury Teixeira, "Assistência médica previdenciária: evolução e crise de uma política social", *Saúde e Debate*, CEBES (Rio de Janeiro: 1980), p. 27.
16. Ver Evaristo de Moraes Filho, *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos* (São Paulo: Alfa Ômega, 1978, 2ª ed.), cap. IV.
17. Ver Otávio Puppó Nogueira, *op. cit.*, "Introdução".
18. Ver Ângela Maria de Castro Gomes, *op. cit.*, p. 308.

AS CLASSES URBANAS NO BRASIL E O LEGADO DA DÉCADA DE 1930.

Robert M. Levine

Tradução de Sérgio Lamarão e Dora Rocha Flacksman

A intensidade com que os trabalhos acadêmicos recentes têm se voltado para as questões urbanas – particularmente para a evolução do movimento operário brasileiro – é, sob vários aspectos, surpreendente. Os trabalhos históricos tradicionalmente enfatizaram os temas rurais: os ciclos econômicos, a vida na *plantation*, as relações raciais, a herança patriarcal¹. A abordagem ruralista culminou em 1933 com o lançamento do pioneiro *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, e de *Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Júnior, uma fecunda coletânea de ensaios que propunham uma nova periodização e enfocavam a dependência econômica do Brasil². Apenas no final da década de 1950 e no início dos anos 1960 surgiu um interesse substancial pelas questões urbanas³. Um ponto fundamental nos estudos urbanos ainda não foi suficientemente aclarado: os tipos das cidades brasileiras. A carência de uma tipologia urbana leva a considerar “urbanas”, no espaço deste trabalho, as cidades industriais do tipo São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. É bem verdade que, devido à falta de uma documentação facilmente acessível, o esforço (nas palavras de Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall) para “penetrar no mundo desaparecido da classe trabalhadora” enfrenta obstáculos⁴. Mas novas fontes surgiram, incluindo os documentos do pioneiro das lutas trabalhistas Edgard Leuenroth e os historiadores começaram a aplicar novos métodos ao estudo das massas do “homem comum”.

Citando Eric Hobsbawm, Pinheiro e Hall ressaltam que a tentativa de reconstruir a história da classe trabalhadora não deve ser isolada do contexto histórico mais amplo⁵. Dificultadas ficam as análises sobre os grupos de trabalhadores urbanos se isoladas, num sentido mais amplo, do trabalho citadino como um todo. O sindicalismo não se explica isoladamente, como é válida qualquer análise de forma trabalhista. Hobsbawm adverte que os estudos sobre a classe trabalhadora deveriam tratar não apenas de seus “quadros minoritários de líderes e aderentes”, mas da classe operária em sua configuração mais ampla, a massa desorganizada. Desde que a história do movimento trabalhador é parte da história da sociedade, as relações de classe devem ser examinadas como relações entre classes. Portanto, a história do movimento trabalhador deve ser vista como uma superposição de camadas⁶. No entanto, a historiografia tradicional do movimento trabalhador tem seguido um caminho estreito, dando mais ênfase aos sindicatos do que à estrutura e à qualidade de vida da classe operária. Eugene Sofer analisa esta situação:

"Em contraste com a história do movimento trabalhador, a história da classe operária examina os valores, as tradições e as instituições que refletem a consciência de classe e, por isso mesmo, tornam-se fontes dinâmicas e mutáveis erigidas pelos trabalhadores em circunstâncias particulares da sociedade. O conceito implica também o fato de que os trabalhadores devem ser vistos como atores históricos conscientes, que contribuem para e ajudam a definir a mudança, e não apenas a absorvem ou reagem a ela. A história do movimento trabalhador tradicional, por outro lado, raramente penetra na estrutura ou no comportamento eleitoral do sindicato para definir, explorar e analisar de que modo a cultura e a consciência de classe operária afetam a política"⁷.

Isto não significa que todos os estudos recentes sobre o movimento trabalhador brasileiro careçam de utilidade ou de profundidade. O estimulante *Trabalho urbano e conflito social* de Bóris Fausto fornece uma visão dinâmica do combativo movimento operário brasileiro entre 1890 e 1920, num esforço pungente para ganhar legitimidade em meio a um ambiente hostil⁸. Michael M. Hall examina a imprensa de língua estrangeira para obter um retrato sobriamente realista da força de trabalho imigrante de São Paulo no período anterior a 1920. Celso Frederico lança mão de entrevistas com trabalhadores em fábricas para testar teorias sobre o caráter de transição da sociedade agrícola influenciada pela modernização e pelas condições geradas pela dependência. Paula Beiguelman estudou a luta da classe operária em Santos e São Paulo no período entre 1889 e 1920, examinando o legado de repressão. Ângela Maria de Castro Gomes oferece uma síntese detalhada da trajetória e das descontinuidades da legislação social de 1917 a 1937⁹. Os cientistas políticos e os historiadores examinaram o impacto da dependência sobre o movimento trabalhador e a classe operária, uma herança que Erickson, Peppe e Spalding chamam de "padrão específico de economias nacionais" dentro do sistema capitalista mundial¹⁰. Outras importantes coleções de documentos, memórias e estudos também foram publicados¹¹.

Ainda assim, falta-nos uma visão multidimensional da profundidade e da amplitude da população urbana do Brasil. Não dispomos de dados precisos com relação ao tamanho e à composição interna da massa urbana em formação. Há uma necessidade premente de estudos sobre a estratificação interna da "massa urbana desorganizada" de Hobshawm. Possuímos um modelo desse tipo para o México do início do século XIX: analisando as estatísticas demográficas de Querétaro e de outras cidades, Torcuato S. Di Tella identificou dentro das classes trabalhadoras uma hierarquia intraclasses comportando cinco níveis¹². Avançando além da categoria abrangente de "classe operária urbana", Di Tella consegue mostrar que existia uma "escala social caótica", "cheia de armadilhas e quedas perigosas, mas também com súbitas recuperações e aberturas econômicas"¹³. A classe baixa, que à primeira vista aparenta homogeneidade, revela-se diversa e fluida dentro de seus limites de classe.

Este ensaio baseia-se em três pressupostos. Primeiro, que desde o final do século XIX a estrutura de classe urbana do Brasil tem sido arranjada em camadas verticais e dividida horizontalmente entre linhas étnicas e ocupacionais, condições hostis à formação da consciência de classe. Segundo, que a superpopulação urbana lançou os trabalhadores, especialmente os migrantes e os jovens à procura de trabalho, num vasto amontoado extra-legal, não protegido pela legislação social. Os operários especializados formaram uma elite trabalhadora, enquanto os outros constituíram um proletariado em constante mutação. Terceiro, que a aversão dos empregadores à atividade sindical precipitou uma repressão severa contra os grevistas, os quais, liderados sobretudo por estrangeiros, eram particularmente vulneráveis. Os políticos, que estavam ligados aos grandes proprietários de terras, aprovaram o uso da violência para impor o conceito da elite sobre lei e ordem.

Os sindicatos brasileiros, tal como se formaram no início do século XX, operavam isoladamente uns dos outros, a despeito dos esforços para se organizar federações. Porta-vozes individuais dos sindicatos lutavam por sua própria gente, raramente apoiando os trabalhadores de outras organizações e preferindo compensações econômicas imediatas a objetivos a longo prazo ou a causas que abrangessem as classes baixas urbanas como um todo.

Os sindicatos, que não tinham permissão legal para promover greves, refletiam a visão social da elite. Ironicamente, os únicos movimentos "revolucionários" da sociedade brasileira antes de 1930 ocorreram entre as fileiras dos privilegiados: os jovens tenentes das forças armadas e os intelectuais de vanguarda envolvidos no movimento modernista da década de 1920. Os líderes trabalhistas, divididos por disputas internas de natureza ideológica e aturridos pelos métodos sofisticados usados pela polícia para dissolver as manifestações públicas e neutralizar os esforços dos militantes, assistiram impotentes, após 1930, o governo federal engolir o movimento trabalhador e apertar os parafusos do controle social.

A POPULAÇÃO SOCIAL

Definir e classificar a classe trabalhadora urbana coloca problemas, a despeito do fato de os censos de 1872, 1900 e 1920 terem organizado tabelas de profissões — uma vasta categoria que incluía tanto os empregados como os temporariamente (ou permanentemente) desempregados. Medir a população economicamente ativa (os indivíduos que fornecem trabalho para a produção de bens e serviços) é ainda mais difícil, especialmente em relação às décadas mais distintas. Em 1872, a força de trabalho era pequena — cerca de cinco milhões de pessoas — e aproximadamente 70% agrícola. Somente na década de 1940 os trabalhadores rurais passaram a representar menos da metade da força de trabalho empregada. Apenas 9,9% da população economicamente ativa se encontrava empregada em manufaturas, em 1940¹⁴.

A estrutura da classe urbana obedecia a uma hierarquia ocupacional:

TABELA 1

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO URBANA DAS
CIDADES BRASILEIRAS DURANTE A REPÚBLICA VELHA

Nível um:	Proprietários Advogados, médicos, outros profissionais Clero Grandes comerciantes; grandes industriais
Nível dois:	Funcionários do governo Donos de pequenas indústrias e oficinas; pequenos comerciantes
Nível três:	Empregados no comércio Funcionários de empresas privadas Artesãos
Nível quatro:	Operários especializados Operadores de máquinas Trabalhadores em transporte: estivadores; empregados marítimos Operários semi-especializados
Nível cinco:	Jornaleiros (pessoas que trabalham por jornada); biscateiros; trabalhadores semi-rurais Empregados domésticos Vendedores de rua, ambulantes, guardas, prostitutas

As classes média e alta ocupavam os primeiros três níveis da escala. Em geral, esses três níveis compartilhavam a visão de mundo dos mais ricos: como cidadãos urbanos, aplaudiam o progresso material, apoiavam a expansão dos serviços governamentais e, com exceção da minoria mais abastada, eram bastante atingidos pelo aumento do custo de vida¹⁵. A mobilidade dentro desse segmento, que contava com menos de um habitante em dez, era teoricamente possível, mas só raramente ocorria.

O nível quatro abrangia a classe operária. Continha uma proporção muito grande de estrangeiros e constituía a única fonte de recrutamento dos sindicatos. Virtualmente, todos os participantes das greves mais importantes ocorridas entre 1901 e 1921 provinham desse setor ocupacional. A fábrica e o capitalismo comercial aumentavam a distância entre o nível quatro e o nível cinco. Os poucos

Adaptada de Torcuato S. Di Tella, "The dangerous classes in early nineteenth century México", *Journal of Latin American Studies*, 5 (1973), pp. 100-101.

trabalhadores que eram suficientemente bem pagos para adquirir uma propriedade ou poupar se beneficiavam com o crescimento industrial. Mas a maioria dos trabalhadores caía presa de ocupações não especializadas, e um abismo separava os operários especializados ou semi-especializados do nível quatro do instável proletariado do nível inferior.

Os ocupantes do nível cinco, na maior parte caboclos e negros nativos, tendiam a se comportar de maneira subserviente para com seus "superiores", embora dentro do seu mundo, praticamente invisível para os estranhos, a violência e a agressividade corresse soltas. Muitos vinham para as cidades como migrantes do interior rural, não apenas atraídos pelo desejo de mobilidade ascensional, mas forçados pelo desespero: a vida no interior era ainda mais difícil do que a vida nas favelas das cidades. Até as áreas prósperas do café estavam tão bem supridas de braços para o trabalho, que muitos dos imigrantes que haviam sido recrutados graças ao oferecimento de uma viagem subsidiada ao Brasil abandonavam o campo em busca dos centros urbanos, especialmente a cidade de São Paulo¹⁶. As elites da cidade devem ter compreendido o fato de que não havia empregos suficientes para os recém-chegados. Em consequência, as redes de trabalho informal espalharam-se entre o vasto e instável bolo de homens e mulheres sem especialização que dependiam das migalhas da vida da cidade. As cidades produziram especialistas em marginalidade — xepeiros, músicos de rua, lavadeiras, pequenos criminosos —, mas também criaram pequenas fábricas, lojas e firmas que colhiam seus empregados entre os não especializados e pagavam salários de fome. Enquanto isso, a força de trabalho formal dobrava de tamanho entre 1910 e 1920, e continuava a crescer a despeito da interrupção do crescimento econômico do início da década de 1920¹⁶.

As cidades brasileiras se expandiram a partir do impacto combinado da imigração, da migração e do crescimento natural da população. Entre 1906 e 1920, o Rio de Janeiro dobrou sua população; seus 1.900.000 habitantes em 1928 representavam um total dez vezes maior do que um século antes¹⁷. Como os cariocas abastados preferiam construir suas casas no plano, os morros e montanhas da cidade foram cedidos aos posseiros e a seus barracos precariamente construídos, as favelas. Para muitos moradores da cidade, as favelas, empoleiradas sobre despenhadeiros íngremes, nem sempre pareciam feias e eram aceitas como parte da paisagem do Rio. Os arquitetos urbanos demonstraram que padrões de vida baixos nem sempre são visivelmente manifestos no ambiente urbano. Norma Evenson ressalta que as favelas cariocas, por mais miseráveis e superpovoadas que sejam, exibem uma "adaptação sensível da construção ao local", e que, como o

* As pesquisas sobre a migração para as cidades têm ultimamente desafiado a tradicional interpretação *push-pull* (expulsão/atração) da migração, ao revelar a pouca relação existente entre o grau de pobreza rural e o fluxo migratório. Ver Janice E. Petlman, *The Myth of Marginality*, Berkeley, 1967, pp. 66-69, e Gino Germani, *Emigración del campo y sus causas*, Horácio Gilberto, et. al. *Sociedad, economía y reforma agraria*. Buenos Aires, s/d., p. 74.

meio físico tropical é quase sempre luxuriante, a uma certa distância as favelas escondem sua verdadeira natureza¹⁸.

Os altos preços da terra, resultado da desenfreada especulação imobiliária entre os ricos e do desejo das elites de residir no centro da cidade, levaram a classe operária a se alojar em casas de cômodos situadas em bairros periféricos, geralmente comerciais. Os cortiços, em geral casarões de alvenaria decadentes, divididos pelos proprietários, abrigavam oito, dez ou mais pessoas num único quarto mal arejado. Um levantamento de 1918 revelou que apenas 15% dos cortiços do Rio possuíam um banheiro para 20 moradores, e que 10% ofereciam um banheiro para 200 moradores¹⁹. Luís Edmundo descreve as condições do Morro do Castelo, um bairro operário do Rio de Janeiro, no início do século XX: um amontoado de velhos casarões divididos em cubículos, sem ar ou ventilação, repartidos promiscuamente por numerosas famílias, por pessoas que saíam de madrugada para o trabalho distante carregando o almoço embrulhado em jornal. Os homens são "pálidos, com a barba por fazer, e seus rostos cansados mostram doenças e uma penúria extrema". As mulheres são "bestas de carga... suas saias molhadas da água dos tanques, onde trabalham da madrugada ao anoitecer... seus filhos doentios, amarelados, os corpos cobertos de feridas... sujos e briguentos"²⁰.

Estes eram bairros operários, e não as favelas dos ainda menos afortunados. As condições de habitação da classe operária em Santos e em São Paulo eram igualmente deploráveis. Em São Paulo, os bairros operários se erguiam nos vales e nas baixadas, sujeitas à inundação a qualquer chuva forte. Alguns industriais, seguindo o modelo inglês, construíram vilas operárias perto das fábricas (a Maria Zélia, por exemplo, do industrial Jorge Street, um complexo fabril que em meados da década de 1930 foi usado como prisão para presos políticos). Aí os trabalhadores e suas famílias recebiam alguma proteção em troca do isolamento e de uma perda total de independência. As condições dentro das fábricas eram tão ruins quanto em qualquer local de trabalho industrial, mas eram agravadas pelo clima tórrido e pela violenta insalubridade do Brasil. Apenas os trabalhadores mais bem pagos podiam arcar com um tratamento de saúde quando necessário. É provável que alguns homens tenham entrado para o Exército devido ao tratamento médico gratuito fornecido às famílias dos soldados.

Os historiadores demonstraram que o poder aquisitivo real dos trabalhadores em 1919 era mais baixo do que em 1890. Sheldon L. Maran, citando o jornal carioca *Eco Popular*, mostra que no início da República um trabalhador típico, trabalhando seis dias por semana no Rio de Janeiro, tinha um déficit líquido de sete mil réis se gastasse apenas o suficiente para alimentar, abrigar e vestir uma família de quatro pessoas. Em tempos difíceis, os déficits aumentavam, lançando

os trabalhadores no mercado de trabalho extralegal, em busca de uma renda suplementar. O índice real de preços da cidade de São Paulo elevou-se em quase 25% entre 1914 e 1917²¹. Um panfleto elaborado por Edgard Leuenroth e Antônio Duarte Candeira antes da greve geral de 1919 em São Paulo afirmava que o trabalhador médio ganhava "menos da metade dos gastos absolutamente necessários para a vida de uma família de quatro pessoas"²².

O fato de tanto a "elite" do nível quatro como a subclasse marginal e não especializada do nível cinco viverem numa miséria relativa não deve obscurecer a realidade de que ao menos os trabalhadores assalariados tinham alguma esperança de melhorar sua situação econômica, já que suas especialidades encontravam demanda. Alguns artesãos puderam abrir lojas e empregar outros trabalhadores, e alguns filhos e filhas de imigrantes se formaram, tornando-se funcionários ou profissionais. A maioria não o fez, mas as pessoas podiam ascender na escala dentro da sua própria classe. Através de suas sociedades de ajuda mútua, os imigrantes e os operários especializados podiam potencialmente divulgar suas queixas. Embora as greves continuassem a ser ilegais, e os sindicatos continuassem a ser reprimidos com força crescente ao longo da década de 1920, ocorreram alguns avanços em termos de mobilização: o comício público do 1º de maio de 1929 no Rio de Janeiro trouxe às ruas um total estimado de 60 mil operários especializados. Os não-especializados permaneceram dispersos e desorganizados. Quem se ocupava deles era sobretudo a polícia, cujos cálculos, ao menos para estrangeiros, pareciam exagerados²³.

O OPERARIADO URBANO

Os proprietários e patrões preferiam empregar estrangeiros, considerados mais dispostos ao trabalho e a aprender do que brasileiros natos. A maioria dos imigrantes era constituída de camponeses do sul da Europa, sem nenhuma experiência em fábrica. Mas a elite brasileira convenceu-se de que os imigrantes eram bons, e o processo se tornou uma espécie de profecia viciada pela qual os nativos eram levados à ociosidade ou ao trabalho manual, e em seguida eram estigmatizados como preguiçosos e despreparados.

A imigração determinou a natureza da classe trabalhadora em formação nos centros industriais mais importantes, especialmente em São Paulo, que por seu porto de Santos recebeu mais de 60% de todos os imigrantes chegados ao Brasil entre 1880 a 1930. A grande maioria dos imigrantes provinha de áreas rurais – os italianos não vinham da Sicília nem do Mezzogiorno, mais do norte rural –, mas muitos acabaram mais cedo ou mais tarde nas cidades brasileiras²⁵. Na década de 1890, o Brasil recebeu mais imigrantes do que em qualquer década anterior. Mais de 4,5 milhões de imigrantes chegaram entre 1872 e 1939. A Tabela 2 mostra o fluxo de imigrantes para o Brasil, por nacionalidade:

TABELA II
IMIGRAÇÃO PARA O BRASIL POR DÉCADA

Década	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japoneses	Outros	Total
1872-79	55.027	45.467	3.392	14.325	—	58.126	176.337
1880-89	104.690	277.124	30.066	18.901	—	17.841	448.622
1890-99	219.353	690.365	164.293	17.054	—	107.232	1.198.022
1900-09	195.586	221.394	113.232	13.843	861	77.486	662.407
1910-19	318.481	138.168	181.651	25.902	27.432	123.819	815.455
1920-29	201.915	106.835	81.931	75.801	58.254	221.881	846.647
1930-39	102.743	22.170	12.746	27.497	99.222	68.390	332.768

Fonte: Thomas W. Merrick e Douglas H. Graham. *Population and economic development in Brazil 1800 to the present*. Baltimore, 1979, p. 91.

Na década de 1880, como mostra a tabela, a Itália superou Portugal enquanto principal fonte de imigração. O fluxo de retorno à Itália (calcula-se 695 mil de 1.553.000 imigrantes, ou 45%) foi alto, mas não superior à média aproximada da Argentina ou dos Estados Unidos, dois outros países para os quais os italianos emigraram em larga escala no final do século XIX e no início do século XX. A economia brasileira estava relativamente saudável na década de 1890, enquanto a italiana estava em crise e os Estados Unidos enfrentavam a mais alta taxa de desemprego de todas as décadas entre a Guerra Civil e a Primeira Guerra Mundial. Uma grande proporção dos imigrantes italianos vinha – como sugere a imprensa de língua italiana do Brasil e outras fontes – com suas famílias, a despeito do fato de a maioria dos recém-chegados considerarem sua nova residência, pelo menos no início, como temporária²⁶.

No começo da década de 1890, os estrangeiros dominavam de forma esmagadora a força de trabalho em São Paulo, e desempenhavam um papel importante no Rio de Janeiro, Santos e Porto Alegre. Cerca de 92% dos trabalhadores da indústria eram estrangeiros e 81% deles italianos. Outros centros urbanos absorveram menos imigrantes, mas em todo Brasil os recém-chegados se estabeleceram como vendedores ambulantes, comerciantes de tecidos e artesãos, quando não havia outros empregos disponíveis. As diferenças culturais entre os recém-chegados e os nativos eram muitas vezes gritantes. As diferenças étnicas e culturais no interior das comunidades imigrantes eram também muito fortes, não apenas entre grupos nacionais (italianos x portugueses, chamados de “Manéis”; portugueses x espanhóis), mas também entre grupos regionais (genoveses x venezianos, portugueses da Costa Verde x portugueses de Trás-os-Montes ou da Ilha da Madeira). Essas animosidades eram tão fortes que *Il Pungolo*, jornal militante de língua italiana publicado em São Paulo, descreveu a situação como de “guerra latente no próprio seio da classe trabalhadora”²⁷.

As relações entre os imigrantes e seus vizinhos nativos variavam da frieza à hostilidade baseada no medo mútuo e na falta de entendimento. Embora os imigrantes viessem de áreas rurais da Europa, por volta de 1900 duas vezes mais estrangeiros do que nativos eram alfabetizados, ou em português ou em suas línguas maternas. Em 1920, essa desproporção era ainda maior. Um indicador da distância psicológica entre os recém-chegados e a sociedade brasileira foi o fato de que embora o processo fosse relativamente simples, apenas pouquíssimos estrangeiros – 6.411 dos 444.374 residentes em São Paulo e no Rio de Janeiro na época do censo de 1920 – se naturalizaram brasileiros.

Os imigrantes se instalavam de modo a ficar o mais próximo possível de seus patrícios – o Brás em São Paulo, a Gávea no Rio de Janeiro, os bairros portugueses de Santos. Desde o início, eles mantiveram uma imprensa variada e ativa, em suas próprias línguas, embora a pobreza limitasse o aparecimento de escolas de línguas estrangeiras nas cidades (elas apareceram, contudo, nas comunidades alemãs e italianas do Sul agrícola). Os imigrantes foram pouco incentivados a se assimilar culturalmente até o final da década de 1930, quando o governo Vargas começou a promover a unidade cultural nacionalista e o patriotismo como um meio de alcançar a integração nacional.

Embora a maioria dos imigrantes fosse de camponeses sem consciência de classe, os socialistas e os anarquistas estrangeiros dominaram de maneira desproporcional a liderança do nascente movimento trabalhador. Carentes de uma tradição sindical, os portugueses tendiam a se “manter na linha”, assumindo muitas vezes a posição de furadores de greve, e por isso mesmo recebendo o desprezo dos grevistas. Santos foi uma exceção: aí os trabalhadores portugueses se aliaram aos italianos e deram à cidade, por volta de 1907, a reputação de “Barcelona do Brasil”. Muitos brasileiros atacavam os estrangeiros por sua militância, mas os sentimentos xenófobos eram contrabalançados pelo fato de que a elite aceitava bem os imigrantes europeus, na medida que estes prometiam “branquear” o estoque racial e remediar o mal-estar nacional²⁸.

Os empregadores, dominados por crenças do tipo *laissez-faire* na inviolabilidade das relações contratuais, começaram no início do século a considerar as relações de trabalho como uma questão de “ordem pública” – palavras usadas em 1920 na campanha do paulista Washington Luís Pereira de Sousa para o governo estadual e repetidas seis anos depois em sua campanha presidencial. Amparados pela existência de facções rivais dentro do movimento trabalhador e pela falta de simpatia do público pelos sindicatos, os patrões e suas associações se opunham firmemente ao direito de greve. Desafiados pelos trabalhadores, eles muitas vezes prometiam concessões apenas para fazê-los voltar a seu lugar assim que a paz era restabelecida²⁹. Os funcionários da polícia deviam seus empregos ao patronato e à máquina política, e sua lealdade para com os patrões e os industriais raramente vacilava³⁰.

As associações operárias que emergiam após a passagem do século eram descendentes diretas das sociedades de auxílio mútuo que, desde meados do século XIX, haviam funcionado no Brasil entre os trabalhadores altamente especializados. Um exemplo típico dessas sociedades foi a Imperial Sociedade de Artesãos Mecânicos e Liberais (1841), que exigia de seus membros diplomas de liceus e de outras escolas. Aqui e ali ocorriam greves rápidas (e ilegais), mas a maior parte das organizações se dedicava unicamente a um trabalho assistencial. Poucas tinham ligações entre si. Essas sociedades normalmente pediam ajuda, em lugar de pedir que suas reivindicações fossem atendidas: dirigindo-se ao imperador Pedro II, a Associação de Empregados Marítimos se referia ao monarca como o "augusto protetor da classe trabalhadora"³¹. As sociedades pagavam as despesas com funerais, concediam pequenos empréstimos e pagavam pensões às viúvas. Os estatutos falavam em igualdade de *status* para todos os empregados – "do diretor ao exemplo é da Associação Geral da Estrada de Ferro Central do Brasil ao mais humilde guarda-freios", mas em sua maioria os benefícios eram pagos aos funcionários mais graduados da companhia³².

Os patrões toleravam as associações de trabalhadores dependendo do grau de docilidade destas. As greves, antes da passagem do século, raramente eram planejadas, surgindo de movimentos improvisados em torno de reivindicações específicas. À medida que a organização dos militantes crescia, porém, novos sindicatos se formaram e as sociedades de auxílio mútuo já existentes começaram a adotar características de sindicatos. Os trabalhadores revelaram-se então tão refratários e avessos à militância sindical quanto aos patrões, que combatiam os organizadores e tentavam mandar prendê-los ou deportá-los. Os líderes dos trabalhadores eram "permanentemente frustrados" (segundo Hall) pela má vontade dos operários em se filiar ou "se importar com qualquer outra coisa além de seus estômagos"³³.

Os trabalhadores conheciam os riscos da greve. Os empregados conhecidos como organizadores ou que se apresentavam como voluntários para trabalhar nos comitês de greve geralmente eram despedidos e colocados na lista negra assim que a ordem era restabelecida. Ser estrangeiro era mais um fator de vulnerabilidade: os militantes eram em geral chamados pela imprensa de "nefandos anarquistas estrangeiros" e de "malditos bolcheviques", e a ameaça de deportação pairava sobre suas cabeças. Ainda assim, a despeito da precariedade gerada pela atmosfera hostil, o nascente movimento trabalhador acumulou forças com notável rapidez, desenvolvendo-se de forma espasmódica, com períodos de força (1906-1908; 1912-1913) interrompidos por períodos de lassidão gerados pela recessão econômica (1913-1916) ou pela violência policial (1919-1930).

Por volta de 1913, um total de cerca de 60 mil trabalhadores urbanos pertencia a um sindicato ou a uma sociedade operária. Pela primeira vez, artesãos e

trabalhadores semi-especializados, tanto como os trabalhadores em fábricas e em transportes, mostraram-se favoráveis à greve, aumentando as esperanças dos líderes anarquistas e anarco-sindicalistas de que a consciência da classe trabalhadora estivesse finalmente começando a surgir. Algumas vitórias se seguiram. A demissão de um operário por fazer um discurso num comício de 1.º de Maio (1917) precipitou uma greve de 10 mil trabalhadores nas indústrias de toda a cidade de São Paulo, reivindicando o regime de oito horas de trabalho diário, a melhoria das condições de trabalho da mulher, o pagamento de horas extras, e a suspensão do trabalho noturno para menores. Dois dias depois, o movimento recebeu a adesão dos trabalhadores nas docas de Santos, e transformou-se numa greve geral. Diante da paralisação de 25 mil trabalhadores, no quinto dia o governo de São Paulo ofereceu as oito horas diárias a seus próprios empregados, na tentativa de dissuadir os trabalhadores dessa reivindicação. Esse gesto encorajou, entretanto, os líderes da greve a exigir outras concessões, entre as quais se incluía a semana de 48 horas, a proibição de trabalho de crianças menores de 14 anos, e o pagamento igual para o trabalho noturno da mulher e do homem. Os trabalhadores das docas do Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre e Rio Grande entraram em greve por solidariedade.

Os observadores estrangeiros comentaram que a greve produziu pouca violência, e que as negociações foram desenvolvidas com eficiência. Os patrões pareciam estar calmos diante da situação; um deles afirmou ao adido militar dos Estados Unidos no Rio de Janeiro que "temos essas greves de vez em quando, e jogamos golfe até que elas acabem". Alguns jornais apoiaram as exigências dos grevistas – até mesmo o respeitado *O Estado de S. Paulo* apoiou, de forma concisa, a plataforma da greve geral de 1917 –, e os membros progressistas da elite se manifestaram contra as terríveis condições de trabalho e a exploração das mulheres e crianças. Deodato Maia informou ao Instituto dos Advogados que as fábricas eram tão escuras e malcheirosas que os operários muitas vezes desmaivam com vertigens. Os legisladores debatiam leis que regulariam as condições e garantiriam benefícios para os trabalhadores fabris.

Da forma como as coisas caminhavam, havia pouca razão para otimismo. Os patrões utilizavam a promessa de concessões para fazer cessar as greves, mas endureciam assim que estas acabavam, usando medidas repressivas para restaurar o *status quo ante*. O confronto demonstrava a fragilidade do movimento trabalhador, e os legisladores simpáticos à causa conseguiam pouco ou nada, tanto em termos de reprimir o sentimento antitrabalhador como de alcançar as procuradas reformas. Os protestos impetuosos de 1917, 1918 e 1919 trouxeram poucas vitórias para o movimento trabalhador e expuseram os operários, no final desse período, à plena força do aparato de repressão do Estado. Na década seguinte, a espinha dorsal do movimento trabalhador estava quebrada³⁴.

OS TRABALHADORES E A LEI

A legislação republicana que governava a força de trabalho refletia a visão que a elite tinha de si própria como agente do interesse geral. O principal problema era que essas leis raramente eram aplicadas. Já em 1891, o governo federal proscreeu certos tipos de trabalho infantil (os menores não poderiam ser incumbidos de limpar máquinas ligadas, nem trabalhar perto de rodas ou engrenagens em movimento), mas a lei foi esquecida. As tendências progressistas e a pretensa preocupação com o bem-estar dos trabalhadores eram compensadas por um firme compromisso com os princípios do *laissez-faire*. O Código Penal de 1890 declarava que "persuadir ou induzir os trabalhadores a abandonarem seus locais de trabalho" era crime punível com prisão ou multa, assim como o era incitar à greve ou à paralisação do trabalho. Essas leis, sim, eram aplicadas com rigor. A Constituição de 1891 insentou os locais de trabalho da intervenção do governo e afirmou o direito das pessoas de trabalharem em qualquer profissão "moral ou intelectual". Em 1895, a Câmara dos Deputados derrubou o projeto de Moraes e Barros, que procurava regulamentar alguns aspectos do trabalho, porque, como diziam seus oponentes, "nas sociedades civilizadas as atividades humanas são realizadas de acordo com um contrato", e "a interferência do Estado na formação de contratos" restringe a liberdade³⁵.

Uma exceção foi a lei federal de 1907, que permitiu às pessoas se associarem em organizações profissionais desde que os estatutos fossem registrados e os princípios de "harmonia entre o capital e o trabalho" preservados³⁶. Leis desse tipo permitiam que a elite se congratulasse a si própria por seu caráter progressista. "Nossa legislação", escreveu o socialista moderado Antônio Piccarolo, "está entre as mais modernas e avançadas (do mundo), constituindo um progresso jurídico completo, amplamente liberal, impossível de ser imaginado em qualquer outro país novo como o Brasil"³⁷.

Mas apesar das aparências, a realidade desmentia o idealismo. A greve de 1907 das costureiras de São Paulo foi interrompida quando os maridos e os pais pressionaram suas mulheres para que voltassem ao trabalho. A primeira greve geral importante do Brasil, ocorrida em São Paulo nesse mesmo ano, resultou em algumas concessões temporárias – incluindo a jornada de oito horas de trabalho –, que foram revogadas quando o desemprego crescente em poucos meses aumentou a miséria econômica e permitiu que os patrões empregassem trabalhadores dispostos a trabalhar mais horas pelo mesmo salário.

Os artifícios e as táticas do tipo "dividir para conquistar" eram frequentemente utilizados para fazer cessar os levantes. As associações de empregadores distribuíam listas negras; os gerentes espalhavam notícias falsas anunciando o fim das greves, enviavam telegramas forjados e tentavam sabotar comícios. Os ataques mais violentos visavam sempre os organizadores imigrantes, que a partir de 1907,

graças à Lei Adolfo Gordo, tornaram-se passíveis de deportação e eram constantemente molestados. As disposições da lei de deportação foram ampliadas em 1913 e mais ainda em 1921, quando o Congresso permitiu a expulsão de todo "elemento pernicioso à ordem pública". Pelo menos 556 estrangeiros foram expulsos do Brasil entre 1907 e 1921. Ocasionalmente, os militantes usavam meios terroristas para contra-atacar, lançando bombas nas empresas ou liderando bandos em ataques às fábricas ou às casas dos gerentes. Mas de um modo geral, o individualismo teimoso dos trabalhadores, enraizado no medo real de perder o emprego, solapava os esforços dispendidos em promover represálias contra os odiados patrões e a polícia³⁸.

Evaristo de Moraes Filho lembra-nos a máxima francesa segundo a qual quando os homens levantam a questão da liberdade, em geral é porque pretendem limitá-la³⁹. Praticamente todas as leis que faziam concessões aos trabalhadores ao mesmo tempo restringiam e limitavam seus direitos e previam sanções para a punição dos transgressores. Isso se deu até mesmo na década de 1930, quando a política oficial reconheceu o direito da classe operária de se organizar. A lei de 1932, criando comissões de arbitragem, especificava ao mesmo tempo que os trabalhadores grevistas poderiam ser sumariamente despedidos. O mesmo princípio prevaleceu ao longo de todo o período republicano.

A decisão de suprimir a agitação dos trabalhadores durante a década de 1920 estava ligada à crescente onda de agitação política, que culminou na rancorosa campanha presidencial de 1922 e na imposição de um estado de sítio entre 1922 e 1927. A intervenção militar era usada sempre que a administração federal assim o desejava, e as forças policiais urbanas se fortaleciam, entrando em prontidão em caso de sublevação nas cidades. As patrulhas policiais estacionavam regularmente nos bairros operários quando as greves eclodiam.

Os funcionários governamentais fabricaram um Medo Vermelho e atacam o sentimento antiestrangeiro para justificar novas prisões e deportações. Ao mesmo tempo, os salários reais praticamente não aumentavam, e a imigração contínua, tanto quanto a imigração interna para as cidades, expandia a força de trabalho e mantinha os salários baixos. Os movimentos grevistas caíram substancialmente abaixo dos níveis anteriores a 1940⁴⁰.

Os anarquistas cederam o lugar aos comunistas, que organizaram o Partido Comunista Brasileiro em 1922. Os líderes comunistas, seguindo a liderança de Moscou, voltaram-se para uma atividade política de bases amplas, procurando forjar uma aliança entre os trabalhadores especializados e os grupos de gerentes e de funcionários da pequena burguesia. O Partido Comunista (PCB) aliou-se também aos sindicatos reformistas (incluindo a Federação Sindicalista Cooperativa, um instrumento bajulador do governo antioperário de Bernardes) e de modo geral se perdeu numa nuvem retórica que não era dirigida a ninguém em

particular. A frente eleitoral do PCB, o Bloco Operário-Camponês (BOC), fundado em 1928, foi igualmente malsucedido, a despeito de seus esforços para ampliar a plataforma pró-operária clássica (oito horas de trabalho diário, salário mínimo, contrato coletivo) com apelos à classe média (um item, por exemplo, encorajava o combate cada vez mais intenso do governo aos jogos de azar e ao alcoolismo)⁴¹.

Mesmo que a timidez do PCB representasse uma ameaça muito pequena à ordem pública, a repressão aos esforços dos comunistas para organizar os trabalhadores continuou, assumindo um caráter invulgarmente violento. Maranhense ressalta que não apenas os líderes operários mostravam-se temerosos, mas os próprios trabalhadores tornavam-se cada vez mais relutantes em arriscar seus empregos, cooperando com as lideranças. Os militantes, por sua vez, atacavam sem êxito o que consideravam como o egoísmo e a ganância do trabalhador. Um articulista do jornal de língua italiana *Guerra Sociale* observou que os trabalhadores "catariam moedas na merda com a boca"⁴². Outros lamentavam as divisões entre os setores da pequena força de trabalho, a ausência de um proletariado nativo e a disposição dos desempregados de trabalhar como furadores de greve e de aceitar salários de fome.

Algumas mudanças sutis ocorreram em meados da década de 1920. Por essa época, muitos imigrantes e seus filhos estavam começando a se integrar na vida brasileira, e a distância entre as culturas imigrante e nativa começava a diminuir, quando não a se dissolver. A imprensa em língua estrangeira reduziu sua militância radical. Muitos dos que haviam procurado voltar à Europa já o tinham feito. Os objetivos econômicos imediatos dos trabalhadores, que durante muito tempo haviam sido o grande problema dos organizadores, persistiam, amenizados pelos princípios capitalistas que ofereciam aos trabalhadores, individualmente a chance de deixarem a classe trabalhadora e tornarem-se lojistas ou pequenos comerciantes. A disputa sectária dentro do movimento trabalhador confundia o grosso dos sindicatos, cujos membros compreendiam plenamente as consequências da brutalidade da polícia e da crise econômica⁴³.

No final da década de 1920, esses fatores se combinaram para estreitar a base do movimento trabalhador e alargar o abismo entre os líderes operários e os trabalhadores especializados, de um lado, e os pobres da cidade, do outro. O fracasso da tentativa de estabelecer a consciência e a unidade da classe trabalhadora preparou o terreno para a organização corporativista do trabalho, que seria imposta após 1930. Kenneth P. Erickson comenta: "Por não terem gerado uma auto-imagem política enquanto classe, os trabalhadores careciam de estímulo para formar grupos de pressão ativos, como os liberais o teriam feito, ou, de acordo com a teoria marxista, para se organizar e se afirmar como classe dominante na sociedade industrial"⁴³. Raimundo Faoro acrescenta: "Getúlio Vargas mudou as regras do jogo, mas as cartas permaneceram as mesmas"⁴⁴. Dado que sob o popu-

lismo os trabalhadores se vêem como consumidores de benefícios oriundos do Estado, e não como uma vanguarda responsável pela construção de "instituições políticas duradouras que assegurem seus interesses" como produtores, os funcionários do Governo Provisório puderam garantir que nenhuma consciência de classe revolucionária se formasse após 1930, onde ela não conseguira se formar na época da agitação trabalhista⁴⁵.

O OPERARIADO SOB VARGAS

Lindolfo Collor, principal arquiteto da plataforma da Aliança Liberal e primeiro-ministro do Trabalho de Vargas, impôs o modelo de relação entre patrões e trabalhadores e entre o Estado e sua população economicamente ativa que prevaleceu da década de 1930 à década de 1950. A orientação de Collor, inspirada parcialmente em Battle y Ordoñez, Irigoyen e Mussolini, procurava cooptar a classe trabalhadora urbana através de uma mistura híbrida de populismo, repressão e autoritarismo corporativista. O Ministério do Trabalho reconheceu o direito de os "sindicatos profissionais" defenderem seus próprios interesses em "colaboração com o Estado"⁴⁶. A estratégia revelou-se atraente para a elite industrial, que incluía Roberto Simonsen e Francisco Matarazzo, o qual julgava que "a sociedade ideal seria aquela que fornecesse ao proletário segurança no papel que o destino lhe reservara e, ao mesmo tempo, o desencorajasse de aspirações fúteis"⁴⁷. Essa estratégia apelava também para o comando militar, que via um movimento trabalhista independente como uma porta de entrada para o socialismo e o comunismo.

A indicação de Collor para chefiar o novo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (chamado pela imprensa de o "Ministério da Revolução") ocorreu apenas quatro semanas após a queda do governo de Washington Luís. A nova legislação trabalhista dirigiu-se, desde o início, apenas aos trabalhadores urbanos especializados, endossando o conceito de "cooperação social entre classes interdependentes... no qual a idéia de progresso está subordinada à noção fundamental de ordem"⁴⁸. Com o absoluto desprestígio do liberalismo da República Velha, os decretos e leis do Governo Provisório promulgavam agora muitas das medidas que os reformadores e militantes haviam reivindicado desde os primeiros dias do movimento operário brasileiro: institutos de pensões e aposentadorias, jornada fixa de trabalho, férias remuneradas e, em 1936, comissões destinadas a arbitrar e a estabelecer salários mínimos de acordo com a especialidade e as regiões geográficas. No entanto, a linguagem legal era cheia de brechas e os patrões encontravam meios de burlar os regulamentos até mesmo debaixo dos olhos atentos da ampliada burocracia federal. As oito horas de trabalho diárias, finalmente estabelecidas por decreto em 1932, podiam ser suplementadas, por exemplo, por duas horas adicionais "por acordo mútuo entre

* Decreto nº 24.694, de 12 de julho de 1934.

o trabalhador e o empregador". As carteiras de trabalho, emitidas com o objetivo de registrar os benefícios a que os trabalhadores tinham direito, tornaram-se instrumentos de um ruidoso controle social, já que todo empregado deveria ter toda a sua vida profissional registrada, e deveria apresentar esse documento sempre que se candidatasse a um novo emprego ou tivesse de tratar com a burocracia oficial. Somente os brasileiros natos ou os cidadãos naturalizados com cinco anos de residência no país podiam ocupar postos nos sindicatos e, enquanto os sindicatos patronais podiam ter âmbito nacional, os de trabalhadores eram limitados às jurisdições locais. Os dirigentes eram proibidos de receber salários por seu trabalho, e "toda propaganda ideológica, política e religiosa" era interdita. Apenas um sindicato por localidade e por categoria profissional era reconhecido, restrição que relegou a 1.180 dos 1.494 sindicatos anteriores a 1930 um *status* não oficial. O imposto sindical era arbitrariamente cobrado a todos os trabalhadores. Os sindicatos reconhecidos eram simplesmente transformados em agências paternalistas do Estado⁴⁹.

A militância dos trabalhadores reviveu tão logo as intenções do Governo Provisório se tornaram claras. A maioria dos sindicatos não reconhecidos se colocou ou na extrema direita ou na extrema esquerda do espectro. Os sindicatos de direita incluíam alguns grupos de trabalhadores ligados à Igreja Católica ou simpáticos ao emergente movimento integralista, a Ação Integralista Brasileira (AIB), de orientação fascista. No Ceará, a Legião Cearense do Trabalho, liderada por Severino Sombra e Hélder Câmara, serviu de precursora para os integralistas. Os sindicatos independentes de esquerda incluíam grupos ligados ao Partido Socialista Proletário do Brasil, a outras organizações socialistas e à Frente Única Proletária do PCB, uma ampla confederação trabalhista que reivindicava a dissolução e o desarmamento das organizações fascistas, a liberdade de reunião e de expressão, e o direito de greve sem restrição.

A Assembléia Constituinte de 1933-1934, que reviveu o debate público sobre a organização social e política e endossou o princípio corporativista de representação classista, trouxe a restauração do governo constitucional em julho de 1934 e um significativo aumento dos conflitos trabalhistas. Segundo um analista da embaixada dos Estados Unidos, a paz havia prevalecido entre outubro de 1930 e julho de 1934 "porque o governo sufocava com prontidão e firmeza esses movimentos no momento em que se tentava desencadeá-los". Agora, entretanto, "a agitação e a insatisfação" tinham vindo à tona e "o antigo procedimento de pôr fim às greves empregando a polícia militar não podia mais ser seguido". "Agora existem tribunais para (pôr fim às greves) e para acionar a pesada máquina legal que o Governo Provisório desprezava", acrescentava desapontado o observador⁵⁰.

Os sindicatos de esquerda devotavam grande atenção às questões internacionais, vendo os proletários brasileiros como camaradas na luta mundial contra o fascismo e tentando politizar as classes mais baixas. Tanto os sindicatos de direita

como os de esquerda atacavam a presença de empresas estrangeiras no Brasil; especialmente as estradas de ferro inglesas, as companhias de serviços públicos dominadas por interesses canadenses, americanos e europeus e as indústrias alimentícias como a Armour e Anderson-Clayton. Os grupos comunistas maldi-ziam também a legislação repressiva, especialmente a "Lei Monstro"⁵¹ (1935), que reduziu violentamente a liberdade de reunião e de organização. Greves esporádicas paralisavam os transportes urbanos durante dias e eram às vezes apoiadas por greves de solidariedade de outros sindicatos. As companhias de transportes revidavam, mantendo seus serviços (as barcas tomavam emprestados pilotos e mecânicos da Marinha; outras companhias utilizavam trabalhadores não sindicalizados) e tomando medidas para erradicar e mandar prender os líderes grevistas.

Durante esse período, a distinção entre sindicatos e frentes de propaganda foi embaçada. Os sindicatos promoviam greves individualmente – 29 ocorreram na cidade de São Paulo nos nove primeiros meses de 1934, por exemplo –, enquanto outros grupos de trabalhadores orientados se concentravam em técnicas de agitação e propaganda. A lista de grupos da classe trabalhadora abrangia então um número bem maior do que nas décadas anteriores: os grupos de São Paulo incluíam a Coligação dos Sindicatos Proletários, a Liga Comunista Internacionalista, o Comitê das Mulheres Trabalhadoras, e o Comitê da Luta contra as Guerras Imperialistas, a Reação e o Fascismo⁵¹. Mais do que antes, os grupos operários deixaram de se concentrar apenas nas grandes cidades, organizando-se também nos pequenos centros urbanos do interior, especialmente no Centro-Sul. Centenas desses grupos floresceram por breves períodos antes que fossem fechados ou levados à clandestinidade pela legislação repressiva promulgada em meados de 1935, quando Vargas fechou por decreto a Aliança Nacional Libertadora, o maior dos grupos de frente ampla de esquerda.

A ANL, fundada em março de 1935, representou o veículo do Partido Comunista para mobilizar a resistência ao regime brasileiro. Nesse momento, a decisão dos dirigentes do PCB de trabalhar em prol de um "governo popular revolucionário de camponeses e trabalhadores" não só eclipsou os objetivos tradicionais dos sindicatos locais, como eliminou a possibilidade de que eles sobrevivessem, em vista da escalada retórica e da crescente estridência de suas reivindicações. As reivindicações trabalhistas da ANL, anunciadas por Roberto Sisson, que redigiu praticamente todos os manifestos da organização, pediam o mesmo tipo de legislação social que havia sido solicitado durante anos e que, sob Vargas, estava sendo seletivamente implantado. Mas a ANL concentrava seus ataques nos interesses estrangeiros no Brasil e o próprio governo Vargas. Ao ser fechada em julho de 1935, a ANL recolheu-se à clandestinidade, abandonando seus milhares de membros da classe média e trabalhadora, e transformando-se num foco insurrecional. Seguindo cegamente as ordens de Moscou para iniciar uma insurreição revolucionária entre os soldados e os trabalhadores, e liderada

⁵¹ Oficialmente chamada de Lei de Segurança Nacional.

por Luís Carlos Prestes, que havia retornado secretamente ao Brasil no início do ano (embora a polícia estivesse informada de sua presença), a ANL desencadeou uma revolta mal coordenada em três cidades – Natal, Recife e Rio de Janeiro – procurando instalar um governo chefiado por “homens que representavam verdadeiramente o desejo da maioria”⁵². O fracasso da revolta e a consequente supressão não só da esquerda como dos moderados e progressistas foi analisada com mais detalhes em outro estudo⁵³. O estado de sítio imposto em seguida ao movimento insurrecional de novembro de 1935 fechou o Congresso, suprimiu as liberdades civis e a liberdade de expressão, e conduziu o Brasil à beira de um domínio militar direto. A organização trabalhista independente desapareceu a partir dessa data. O Estado Novo, promulgado em novembro de 1937, só fez institucionalizar o que já fora iniciado dois anos antes.

O aspecto mais incomum da campanha da ANL foi sua tentativa de mobilizar não apenas trabalhadores especializados, mas soldados, camponeses e as massas em geral. Entretanto, os líderes da ANL eram idealistas e intelectuais que não tinham uma compreensão das classes inferiores: de fato, seus esforços para atingi-las através de uma imprensa bombástica de esquerda e de comícios públicos beiravam o ridículo.

Dos dois movimentos nacionalistas da década de 1930, a ANL e a AIB, o último foi o que provavelmente se infiltrou mais profundamente entre o proletariado urbano, especialmente através de seus programas especiais (e altamente politizados) de alfabetização e instrução dos pobres, sobretudo das mulheres dos bairros operários, que recebiam noções de economia doméstica e de higiene. Os objetivos integralistas foram em última análise absorvidos pela política social do Estado Novo, que endossou o conceito corporativista de integração vertical e a teoria de uma economia estreitamente controlada.

Os defensores do governo Vargas acataram a supressão sumária da esquerda após 1935 como uma atitude necessária para evitar o comunismo e restaurar a ordem. Eles aplaudiam o reconhecimento por parte do governo dos direitos dos trabalhadores num clima – segundo as palavras do regime – isento de “todo incentivo à luta de classes”. Enquanto alguns observadores estrangeiros comentavam que os brasileiros estavam exagerando a ameaça comunista, os propagandistas do governo gabavam-se – ainda que sem fundamento – de que, com Vargas, os trabalhadores brasileiros estavam “na melhor situação do mundo”⁵⁴. “O trabalhador brasileiro”, escreveu José Soares Maciel Filho no último dia de 1937, “pelo sistema de legislação social adotado no Brasil, goza de segurança no emprego, férias remuneradas e assistência médica gratuita, tem acesso à assistência financeira em caso de doença, é protegido em caso de acidente de trabalho, e tem garantido um repouso despreocupado na velhice, graças à pensão dada pelo governo”⁵⁵.

A legislação social da década de 1930 beneficiou realmente os trabalhadores situados no alto da escala ocupacional, e de forma tão significativa que a gratidão

dos operários especializados e da classe média constituiu a base da imensa popularidade de Vargas entre os eleitores urbanos após 1945. Mas os benefícios, em sua maioria, restringiam-se aos membros dos sindicatos oficialmente reconhecidos e controlados. Há poucas provas de que a massa da classe trabalhadora tenha ganho muito durante a década de 1930, especialmente diante do aumento nos preços dos bens de consumo a medida que a década avançava. Entre 1930 e 1937, o índice real de preços subiu 84 pontos (1912=100)⁵⁶.

Os dados precisos sobre o custo de vida são enganosos. Um especialista em história econômica, Roberto Simonsen, oferece estatísticas para mostrar que durante 20 dos 24 anos entre 1915 e 1935, o custo de vida subiu mais depressa do que os salários urbanos. De acordo com seus cálculos, o índice anual excedeu o custo de vida entre 1930 e 1934 por razões não determinadas. Mas a renda real depois disso caiu novamente⁵⁷. Outro estudo baseado em estatísticas oficiais da cidade de São Paulo afirma que os salários urbanos excediam o custo real de vida de 1913 apenas cinco vezes, em 1923 e novamente entre 1928 e 1931. Nenhum dos estudos afirma que a legislação social de Vargas tenha melhorado a qualidade de vida dos trabalhadores urbanos. Em São Paulo, um estudo cobrindo o período do Estado Novo observou que os salários reais em 1945 eram inferiores aos de 1939. Os dados referentes ao Rio de Janeiro mostram uma deterioração semelhante na vida dos trabalhadores urbanos entre 1912 e 1919⁵⁸.

Uma pesquisa feita com 221 famílias operárias (cinco a seis pessoas por família) por dois sociólogos que analisavam a cidade de São Paulo em 1934 revela um déficit médio no salário necessário para sustentar uma família correspondente a 23,4 mil réis por mês, ou seja, o equivalente ao salário de três dias de um trabalhador. Mais de 1/4 das famílias entrevistadas consumiam menos do que a quota mínima de calorias para uma alimentação adequada. Um estudo semelhante sobre as famílias operárias de Recife revelou resultados ainda piores⁵⁹. Entre as famílias paulistas, 40% das mulheres não tinham um “vestido de sair”, e 1/8 não possuía sapatos. Cerca de 90% das famílias viviam em casas alugadas com menos de três quartos. A comida era feita em fogão de lenha⁶⁰. Os déficits salariais tinham de ser compensados através de trabalho suplementar no mercado informal ou por meio de empréstimos.

O jornal de São Paulo *Sociologia* oferece um estudo de caso interessante, situado no ano de 1922, que demonstra as limitações e as oportunidades da classe operária brasileira no período. Trata-se da história de Armando, o filho de um pedreiro imigrante italiano que chegou em São Paulo em 1908 com a mulher, passou um ano e meio numa fazenda no Alto Paulista, e depois migrou para a capital, onde nasceu Armando, em 1910. Possuindo uma especialidade, o pai se distinguia da maior parte de seus contemporâneos no Brasil e pôde mandar o filho para a escola primária durante cinco anos. A ausência de escolas profissionais forçou o pai a interromper os estudos do filho, e o menino começou a trabalhar a seu lado como aprendiz, sem receber.

Por volta de 1929, o pai de Armando se havia estabelecido como trabalhador especializado, e construiu uma casa de dois quartos num subúrbio operário. Ele controlava a família com severidade, à maneira dos camponeses italianos. Armando, encorajado por sua noiva, rebelou-se, saindo de casa e começando a trabalhar por conta própria. Através do casamento (sua noiva era filha de um pequeno comerciante local que não gostava de Armando mas consentiu no casamento, já que a moça tinha 23 e já estava sendo considerada praticamente "encalhada"), seu nível social subiu. Ele utilizou suas novas ligações para se tornar um empreiteiro independente. Mas como não tinha licença, seu *status* começou a baixar a partir da morte do seu sogro, em 1935. Armando recuperou as boas graças do pai e o empregou como seu capataz, criando uma situação problemática com seus outros empregados. Sem contar com a proteção da nova legislação social e ainda incapaz de preencher os requisitos burocráticos para obter uma licença profissional, a firma de Armando mal produzia o suficiente para pagar as despesas de sua família, já que os clientes pagavam bem menos pelo trabalho realizado por artesãos não licenciados.

Frente a esses problemas, Armando julgou necessário fazer um empréstimo. Empregando um despachante, que acabou por se revelar desonesto, viu-se forçado a pedir um empréstimo ainda maior, a uma taxa de juros mais alta. Embora sua própria vizinhança estivesse então começando a prosperar, Armando acabou sufocado por dívidas. Perdeu prestígio diante dos lojistas e dos proprietários locais e era chamado de "rústico". As pessoas riam dele por suas roupas simples, pelo fato de não ter um escritório e de ir para o trabalho de bicicleta. Ainda jovem e saudável em seus 32 anos, Armando havia gozado de todos os benefícios que o nascimento numa família operária especializada lhe trouxera, mas não havia sido capaz de se insinuar com êxito no setor ascendente de sua classe. Ele se viu deixado para trás, considerado "muito operário" para aspirar à ascensão social. Por outro lado, como artesão independente, era ignorado pelo sistema trabalhista oficial e deixado às voltas com seus próprios expedientes na economia informal ou extralegal. Seu único benefício governamental era um fundo de pensão para o qual contribuía com uma quantia de dez mil réis por mês. Mas na época em que Armando chegasse à idade de se aposentar, a inflação teria tornado a pensão irrisória⁶¹.

O BALANÇO

A divisão da população da classe baixa das cidades em componentes diferentes para fins de análise confirma a hipótese de que a legislação social nacional premiou um pequeno segmento do grupo trabalhador, ao mesmo tempo que o crescimento industrial redistribuiu a renda de maneira desigual. Alguns assalariados saltaram do setor produtivo para o setor de serviços em consequência do aumento nos gastos do governo, da ampliação da folha de pagamentos públicos e do impacto da modernização posterior a 1930. A maior parte não deu esse salto; para

a maioria, a promessa revolucionária do regime da Aliança Liberal e do Estado Novo não resultou em nada de positivo.

O fato de os salários reais não terem aumentado ao longo desse período significou que os avanços individuais ocorreram somente através do movimento em direção a empregos mais bem pagos; ainda assim, o governo forneceu pouca ou nenhuma oportunidade para o treinamento vocacional. Poucos membros dos grupos baixos não gastaram o pouco que conseguiram acumular, já que a depreciação constante da moeda a partir de meados da década de 1930 tornou-se, segundo um economista simpaticamente, "o sacrifício desprovido de muita significação"⁶². Um maior número de brasileiros ricos enfrentou a inflação aplicando rapidamente seu dinheiro em imóveis, uma prática que elevou o valor e os aluguéis das propriedades, aumentando a carga financeira dos não-proprietários urbanos. Os poucos imigrantes que adquiriram independência financeira enquanto vivos o fizeram abrindo pequenas lojas, que com o tempo passaram a constituir um comércio importante em áreas de altos riscos (e de altos lucros potenciais). Vale ressaltar o significado duplo das lojas, para os imigrantes e para a sociedade. Para o homem egresso do exterior, vindo, quase sempre, em condições precárias, ter uma loja significava desvencilhar-se das amarras condicionadoras da condição da migração. Para a sociedade, contudo, o significado era outro, muito mais global. A configuração urbana que comportava o estrangeiro na cidade precisava se modernizar; neste sentido, a loja foi um agente transformador. Era a um tempo geradora das independências individuais e atestado da atualização social.

Em 1943, o regime consolidou sua legislação trabalhista através da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). O decreto estabeleceu como norma a jornada de oito horas, concedeu a todos os trabalhadores 15 dias de férias remuneradas anuais e prescreveu um salário mínimo legal (demasiado baixo, na década de 1940, para exercer qualquer impacto real sobre os ganhos). Os menores de 14 anos foram proibidos de trabalhar, mas a lei nunca foi amplamente aplicada. Regulamentos estabeleceram normas para a inspeção das fábricas, mas o sistema foi logo crivado de pequenas fraudes⁶³.

Leis governavam a saída do emprego, a segurança do trabalho e os conflitos trabalhistas. Os sindicatos tiveram permissão para funcionar desde que legalmente reconhecidos e registrados, mas foram expressamente proibidos de participar em atividades políticas. Esses sindicatos "exclusivos" (os sindicatos pluriprofissionais foram proibidos durante o Estado Novo) se ampliaram, dado que somente através da filiação a uma organização os trabalhadores podiam gozar dos benefícios do sistema trabalhista.

Por volta de 1944, existiam cerca de 800 sindicatos com aproximadamente meio milhão de membros. Nas fileiras dos sindicatos residia não só a futura base de apoio do populismo pós-1945 de Getúlio Vargas, mas a matéria bruta para a

renovação do movimento trabalhista sob o regime menos autoritário que sucedeu o Estado Novo. O impacto dos preços em rápida ascensão e de um nível de vida mais baixo ao final da Segunda Guerra Mundial contribuíram para a ressurreição da militância sindical. Esse movimento foi reforçado pela nova aliança de Vargas com os comunistas, que permitiu que o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) emergisse como a principal força integradora do movimento trabalhista brasileiro em nível local entre 1945 e 1947, o curto período de vida legal do PCB⁶⁴.

As vantagens afetaram a elite trabalhadora do nível quatro, aqueles que desenvolviam atividades especializadas ou semi-especializadas nos centros urbanos. A concentração industrial no Centro-Sul, e especialmente na região da Grande São Paulo, por volta de 1945, havia aguçado as distinções de classe e aumentado o abismo entre esses trabalhadores e o proletariado não especializado⁶⁵. A migração para as cidades continuou, num ritmo mais rápido do que as infra-estruturas econômicas formais podiam absorver a nova população; de fato, a migração inter-regional aumentou de década em década, de 1880 a 1950.

O crescimento da industrialização baseada no uso intensivo do capital e a conseqüente tendência à tecnologia com emprego intensivo da força de trabalho nas maiores empresas, tanto estrangeiras como brasileiras, aumentou a distância entre a elite trabalhadora especializada e o restante da população não especializada, que foi desviado para o setor informal menos capitalizado e isento da proteção do governo. A presença de mulheres na força de trabalho diminuiu em todo o país tanto na agricultura como na indústria, caindo de um máximo de 51% em 1872 para menos de 15% depois de 1910. As mulheres foram excluídas dos níveis superiores do mercado de trabalho pela decisão da sociedade de que elas, assim como os trabalhadores nativos, eram essencialmente antifuncionais num mercado de trabalho que variava da empreitada à fábrica⁶⁶. Para as mulheres isto não significou menos trabalho, mas simplesmente uma transferência da economia formal para o trabalho informal em casa ou para o serviço doméstico⁶⁷. A nova legislação social foi generosa para com as mulheres, mas apenas uma parcela mínima se beneficiou dela.

O florescente e explorador setor de trabalho informal, um mundo sombrio de empregos não computados e mal remunerados que dominou grande parte do pequeno manufatureiro e a esfera dos bens e serviços, isolou a maior parte da população urbana dos dramáticos programas sociais das décadas de 1930 e de 1940. O peso do setor informal chegou até mesmo a influenciar a população trabalhadora economicamente ativa; isto é demonstrado pelo fato de que as estatísticas oficiais constantemente revelavam déficits de renda nas famílias da classe trabalhadora. Era preciso extrair uma renda suplementar do setor residual (informal), pois não existiam muitas possibilidades além desta.

As primeiras associações de trabalhadores, surgidas no final do século XIX e início do século XX, fracassaram a despeito de seus esforços corajosos porque a classe trabalhadora emergente estava seriamente dividida do ponto de vista interno, porque os líderes radicais perceberam mal as realidades da consciência da classe trabalhadora, e porque o governo apoiou sem reservas o propósito dos empregadores de esmagar os protestos dos trabalhadores com uma repressão rápida e violenta. Os trabalhadores brasileiros que aceitaram os engodos do governo na década de 1930 e formaram o eleitorado leal dos líderes populistas na década de 1940 e posteriores assim o fizeram porque não possuíam um sentido de identidade com a massa urbana e porque não viam outra maneira de melhorar suas vidas. Antes de 1930, o comportamento da classe operária era condicionado por um contexto social de agressão e violência contra os defensores dos direitos dos trabalhadores. Após 1930, a classe dominante endossou um sistema benevolente destinado a suavizar o conflito trabalhista e a cooptar a elite da classe trabalhadora⁶⁸. A legislação social corporativa dos anos posteriores a 1930 apresentou traços sedutores, que eram engolidos pela realidade da vida econômica. Isso valeu para todos, menos para os ocupantes dos níveis superiores da escala da pobreza urbana.

NOTAS

1. Ver, por exemplo, Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (Rio de Janeiro: 1936); Paulo Prado, *Retrato do Brasil* (Rio de Janeiro: 1962; 6ª ed.); Ronald de Carvalho, *Estudos brasileiros* (Rio de Janeiro: 1931); Alfredo Ellis, *Raça de gigantes* (São Paulo: 1926); Gilberto Freyre, *Manifesto regionalista de 1926* (Recife: 1926).
2. Carlos Guilherme Mota, "A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica", *Debate e Crítica*, 5 (março 1975), 7.
3. Ver, por exemplo, Luis Werneck Viana, "Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências", *BIB* (Rio de Janeiro), 3 (1978), 9-24.
4. Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall, *A classe operária no Brasil, 1889-1930. Documentos, Vol. 1: o movimento operário* (São Paulo: 1979), p. 15.
5. Eric J. Hobsbawm, "Labor history and ideology", *Journal of Social History*, 7:4 (1974), 271-381, citado por Pinheiro e Hall, p. 5.
6. Hobsbawm, citado por Bôris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social* (São Paulo: 1977), p. 5.
7. Eugene F. Sofer, "Recent trends in Latin American labor historiography", *Latin American Research Review*, 15:1 (1980), 168.
8. Fausto, pp. 245-246. Ver também Edgar Carone, *Movimento operário no Brasil (1917-1944)* (São Paulo: 1979), p. 14 e pp. 105-106, citando *O Debate* (Rio de Janeiro), 2 de agosto de 1917.
9. Fausto, *op. cit.*; Michael M. Hall, "Immigration and the early São Paulo working class", *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, Richard Konetzke e Hermann Kellenbenz

Editores (Colônia: 1975), pp. 393-407; Luis Werneck Viana, *Liberalismo e sindicato no Brasil* (Rio de Janeiro: 1976); Celso Frederico, *Consciência operária no Brasil* (São Paulo: 1979); Paula Beiguelman, *Os companheiros de São Paulo* (São Paulo); Ângela Maria de Castro Gomes, *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937* (Rio de Janeiro: 1979).

10. Kenneth Paul Erickson, Patrick V. Peppe e Hobart A. Spalding Jr., "Dependency vs working class history: a false contradiction", *Latin American Research Review*, 15: 1 (1980), 177-181.

11. Ver, por exemplo, Sheldon Leslie Maran, "Anarchists, immigrants and the Brazilian labor movement, 1890-1920". Diss. University of California (Santa Barbara: 1972); José Alberino Rodrigues, *Sindicato e desenvolvimento no Brasil* (São Paulo: 1968); Azis Simão, *Sindicato e Estado* (São Paulo: 1966); Kenneth Paul Erickson, *The Brazilian corporative State & working class politics* (Berkeley: 1977); Miguel Bodea, *A greve geral de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho* (Porto Alegre: 1979); Everardo Dias, *História das lutas sociais no Brasil* (São Paulo: 1962). Um autor soviético escreveu uma história da classe operária brasileira: Boris I. Koval, *Istoria brasil'skogo proletariata (1857-1967)* (Moscou: 1968).

12. Torcuato S. Di Tella, "The dangerous classes in early nineteenth century Mexico", *Journal of Latin American Studies*, 5:1 (1973), 79-105.

13. Di Tella, *op. cit.*, p. 104.

14. Thomas W. Merrick e Douglas H. Graham, *Population and economic development in Brazil: 1800 to the present*. (Baltimore: 1979), pp. 146-155; Henry William Spiegel, *The Brazilian economic* (Filadélfia: 1949), p. 92.

15. Michael L. Conniff, "Rio de Janeiro during the great Depression, 1928-1937: social reform and the emergence of populism in Brazil". Diss. (Stanford University: 1976), pp. 5-8.

16. Ver Conniff, *op. cit.*, cap. 1.

17. Norma Evenson, *Two Brazilian capitals: architecture and urbanism in Rio de Janeiro and Brasília*. (New Haven: 1973), p. 42. Londres e Paris apenas quadruplicaram sua população no mesmo período de cem anos.

18. Evenson, *op. cit.*, p. 12.

19. Gadiel S. Perruci, *Favelas do Rio e mucambos do Recife* (Recife: 1962), p. 18; Maran, *op. cit.*, p. 157, citando Bandeira Júnior, *A indústria no Estado de São Paulo*, s/d., p. xiv; *Relatório da Federação Local de Santos*, s/d., p. 1.

20. Luis Edmundo, *O Rio de Janeiro do meu tempo*. vol. 1, pp. 214-220, citado por Carone, *op. cit.*, pp. 30-32.

21. Mário Cardin, *Ensaio de análise de fatores econômicos e financeiros*. (São Paulo: 1936), p. 24, citado por Maran, *op. cit.*, 235.

22. Edgard Leurenroth e Antônio Duarte Candaira, *O que é o maximalismo ou bolchevismo*, 1919, citado por Maran, *op. cit.*, p. 235.

23. Hans Füchtner, *Os sindicatos brasileiros: organização e função política*. (Rio de Janeiro: 1980), p. 38. Ver também Nevin O. Winter, *Brazil and her people of today*. (Boston: 1910), p. 67.

24. Maran, *op. cit.*, pp. 3-5.

25. Thomas L. Holloway, *The Brazilian coffee valorization of 1906: regional politics and economic dependence*. (Madison, Wisconsin: 1975), p. 144, citado por Merrick e Graham, *op. cit.*, 88-90.

26. Hall, *op. cit.*, 400-401; Merrick e Graham, *op. cit.*, pp. 95-96. Ver também Anibal Vilanova Vilela e Wilson Suzigan, *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1944*. (Rio de Janeiro: 1973), pp. 262-276. Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*. (São Paulo: 1965), pp. 1-190; Ann Marie Pescatello, "Both ends of the journey: an historical study of migration and change in Brazil and Portugal, 1889-1914". Diss. University of California at Los Angeles, pp. 193-194. Antes de 1902 a maioria dos italianos vieram do Norte da Itália, especialmente o vênico. Depois, imigrantes vieram do Norte e também do Sul.

27. Hall, *op. cit.*, p. 397, quando *Il Pungolo* (São Paulo), 1º de maio de 1909.

28. Ver Herminio Linhares, *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil* (São Paulo: 1977, 2ª ed.), p. 49.

29. Hall, *op. cit.*, pp. 397-403; Erickson, *op. cit.*, p. 12.

30. Erickson, *op. cit.*, pp. 13-14, citando CIFTSP, *Circulares*, 10 de março de 1922. Ver também Azis Simão, *op. cit.*, 122-126; José Alberino Rodrigues, *op. cit.*, p. 68.

31. José Alberino Rodrigues, *op. cit.*, pp. 6-8.

32. Ver Carone, *op. cit.*, pp. 60-61.

33. Hall, *op. cit.*, p. 402.

34. Sheldon L. Maram, "Labor and the left in Brazil, 1890-1921: a movement aborted", *Hispanic American Historical Review*, 57 (maio de 1977), 255-256; Memorandum nº 163, major Fenton R. McCreery, Adido Militar, Rio de Janeiro, Embaixada Americana, ao Diretor do Serviço Militar de Informações, Washington, 14 de maio de 1919, Arquivo do Departamento de Guerra, Fichário nº 2052-74. Cortesia de Frank d. McCann Jr.

35. Luis Werneck Viana, *op. cit.*, pp. 45-46 e p. 48.

36. *Coleção das leis da República dos EEUU do Brasil de 1907*. Vol. K, s/d., citado por Luis Werneck Viana, *op. cit.*, p. 50.

37. Antônio Picarollo, *O socialismo no Brasil. Esboço de um programa da ação socialista*. (São Paulo: 1932, 3ª ed.), p. 49.

38. Maram, "Labor and the left", 261; Maram, "The immigrant and the Brazilian labor movement", *Essays concerning the socio-economic history of Brazil and Portuguese India*, Dauril Alden e Warren Dean Editores. (Gainesville, Flórida: 1977), pp. 197-199; *A terra livre* (São Paulo, 13 de junho de 1906, citado por Carone, *op. cit.*, p. 95. Ver também Robert W. Shirley, "Legal institutions and early industrial growth". *Manchester and São Paulo: problems of rapid urban growth*, John D. Wirth e Robert L. Jones Editores. (Stanford: 1978), pp. 171-172.

39. Evaristo de Moraes Filho, *Encontros no Folhetim* (Folha de São Paulo), nº 179 (22 de junho de 1980), 4.

40. Sheldon L. Maram, "Urban labor and social change in the 1920's", *Luso-Brazilian Review*, 16 (inverno de 1979), 215.

41. Paulo Sérgio Pinheiro, *Política e trabalho no Brasil (dos anos vinte a 1930)*. (Rio de Janeiro: 1975) p. 124; Maram, "Urban labor", 216-17; José Alberino Rodrigues, *op. cit.*, p. 45.

42. *Guerra Social* (São Paulo, 4 de novembro de 1936, citado por Hall, *op. cit.*, p. 401. Ver também Hall, *op. cit.*, pp. 402-403; Maram, "Urban labor", 219-221, Edgar Leurenroth, *Anarquismo, roteiro da libertação social* (Rio de Janeiro, s.d.); John F. W. Dules, *Anarchists and communists in Brazil, 1900-1935* (Austin: 1973). Ver também Sheldon L. Maram, "Anarcho-sindicalism in Brazil", *Latin America: power and reality. Proceedings of the Pacific Coast Council in Latin American Studies*, 4 (1975), 101-116.

43. Kenneth P. Erickson, "Populism and political control of the working class in Brazil", *Latin America: power and reality. Proceedings of the Pacific Coast Council of Latin American Studies*, 4 (1975), 127.

44. Raimundo Faoro, "Os reféns internos", *Isto É* (São Paulo), 4 (14 de maio de 1980), 7.

45. Erickson, "Populism", p. 127.

46. Peter Flynn, *Brazil: a political analysis*. (Londres: 1978), p. 100.

47. Flynn, *op. cit.*, p. 236, citando Warren Dean, *The industrialization of São Paulo, 1880-1945* (Austin: 1969), p. 176.

48. Conniff, *op. cit.*, p. 139; Flynn, *op. cit.*, p. 101.

49. Flynn, *op. cit.*, p. 102; Shirley, *op. cit.*, p. 173. Ver também Relatório Confidencial, L. Troutbeck, embaixador inglês no Rio de Janeiro, a sir John Simon, Foreign Office, 14 de agosto de 1934, PRO Archive.

50. Oficial de Marinha Harry W. Brown, Adido Militar, Embaixada americana, Rio de Janeiro, ao Departamento de Estado, Relatório G-2 nº 1319, 29 de agosto de 1934, p. 1. Sobre a Legião Cearense do Trabalho, ver Severino Sombra, *O ideal legionário* (Fortaleza: 1931), pp. 45-47.

51. Carol H. Foster Consul Geral de São Paulo, Relatório Político nº 2 ("Atividades comunistas em São Paulo"), a Hugh S. Gibson, Embaixador, Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1934. Arquivo do Departamento de Estado, Washington, D.C.

52. Diretório Nacional da ANL, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1935. "O governo popular nacional revolucionário e o seu problema" (documentos de Roberto Sisson, Rio de Janeiro); *O Sindicalista* (Jaboatão, Pernambuco), 1 (junho de 1935); *A Manhã* (Rio de Janeiro), 31 de agosto de 1935.

53. Ver Robert M. Levine, *The Vargas regime* (Nova York: 1970).

54. José Soares Maciel Filho, "O sentido social da revolução", *O Imparcial* (Rio de Janeiro), 31 de dezembro de 1937/1 de janeiro de 1938, 71.

55. *Idem*. Ver também Edgar Carone, *O Estado Novo (1937-1945)* (São Paulo: 1976), p. 133.

56. Robert M. Levine, *Pernambuco in the Brazilian Federation, 1889-1937*. (Stanford: 1978), p. 189.

57. Roberto C. Simonsen, *A evolução industrial do Brasil* (São Paulo: 1939), tabela em apêndice, citado por Spiegel, *op. cit.*, p. 97.

58. Mário Cardim, *Ensaio*, p. 24, citado por Spiegel, *op. cit.*, p. 98; Ministério do Trabalho, *Levantamento do custo de vida no Brasil* (Rio de Janeiro: 1946), pp. 95-98, citado por Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*, vol. 2, (Rio de Janeiro: 1978), p. 902; Spiegel, *op. cit.*, p. 99.

59. Jesuê de Castro, in *Revista de Arquivos Municipais de São Paulo*, 11 novembro/dezembro de 1935, 167-176, sobre Recife. O estudo sobre São Paulo foi efetuado por Horace B. Davis e Marian Rubins Davis. "Scale of living of the working class in São Paulo, Brazil", *Monthly Labor Review*, janeiro de 1937, 245-253. Ver também James A. Rowan, "Trade unions and wages in Brazil", *Monthly Labor Review*, setembro de 1925, 467-477.

60. Davis e Davis, *op. cit.*, p. 252.

61. Frederico Heder, "A carteira pedisse a tal de um pedreiro de subúrbio", *Semana*, 4 de 1942, 150-151.

62. Spiegel, *op. cit.*, p. 100.

63. *Idem*, p. 101.

64. *Idem*, p. 105.

65. Manuel T. Berlinck, *Marginalidade social e relações de classes em São Paulo* (Petrópolis: 1975), p. 99. A participação de São Paulo na produção industrial do país passou de 16,5% em 1907 para 43,5% em 1934 e continuou a aumentar daí em diante, embora num ritmo mais lento.

66. Merrick e Graham, *op. cit.*, p. 331.

67. June E. Halmer, "Women and work in Brazil, 1850-1920: a Preliminary investigation", *Essays concerning the socioeconomic history of Brazil and Portuguese India*, Dauni Alden e Warren Dean, Editores (Gainesville, Flórida: 1977), p. 103.

68. Ver Otávio Iani, *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil* (Rio de Janeiro: 1963), pp. 127-130.

O autor gostaria de agradecer a ajuda das seguintes pessoas: Sheldon L. Maram, Frank D. McCann Jr., José Carlos Sebe Bom Meihy, Joseph L. Love e Michael Hall.



II - ORIGEM E EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO AO PRÉ-ESCOLAR
NA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

Os três primeiros Parques Infantis localizavam-se em bairros operários:-

- 1 - P.I. D. Pedro II (extinto)
2 - P.I. Ipiranga (EMEI. 2 - D. Pedro I)
3 - P.I. Lapa (EMEI. 3 - Neyde Guzzi de Chiacchio)

Pelo Ato 795 de 15 de fevereiro de 1935, esse Serviço passou a denominar-se "Serviço Municipal de Parques Infantis" e continuou subordinado ao Prefeito até 30 de maio do mesmo ano quando, pelo Ato 861 que organizou o Departamento de Cultura e de Recreação, recebeu o nome de "Parques Infantis" a Seção afeta a uma das quatro Divisões desse Departamento, qual seja, "Divisão de Cultura, de Educação e de Recreios".

Aos 04 de julho de 1936, pelo Ato 1.146 que "Consolida e Modifica as Disposições Referentes aos Serviços, Repartições e Funcionários da Prefeitura" a Secção "Parques Infantis" ficou afeita à "Divisão de Educação e de Recreio" e esta, ao Departamento de Cultura".

Nos primeiros anos de funcionamento dos Parques Infantis, a carência alimentar dos educandos, precipuamente aqueles de Unidades da periferia, (como ocorre ainda nos dias de hoje) apareceu como causa de um mau aproveitamento recreativo-educacional. Assim sendo, pensou-se num atendimento que atingisse a tripla finalidade: educar, assistir e recrear. Daí a denominação de "Divisão de Educação, Assistência e Recreio, quando da criação da Secretaria de Cultura e Higiene, através do Decreto-Lei 333 de 27 de dezembro de 1945 e da disposição de sua Organi-

zação Administrativa pelo Decreto-Lei 360 de 13 de setembro de 1.946.

E, a Divisão de Educação, Assistência e Recreio foi transformada em Departamento de Educação, Assistência e Recreio, em 1.947, afeto à Secretaria de Educação e Cultura em face do Decreto-Lei 430 de 08 de julho de 1.947 que desdobrou a Secretaria de Cultura e Higiene em Secretaria de Educação e Cultura e Secretaria de Higiene.

O número de Parques Infantis foi sendo ampliado, paulatinamente, nas Administrações que sucederam à do Prefeito Fábio Prado. Ressaltamos, aqui, a do Prefeito Abrahão Ribeiro que, reconhecendo a necessidade de oferecer áreas livres às crianças de apartamento, deu início à construção de "Recantos Infantis" em praças públicas e, o primeiro deles, foi o da Praça da República (hoje EMEI - 13 - "Armando de Arruda Pereira"). Ainda, o Prefeito Paulo Mauro, obedecendo a um plano de emergência, construiu 15 Parques Infantis, em cerca de 3 meses para, em curto prazo, atender a maior número de crianças dos bairros periféricos.

Os Parques e os Recantos Infantis tinham semelhante finalidade e a mesma linha metodológica, divergindo, apenas, no tipo de clientela atendida e, consequentemente, na parte assistencial.

Assim, os Parques Infantis, que assistiam as crianças de 3 a 12 anos, pelo próprio Ato nº 767, deveriam, por objetivo precípua, tirar essas crianças da rua, oferecendo-lhes um trabalho educacional pela valorização do lazer, através de atividades saudáveis e organizadas, com alcance moral e higiênico, tais como:-

1. atividades lúdicas, ao ar livre uma vez que os jogos levam a solidariedade, a comunicabilidade e a cooperação aproximando crianças de diferentes classes;
2. atividades higiênicas, em ambiente sadio, proporcionando o desenvolvimento de hábitos de higiene corporal, alimentar, etc.

Já os Recantos Infantis exigiam trabalho educativo baseado na necessidade de recreação ao ar livre.

É necessário mencionar, também, a construção de Recreios Infantis que diferiam dos Parques Infantis por funcionarem em áreas bem menores. Dada a exiguidade de espaço livre, atendiam somente às crianças de 3 a 6 anos e 11 meses (faixa pré-escolar).

Mais tarde, Parques, Recantos e Recreios Infantis ficaram com a denominação única de "Parques Infantis".

Na Administração do Prefeito Faria Lima, foram tomadas dentre outras, três medidas técnico-administrativas fundamentais, duas das quais demonstram, claramente, a visão desse grande Administrador, de que a melhor maneira de diminuir as reprovações nas Escolas de 1º Grau, seria proporcionar educação pré-escolar adequada a todas as crianças.

Essas medidas foram:-

1. Criação, através da Lei 7.037, de 03 de junho de 1967, do Departamento de Assistência Escolar na Secretaria de Educação e Cultura, com o fim de prestar assistência médica, odontológica e alimentar às crianças e adolescentes das Unidades Escolares e Educativo-Assistenciais.

Em face da criação desse Órgão, o Departamento de Educação, Assistência e Recreio passou a denominar-se Departamento de Educação e Recreio (artigo 40 da mesma Lei).

2. Criação de 24 classes do ensino pré-primário, em caráter experimental, junto a 12 Parques Infantis, através do Decreto nº 7.072 de 13 de julho de 1967, enfatizando o trabalho que já se realizava com a 1ª infância, e, dando-lhe uma linha científica estruturada.

3. Estudo e aplicação de uma programação pedagógica para os três graus de educação pré-escolar — dos 3 aos 6 anos e 11 meses.

Na Administração Paulo Maluf, foram criadas 188 classes de ensino pré-primário. Sua implantação, no entanto, se deu na Administração Figueiredo Ferraz, quando:

- os Parques Infantis passaram a desenvolver somente trabalho com crianças em idade pré-escolar (3 a 6 anos e 11 meses);
- a especialização pré-primária passou a ser obrigatória ao Educador Recreacionista através da Lei 7.225 de 04 de julho de 1.972 que "Dispõe sobre a forma de provimento dos Cargos de Educador Recreacionista;
- se estabeleceu programação regular com desenvolvimento de atividades curriculares, predominantemente educativas, durante 8 meses do ano.

Assim, em 1972, caracterizando o atendimento específico à população pré-escolar, nova programação foi apresentada, com base na primeira e enriquecida de atividades e informações.

Em 1.974, na Administração Miguel Colasuonno - Roberto Ferreira do Amaral, foi elaborado um Curriculo do Pré-Escolar por uma Equipe Técnica constituída por elementos dos três Departamentos da Secretaria Municipal de Educação. Essa Equipe procurou integrar esforços, no sentido de oferecer um trabalho coerente com os princípios que caracterizam o processo educativo, baseados, principalmente, na concepção do educando como um ser em desenvolvimento, em dimensões globais, nos aspectos biológico, psicológico e social.

Em 1.975, a Lei 8.204 de 13 de janeiro, desdobra a Secretaria de Educação e Cultura em Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Cultura.

Ainda em 1.975, a Lei 8.209 de 04 de março que organiza o Quadro do Ensino Municipal, define a atuação do Departamento de Educação e Recreio na linha da educação pré-escolar. E o Decreto regulamentador de nº 12.167 de 21 de agosto, já na

Administração Olavo Egydio Setubal, nos seus Artigos 49 e 50 dá nova designação aos Parques Infantis e ao Departamento de Educação e Recreio que passam a denominar-se, respectivamente, Escolas Municipais de Educação Infantil e Departamento de Educação Infantil.

Como os levantamentos estatísticos comprovam a existência de elevado índice de população pré-escolar no Município de São Paulo, a Superior Administração foi levada a tomar algumas medidas que permitissem ampliar a capacidade de atendimento a essa população.

Dentre elas, devemos ressaltar a fixação das classes das Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEIs, com 50 crianças, no mínimo, conforme Decreto 13.216/76 e a criação de Classes do Plano de Educação Infantil - PLANEDI, (Decreto 12.637 de 13 de fevereiro de 1976 e 14.291 de 26 de janeiro de 1977).

No exercício de 1977, aos 03 de janeiro, a Lei 8.519 alterou dispositivos da Lei 8.209/75, reorganizando cargos docentes e de Especialistas de Educação bem como, seus respectivos provimentos.

É interessante ressaltar que os três primeiros Parques Infantis nos seus 42 anos de existência, se multiplicaram e atingem, hoje, 147 Escolas Municipais de Educação Infantil, das 263 Unidades do PLANEDI, com funcionamento regular.

Mas, o aspecto significativo e relevante a ser ressaltado, nesta oportunidade, é o acréscimo de atendimento a cerca de 80.000 crianças, havido nestes dois últimos anos, na Administração do Prefeito Olavo Egydio Setubal e do Secretário Municipal de Educação Hilário Torloni. Ao insigne Prefeito, sensível aos problemas da educação e ao ilustre Secretário, grande capacidade técnico-administrativa, deve o Departamento de Educação Infantil o lugar de destaque que vem ocupando no Cenário Educacional do País.

- a carreira de Educador Musical, em face da Lei 8.209 de 04 de março de 1.975, está destinada à extinção, na vacância;
- a carreira de Técnico de Educação Física deixou de constar do quadro de servidores do Departamento de Educação Infantil, na Lei 8.209 de 04 de março de 1.975.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-ODONTOLÓGICA E ALIMENTAR

Inicialmente, nos Parques Infantis, as crianças além de receberem merenda rica em vitaminas e proteínas, eram assistidas por médico e dentista na própria Unidade.

Em face do Decreto nº 1.710 de 28 de maio de 1.952 e do Decreto regulamentador de nº 1.774 de 15 de julho de 1.952, essa assistência, bem como a farmacêutica, de pronto-socorro e hospitalar, passou a ser da competência da Secretaria de Higiene. Permaneceram, no entanto, junto ao Departamento de Educação, Assistência e Recreio, 3 médicos que atendiam aos parqueanos na sede, enquanto os dentistas continuaram prestando serviços nas Unidades.

Somente, através da Lei 7.037 de 13 de junho de 1967, no seu Artigo 31, que criou o Departamento de Assistência Escolar na Secretaria de Educação e Cultura, a assistência médico-odontológica e alimentar prestada aos educandos dos Parques Infantis passou a ser da competência desse Departamento, o que perdura até a presente data, de maneira a mais eficiente, principalmente, no que se refere à parte alimentar.

PESSOAL TÉCNICO

Como se vê, do Ato 861 de 30 de maio de 1935, os técnicos que iniciaram o trabalho educativo e assistencial, junto aos Parques Infantis, receberam, indistintamente, a denominação de "Instrutor". No parágrafo 1º do Artigo 49 do referido Ato, verifica-se que serão nomeados para esse cargo de "Instrutor", Professores de Escola Normal do Estado, com curso de Educação Sanitária do Instituto de Higiene de São Paulo, ou de Educação Física Infantil do Departamento de Educação Física do Estado, ou de Especialização Pré-Primária, no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo.

Em legislação posterior, para atender à necessidade de se ampliar o quadro de servidores pela criação de novos Parques Infantis, surge o cargo de EDUCADOR, para o qual é exigido o título de Educador Sanitário e permanece o de Instrutor, cargo esse que passa a ser preenchido somente por técnicos com diploma expedido por Escola de Educação Física (Tabela III - Parte Permanente do Decreto-Lei 338 de 11 de janeiro de 1946).

O Decreto-Lei 360 de 13 de setembro de 1946 aparece novamente o cargo de "Educador", agora abrangendo, dentre outros: Educador Sanitário, diplomado pela Faculdade de Higiene, Educador Musical, pelo Conservatório Dramático e Musical e Educador Recreacionista, professor normalista apenas.

O Decreto-Lei 404 de 08 de março de 1947 que dispõe sobre a estruturação das Carreiras do Funcionário Municipal, confirma a exigência de professor normalista para o Educador Recreacionista.

O Decreto 15012 de 31 de julho de 1948 institui as séries funcionais na Secretaria de Educação e Cultura para serem exercidas por extranumerários mensalistas pelo prazo de um (1) ano, dentre outras as de:

- Educador Recreacionista
- Educador Musical
- Educador Sanitário

Na Tabela II, Parte Permanente da Lei 7.265 de 17 de janeiro de 1.969, verifica-se as seguintes exigências:-

1 - Para o Educador Recreacionista — diploma de conclusão de Curso Normal, expedido por Escola Oficial, oficializada ou reconhecida do Estado de São Paulo.

2 - Para o Educador Musical — diploma de Canto Orfeônico e de Conservatório Musical expedido por Escola Oficial ou oficializada.

3 - Educador Sanitário — diploma expedido por Faculdade de Higiene, oficial, oficializada ou reconhecida pelo Governo Federal.

4 - "Instrutor" que passou a denominar-se "Professor de Educação Física" — diploma expedido por Escola Superior de Educação Física oficial, oficializada ou reconhecida pelo Governo Federal.

Os servidores admitidos como extranumerários mensalistas, foram referidos em 1972, pela Lei 7.747 de 27 de junho desse ano, Lei essa que "dispõe sobre a integração dos Servidores no Quadro Geral do Funcionalismo da Prefeitura."

Até 1972, na Lei 7.725 de 04 de julho que "Dispõe sobre a forma de provimento dos Cargos de Educador Recreacionista", a especialização pré-primária passou a ser obrigatória ao Educador Recreacionista.

Em 1974 o Professor de Educação Física recebeu a denominação de "Cargos de Educação Física" Anexo III da Lei 8.183 de 20 de dezembro de 1974).

Finalmente, no Decreto 12.115 de 29 de julho de 1.975. do Prefeito Olavo Egydio Seifubal, regulamentador da Lei 8.209 de 04 de março de 1.975, o Educador Recreacionista passa a denominar-se "Professor de Educação Infantil".

É interessante, ressaltar aqui:-

- os Educadores Sanitários, quando da criação do Departamento de Assistência Escolar, através da Lei 7.037 de 03 de junho de 1967, passaram a integrar o referido Departamento;

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20

CINQUENTA ANOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL : UM RETROSPECTO HISTÓRICO

Tizuko Morchida Kishimoto

A comemoração do cinquentenário da pré-escola da rede de ensino municipal traz a oportunidade para rever as origens da educação infantil mantida pela municipalidade e permite ao mesmo tempo algumas reflexões sobre as diretrizes atuais da educação infantil.

As primeiras experiências paulistas no campo da proteção à infância brotam no seio de grupos religiosos, notadamente católicos, e assumem a forma assistencial. Cabe aos jesuítas, especialmente ao Pe. Anchieta, o pioneirismo nesta esfera. Ao catequizar os índios de Piracicaba, Anchieta acrescenta àquela função a proteção dos recém-nascidos abandonados em consequência de intrigas na tribo. Essa atitude caritativa de proteção à infância materializa-se, posteriormente, na organização de asilos infantis e orfanatos mantidos por clerigos da ordem e laicato católico.

Divergindo daquela orientação assistencial encarecida às crianças pobres e abandonadas, surgem, anexas às escolas da rede de ensino privado, as primeiras iniciativas de caráter pedagógico para atender os filhos de classe mais abastada. Assim, ainda no século passado, em 1875, nasce no Rio de Janeiro, na afamada "Escola Americana", de propriedade do conhecido educador da Corte, Menezes Vieira, o primeiro "kindergarten" brasileiro que trazia em seu currículo as marcas do ensino froebeliano. Dois anos depois, São Paulo inaugura na "Escola Americana", ~~xxxxxxx~~ do pastor protestante Chamberlain, o jardim de infância para os rebentos da elite paulista.

A República, ao enfocar a educação como instrumento de desenvolvimento de suas instituições, permite a criação, em 1886, do primeiro jardim de infância da rede estadual de São Paulo, anexo à Escola Normal da Praça. Embora instalada como estabelecimento de ensino público, ao receber crianças de meios privilegiados, a escola provoca, ao longo dos anos, acalorados debates sobre a intenção dos governantes de abrigar a educação popular.

Após quase quatro décadas, entra em cena o município de São Paulo, assumindo a tarefa de proporcionar assistência pré-escolar às crianças menos favorecidas da sociedade. A penetração da municipalidade na área de educação infantil, em 1935, instalando as primeiras unidades de parques de jogos ou parques infantis, está vinculada a circunstâncias de natureza política, econômica e social, que explicitam as razões do aparecimento desse tipo de empreendimento e, portanto, justificam alguns comentários.

A paisagem paulistana sofre profundas alterações em virtude dos processos de industrialização e urbanização que se acentuam no fim do século passado e início deste. Nas regiões do Braz, Moóca, Bom Retiro e Ipiranga, a formação de corredores de indústrias leva a aglutinar naquelas localidades as habitações insalubres do proletariado. Os cortiços mal iluminados e sem ventilação abrigam, na maior promiscuidade, várias famílias de operários, as quais, em virtude do elevado custo dos aluguéis, baixos salários e alta dos preços dos alimentos não dispõem de outra alternativa senão morar em habitações coletivas.

As precárias condições dos lares operários, somadas à falta de infra-estrutura sanitária da cidade, repercutem na saúde da criança. Mal alimentada, sem dispor de atendimento médico e sanitário, vivendo em ambiente promíscuo, a criança é a maior vítima das epidemias de tifo e tuberculose, diarreias e outras enfermidades. Acrescentando-se a esse quadro desalentador da infância a ausência diurna dos pais e dos mais velhos, motivada pela necessidade de complementar o pouco rendimento doméstico nas labutas diárias das fábricas, que propicia o abandono das crianças menores que ficam sujeitas às aventuras e riscos das ruas.

As condições desumanas de exploração da força de trabalho, comuns na primeira república, com jornadas excessivas de trabalho, utilização de crianças e mulheres em atividades insalubres e desgastantes, além de constantes castigos físicos e repressões, aliadas à inexistência de assistência previdenciária, transformam o operário e sua família, em especial, as crianças, em candidatos potenciais a engordar as estatísticas de mortalidade. As sucessivas greves dos operários, na década de 20, são os indicadores do grau de insatisfação ao tipo de vida a que estão sujeitos os trabalhadores.

As tímidas iniciativas governamentais no campo da legislação social refletem o pouco interesse em solucionar tais problemas. Washington Luiz, por exemplo, ao considerar a questão social como caso de polícia, entende que "desobediências" às normas vigentes nas fábricas devem ser resolvidas pela polícia. Tal política será alterada nos anos 30 com a implementação de uma legislação social que já transparece na Constituição Federal de 1934 e na Estadual de 1935 e em medidas como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1931.

Além da "questão social", outros fatores de ordem militar, religiosa e pedagógica compõem a ambiência social que cerca o aparecimento dos primeiros parques infantis. Os levantes militares, como o da Revolução de 32, que provocam violentos combates, muitas mortes e o aumento do número de órfãos, além da atuação de grupos católicos no trabalho de assistência social devem ser considerados por quem quer que pretenda explicar a conjuntura social dos anos 30.

Na área educativa, a década de 30, imbuída de fervor sociológico, erige a educação física e higiênica como vitais para a saúde física e mental do indivíduo. O movimento escolanovista tem no educador Fernando de Azevedo um defensor deuses locais. Em conferência pronunciada em 1931, o pedagogo e sociólogo atribuiu à Escola Nova a tarefa de dirigir de modo inteligente o desenvolvimento integral e natural do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento, afirmando que a função educadora deve considerar o organismo como um todo. Estabelecia-se, assim, a importância da educação física e higiênica do indivíduo, como um dos elementos essenciais da Escola Nova.(1).

Dentro dessa perspectiva, as discussões em torno das questões de saúde e educação que antecedem a nova Constituinte têm como cena uma profusão de eventos que movimentam diversas correntes de pensamento e amadurecem a idéia dos parques infantis. Desde 1929, educadores sanitários reunidos na III Conferência Nacional de Educação, ressaltam a importância da saúde em geral e também a do pré-escolar. Tais sanitaristas admitem como sua função iniciar a prevenção da saúde no lar para continuar na escola e, depois, na sociedade (2). Dessa forma, para viabilizar um processo de atendimento contínuo, os técnicos vislumbram a realização de uma ação concreta na etapa pré-escolar, tarefa difícil em virtude da deficiência quase total de atendimento nessa faixa de idade.

No mesmo ano, a relevância do tema reúne os especialistas em Recife, no V Congresso Brasileiro de Higiene, ocasião em que se discute o ensino de Puericultura como a fórmula mais eficaz para a luta contra a mortalidade infantil (3). O alto índice de letalidade, principalmente entre crianças, denunciado pelos noticiários diários e relatórios dos setores de saúde, acrescido das dificuldades encontradas pelo governo em debelar as doenças endêmicas e ampliar os serviços de profilaxia, permite identificar como uma das preocupações da época a necessidade de educar a população para a adoção de princípios básicos de higiene. Daí, o aparecimento de cursos de Puericultura nas escolas normais como instrumento de combate à mortalidade infantil.

O interesse despertado por assuntos de higiene e saúde pública leva, em 1930, Lourenço Filho, diretor geral da Instrução Pública de São Paulo, a dedicar um volume inteiro da revista "Escola Nova" para tratar de temas pertinentes à saúde.

É neste clima que se organiza a primeira associação de classe dos educadores sanitários que batalha pelo combate à mortalidade infantil instituindo a Cruzada Pró-Infância, da qual surge, mais tarde a Escola de Saúde, pequeno embrião do futuro parque infantil.

O vigoroso embate ideológico que se trava anualmente, desde o início dos anos 30, nos congressos e conferências de educação e saúde, reunindo educadores, médicos e sanitaristas assinala, no plano das idéias, o período de maturidade do parque infantil, uma vez que as reivindicações da época giravam em torno da exigência de um serviço de assistência à infância que envolvesse ao mesmo tempo a educação e a saúde. Nesse sentido, a IV Conferência Nacional de Educação (1931) e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), redigido por Fernando de Azevedo, influíram decisivamente na política educacional do governo que se instala após a Revolução de 32. O programa educacional extraído do Manifesto recomenda, como uma das alternativas das instituições complementares à educação da criança em idade pré-escolar, as praças de jogos para a prática da educação física e como forma de defesa da saúde dos escolares e como complemento das creches, escolas maternais e jardins da infância (4). Logo em seguida, Fernando de Azevedo elabora, em 1933, o Código de Educação, a primeira lei que abre um espaço para a pré-escola, colocando-a na base do sistema escolar. Apesar de seu aborto, o Código de Educação demonstra o empenho de um grupo de educadores que se colocaram em defesa do pré-escolar.

A instalação das praças de jogos para filhos de proletárias com a triplíce função - nutrir, educar e recrear - resuma, então, os anseios dos intelectuais que militam no setor da educação e saúde pública, e sua opção pelo atendimento das classes populares.

Naquela época, algumas vozes, como a de Hortência Pereira Barreto, inspetora do jardim da infância, já atribuíam à praça de jogos o dom de disseminar a pré-escola no seio das populações desfavorecidas e o de representar um recurso para eliminar as deficiências nutricionais e o fracasso escolar, exatamente por considerá-la uma alternativa simples e econômica (5). A perspectiva de compensar carências nutricionais por meio de soluções baratas e garantir o sucesso escolar também está presente nos origens da educação infantil do município. Entretanto, a classificação desse tipo de instituição para populações carentes terá sucesso 40 anos mais tarde, amparada pela insoloja da privação cultural, subjacente à política educacional da década de 70. Confirma-se a previsão de Barreto e multiplicam-se programas de baixo custo para "democratizar" a educação do pré-escolar, como o Plano de Educação Infantil (PEIWI), desenvolvido pela municipalidade.

O despertar crítico não tarda e instala-se um período de questionamento nos fins da década de 70 e início dos anos 80, que denuncia a falácia dos programas compensatórios para eliminar a repetência, o fracasso escolar, as deficiências de ordem nutricional, afetiva e cultural, que alerta para a inadequação da pré-escola como solução de problemas resultantes da conjuntura política, social e econômica, que aponta a existên-

cia de escolas discriminatórias assim como demonstra a inconsistência da função propedêutica a que se relega a pré-escola.

Como resultado dessa perspectiva crítica surgem muitas e diferentes reivindicações tais como a necessidade de uma pré-escola de caráter mais pedagógico, a urgência de sua democratização, a municipalização da educação infantil, o incentivo às atividades lúdicas aliadas ao desenvolvimento da criança, a luta por maiores recursos para uma melhoria da qualidade e quantidade, a criação de espaços para o brincar espontâneo, a insistência no desenvolvimento cognitivo, a definição de uma legislação que tire o pré-escolar dessa incômoda posição de estape ao 1º grau.

Passados cinquenta anos, a realidade social e as propostas dos especialistas apontam ~~diversas~~ preocupações distintas daquela orientação assistencial, de cunho médico e sanitário. Desta forma, a definição de uma pré-escola para a rede municipal de ensino, a meu ver, deve pelo menos garantir uma escola de qualidade, válida para todas as classes sociais, que favoreça a autonomia do educando para o cultivo da democracia. Somente uma pedagogia ajustada ao desenvolvimento da criança brasileira, atenta às condições e peculiaridades de seus grupos sociais aliada a um trabalho competente e de caráter predominantemente educativo, poderá implementar aquele ideal em educação.

Referências Bibliográficas-

- (01)- Conferência pronunciada por Fernando de Azevedo, publicada no jornal "O Estado de S. Paulo", de 14/10/1931, p.5.
- (02)- IIIª Conferência Nacional de Educação, set. de 1.29, S. Paulo, Diretoria Geral de Instrução Pública, 1930, p. 681.
- (03)- Revista "Educação", vol XI, nº 1, abril de 1930, p. 25.
- (04)- A Reconstrução Educacional no Brasil. Ao Povo e ao governo : Manifesto dos Filhos da Educação Nova, São Paulo, Ed. Nacional, 1932, p. 59.
- (05)- Sarreto, Hortência Pereira - Educação Pré-Escolar (trabalho apresentado na VI Conferência Nacional de Educação) in Revista de Educação, S. Paulo, março e julho, n-º 13 e 14, p. 44/45.



(11.79)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E RECREIO

TRABALHO SOBRE EDUCAÇÃO
PRÉ-ESCOLAR DOS
PARQUES INFANTIS

1974



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E RECREIO

Prefeito: MIGUEL COLASUONNO

Secretário: ROBERTO FERREIRA DO AMARAL

Diretor: JOÃO BEBER FILHO

PARQUES INFANTIS - Unidades de Educação Pré-Escolar

Trabalho sobre Educação Pré-Escolar dos
Parques Infantis, apresentado no Con -
gresso de Educação Pré-Escolar, promovi
do pela Liga do Professorado Católico -
de 5 a 9 de agosto.



DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E RECREIO

ÍNDICE

	Pág.
1 - PARQUES INFANTIS - HISTÓRICO	01
2 - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - HISTÓRICO	03
3 - CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA DO PRÉ-ESCOLAR	05
4 - PROGRAMA DOS PARQUES INFANTIS - SITUAÇÃO ATUAL	08
4.1 - OBJETIVOS	09
4.2 - PROGRAMA	10
4.3 - CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE INFANTIL	11
4.4 - PLANO DE ESTUDOS	14
4.5 - ORGANIZAÇÃO DE AGRUPAMENTOS	15
4.6 - PLANEJAMENTO DO TRABALHO EDUCACIONAL	15
4.7 - OUTROS PROGRAMAS	15
4.7.1 - HIGIENE E SAÚDE	16
4.7.2 - ALIMENTAÇÃO	16
4.7.3 - PSICOLOGIA CLÍNICA	16
4.7.4 - TRABALHO COM A FAMÍLIA	17
4.8 - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	17
5 - PROPOSIÇÕES QUE EVIDENCIAM A NECESSIDADE DE UMA ESTRUTURA COM BASES CIENTÍFICAS	18
6 - ATUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E RECREIO NA ATUAL ADMINISTRAÇÃO	19
7 - CONCLUSÃO	22



DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E RECREIO

1 - HISTÓRICO DOS PARQUES INFANTIS

Os parques Infantis de São Paulo foram criados na Administração - Fábio Prado, pelo Ato nº 767, de 9 de janeiro de 1935, que criou o Serviço Municipal de Jogos e de Recreio para Crianças.

A filosofia inicial foi a de formar personalidades íntegras e saudáveis e o trabalho fundamentava-se no princípio de que as atividades lúdicas exercem uma função importante no processo educativo e social, considerando-se que os jogos e os brinquedos são agentes construtores de vida social e fonte dos primeiros ideais e impulsos sociais, como a solidariedade, a comunicabilidade e a cooperação.

Assim, os primeiros Parques Infantis passaram a receber crianças de 3 a 12 anos, tirando-as da rua, para o ambiente saudável do Parque, onde eram desenvolvidos programas de educação física e de educação sanitária, sob orientação de professores de educação física e de educadores sanitários, respectivamente.

Logo, porém, foi verificado que aquelas crianças, provenientes de famílias de poucos recursos econômicos, apresentavam sensíveis carências alimentares, o que as impossibilitava de participarem de programas de recreação, com total aproveitamento, pela precariedade de seu estado de saúde.

Assim, os Parques Infantis passaram a servir merenda às crianças, como medida profilática e terapêutica, e a equipe de Educadores foi enriquecida com a participação de médicos pediatras.

Naquela altura - Administração Prestes Maia - já os Parques Infantis procuravam atingir uma tríplice finalidade: educar, assistir e recrear as crianças, usando sempre a estratégia de atividades de recreação organizadas e dirigidas.

Essa situação de 1935 perdurou até 1946, quando a Administração Adolpho Ribeiro começou a expandir a rede de Parques Infantis que, até então, possuía sete Parques apenas. Outra medida técnico-administrativa da mesma Administração foi a criação da carreira de Educador e consequente admissão de



Educadores Recreacionistas - Professores Normalistas - para integrarem a equipe técnica responsável pelo trabalho pedagógico, desenvolvido com as crianças.

Em seguida, Administrações Municipais sucessivas, já sensibilizadas pelo problema das crianças paulistanas, de nível pedagógico e de nutrição, deram atenção à ampliação da rede de Parques Infantis, notadamente, na época, na periferia. Começou então uma expansão progressiva, não somente em termos de novos Parques, com trabalho qualificado, senão também na elevação do padrão assistencial que passou a ser mais completo: assistência alimentar, incluindo almoço diariamente, assistência odontológica, assistência médica.

Eis que, já então na Administração Faria Lima, houve três medidas técnico-administrativas referentes aos Parques Infantis, provindas da clara visão daquela Administração:

- a - criação de um Departamento de Assistência Escolar - Lei 7.037, de 03/6/67 - com a finalidade de prestar ampla assistência médica, odontológica e de nutrição às crianças dos Parques Infantis e Escolas Municipais;
- b - criação de 24 classes de ensino pré-primário, junto a 12 Parques Infantis, pelo Decreto 7.072, de 13/7/1967;
- c - estudo e aplicação de uma programação pedagógica para os três graus da educação do pré-escolar.

O ato administrativo citado no item b foi baixado já com o conhecimento de que a melhor maneira de combater o malogro nas escolas primárias e secundárias seria proporcionar educação pré-primária eficiente a todas as crianças.

Por sua vez, o estudo da programação específica, para a educação do pré-escolar, foi feito considerando a relevância do trabalho educacional - com essa faixa etária. Planejava-se também, já naquela época, exigir-se dos Educadores Recreacionistas diploma de curso normal com especialização pré-primária.

A Administração Maluf, que sucedeu à anterior, também se interessou pela educação do pré-escolar, criando 188 classes de ensino pré-primário.



Assim, embora não tivesse havido tempo para a implantação das -
classes criadas, a semente germinou, eis que na Administração Figueiredo Fer-
raz houve fecundas realizações:

- os Parques Infantis passaram a desenvolver trabalho, predominantemen-
te, com crianças de 3 a 6 anos e 11 meses, na idade pré-escolar;
- passou-se a exigir maior qualificação dos Educadores Recreacionistas -
especialização pré-primária - Lei nº 7.725, de 4/7/72;
- estabeleceu-se programação regular com desenvolvimento de atividades
curriculares predominantemente educativas, durante 8 meses do ano;
- adotou-se uma nova filosofia, consoante com a legislação do país, no
sentido de formar as crianças para uma sociedade democrática, onde -
possam fazer uso da liberdade, atendendo ao ideal de solidariedade hu-
mana;
- apoiou-se o trabalho na teoria psico-pedagógica que considera a infân-
cia como uma fase decisiva no processo de desenvolvimento do indiví-
duo, somado em sua totalidade de ser biológico, psicológico e social,
apoiando-se também na teoria pedagógica que coloca o processo educati-
vo como uma interação entre o indivíduo e o meio.

Esta é a situação atual. Partimos agora para a Administração Mi-
guel Colasuonno que reconhecendo a importância da educação, na faixa pré-esco-
lar, está enfatizando a importância do problema e mobilizando recursos e -
meios para uma efetiva implantação da educação do pré-escolar na Prefeitura -
do Município de São Paulo, com uma estrutura fundamentada em bases científi-
cas.

2 - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

I - HISTÓRICO

Muito se tem falado a respeito da importância dos primeiros anos



da criança para a sua vida adulta. Fala-se mesmo que a perda desse período é irrecuperável. Como consequência, não só educadores estão atribuindo à Educação Pré-Escolar a importância que ela merece, mas também psicólogos, - biólogos, antropólogos, sociólogos e outros que, procurando a verdadeira di mensão do homem, vêm chegando a uma só conclusão - da necessidade imperiosa de se iniciar mais cedo a educação sistemática e cuidada da criança.

Esta preocupação com a infância sempre existiu, porém, foi enca- rada através dos tempos de formas diferentes, passando por inúmeras modifica- ções.

É mister que se afirme que a sistematização dessas preocupações ocorreu no século passado, mas, somente neste século, nos últimos decênios - está se enfatizando o trabalho com a criança pré-escolar.

Se fizermos um retrospecto no tempo, iremos encontrar, na Espa- nha, uma instituição denominada "As Amigas" com a finalidade de cuidar das crianças de pouca idade. Mais ou menos nessa época, encontramos, na Holan- da, as chamadas "Casas de Jogo" com a mesma finalidade. Na França, um pas- tor protestante, Oberlin, tentando cristalizar o sonho de Comenius, funda, - na Alsácia, uma instituição para atender aos filhos de camponeses. Desse mesmo tipo, surgem, na Europa, outras instituições.

O século XIX, porém, foi assinalado por grandes transformações - econômicas e sociais. A industrialização retira a mulher, que colaborava - com o marido artesão ou camponês, do lar que, absorvida pela máquina, deixa de oferecer a devida proteção aos filhos. Como decorrência da necessidade - imperiosa das crianças serem atendidas, surgiram as chamadas "Salas de Asi- lo" predominantes na França, enquanto na Inglaterra eram instaladas insti- tuições, junto às fiações e aos centros têxteis, com a finalidade de guardar as crianças porque o problema, criado com o advento da máquina, exigia uma solução urgente.

Desta forma, não só na Inglaterra, mas também na Alemanha, Suíça, Dinamarca, Holanda e Estados Unidos surgem instituições com o fim precípuo - de proteger as crianças, enquanto as mães permaneciam nas fábricas.



Somente em 1840, Froebel, pedagogo alemão, cria o primeiro Kindergarten não só com o objetivo de dar proteção à criança, mas, de desenvolver - um conteúdo pedagógico. Foi este, indubitavelmente, o primeiro centro de - educação pré-escolar. Segundo ele o Jardim da Infância ocupa a criança adequadamente, robustecendo o corpo, favorecendo o desenvolvimento do espírito, - pondo a criança em contato com a natureza e o mundo. "A Pedagogia devia considerar a criança como atividade criadora e despertar mediante estímulo as suas faculdades, próprias para a criação produtiva".

Na Itália cita-se, em primeiro lugar, o aparecimento da instituição das Irmãs Agazzi e, em seguida, a Casa Dei Bambini de Maria Montessori e sua grande contribuição para o trabalho educacional com a criança pré-escolar. Na Bélgica surgem Decroly e Monchamps e na França e Suíça são valiosas as contribuições e experiências, no terreno educacional. Assim, através de um progresso gradativo, exigido pela evolução das ciências da Educação, chegamos a afirmar que o atendimento ao pré-escolar se impõe não como algo que todo o ser humano tem direito, mas, como uma atitude racional frente à melhor potencialização de recursos humanos e como instrumento de ação para romper o círculo de marginalização a que estão sujeitas as gerações da faixa considerada "carente cultural".

3 - CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Atendimento à população infantil de S. Paulo

Sabe-se que a rede estadual atende a 2,1% das crianças em idade - pré-escolar. Dados relativos à população infantil beneficiada com a educação pré-escolar na zona urbana e rural revelam que:

- não se atinge o número de 30 alunos por classe, conforme preconiza a legislação vigente;
- que estudos à luz dos conhecimentos não traduzem a importância e a iminente necessidade da educação pré-escolar.



Na realidade, nestes 75 anos de Educação Pré-Escolar em São Paulo, ressaltados os esforços de um pequeno grupo de educadores conscientes da validade do trabalho educacional com a 2ª infância, pouco ou nada se tem feito para seu desenvolvimento.

Comprovamos essa proposição através dos seguintes dados:

- em 1960 - havia 18.767 classes pré-primárias;
- em 1970 - 40.034 classes. Embora se tenha duplicado o número, o atendimento nessa área é ainda diminuto.

A Educação Pré-Escolar vem sendo considerada como um luxo, daí o seu caráter seletivo. As classes das escolas particulares de educação pré-escolar, localizadas, a maioria, na zona urbana, não são encontradas nas zonas - mais carentes da periferia onde, não só o poder aquisitivo está ausente, mas também a consciência da validade do atendimento.

Os Parques Infantis que atendem há 39 anos, essa faixa etária, de certo modo, seguem essa linha de localização.

Cabe-nos aqui fazer uma ressalva relativamente a faixa de 0 - 2 anos, atendida através de programas de saúde implantados de longa data (Centros de Saúde, Postos de Puericultura e outras instituições como INPS etc.) e à de 7 a 14 anos já da responsabilidade do Estado e do Município, restando a faixa de 3 a 6 anos, atendida em diminuta proporção, por esse motivo, chamada a "negligenciada".

Os Parques Infantis, em número de 109, recebem atualmente, de acordo com a nova filosofia adotada, crianças de 3 a 6 anos e 11 meses. Atendem mais ou menos a 13.000 crianças de uma população de 2 a 6 anos e 11 meses que totaliza, no município, 728.249, encontrando-se na faixa de renda baixa e média baixa 459.525 crianças.

Investigações científicas do campo da medicina, psicologia, psiquiatria, sociologia, antropologia e de outros, vêm encarecendo a importância do desenvolvimento adequado da fase da 2ª infância, na vida adulta.

A Educação Pré-Escolar hoje é universalmente reconhecida como de vital importância para o desenvolvimento da criança em suas dimensões - físico



motora, sócio-cultural, afetivo-emocional e intelectual. Sabe-se que a criança deve ser devidamente atendida por instituições especializadas na faixa etária de 3 a 6 anos.

A Unicef vem encarecendo, através de ampla bibliografia e seminários, a necessidade de se atender à criança no período pré-escolar, não só como ação preventiva, mas também construtiva.

Outros projetos existem valorizando o trabalho com o pré-escolar e, entre eles, citamos o "Head-Star", numa ação educativa para a criança "carente cultural", antes de entrar para o sistema escolar. Ele já atendeu a 2,5 milhões de crianças de 3 a 6 anos nos oito anos de funcionamento, em programas com duração de oito semanas, utilizando no trabalho educativo vários técnicos - psicólogo, médico, dentista, assistente social, etc - de forma a alcançar não só a criança, mas a família, visando a um raio mais amplo. Embora os resultados não sejam considerados de todo válidos, tem esse projeto o grande mérito - de chamar a atenção dos educadores e cientistas para a importância do problema.

Hoje, temos ciência de que vários países, entre eles os Estados Unidos, já incluem a Educação Pré-Escolar como obrigatória no Sistema Educacional.

A ênfase que se deve dar à educação pré-escolar é resultado da comprovação da necessidade imperiosa do preparo conveniente no período pré-escolar, visando a uma rentabilidade da criança na escola de 1º grau para prevenir a reprovação e evasão, reflexos incontestáveis da falta de condições para ela assimilar os conhecimentos quando chega à escola.

Ninguém pode negar que esse atendimento se impõe, não só pelos motivos apresentados, mas porque hoje, mais do que nunca, a psicologia oferece toda a fundamentação para se afirmar da necessidade de se conhecer o desenvolvimento mental da criança pré-escolar, ressaltando o desenvolvimento cognitivo.

A não relevância de atendimento a essa faixa etária é devida principalmente:

- à falta de maior conhecimento e divulgação dos benefícios que resultam da educação pré-escolar;



- à criação das classes pré-escolares, ao sabor dos interesses pessoais ou administrativos, justamente nas zonas de população mais esclarecida e de melhores condições sócio-econômicas, respondendo a uma pequena demanda, uma vez que muitos procuram as escolas particulares, consideradas de melhor nível.

4 - PROGRAMA DOS PARQUES INFANTIS

Situação atual

Justificativas da implantação das classes pré-escolares com vista à valorização do trabalho educacional com o pré-escolar.

Quando se tem conhecimento que vários organismos de âmbito internacional e nacional tais como:

Organização das Nações Unidas

Organização Mundial de Educação Pré-Primária (OMEP),

Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef),

Ministério de Educação e Cultura,

Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos,

Associação Paulista de Educação Pré-Primária (APEP) e outros, reconhecem a importância da educação do pré-escolar, não poderia o Departamento de Educação e Recreio, que há 39 anos atende à faixa etária de 3 a 6 anos e 11 meses, deixar de valorizar o seu trabalho, levando em consideração as características da 2ª infância, uma vez que se tem ciência que tudo, senão quase tudo está pronto por volta de 6 a 7 anos.

Daí, a ênfase que se começou a dar a esse trabalho, sempre realizado com dedicação e entusiasmo, com o objetivo do atendimento redundar em:

- valorização dos direitos da criança que, para se desenvolver, necessita de ambiente de afeto, segurança emocional e mental;
- consideração e respeito à imaturidade física e mental da criança;
- valorização dos direitos de igualdade e oportunidade;

- 
- conscientização de que esse tipo de educação vai implantar, nos varia dos ambientes sociais, os direitos que a criança tem de crescer, -
criar-se com saúde, de receber alimentação adequada, recrear-se e ter assistência médica, a fim de que ela possa integrar-se no ambiente so cial, desenvolvendo suas aptidões, capacidade de emitir juízo, senso de responsabilidade, tornando-se, enfim, um membro da sociedade.

Assim, o trabalho que o Departamento de Educação e Repreio se pro põs realizar, da forma mais eficiente possível, tem por objetivo:

- atender aos direitos que a criança tem de uma infância feliz, de brin car, divertir-se, etc;
- diminuir, com esse trabalho a evasão e a repetência, uma vez que já está provado que as crianças que recebem esse tipo de educação, vão com enorme vantagem para a 1ª série do 1º grau, em relação às que não tiveram esse atendimento;
- solucionar o problema da mulher que permanece longo tempo fora do lar, por imposição da vida moderna tão complexa de forma a exigir sua par ticipação no processo de desenvolvimento do país, impossibilitando-a de dar o devido atendimento à criança.

4.1 - PARQUE INFANTIL - OBJETIVOS

Dar uma educação que esteja de acordo com o estágio de desenvolvimen to da criança, que lhe proporcione satisfação e que lhe ajude a construir só - lido alicerce para os anos futuros.

Assim o Parque Infantil deve:

- assegurar uma educação que propicie o desenvolvimento de todas as fa culdades físicas, mentais, sociais e emocionais da criança;
- oferecer à criança ambiente sadio no qual ela possa viver e conviver com outras crianças, tornando-se um bom elemento para a sociedade;



- dar oportunidade de que a criança se torne o melhor elemento que ela consiga ser, porque esta é a condição essencial de um sistema democrático;
- completar a educação do lar, ajudando a família a suprir todas as necessidades educativas da criança, graças a um pessoal especializado, a uma programação e equipamento adequados;
- formar uma atitude positiva em relação à escola primária e estabelecer com ela continuidade;
- estabelecer bases e fundamentos para a leitura, escrita e cálculo;
- auxiliar a criança a assumir responsabilidade;
- desenvolver na criança interesses e atitudes de disciplina e de pesquisa;
- expor a criança à variedade de experiências criadoras e auxiliá-la a se expressar através de diferentes meios;
- ajudar a criança a descobrir solução para seus problemas e a desenvolver habilidades de pensar por si;
- ajudar a criança a trabalhar sozinha, apesar da presença de outra criança, e a planejar o trabalho em grupo.

4.2 - PROGRAMAÇÃO ATUAL

Considerando que:

- O Parque Infantil tem por finalidade dar educação e recreação à criança da faixa etária de 3 a 6 anos (2ª infância ou pré-escolar);
- a meta de ED. é atender, prioritariamente, o pré-escolar que merece toda a atenção, não só do poder público como do privado, à vista da relevância do trabalho educacional com essa faixa etária;
- os objetivos do Parque Infantil, bem definidos, visam a um trabalho -

eficiente a fim de que "A criança aprenda a se valorizar, a se respeitar e respeitar os outros, a ser responsável, criativa e a se tornar desenvolvida como ser humano livre, consciente e equilibrado".

A Programação, para atender à finalidade do Parque Infantil, através de seus objetivos, foi desenvolvida em:

- programação regular com desenvolvimento de atividades curriculares, - predominantemente educativas, durante 8 meses do ano;
- programação livre com desenvolvimento de atividades predominantemente recreativas, durante 4 meses do ano.

O Parque Infantil funciona ininterruptamente durante os 12 meses do ano, em salas de atividades, pátio coberto, área livre, salas ambiente e demais dependências, desenvolvendo atividades numa estrutura física que visa ao desenvolvimento integral da criança.

4.3 - CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE INFANTIL

O Parque Infantil propõe-se oferecer educação e recreação às crianças de 3 a 6 anos, distribuídas em três fases:

- 1ª fase - 3 e 4 anos
- 2ª fase - 5 anos
- 3ª fase - 6 anos (até 7)

Seus objetivos visam proporcionar o desenvolvimento da criança em suas dimensões: físico-motora, sócio-cultural, afetivo-emocional e intelectual.

Esses objetivos são atingidos através de atividades físicas, musicais, estéticas, recreativas, sociais e intelectuais, na seguinte dimensão:

- 1ª fase - 3 e 4 anos
 - atividades físicas
 - atividades recreativas
 - atividades estéticas

atividades sociais

atividades intelectuais, com predominância das atividades físicas, re
creativas e estéticas.

2ª fase - 5 anos

atividades físicas

atividades recreativas

atividades estéticas

atividades sociais

atividades intelectuais, com predominância das atividades físicas, re
creativas, estéticas e sociais.

3ª fase - 6 anos

atividades físicas

atividades recreativas

atividades estéticas

atividades sociais

atividades intelectuais, harmoniosamente equilibradas.

Tendo em conta:

- o que reza o art. 1º da Lei 5.692/71. "O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realiza
ção, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício conscien
te da cidadania";
- que a auto-realização implica no desenvolvimento de todas as potencia
lidades humanas sem negligenciar os aspectos individuais que caracte
rizam cada pessoa; os objetivos educacionais devem, em suas várias -
dimensões, descrever os fins últimos que o Parque Infantil deseja -
atingir nas diferentes áreas de atividades, propondo mudanças compor
tamentais que venham atender às especificações de cada faixa etária, -
em termos de conhecimento, habilidades e atitudes.

OBJETIVOS EDUCACIONAIS

- em relação à dimensão física

- perceber-se como um ser em processo de crescimento físico e notar mudanças no próprio corpo;
- desenvolver habilidades físicas necessárias à participação em atividades físicas e jogos;
- adquirir hábitos e atitudes de responsabilidade em relação ao processo de crescimento e hábitos de higiene necessários a um crescimento sadio;

- em relação à dimensão sócio-cultural

- perceber-se como um ser social útil e elemento de um grupo que se conhece e
- que se desenvolve enquanto interage com outras pessoas;
- reconhecer a importância das decisões em grupo;
- perceber e valorizar a importância de certos papéis sociais;
- adquirir hábitos de cooperação e auxílio mútuo;
- valorizar o bom relacionamento como forma de interagir satisfatoriamente com seu grupo de idade e com adultos;

- em relação à dimensão intelectual

- desenvolver processos cognitivos básicos;
- desenvolver habilidades intelectuais de compreensão, aplicação, análise e síntese;
- desenvolver aquisição de atitudes de interesses, apreciação e valorização dos bens culturais;

- em relação à dimensão afetivo-emocional

- desenvolver a criatividade;

- desenvolver a sensibilidade estética;
- desenvolver habilidade de auto-controle;
- utilizar adequadamente os sentimentos, de acordo com as expectativas de afetividade na faixa etária;
- em relação à dimensão religiosa
 - desenvolver hábitos de opção livre e responsável;
- em relação à dimensão cívica
 - conhecer fatos da realidade nacional;
 - desenvolver atitudes para o exercício da cidadania democrática;
 - desenvolver o hábito de valorizar as coisas, os homens e os símbolos nacionais.

4.4 - PLANO DE ESTUDOS

O plano de estudos refere-se à dimensão dos objetivos educacionais ao nível das áreas de atividades:

Comunicação e Expressão

Ciências

Estudos Sociais

Comunicação e Expressão - Atividades relacionadas com o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, com a capacidade perceptiva, discriminativa e motora e com expressão e comunicação corporal e estética.

Ciências - Atividades relacionadas com o desenvolvimento da formação de conceitos básicos, com iniciação no estudo da natureza e sua valorização, com aquisição de hábitos de higiene.



Estudos Sociais - Atividades relacionadas com o conhecimento das instituições sociais mais próximas (família, escola, vizinhança, comunidade) e suas implicações no que se refere à interdependência entre os homens, como adaptação à escola e valorização da mesma.

4.5 - ORGANIZAÇÃO DE AGRUPAMENTOS

Para que os objetivos educacionais sejam alcançados, adota-se nos Parques Infantis agrupamentos heterogêneos, apenas, com homogeneidade quanto à idade, a fim de que sejam atendidos os objetivos educacionais de cada fase do desenvolvimento da criança.

4.6 - PLANEJAMENTO DO TRABALHO EDUCACIONAL

O educador elabora seu planejamento e o executa com a supervisão - de técnicos de educação pré-primária e recreação, de educação física e de educação musical.

Nesta fase os objetivos educacionais se operacionalizam e então temos os objetivos instrucionais que são proposições para a mudança do comportamento da criança.

O educador utiliza-se no seu trabalho educativo do conteúdo (conjunto de conhecimentos acumulados), das estratégias (forma de agir) e da avaliação (forma de se conhecer o êxito do trabalho).

4.7 - OUTROS PROGRAMAS

Ao lado das atividades específicas, são desenvolvidos programas de:

Higiene e Saúde

Alimentação

Atendimento Psicológico



4.7.1 HIGIENE E SAÚDE

O de Higiene, desenvolvido também pelos técnicos da Unidade, em quanto que o de Saúde, pelos Postos do Daim, Centros de Saúde, Clínicas Particulares, etc.

4.7.2 - ALIMENTAÇÃO

Relativamente ao programa de alimentação, devemos dizer que no Parque Infantil são servidos: almoço e dois lanches, um pela manhã e outro à tarde.

A preparação dos alimentos obedece a cardápios organizados por A.E. 3 - Divisão de Nutrição e Assistência, do Departamento de Assistência Escolar, da Secretaria de Educação e Cultura; nos Parques Infantis é seguida orientação técnica nesse trabalho, de Nutricionista, sempre de acordo com as condições sócio-econômicas dos educandos.

Assim, os alimentos são enviados aos Parques Infantis por A.E. 3, através das Administrações Regionais, cabendo às Unidades adquirirem, com os recursos da Comunidade e Caixa de Assistência Escolar, condimentos (cebola, alho, etc), legumes e verduras, e, ainda, carnes ou substitutos e sobremesas uma ou duas vezes por semana. Isto porque a referida Divisão (A.E. 3) envia, esses alimentos às entidades acima mencionadas, apenas 2 ou 3 vezes por semana.

4.7.3 - ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

Quando o educador identifica, na criança, dificuldades de ordem comportamental relacionadas com problemas de adaptação, relacionamento e ajustamento ou outros distúrbios de ordem psico-motora, encaminha os casos a técnicos especializados do Setor de Psicologia Clínica do Departamento de Assistência Escolar (A.E.).

Obs: Este serviço deverá ser ampliado para atender, na totalidade, aos casos não só dos Parques Infantis como também das Escolas Municipais.



4.7.4 - TRABALHO COM A FAMÍLIA (Social)

No Parque Infantil, Diretora e educadoras prevêem a participação ativa dos pais no processo educativo, procurando:

- a - mantê-los informados quanto à educação de seus filhos;
- b - desenvolver habilidades de compreensão de cada fase de desenvolvimento de seus filhos;
- c - desenvolver aquisição de atitudes adequadas em face dos propósitos educacionais.

Para alcançar esses objetivos, são usadas as seguintes estratégias: reuniões, entrevistas, palestras, grupos-mães, e, às vezes, visitas domiciliares quando o caso exigir.

4.8 - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

O Parque Infantil funciona:

com grupo de educandos (educação pré-escolar)

1ª, 2ª e 3ª fases, com capacidade de atender:

- Parque Infantil com T.L. A (tabela de lotação) 200 cr. p/período;
- Parque Infantil com T.L. B - 160 crianças por período;
- Parque Infantil com T.L. C - 120 crianças por período;
- Parque Infantil com T.L. D - 80 crianças por período;

Obs: - Toda Unidade tem sua matrícula aumentada de 20% à vista dos afastamentos por doenças infantis, próprias da idade e, também, por outros motivos.

- em 2 turnos, das 7,30 às 17,30 horas e em alguns casos por exigência da clientela, das 7,00 às 17,30 horas, permanecendo a maioria das crianças no regime de semi-internato.

5 - PROPOSIÇÕES QUE EVIDENCIAM A NECESSIDADE DE UMA

ESTRUTURA COM BASES CIENTÍFICAS

Embora se venha considerando válido o trabalho educacional com o pré-escolar, que teve início em 1967, com a elaboração, desde então, de dois planejamentos de currículo, é mister esclarecer que o trabalho vem sendo prejudicado:

- pela falta de estrutura do Departamento de Educação e Recreio;
- pela própria denominação do Departamento e Unidades, com pouco significado para a população;
- pela falta de divulgação do trabalho que se realiza;
- pela necessidade de constante atualização dos educadores;
- pela falta de técnicos, em número suficiente para completar a lotação das Unidades (TLP);
- pela falta de educadores para substituições eventuais e outras mais prolongadas;
- pela falta de conscientização de certos educadores, para o problema em pauta, que rejeitam as técnicas mais modernas;
- pelo hiato existente entre o currículo da 3ª fase da Educação Pré-Escolar e a 1ª série do 1º grau;
- pela necessidade de, anualmente, proceder-se a um diagnóstico do trabalho realizado, visando ao replanejamento, se o caso exigir;
- pela necessidade de se processar estudo dos resultados das 1ªs. séries do 1º grau frequentadas por alunos provenientes dos Parques Infantis;
- pela necessidade de se elaborar currículo adequado às exigências psico-sociais da criança a fim de que não haja solução de continuidade entre o curso pré-escolar e a 1ª série do 1º grau;
- pela necessidade de maior relacionamento Família-Parque Infantil, com ligação fundamental para a educação do pré-escolar.

6 - ATUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
NA ATUAL ADMINISTRAÇÃO

- 6.1 - Reestruturação do Departamento, atribuindo-lhe nome que expresse, significativamente, o trabalho que se realiza. Assim, implantada a nova estrutura pelo Projeto Lei, já encaminhado ao Senhor Secretário, Professor Roberto Ferreira do Amaral, ele passará a denominar-se DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL e os Parques Infantis receberão o nome de ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, em atenção ao que reza o Decreto Estadual 2.957, de 4 de dezembro de 1973.
- 6.2 - Criação de 120 cargos de Diretor de Parques Infantis.
- 6.3 - Implantação, de forma definitiva, da Educação Pré-Escolar, com diretrizes traçadas para a absorção, gradativa, da demanda do Município de São Paulo.
- 6.4 - Promoção de estudos no sentido de se instalarem novas Unidades nos bairros periféricos, "carentes culturais", e, quando possível, nas proximidades das Escolas Municipais.
- 6.5 - Promoção de reforma de Parques Infantis, bem como a substituição de prédios, julgadas necessárias, a fim de que as tabelas de lotação (T.L.P.) sejam aumentadas e, a curto e médio prazos, se possa atender a um número mais significativo de educandos.
- 6.6 - Elaboração de currículo, em vias de execução, de enriquecimento adequado às necessidades das crianças carentes que provêm de famílias sem condições econômico-culturais, com o objetivo de garantir-lhes a estimulação ambiental, imprescindível desde os primeiros anos de vida, para desenvolver a inteligência, a criatividade e a vontade de aprender. Prevê-se, também, a eliminação do hiato entre a 3ª fase pré-escolar e a 1ª série do 1º grau.



- 6.7 - Lotação das Unidades de forma a possibilitar um trabalho eficiente e válido.
- 6.8 - Promoção de atualização dos Técnicos e Educadores, através de cursos e reciclagem, em nível de extensão universitária, para um atendimento ideal à criança.
- 6.9 - Promoção de encontros e seminários, visando a uma constante renovação de técnicas e estratégias.
- 6.10 - Oferecimento de orientação e supervisão mais efetivas com o objetivo de orientar, pesquisar e propor.
- 6.11 - Promoção sistemática e constante de avaliação científica e controlada.
- 6.12 - Estabelecimento de articulação entre a Educação Pré-Escolar e a 1ª série do 1º Grau das Escolas Municipais, visando a um trabalho de avaliação.
- 6.13 - Impressão de ritmo adequado ao trabalho pedagógico.
- 6.14 - Fundamentação científica da obra pedagógica.
- 6.15 - Oferecimento de oportunidades para se conhecer a fundamentação teórica da prontidão para a alfabetização, bem como da Psicologia do Desenvolvimento da criança de 0 a 7 anos.
- 6.16 - Promoção de maior incentivo de relacionamento entre Parque Infantil-Família, condição fundamental para o êxito do trabalho com o pré-escolar.
- 6.17 - Divulgação, através de todos os meios de difusão, do trabalho que se está realizando, com a finalidade de conscientizar o povo e as autoridades, dos benefícios da Educação Pré-Escolar.



OBSERVAÇÃO

Relativamente aos itens 6.4 e 6.5 cabe-nos apresentar o trabalho que o Departamento de Educação e Recreio desenvolve no presente exercício:

CONSTRUÇÃO NOVA (concluída)

P.I. 19 - "Professor Alceu Maynard Araujo"

REFORMAS E AMPLIAÇÕES JÁ CONCLUÍDAS:

P.I. 32 - "Alto de Vila Maria"

P.I. 33 - "Manoel Preto"

P.I. 50 - "Professor Ignácio Henrique Romeiro"

P.I. 82 - "Vila Invernada"

P.I. 92 - "Campo Grande"

P.I. 108 - "Nida Maldi Corazza"

REFORMAS E AMPLIAÇÕES EM ANDAMENTO:

P.I. 56 - "Alto da Lapa"

P.I. 83 - "Vila Curuçá"

P.I. 100 - "25 de Janeiro"

CONSTRUÇÃO EM FASE DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA:

P.I. 41 - "Vila Clarice"

PEQUENAS REFORMAS JÁ EXECUTADAS E ALGUMAS EM ANDAMENTO:

Atingem o número de 26 Unidades.

INCLUSÃO NA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 1975:

- construção e equipamento de 36 novas Unidades;
- reforma e ampliação de mais 30 Unidades que se apresentam em péssimo estado de conservação;
- desapropriação de 50 áreas de terrenos para a implantação de novas -



Pela exposição acima depreende-se que o item 6.3, através da Reestruturação do Departamento, admissão de técnicos, Unidades já construídas e reformadas e as que serão construídas e reformadas, será atendido a curto prazo, ainda, no presente exercício, quando se espera ampliar as matrículas de 18.000 crianças para 30.000 e, a médio prazo, no segundo semestre de 1975, quando se deverá atingir o número de 48.000 matrículas.

O item 6.7 já se encontra solucionado em grande parte, não só pela admissão de 332 Educadores, com Especialização Pré-Primária, para preenchimento de cargos vagos na carreira de Educador Recreacionista, através de concurso já realizado, como também pela admissão de Educadores Substitutos.

Os itens 6.8, 6.9, 6.10, 6.11, 6.13, 6.14 e 6.15, já estão sendo atingidos através de cursos, alguns já realizados no primeiro semestre, como os de Planejamento Educacional, Treinamentos pela equipe de Coordenação e Supervisão da Seção Técnico-Educacional e outros, programados para o segundo semestre, conforme cronograma publicado no D.O. do Município, todos visando a um aprimoramento dos Técnicos e Educadores do Departamento de Educação e Recreio.

O item 6.16 será reforçado com a transformação da Caixa Auxiliar de Assistência em Associação de Pais e Mestres e com a criação de Clube de Mães, resoluções constantes da programação para 1975.

7 - CONCLUSÃO

A Reestruturação do Departamento de Educação e Recreio, há muito desejada, se impõe porque, somente através dela, ter-se-á condições de, legalmente, com segurança, efetuar-se um trabalho de tão grande relevância no cenário educacional.

A Reestruturação em vias de se efetivar e o Cargo de Diretor, criado, são os marcos para consagrar uma Administração que vê na Criança Pré-Escolar o esteio de uma Nação.



1473

ESCOLA MUNICIPAL

Número 10 – Ano XIV – Dezembro 81

Órgão do Departamento de
Planejamento e Orientação
da Secretaria Municipal de Educação
da Prefeitura do Município de São Paulo

Prefeito do Município de São Paulo
Reynaldo Emygdio de Barros

Secretário do Governo Municipal
Orlando Carneiro de Ribeiro Arnaud

Secretário Municipal de Educação
Jair de Moraes Neves

Chefe de Gabinete do Secretário
Geraldo Rapacci Scabello

Superintendente Municipal de Educação
Therezinha Jardim Galvão

Diretor do Departamento de Saúde Escolar
Armando De Natale

**Diretora do Departamento de
Planejamento e Orientação**
Maria Nazaret Ribeiro Leite

Administração e Redação
Rua José de Magalhães, 191
São Paulo

Coordenação
Divisão de Planejamento do
Departamento de Planejamento
e Orientação

Comissão Editorial
Maria Klecy Crispiniano Betti,
Aldina Anália A. T. Conde,
Benilde J. L. Caniato,
Leny Compagno Cyrino Basso,
Maria Eloiza Neves Malheiro,
Neusa Bassi, Maria Anita
Viviani Martins, Maria Rosa Lemmo
e Lilia Neves Gunther.

Revisão Lingüística
Benilde Justo Lacorte Caniato

Distribuição
Divisão Administrativa
do Departamento de
Planejamento e Orientação

Tiragem
20.000 exemplares

Supervisão Gráfica
Adelino Ricciardi

Diagramação
Ado Noqueira

Composição e Impressão
Gráfica Municipal de São Paulo

2408
sumário

25 Anos de Ensino	4
Participação do Ensino Municipal na Oferta de 1º Grau na Capital de São Paulo	5
Evolução do Ensino Municipal de 1º Grau na Capital de São Paulo ..	6
Visão Evolutiva do Ensino de 1º Grau – Um Enfoque Quantitativo ..	13
Quadro do Ensino Municipal	14
Educação Pré-Escolar, Uma Necessidade e Uma Realidade de Atendimento	17
A Pré-Escola nos Últimos Dez Anos – Um Enfoque Quantitativo	18
Educação Pré-Escolar – 46 Anos de História	19
Outros Graus e Modalidades de Ensino	22
As Atividades do Departamento de Saúde Escolar Através dos Tempos	24
Assim Começou a Divisão de Programas e Atividades Especiais	27
Breve Histórico da Orientação Educacional no Ensino Municipal	32
Treinamento: Ontem, Hoje, Amanhã	34
Retrospectiva da Orientação Pedagógica nestes 25 Anos do Ensino Municipal	35
Comemorações do Jubileu de Prata do Ensino Municipal	38
Uma Reflexão Sobre Linguagem e Liberdade: Um Caminho Para Sua Prática	58
A Atividade de Pesquisa no Ensino Municipal	59
Uma Escola Municipal	61
Projeto Pedrinho	62
A Monitoria na Sala de Aula e Grupos de Estudo	65
Adolescentes Recuperando Alunos de 1a. Série	70
Formando o Público Infante-Juvenil – Uma Experiência em Biblioteca Escolar	71
Integração Escola-Empresa “Derville Allegretti”	74
Cárie Dentária e sua Prevenção	75
Página de Arte	77
Notícias	79



De autoria da Profa. Damaris Lopes, da E.M. de 1º Grau Major Silvio Fleming, AR/MO, DREM 4, este símbolo foi escolhido através de concurso realizado pela Secretaria Municipal de Educação, sob coordenação da Divisão de Programas e Atividades Especiais – SUPEME – do qual participaram Professores, Especialistas de Educação e funcionários ligados ao Ensino Municipal. O concurso teve, entre outras, a finalidade de incentivar a pesquisa do histórico do Ensino Municipal e ressaltar o valor dos trabalhos realizados nesses 25 anos de existência.

Capa – Símbolo do Jubileu de Prata do Ensino Municipal

Evolução do Ensino Municipal de 1º Grau na Capital de São Paulo

Benilde Justo Lacorte Caniato
Assessora Técnica da Secretaria Municipal de Educação

PREFEITO: ABRAHÃO RIBEIRO
SECRETÁRIO DE CULTURA E HIGIENE:
INÁCIO PROENÇA DE GOUVEA
DECRETO-LEI N.º: 333/45
DECRETO-LEI N.º: 360/46

O Município de São Paulo passa a inserir-se como entidade mantenedora de instituições educacionais, de forma remota, a partir de 1945, pelo Decreto-Lei n.º 333, de 27/12, que, dispondo sobre a nova estrutura administrativa da Prefeitura, cria, dentre outras, a Secretaria de Cultura e Higiene.

Posteriormente, em 1946, pelo Decreto-Lei n.º 360, que organiza administrativamente a Secretaria de Cultura e Higiene, cria-se o Departamento de Cultura, o qual, além de outros órgãos, passa a constituir-se da Divisão de Educação, Assistência e Recreio.

“órgão incumbido de colaborar na obra de preservação e de previsão social, contribuindo para educar, assistir e recrear as crianças e adolescentes, constituindo-se, para a consecução de seus fins, das seguintes unidades:

1. Seção Técnico-Educacional;
2. Seção Técnico-Assistencial;
3. Serviço de Expediente;
4. Serviço de Almoxarifado.” (art. 6.º) (os grifos são nossos).

PREFEITO: CHRISTIANO STOCKLER DAS NEVES
SECRETÁRIO DE CULTURA E HIGIENE: UBI-RATAN PAMPLONA
DECRETO-LEI N.º 430/47

No ano seguinte, em 1947, através do Decreto-Lei n.º 430, a Secretaria de Cultura e Higiene desdobra-se em Secretaria de Higiene e Secretaria de Educação e Cultura. Esta passa a constituir-se dos seguintes órgãos: Gabinete do Secretário; Departamento de Cultura e Departamento de Educação, Assistência e Recreio (art. 23). O mencionado Decreto-Lei, em seu artigo 34, estabelece que este Departamento deva:

- a) promover a educação social da infância e dos adolescentes, aperfeiçoando-os física e intelectualmente;
- b) desenvolver nas crianças e nos adolescentes o espírito de cooperação e solidariedade humana;
- c) assistir e recrear as crianças;
- d) difundir o ensino primário, vocacional e profissional”. (os grifos são nossos)

PREFEITO: JUVENAL LINO DE MATTOS
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
JOÃO BATISTA GONÇALVES

DECRETO N.º 3.069/56
DECRETO N.º 3.070/56

Em 1956, surge o primeiro “Grupo Municipal de Ensino Primário”, denominado “Jaçanã” com “encargo de proporcionar a educação primária e gratuita à infância em geral, bem como assistência médico-educacional aos educandos”.

(Decreto n.º 3.069, de 04/02/56)

Logo após, pelo Decreto n.º 3.070 de 07/02/56, a Secretaria de Educação e Cultura fica autorizada

“a instalar, em prédios de propriedade da Prefeitura, unidades de ensino primário — grupos escolares — atendidas as exigências legais aplicáveis à espécie, em qualquer zona do Município, de modo a, supletivamente ao Estado, proporcionar atendimento completo às necessidades da população no que se refere à alfabetização da criança.” (art. 1.º)

PREFEITO: WLADIMIR DE TOLEDO PIZA
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
HENRIQUE RICHETTI

DECRETO N.º 3.185/56	DECRETO N.º 3.407/56
“ 3.186/56	“ 3.432/57
“ 3.206/56	“ 3.456/57
“ 3.212/56	“ 3.477/57
“ 3.221/56	“ 3.478/57
“ 3.222/56	“ 3.479/57
“ 3.228/56	“ 3.480/57
“ 3.238/56	“ 3.499/57
“ 3.263/56	“ 3.500/57
“ 3.301/56	“ 3.504/57
“ 3.307/56	“ 3.506/57
“ 3.341/56	“ 3.530/57
“ 3.406/56	“ 3.533/57

No 2.º semestre de 1956, editam-se muitos decretos que resultam no efetivo funcionamento das escolas municipais.

Assim, o Decreto n.º 3185, de 2 de agosto, estabelece que o “ensino primário e vocacional” se fará através do “sistema escolar municipal”, subordinado à Secretaria de Educação e Cultura, compreendendo:

- a) o ensino primário fundamental;
- b) o ensino primário complementar vocacional;
- c) o ensino primário supletivo-elementar.” (art. 2.º)

Considere-se que havia preocupação de as unidades escolares municipais serem

“modelares em suas instalações higiênico-pedagógicas e no ensino ministrado, constituindo-se, tanto quanto possível, em núcleo de renovação didática e em campo experimental em matéria de assistência integral da criança.” (art. 7.º)

O Decreto n.º 3186, também de 2 de agosto, cria 100(cem) funções de "Professor Primário" e, logo a seguir, o Decreto n.º 3206, de 23 de agosto, cria 110 (cento e dez) Escolas Primárias Municipais.

Sucedem-se outros decretos de criação de escolas e de ampliação de séries funcionais, enumerados a seguir:

- n.º 3212, de 25 de agosto de 1956, criando 30 (trinta) Escolas Primárias Municipais;
- n.º 3221, de 30 de agosto de 1956, criando 100(cem) Escolas Primárias Municipais;
- n.º 3222, de 30 de agosto de 1956, ampliando para 500(quinhetas) as funções de "Professor Primário" do Município;
- n.º 3228, de 03 de setembro de 1956, criando 100(cem) Escolas Primárias Municipais;
- n.º 3238, de 17 de setembro de 1956, criando 100(cem) Escolas Primárias Municipais;
- n.º 3263, de 25 de setembro de 1956, criando 5(cinco) Escolas Primárias Municipais;
- n.º 3301, de 17 de outubro de 1956, ampliando para 1000(hum mil) as funções de "Professor Primário" do Município;
- n.º 3307, de 19 de outubro de 1956, criando 242(duzentas e quarenta e duas) Escolas Primárias Municipais;
- n.º 3341, de 16 de novembro de 1956, criando 301 (trezentas e uma) Escolas Primárias Municipais;

A seguir, surgem as primeiras Escolas Primárias Agrupadas, que reúnem várias unidades escolares:

- os Decretos n.ºs 3406 e 3407, ambos de 21 de dezembro de 1956, criam, respectivamente, as Escolas Primárias Agrupadas de Vila Alpina e as Escolas Primárias Agrupadas do Jardim Japão.

Em 1957, pelo Decreto n.º 3432, de 08 de janeiro, o Município de São Paulo passa a ser dividido em 4(quatro) Regiões Escolares, subdivididas em 20(vinte) Setores Escolares, para efeito de controle geral do "sistema escolar" previsto no Decreto n.º 3185/56.

Em fevereiro do mesmo ano, o Decreto n.º 3456 "estabelece articulação entre unidades educacionais e assistenciais da Prefeitura do Município da Capital", sendo que

"As unidades educativas (Escolas Primárias Agrupadas Municipais, Parque Infantil, Bibliotecas Infante-Juvenis), situadas no mesmo subdistrito, passarão a funcionar coordenadamente sob a denominação de Centro Municipal de Educação." (art. 1.º)

Ainda no ano de 1957, editam-se outros decretos de criação de escolas e de ampliação de funções de "Professor Primário", enumerados a seguir:

- n.º 3477, de 27 de fevereiro, criando as Escolas Primárias Agrupadas "Cardeal Mota" do Ipiranga;
- n.º 3478, de 27 de fevereiro, ampliando para 1500(hum mil e quinhentas) as funções de "Professor Primário" do Município;
- n.º 3479, de 27 de fevereiro, criando 70(setenta) Escolas Primárias Municipais;
- 3480, de 27 de fevereiro, criando 74(setenta e quatro) Escolas Primárias Municipais;
- n.º 3499, de 18 de março, criando as Escolas Primárias Agrupadas de Cangaíba;
- n.º 3500, de 18 de março, criando as Escolas Primárias Agrupadas de Nova Manchester;
- n.º 3504, de 20 de março, criando 137(cento e trinta e

sete) Escolas Primárias Municipais;

- n.º 3506, de 20 de março, criando 19(dezenove) Escolas Primárias Municipais;
- n.º 3530, de 2 de abril, criando 118(cento e dezoito) Escolas Primárias Municipais;
- n.º 3533, de 2 de abril, criando 141(cento e quarenta e uma) Escolas Primárias Municipais.

PREFEITO: ADHEMAR PEREIRA DE BARROS
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
GOFREDO DA SILVA TELLES FILHO
DECRETO N.º 3662/57

Em homenagem ao "Dia do Professor", pelo Decreto n.º 3662, de 14 de outubro de 1957, passa a ser feriado escolar o dia 15 de outubro.

PREFEITO: ADHEMAR PEREIRA DE BARROS
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
OSWALDO SILVA
DECRETO N.º: 3827/58

Em 1958, pelo Decreto n.º 3827, de 19 de março, o I Núcleo Educacional para Crianças Surdas recebe a denominação de Escola Municipal de Crianças Surdas.*

PREFEITO: ADHEMAR PEREIRA DE BARROS
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
JOÃO GOMES MARTINS FILHO
LEI N.º: 5607/59

O Ensino Municipal passa a consolidar-se a partir da edição da Lei n.º 5607, de 03 de junho de 1959, ao criar, na Secretaria de Educação e Cultura, o Departamento de Ensino Primário com uma Divisão Pedagógica e um Conselho Técnico. Ao Departamento de Ensino Primário compete:

- "a) — planejar, executar e superintender o sistema escolar primário municipal em harmonia com as diretrizes nacionais da Educação;
- b) — adotar todas as medidas que concorram para situar o Ensino Municipal em alto nível, quer de eficiência docente, como de completa assistência aos educandos e, ainda, para perfeita integração no meio social a que serve;
- c) — estabelecer e manter intercâmbio com outros órgãos técnicos de ensino que cuidem de problemas comuns;
- d) — realizar pesquisas e estudos relacionados com as necessidades educacionais do Município de São Paulo". (art. 1.º)

A mencionada Lei n.º 5607 também cria os seguintes cargos: Professor - 1600(hum mil e seiscentos); Diretor - 100(cem); Inspetor Escolar - 16(dezesesseis); Orientador Pedagógico - 8(oito); Chefe de Região Escolar - 4(quatro).

Pelo artigo 10 da Lei n.º 5607 fica estabelecido que:

"O Ensino Primário Municipal será ministrado através de unidades escolares Isoladas, Reunidas e Agrupadas.

1.º — As Escolas Isoladas serão unidades de penetração, destinadas a atender às necessidades imediatas de núcleos menos densos de população.

2.º — As Escolas Reunidas Municipais serão unidades com 4(quatro) a 7(sete) classes, funcionando no mesmo prédio.

3.º — As Escolas Agrupadas serão unidades com 8(oito) a 24(vinte e quatro) classes."

* Posteriormente, em 1960, pelo Decreto n.º 4883, de 22 de setembro, fica autorizado o funcionamento do Instituto Municipal de Educação de Surdos; pelo Decreto n.º 8089, de 28 de março de 1969, passa a denominar-se Instituto Educacional para Crianças Excepcionais "Helen Keller".

PREFEITO: ADHEMAR PEREIRA DE BARROS
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
LEVY DE AZEVEDO SODRÉ
DECRETO N.º 4465/59

Em 1959, pelo Decreto n.º 4465, de 20 de novembro, fica instituído o ensino municipal de ciclo secundário (curso ginasial), funcionando em três prédios do Município, localizados no Parque D. Pedro II, Vila Mariana e São Miguel Paulista.

PREFEITO: ADHEMAR PEREIRA DE BARROS
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
MANOEL DE FIGUEIREDO FERRAZ
DECRETO N.º 4506/59

Logo após o Decreto que institui o ensino municipal ginasial, instalam-se, junto aos estabelecimentos de ensino municipal secundário, cursos intensivos de preparatórios a exames de admissão para candidatos à 1.ª série do então curso ginasial (Decreto n.º 4506, de 14/12/59).

PREFEITO: ADHEMAR PEREIRA DE BARROS
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA: RUI
DE ARRUDA CAMARGO
DECRETO N.º 4570/60
DECRETO N.º 4578/60

PREFEITO: ADHEMAR PEREIRA DE BARROS
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
JOSÉ MIRAGLIA
DECRETO N.º 4883/60 **DECRETO N.º 5009/60**

Em 1960, as providências de ordem legal mais importantes foram as seguintes:

- Decreto n.º 4570, de 18 de janeiro, que fixa as áreas das regiões escolares do "sistema escolar" municipal;
- Decreto n.º 4578 de 05 de fevereiro, que regulamenta o ingresso no magistério primário municipal, através de concurso entre os componentes da série funcional "professor substituto";
- Decreto n.º 4883, de 22 de setembro, que cria o Instituto Municipal de Educação de Surdos;
- Decreto n.º 5009, de 16 de dezembro, que estabelece normas para o Concurso de Remoção dos Professores do Ensino Primário.

PREFEITO: MANOEL DE FIGUEIREDO FERRAZ
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
JOSÉ MIRAGLIA
DECRETO N.º: 5078/61 | DECRETO N.º: 5079/61

Em 1961, os Decretos n.ºs 5078 e 5079, de 23 de fevereiro, instituem o ensino municipal de 2.º ciclo (antigo curso colegial), respectivamente, no Ginásio Municipal D. Pedro II e Ginásio Municipal D. João VI.

Ainda, em 1961, o Decreto n.º 5081, de 24 de fevereiro, institui o curso ginasial noturno no Ginásio Municipal D. Pedro I, em São Miguel Paulista.

PREFEITO: FRANCISCO PRESTES MAIA
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
FERNANDO AZEVEDO
DECRETO N.º 5187/61

Em julho de 1961, pelo Decreto n.º 5187, ficam revogados os decretos que instituíram o Ensino Municipal de Ciclo Secundário.

PREFEITO: FRANCISCO PRESTES MAIA
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
CARLOS DE ANDRADE RIZZINI
DECRETO N.º: 5566/63
DECRETO N.º 6015/64

O Ensino Municipal, na cidade de São Paulo, passou por um período de expectativa, em que se registram extinções de várias unidades escolares, por motivos "de transferências, proximidade doutras escolas, inconveniências de períodos, e motivos administrativos diversos", conforme o Decreto n.º 5566, de 24 de janeiro de 1963.

Em 1964, o Decreto n.º 6015, de 18 de dezembro, transforma em classes de aplicação, destinadas à realização de estágio para o aperfeiçoamento de professores do Departamento do Ensino Primário, 8(oito) classes das Escolas Agrupadas de Vila Olímpia. O objetivo é empregar, nessas classes,

“métodos e processos de ensino, em caráter de demonstração, bem como pesquisas e estudos relacionados com as necessidades educacionais do Município de São Paulo.” (art. 2.º)

PREFEITO: JOSÉ VICENTE DE FARIA LIMA
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
VALÉRIO GIULI
DECRETO N.º: 6403/66 DECRETO N.º: 6515/66

No ano de 1966, pelo Decreto n.º 6403, de 10 de fevereiro, fica criado o Ensino Pré-Vocacional, ampliando-se a escolaridade para seis anos, em 11 (onze) unidades escolares. A instalação dessas unidades vai obedecer aos seguintes critérios:

- a) localização prioritária em bairros de maior densidade populacional e concentração industrial;
- b) instalação em edifícios construídos ou adaptados para atender às finalidades desse tipo de ensino;
- c) o pessoal docente encarregado do ensino nessas unidades deverá ter formação especializada".
- (art. 1.º)

E pelo Decreto n.º 6515, de 20 de junho, criam-se mais 2(duas) unidades de Ensino Primário Pré-Vocacional.*

PREFEITO: JOSÉ VICENTE DE FARIA LIMA
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
ARARIPE SERPA
LEI N.º 7037/67

DECRETOS N.ºs 7393/68	DECRETOS N.ºs 7543/68
DECRETOS N.ºs 7517/68	DECRETOS N.ºs 7834/68
DECRETOS N.ºs 7520/68	DECRETOS N.ºs 7889/69

O ano de 1967 abre novos horizontes para o Ensino Municipal. É quando se edita a Lei n.º 7037, aos 13 de junho, ampliando-se o quadro de cargos do pessoal técnico e docente:

- Diretor Escolar - 200(duzentos);
- Inspetor Regional de Educação - 28 (vinte e oito);
- Orientador Pedagógico - 20(vinte);
- Professor Primário - 3200(três mil e duzentos).

Fica criado pela mesma Lei o Departamento Municipal de Ensino (E.M.) e o Departamento de Assistência Escolar (E.A.). Ao primeiro compete:

"I — planejar, orientar, superintender e dar execução às atividades pertinentes ao sistema esco-

* Em 1967, pelos Decretos n.ºs 6.886, de 12 de fevereiro e 7.191, de 27 de setembro, são criadas, respectivamente, mais 23 (vinte e três) e 12 (doze) unidades de Ensino Primário Pré-Vocacional.

lar primário, complementar, supletivo, bem como de outros níveis, em harmonia com a legislação em vigor e as diretrizes nacionais de educação;

II — adotar as medidas que concorram para situar o Ensino Municipal em alto padrão, quer de eficiência docente, como de assistência aos educandos e integração no meio social a que serve;

III — estabelecer e manter intercâmbio com outros órgãos técnicos de ensino;

IV — realizar pesquisas e estudos relacionados com as necessidades educacionais do Município." (art. 2.º)

Ao Departamento de Assistência Escolar compete:

"I — dar assistência médico-odontológica e alimentar às crianças e adolescentes das unidades escolares e educativo-assistenciais;

II — difundir, na medida das possibilidades e em caráter supletivo, a educação médico-odontológico-sanitária e de nutrição entre todos os dirigentes e diretores das Unidades aludidas no inciso I, visando ao maior aproveitamento dos educandos em geral, nas suas diferentes unidades;

III — promover o levantamento das condições físicas e psíquicas dos educandos e escolares;

IV — estudar as necessidades e propor medidas visando à ampliação e atualização das instalações médico-odontológicas e de nutrição, bem como ao seu aperfeiçoamento." (art. 31)

O ano de 1968 apresenta-se muito auspicioso para o Ensino Municipal. Assim é que logo em março, pelo Decreto n.º 7393, como medida pioneira na cidade de São Paulo, é criada a Escola Técnica de Comércio Municipal, ou seja, uma escola de nível médio voltada para a área terciária, considerando-se, principalmente, o interesse da coletividade paulistana. O artigo 2.º do citado Decreto estabelece que a Escola Técnica de Comércio Municipal manterá os cursos:

"I — De formação de grau médio, compreendendo:

1. Ginásio Comercial (1.º Ciclo); e

2. Colégio Comercial (2.º Ciclo).

II — De formação acelerada, compreendendo:

1. Escritório;

2. Propaganda;

3. Turismo; e

4. Vendas."

Posteriormente, pelo Decreto n.º 7517, de 14 de junho de 1968, fica aprovado o Regulamento dos Cursos de Formação Acelerada do Colégio Comercial do Município, nova denominação da Escola Técnica de Comércio Municipal.*

Ainda em 1968, objetivando-se ampliar as oportunidades educacionais às crianças matriculadas nas Escolas Primárias Municipais, autoriza-se a instalação de classes de 5.º e 6.º anos, em caráter experimental, inicialmente em todas as Escolas Municipais onde existiam classes do ensino Pré-Vocacional e, a partir de 1969, em caráter obrigatório, em todas as Unidades com instalações para o Ensino Pré-Vocacional (Decreto n.º 7520, de 24 de junho de 1968).

Também em 1968, instituiu-se o Concurso de Ingresso ao Magistério Primário Municipal (Decreto n.º 7543, de 8 de julho), consoante determinação da Constituição Estadual, de 1967, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1964. De acordo com o art. 2.º do Decreto n.º 7543, o Concurso será realizado no padrão inicial da carreira de "Professor Primário", instituída pela Lei n.º 7037/67.

O Instituto Municipal de Educação e Pesquisa (IMEP), Escola Integrada-Piloto, é criado pelo Decreto n.º 7834, de 12 de dezembro de 1968, responsabilizando-se pela preparação de novo elemento técnico para as escolas da Rede Municipal: o Assistente Pedagógico. O IMEP resulta na experiência de integração em mais 8(oito) escolas, conforme o Decreto n.º 8897, de 28 de julho de 1970. Tal experiência veio a constituir-se numa antecipação à Lei Federal n.º 5692/71, que estabelece a escola integrada de 8(oito) anos.**

Em 1969, objetivando, a divulgação da música nas Escolas Municipais, através de Corais, Fanfarras e Bandas Rítmicas, é criado o Setor Musical, pelo Decreto n.º 7889, de 07 de janeiro de 1969. Posteriormente, considerando-se a importância da educação musical como atividade integrante do currículo escolar, bem como fundamental para a formação da criança, as atividades do Setor Musical ampliam-se, passando a ser promovidas em todas as Escolas Municipais e estabelecendo poderem ser contratados "Instrutores de Fanfarras" até o limite de dez. (Decreto n.º 9902, de 17 de março de 1972).

PREFEITO: PAULO SALIM MALUF
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
PAULO ERNESTO TOLLE
DECRETO N.º: 8259/69

Em 1969, pelo Decreto n.º 8259, de 19 de julho, fica estabelecida a nomenclatura genérica de "Escola Municipal", para as unidades escolares de ensino primário do Departamento Municipal de Ensino, em substituição aos títulos de "Escolas Agrupadas", "Escolas Reunidas", e "Escolas Isoladas".

PREFEITO: PAULO SALIM MALUF
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
PAULO ZINGG
DECRETO N.º: 8691/70
DECRETO N.º: 8852/70
DECRETO N.º: 8897/70***

Com a pressão da demanda nas Escolas Estaduais da Capital, em 1970, atendendo-se ao "Termo de Cooperação Técnica e Administrativa", celebrado pelo Governo do Estado de São Paulo e Prefeitura do Município de São Paulo, 33(trinta e três) próprios do Município passam a ser utilizados pelo Governo do Estado para, no período noturno, funcionarem classes do antigo ensino secundário (Decreto n.º 8691, de 03 de março de 1970).

Considerando-se "a importância da alimentação para o bom rendimento escolar", "a alta incidência da subnutrição entre os escolares e pré-escolares" da Rede Municipal, e que a "boa nutrição perde muito do seu valor, quando os programas alimentares são interrompidos du-

* Em 1973, pelo Decreto n.º 10.711, de 6 de novembro, o nome da Escola Técnica de Comércio Municipal, passa para Centro Interescolar Municipal de São Paulo.

** Posteriormente, o IMEP integra-se na rede comum pelo Decreto n.º 10.565, de 25 de julho de 1973, após ter cumprido, de maneira satisfatória, os objetivos para os quais foi criado.

*** O Decreto n.º 8.897/70 trata da integração de 8 (oito) escolas, conforme a experiência do IMEP.

rante o período de férias", o Decreto n.º 8.852, de 1.º de julho de 1970, estabelece que os cardápios destinados aos escolares devam fornecer:

- I — nas Escolas Municipais cujo período escolar seja de 4 horas: um terço, no mínimo, das necessidades calóricas e protéicas diárias de cada aluno;
- II — nas Escolas Municipais cujo período escolar seja de 8 horas: metade, no mínimo, das necessidades calóricas e protéicas diárias de cada aluno". (art. 5.º)

PREFEITO: JOSÉ CARLOS DE FIGUEIREDO FERRAZ

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA: PAULO NATHANAEL PEREIRA DE SOUSA

DECRETO N.º 9.517/71

LEI N.º 7.651/71

LEI N.º 7.693/72

DECRETO N.º: 9.902/72*

DECRETO N.º: 10.076/72

DECRETO N.º: 10.541/73

DECRETO N.º: 10.565/73**

LEI N.º: 7.930/73

Em 1971, o Decreto n.º 9.517, de 9 de junho, estabelece normas para a denominação de unidades escolares, devendo as mesmas manter em

"local de honra o busto ou o retrato do Patrono e promover, anualmente, comemoração festiva de data de seu nascimento, com a divulgação da vida e obra, para que seus exemplos possam constituir objeto de permanente interesse e reverência". (art. 3.º)

Pela Lei n.º 7.651, de 20 de setembro de 1971, criam-se os seguintes cargos:

- Diretor Escolar: 150 (cento e cinquenta);
- Inspetor Regional de Educação: 26 (vinte e seis).

Em 1972, pela edição da Lei n.º 7.693, de 6 de janeiro, regulamentada pelo Decreto n.º 10.076, de 31 de julho, o Departamento Municipal de Ensino, em face da necessidade de adequação às novas exigências educacionais determinadas pela Lei Federal n.º 5.692/71, é reestruturado. Cria-se a Divisão de Planejamento, e a Divisão Pedagógica passa a denominar-se Divisão de Orientação Técnica. Amplia-se também o quadro de pessoal técnico e docente, com a criação dos cargos:

- Diretor Escolar: 350 (trezentos e cinquenta);
- Inspetor Regional de Educação: 50 (cinquenta);
- Orientador Pedagógico: 30 (trinta);
- Professor de 1.º Grau-Nível I: 7.600 (sete mil e seiscentos);
- Orientador Educacional: 100 (cem);
- Assistente Pedagógico: 250 (duzentos e cinquenta);
- Secretário de Escola: 100 (cem).

No ano de 1973, edita-se o Decreto n.º 10.541, de 29 de junho, que institui o programa Escola-Biblioteca, devido ao baixo rendimento dos alunos na área de estudos de Comunicação e Expressão, situação considerada responsável pelo mau desempenho geral do estudante nas demais áreas curriculares.

A Lei n.º 7.930, de 21 de agosto de 1973, autoriza o Executivo a ofertar Bibliotecas no valor de um salário mínimo vigente na região, como prêmio aos alunos das 4.ªs às 8.ªs séries do ensino de 1.º Grau das Escolas Municipais, que se tenham distinguido em suas atividades escolares. O objetivo é estimular o hábito da leitura.

PREFEITO: MIGUEL COLASUONNO
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA: PAULO NATHANAEL PEREIRA DE SOUSA
DECRETO N.º: 10.847/74
LEI N.º: 8.012/74

Em 1974, pelo Decreto n.º 10.847, de 14 de janeiro, fica instituído o Setor de Supervisão Escolar, no Departamento Municipal de Ensino,

"englobando os processos de assessoramento, orientação, inspeção e treinamento em serviço, desenvolvidos em toda a rede de ensino." (art. 1.º)

Também, em 1974, ficam criados 120 cargos de Diretor de Parque Infantil, pela Lei n.º 8.012, de 14 de fevereiro.

PREFEITO: MIGUEL COLASUONNO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA: ROBERTO FERREIRA DO AMARAL
LEI N.º 8.204/75

Pela Lei n.º 8.204, de 13 de janeiro de 1975, fica criada a Secretaria Municipal de Cultura (art. 1.º), ficando alterada a denominação da Secretaria de Educação e Cultura para Secretaria Municipal de Educação (art. 25).

PREFEITO: MIGUEL COLASUONNO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: ROBERTO FERREIRA DO AMARAL
LEI N.º: 8.209/75

Em 1975, pela Lei n.º 8.209, de 4 de março, regulamentada pelo Decreto n.º 12.115, de 29 de julho, o quadro de pessoal técnico e docente é ampliado:

- Supervisor Regional de Educação: 6 (seis);
- Inspetor Escolar: 50 (cinquenta);
- Diretor de Escola de 1.º Grau: 280 (duzentos e oitenta);
- Diretor de Escola de Educação Infantil: 150 (cento e cinquenta);
- Orientador Pedagógico de Ensino de 1.º Grau: 50 (cinquenta);
- Orientador Pedagógico de Educação Infantil: 25 (vinte e cinco);
- Assistente Pedagógico: 320 (trezentos e vinte);
- Professor de Ensino de 1.º Grau-Nível I: 9000 (nove mil);
- Professor de Educação Infantil: 1000 (mil);
- Professor de Economia Doméstica e Artes Aplicadas: 8 (oito);
- Educador Musical: 50 (cinquenta);
- Secretário de Escola de 1.º Grau: 280 (duzentos e oitenta).

PREFEITO: OLAVO EGYDIO SETUBAL
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO: HILÁRIO TORLONI

DECRETO: 12.115/75

DECRETO: 12.167/75

DECRETO: 12.637/76

LEI: 8.389/76

LEI: 8.438/76

DECRETO: 12.987/76

DECRETO: 13.412/76

LEI: 8.519/77

DECRETO: 14.566/77

DECRETO: 14.912/78

DECRETO: 14.966/78

LEI: 8.694/78

DECRETO: 15.002/78

As Escolas Municipais, pelo Decreto n.º 12.115, de 29 de julho de 1975, passam a denominar-se Escolas Mu-

* O Decreto n.º 9.902/72 trata do Setor Musical, já mencionado, quando se situou o Decreto n.º 7.889/69, que criou o mesmo.

** O Decreto n.º 10.565 refere-se à integração no IMEP na rede comum, também já mencionado.

nicipais de 1.º Grau (art. 48) e os Parques Infantis passam a denominar-se Escolas Municipais de Educação Infantil (art. 49).

Pelo Decreto n.º 12.167, de 21 de agosto de 1975, é regulamentado o Concurso de Remoção dos integrantes da Carreira do Magistério.

Em 1976, pelo Decreto n.º 12.637, de 13 de fevereiro, fica instituído o Plano de Educação Infantil (PLANEDI), "destinado à preparação das crianças da faixa etária dos 3 aos 7 anos para o ingresso adequado na 1.ª série do ensino de 1.º Grau". (art. 1.º do Decreto n.º 12.637)

Foram, então, criadas 220 classes de Educação Infantil para atuarem como unidades de operação do PLANEDI, inseridas nas unidades escolares de 1.º Grau.

A partir de 1976, institui-se o Ensino Supletivo, através da Lei n.º 8.389, de 19 de maio, criando-se 5 (cinco) cargos de Diretor de Escola de Ensino Supletivo. Logo depois, os Decretos n.º 12.987, de 25 de maio, e o 13.412, de 13 de agosto, criam 2 (duas) Escolas de Ensino Supletivo.*

Também em 1976, promulga-se a Lei n.º 8.438, de 20 de setembro, dispondo sobre a organização de Deficientes Auditivos no Ensino Municipal. Assim, a Escola Municipal de Educação de Deficientes Auditivos "Helen Keller" passa a funcionar complementarmente

"como unidade central para exame, triagem e encaminhamento de Deficientes Auditivos às classes especiais que forem criadas nas escolas de educação infantil e no ensino de 1.º Grau, da Rede Municipal,"

bem como

"centro de atualização e treinamento de professores especializados, que se destinarem às classes de deficientes auditivos da Rede Municipal" (art. 5.º, § 1.º da Lei n.º 8.438/76)**

Em 1976, a Rede Municipal de Ensino apresenta-se com um índice de crescimento expressivo, em relação ao ano anterior, chegando a mais de 350 mil alunos matriculados. Para tal expansão, contribuíram:

- a implantação de classes de 5.ª série, em todas as Escolas Municipais;
- a absorção de 53 antigos Ginásios Estaduais que vinham funcionando em próprios do Município;
- e a implantação de 10 novas unidades escolares.

Em 1977, a Lei n.º 8.519, de 3 de janeiro, marca a instituição da carreira do magistério municipal, compreendendo os cargos de:

- Supervisor Regional de Educação — 6 (seis);
- Inspetor Escolar — 50 (cinquenta);
- Orientador Pedagógico de Ensino de 1.º Grau — 50 (cinquenta);
- Orientador Pedagógico de Educação Infantil — 8 (oito);
- Diretor de Escola de 1.º Grau — 300 (trezentos);
- Diretor de Escola de Educação Infantil — 160 (cento e sessenta);

- Diretor de Escola de Ensino Supletivo — 5 (cinco);
- Diretor de Escola de Deficientes Auditivos — 1 (hum);
- Assistente Pedagógico de Ensino de 1.º Grau — 300 (trezentos);
- Assistente Pedagógico de Educação Infantil — 50 (cinquenta);
- Assistente Pedagógico de Educação de Deficientes Auditivos — 1 (hum);
- Orientador Educacional — 100 (cem);
- Professor de Educação Infantil — 2.000 (dois mil);
- Professor de Ensino de Primeiro Grau — Nível I — 9.500 (nove mil e quinhentos);
- Professor de Primeiro Grau — Nível II — 5.000 (cinco mil);
- Professor de Educação de Deficientes Auditivos — 50 (cinquenta);
- Professor de Educação Doméstica e Artes Aplicadas — 8 (oito);
- Educador Musical — 50 (cinquenta);
- Secretário de Escola — 470 (quatrocentos e setenta).

Em 1978, em face da unificação do Ensino Municipal, compreendendo as áreas de Educação Infantil, de Ensino de 1.º e 2.º Graus, de Supletivo, e de Educação de Deficientes Auditivos, edita-se a Lei n.º 8.694, de 31 de março, que altera o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação, criando os seguintes cargos:

- Delegado Regional de Educação — 5 (cinco);
- Supervisor Regional de Educação — 50 (cinquenta);
- Supervisor Regional de Educação Infantil — 25 (vinte e cinco);
- Assistente de Diretor de 1.º Grau — 300 (trezentos);
- Professor de 1.º Grau — Nível II — 6.000 (seis mil);
- Professor de 2.º Grau — 300 (trezentos).

O Decreto n.º 15.002, de 31 de março de 1978, reorganiza administrativamente a Secretaria Municipal de Educação, a qual passa a constituir-se dos órgãos:

- Superintendência Municipal de Educação;
- Departamento de Planejamento, Orientação e Controle***
- Departamento de Assistência Escolar****

O Decreto n.º 15.002/78 cria também 5 (cinco) Delegacias Regionais de Educação, correspondentes às regiões: Norte, Sul, Leste, Sudeste e Oeste.

PREFEITO: REYNALDO DE BARROS
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO: JAIR DE MORAES NEVES

DECRETO N.º:	16.078/79*
"	" 16.304/79**
"	" 16.705/80
"	" 16.760/80
"	" 17.051/80
"	" 17.101/80
"	" 17.102/80
"	" 17.179/81***
"	" 17.382/81****

* Em 1977, pelo Decreto n.º 14.566, de 2 de junho, é criada nova Escola; e em 1978, criam-se mais duas, pelos Decretos n.º 14.912, de 2 de janeiro e 14.966, de 9 de março, chegando-se assim às 5 (cinco) Escolas de Ensino Supletivo atuais.

** Pelo Decreto n.º 16.304, de 20/12/79, a Escola Municipal de Educação de Deficientes Auditivos "Helen Keller" passa a denominar-se Escola Municipal de Educação Infantil de 1.º Grau para Deficientes Auditivos "Helen Keller".

*** O Departamento de Planejamento, Orientação e Controle passa a denominar-se Departamento de Planejamento e Orientação, pelo Decreto n.º 16.926, de 6 de outubro de 1980.

**** O Departamento de Assistência Escolar passa a denominar-se Departamento de Saúde Escolar, pelo Decreto n.º 17.429, de 14 de julho de 1981.

LEI N.º 9.053/80
" " 9.196/80
" " 9.265/81

Em 1980, as providências legais mais importantes foram as seguintes:

- a Lei n.º 9.053, de 8 de maio, que autoriza o Executivo a ofertar aos alunos das 4.ªs às 8.ªs séries das Escolas Municipais de 1.º Grau pequenas bibliotecas-prêmio;
- O Decreto n.º 16.705, de 6 de junho, que cria a Biblioteca Pedagógica "Alaíde Bueno Rodrigues", a fim de dotar o Departamento de Planejamento, Orientação e Controle (atual Departamento de Planejamento e Orientação) de biblioteca especializada que atenda às necessidades do órgão e dos especialistas de educação e técnicos de ensino que nele prestam serviços;
- o Decreto n.º 16.760, de 7 de julho, que cria o Coral do Ensino Municipal, tendo em vista o brilhante desempenho alcançado pelos grupos corais constituídos por alunos das Escolas Municipais;
- O Decreto n.º 17.051, de 3 de dezembro, que institui a função de Inspetor de Alunos junto às Escolas Municipais;
- a Lei n.º 9.196, de 18 de dezembro, que cria 140 (cento e quarenta) cargos de Diretores de Escolas de Educação Infantil;
- os Decretos 17.101, e 17.102, de 24 de dezembro, que criam 21 Escolas Municipais de Educação Infantil****

Em 1981, edita-se a Lei n.º 9.265, de 28 de maio, que altera o quadro do Ensino Municipal, compreendendo os cargos:

- Delegado Regional de Educação: 5 (cinco);
- Supervisor Regional de Educação: 50 (cinquenta);
- Supervisor Regional de Educação Infantil: 25 (vinte e cinco)
- Supervisor Regional de Educação: 13 (treze — destinados à extinção na vacância)
- Técnico de Educação de 1.º Grau: 30 (trinta)
- Técnico de Educação Infantil: 30 (trinta)
- Orientador Pedagógico de 1.º Grau: 47 (quarenta e sete — destinados à extinção na vacância)
- Orientador Pedagógico de Educação Infantil: 30 (trinta — destinados à extinção na vacância)
- Diretor de Escola de 1.º Grau: 300 (trezentos)
- Diretor de Escola de Educação Infantil: 300 (trezentos)
- Diretor de Escola para Deficientes Auditivos: 1 (um)
- Diretor de Escola de 1.º e 2.º Graus: 1 (um)
- Diretor de Escola de Ensino Supletivo: 5 (cinco)
- Assistente de Diretor de Escola de 1.º Grau: 300 (trezentos)
- Coordenador de Atividades Artísticas: 50 (cinquenta)
- Orientador Educacional de 1.º Grau: 300 (trezentos)
- Orientador Educacional para Deficientes Auditivos: 1 (um)
- Assistente Pedagógico de 1.º Grau: 300 (trezentos)
- Assistente Pedagógico de Educação Infantil: 8 (oito — destinados à extinção na vacância)
- Assistente Pedagógico para Deficientes Auditivos: 1 (um)
- Professor de 2.º Grau: 150 (cento e cinquenta)

- Professor de Deficientes Auditivos: 50 (cinquenta — provimento por concurso público)
- Professor Substituto de Deficientes Auditivos: 25 (vinte e cinco — livre provimento em comissão)
- Professor de 1.º Grau Nível II: 6000 (seis mil — provimento por concurso público)
- Professor de 1.º Grau — Nível II: 4000 (quatro mil — livre provimento em comissão)
- Assistente de Atividades Artísticas: 300 (trezentos)
- Educador Musical: 40 (quarenta — destinados à extinção na vacância)
- Secretário de Escola: 300 (trezentos)
- Professor de 1.º Grau Nível I: 9.500 (nove mil e quinhentos — provimento por concurso público)
- Professor Substituto de 1.º Grau Nível I: 4.750 (quatro mil setecentos e cinquenta — livre provimento em comissão)
- Professor de Educação Infantil: 4000 (quatro mil — provimento por concurso público)
- Professor Substituto de Educação Infantil: 2000 (dois mil — livre provimento em comissão)
- Professor de Economia Doméstica e Artes Aplicadas: 8 (oito — destinados à extinção na vacância)

Ao concluir este estudo sobre o Ensino Municipal na Capital de São Paulo, numa visão diacrônica, vale dizer que, hoje, a Rede Municipal atende a cerca de meio milhão de escolares, nas suas várias modalidades de ensino.*

Este trabalho foi elaborado com base em leis, decretos-lei e decretos, abrangendo o período de 1945 a 1981. Para tal levantamento, compulsaram-se os seguintes documentos:

1. Decretos e Decretos-Lei do Município de São Paulo — de 1945, 1946 e 1947. Publ. do Departamento de Cultura — Divisão do Arquivo Histórico, São Paulo.
2. Decretos e Leis do Município de São Paulo — de 1956 a 1967. Publ. do Departamento de Cultura — Divisão do Arquivo Histórico, São Paulo.
3. Decretos e Leis do Município de São Paulo — de 1968 a 1974. Publ. do Departamento de Administração do Município — Divisão de Documentação, São Paulo.
4. Decretos e Leis do Município de São Paulo — de 1975. Publ. da Secretaria de Serviços Internos — Departamento de Expediente, São Paulo.
5. Decretos e Leis do Município de São Paulo — de 1976 a 1981. Ementário elaborado pelo Serviço de Documentação da Secretaria Municipal de Educação, São Paulo.

* MODALIDADES DE ENSINO	ALUNOS	ESCOLAS	CLASSES DE PLANEDIs
1. Pré-Escola	110 410	174	e 335
2. 1.º Grau	380 559	279	
3. 2.º Grau	1 849	1	
4. Ensino Supletivo ..	3 175	5	
5. Educ. Deficientes Auditivos	236	1	

(Dados de abril de 1981, fornecidos pelo DEPLAN 2)

* O Decreto n.º 16.078, de 24 de agosto, já mencionado, designa Escola Municipal de 1.º e 2.º Grau "Prof. Derville Allegretti" ao Centro Interescolar Municipal de São Paulo;

** Pelo Decreto n.º 16.304, de 20 de dezembro, a Escola Municipal de Educação de Deficientes Auditivos "Helen Keller" passa a denominar-se Escola Municipal de Educação Infantil e de 1.º Grau para Deficientes Auditivos "Helen Keller";

*** Posteriormente, o Decreto n.º 17.179, de 6 de fevereiro de 1981, exclui 1 (uma) EMEI;

**** E o Decreto n.º 17.382, de 26 de junho de 1981, cria 2 (duas) EMEIs.

Visão Evolutiva do Ensino de 1º Grau

— Um Enfoque Quantitativo —

A fim de dar uma visão do Ensino Municipal no que diz respeito ao aspecto quantitativo, o DEPLAN 22 elaborou este artigo, onde aparecem dados que vêm sendo arquivados desde 1960 (quando o ensino contava 4 anos).

O Ensino Municipal, criado em agosto de 1956 com finalidade, entre outras, de suprir as necessidades das escolas primárias para a população em idade escolar do Município da Capital, está completando, em 1981, vinte e cinco anos. Durante esse tempo o objetivo sempre foi melhorar a qualidade do ensino ministrado e ampliar a Rede Escolar em função da demanda.

No início, em 1956, o Ensino Municipal contava com cerca de 4400 alunos, tomando-se por base o decreto n.º 3206 de 23/8/56, que criou 110 Escolas Primárias, com o mínimo de 40 crianças matriculadas em cada uma. Essas escolas compreendiam apenas uma classe.

Com a finalidade de dar um aspecto mais técnico à educação, foi criado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através da Lei 5607, de 3/6/59, o Departamento do Ensino Primário com uma Divisão Administrativa e um Conselho Técnico. Paralelamente, também foram criados novos cargos como: Professor, Diretor Escolar, Inspetor Escolar, Orientador Pedagógico e Chefe de Região Escolar.

O quadro abaixo mostra a evolução do número de Unidades e Classes da Rede Municipal de Ensino de 1.º Grau, nos anos de 1960, 1965, 1970, 1975 e 1980.

Quadro 1: Comparativo de crescimento de unidades e classes de 1960 a 1980.

Anos	Nº de Unidades	Nº índice Ano Base: 1960	Nº de Classes	Nº índice Ano Base: 1960
1960	223	100,00	1 766	100,00
1965	169	75,78	1 674	94,79
1970	194	87,00	4 410	249,71
1975	263	117,94	7 531	426,44
1980	280	125,56	10 864	615,18

Fonte: Deplan 22

Observando o Quadro 1, constata-se um crescimento de 25,56% em relação ao número de unidades escolares de 1960 para 1980, o que corresponde à criação de 57 unidades.

Em relação ao número de classes, observa-se um acréscimo da ordem de 515,18% entre os anos de 1960 e 1980, equivalente à ampliação de 9098 classes, conforme mostram o Quadro 1 e o Gráfico 1.

O período compreendido entre 1960 e 1965 traduz uma redução significativa no número de escolas, como se pode ver através da Figura 1, pois algumas unidades escolares foram extintas, ao mesmo tempo em que eram criadas classes em escolas já existentes.

Equipe Técnica do DEPLAN 22*

Coordenação: Sueli De Masi Rosa Lovisotto;

Elaboração: Geny Nogueira Vasiliev; M. Aparecida Gieczewski; M. Alice Monteiro de Carvalho; Marcia Silveira; Cristina de Mello Gomide;

Participação: Dulce Dib da Silva Braga.

Gráfico 1 — Comparativo 1960/65/70/75/80 — Número de Classes

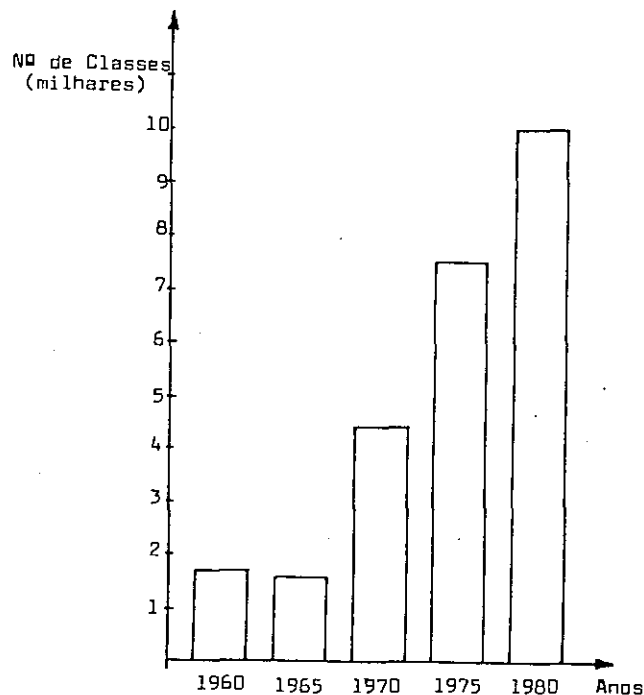
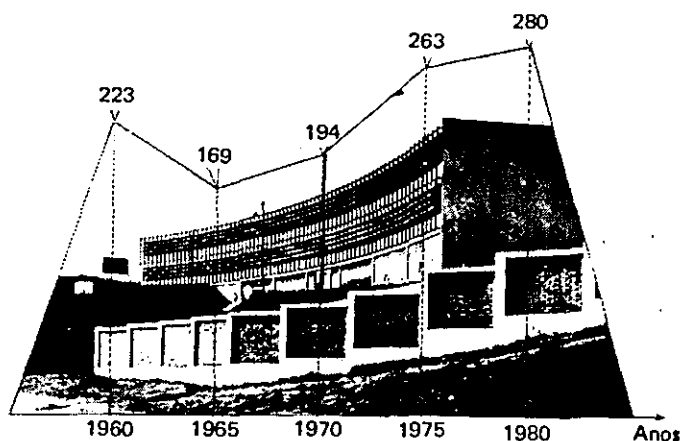


Figura 1 — Comparativo 1960/65/70/75/80 — Número de Unidades Escolares



O quadro que se segue mostra o significativo crescimento do alunado de 1.º grau da Rede Municipal de Ensino dos anos: 1960, 1965, 1970, 1975 e 1980.

Quadro 2: Comparativo de crescimento de matrículas de 1960 a 1980

Anos	Matrícula Geral	Nº Índice Ano Base: 1960	Matrícula Efetiva	Nº Índice Ano Base: 1960
1960	67 294	100,00	56 663	100,00
1965	67 765	100,69	56 369	99,48
1970	175 453	260,73	156 973	277,03
1975	292 657	434,89	265 527	468,61
1980	402 362	597,92	356 693	629,50

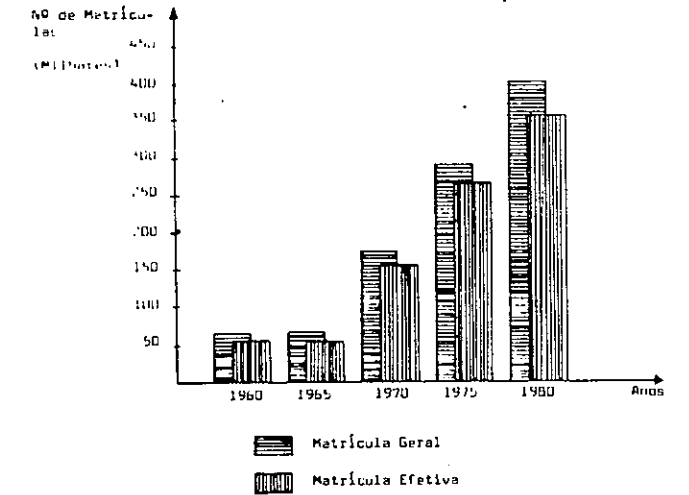
Fonte: Deplan 22

A quantidade de classes e o número de matrículas são variáveis que interdependem, ou seja, o crescimento de classes dependerá da demanda de matrículas. Assim, ao se observar o Quadro 2 e o Gráfico 2 onde aparecem matrícula geral e matrícula efetiva, verifica-se um crescimento bastante semelhança ao ocorrido com as classes (indicado nos Quadro 1 e Gráfico 1).

A Matrícula Geral engloba os alunos que durante o ano letivo passaram pelas Escolas Municipais de 1.º Grau.

A Matrícula Efetiva inclui os alunos que permaneceram na Escola durante o ano, excluindo todos os alunos que se transferiram ou que evadiram.

Gráfico 2 — Comparativo de 1960/65/70/75/80 — Matrícula Geral e Matrícula Efetiva



Convém salientar que a grande expansão da rede deve-se também à abrangência do Ensino de 1.º Grau, preconizada pela Lei 5692/71 quando, na década de 70, houve a integração das escolas da rede que eram de 1.ª a 4.ª séries para 1.ª a 8.ª séries. Em 1980, de um total de 280 escolas, 266 ministraram aulas até a 8.ª série, das 14 restantes, 8 atenderam à clientela até a 7.ª série, 3 até a 6.ª série, 2 até a 5.ª série e apenas uma, criada recentemente, até a 4.ª série.

Observando os dados obtidos neste período de 25 anos, nota-se que o Ensino Municipal cresceu gradativamente, ampliando sua Rede e aprimorando o atendimento à clientela de 1.º Grau.

Quadro do Ensino Municipal

Grupo de Trabalho*
Superintendência Municipal de Educação

Quadro é o conjunto de carreiras, cargos isolados e funções gratificadas de um mesmo serviço, repartição ou Poder (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1975, p. 378). A Lei n.º 8.989/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Paulo) dispõe em seu artigo 7.º que os cargos públicos são integrados em: I - Quadro Geral; II - Quadros Especiais, cujos cargos são agrupados por similitude das atividades neles compreendidas.

O Quadro do Ensino Municipal, um Quadro Especial, constitui-se no conjunto de cargos da Secretaria Municipal de Educação, aos quais correspondem atribuições próprias de magistério, como docência, planejamento, orientação, direção e supervisão. Estes cargos vinculam-se direta ou indiretamente à escola, distribuídos pelas modalidades de Educação Infantil, Ensino de 1.º Grau, Ensino de 2.º Grau, Educação de Deficientes Auditivos e Ensino Supletivo.

A relação completa dos cargos do Quadro do Ensino Municipal é apresentada nos Anexos das seguintes leis:

- Lei n.º 8209/75, que organizou o Quadro (Art. 3.º e Anexo II);
- Lei n.º 8519/77, que modificou o Quadro (Art. 16 e Anexo I);
- Lei n.º 9265/81, que expôs a composição atual do Quadro (Art. 1.º e Anexo I).

Alguns cargos do Quadro do Ensino Municipal, inicialmente, integraram o Quadro Geral do Funcionalismo Municipal, conforme se constata nos diplomas legais indicados abaixo: Educador — Decreto-Lei n.º 404/47 e Lei n.º 4452/54; — Educador Recreacionista (hoje denominado Professor de Educação Infantil) e Educador Musical — Lei n.º 7265/69.

Os primeiros cargos do Ensino de 1.º Grau, criados através das Leis n.º 5607/59 e 7037/67, também integravam o Quadro Geral. Por força da Lei n.º 7265/69, passaram a pertencer a um quadro específico, denominado Quadro do Ensino Primário, composto dos cargos de Professor Primário (hoje denominado Professor de 1.º Grau - Nível I), Orientador Pedagógico, Diretor Escolar e Inspetor Regional de Educação, assim como de cargos de Chefe de Seção e de Divisão, uma vez que eram providos, na época, por acesso, dentre Orientadores Pedagógicos e Inspetores Regionais de Educação. Os cargos de Orientador Educacional, Assistente Pedagógico e Secretário de Escola, criados pela Lei n.º 7693/72, não foram, expressamente, incluídos no Quadro do Ensino Primário. O cargo de Diretor de Parque Infantil, criado pela Lei n.º 8012/74, integrou também o Quadro Geral do Funcionalismo Municipal.

Todos os cargos vinculados ao magistério foram agrupados pela primeira vez, compondo o Quadro do Ensino Municipal, através da Lei n.º 8209/75.

Através da Lei n.º 8389/76 foram criados cargos de Ensino Supletivo (Diretor de Escola e Secretário de Escola) e pela Lei n.º 8438/76, cargos de Educação de Deficientes Auditivos (Diretor de Escola, Assistente Pedagógico, Orientador Educacional, Secretário de Escola e Professor). Nota-se a preocupação de incluir os novos cargos no Quadro do Ensino Municipal, quando estas leis dispõem sobre sua incorporação ao Anexo II da Lei n.º 8209/75.

MODIFICAÇÕES NO QUADRO DO ENSINO MUNICIPAL

Cargos são criados e extintos, mudando a composição dos quadros de pessoal.

ESCOLA MUNICIPAL

A Lei n.º 9265/81 estabeleceu que os seguintes cargos se destinam à extinção na vacância, fato que provocará, futuramente, alterações no atual Quadro do Ensino Municipal:
Supervisor Regional de Educação — 13 cargos.

Orientador Pedagógico de Educação Infantil — 30 cargos

Orientador Pedagógico de 1.º Grau — 47 cargos — 30 deles serão extintos assim que seus titulares efetivos forem integrados nos trinta cargos de Técnico de Educação de 1.º Grau.

Assistente Pedagógico de Educação Infantil — 8 cargos — Todos serão extintos assim que seus titulares efetivos forem integrados nos cargos de Diretor de Escola de Educação Infantil.

Professor de 1.º Grau - Nível II — 4.000 cargos — São cargos de provimento em comissão, e se extinguirão, automaticamente, na medida em que forem providos, por concurso, os cargos correspondentes, de provimento efetivo.

Educador Musical — 40 cargos.

Professor de Economia Doméstica e Artes Aplicadas — 8 cargos.

Nota-se na relação de cargos do atual Quadro do Ensino Municipal a ausência do cargo de Inspetor Escolar. Este cargo foi criado através da Lei n.º 5607/59, em número de 16. Sua denominação foi alterada para Inspetor Regional de Educação pela Lei n.º 7037/67 e o número de cargos ampliado para 24. A Lei n.º 7651/71 criou mais 26 cargos que se somaram aos 24 já existentes. A Lei n.º 7693/72 confirmou os 50 cargos. A denominação original reapareceu nas Leis n.º 8209/75 e 8519/77. Os cargos foram reduzidos para 14 e destinados à extinção na vacância pela Lei n.º 8694/75. Através da Lei n.º 9265/81, os 13 titulares foram enquadrados nos cargos de Supervisor Regional

de Educação, caracterizando-se a vacância e provocando a extinção dos cargos de Inspetor Escolar. Estes 13 cargos de Supervisor Regional de Educação destinam-se, igualmente, à extinção na vacância.

EVOLUÇÃO QUANTO AO NÚMERO DE CARGOS

O "Quadro Demonstrativo do Número de Cargos — 1959 a 1981", apresentado a seguir, utiliza como ponto de referência denominação atual dos cargos e inclui:

- a) as leis que apresentaram a relação completa dos cargos do Quadro do Ensino Municipal — Leis n.º 8209/75, 8519/77 e 9265/81;
- b) as leis que trouxeram a relação completa dos cargos do Ensino de 1.º Grau, mesmo antes da organização do Quadro do Ensino Municipal — Leis n.º 5607/59, 7037/67 e 7693/72;
- c) a Lei n.º 8694/78 que alterou quase todos os cargos do Quadro do Ensino Municipal e criou outros que se integraram ao Quadro pela Lei n.º 9265/81.

Notas complementares ao "Quadro Demonstrativo do Número de Cargos — 1959 a 1981"

- 1) Orientador Pedagógico de 1.º Grau — A Lei n.º 7265/69, em sua Tabela III, apresentou 30 cargos de Orientador Pedagógico, ampliando, portanto, o número que, até 1967, era 20
- 2) Diretor de Escola de Educação Infantil — Com a denominação de Diretor de Parque Infantil, através da Lei n.º 8012/74 foram criados os primeiros 120 cargos. A Lei n.º 9196/81 criou 140 cargos que se somaram aos 160 já existentes desde 1977.

QUADRO DO ENSINO MUNICIPAL

QUADRO DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE CARGOS -1959 a 1981

CARGOS	Lei nº	Lei nº	Lei nº	Lei nº	Lei nº	Lei nº	Lei nº
Denominação conforme Lei nº 9.265/81	5.607/59	7.037/67	7.693/72	8.209/75	8.519/77	8.694/78	9.265/81
Inspeção Regional de Educação	-	-	-	-	-	05	05
Supervisor Regional de Educação Infantil	-	-	-	-	-	25	25
Supervisor Regional de Educação	-	-	-	06	06	50	13* 50
Técnico de Educação Infantil	-	-	-	-	-	-	30
Técnico de Educação de 1º Grau	-	-	-	-	-	-	30
Orientador Pedagógico de Educação Infantil	-	-	-	25	25	30	30
Orientador Pedagógico de 1º Grau (1)	00	20	30	50	50	80	47
Diretor de Escola de Educação Infantil(2)	-	-	-	150	160	160	300
Diretor de Escola de 1º Grau (3)	100	200	350	280	300	300	300
Diretor de Escola de Deficientes Auditivos(5)	-	-	-	-	01	01	01
Diretor de Escola de 1º e 2º Graus	-	-	-	-	-	01	01
Diretor de Escola de Ensino Supletivo(4)	-	-	-	-	05	05	05
Assistente de Diretor de Escola de 1º Grau	-	-	-	-	-	300	300
Coordenador de Atividades Artísticas	-	-	-	-	-	50	50
Orientador Educacional de 1º Grau	-	-	100	100	100	200	300
Orientador Educacional de Def. Auditivos(5)	-	-	-	-	01	01	01
Assistente Pedagógico de Educação Infantil(6)	-	-	-	40	50	50	08
Assistente Pedagógico de 1º Grau(6)	-	-	250	280	300	300	300
Assistente Pedagógico de Def. Auditivos(5)	-	-	-	-	01	01	01
Professor de Educação Infantil	-	600	-	1000	2000	2500	4000
Professor de 1º Grau - Nível I (7)	1600	1200	7600	9000	9500	-	9500
Professor de 1º Grau - Nível II	-	-	-	-	5000	6000	6000
Professor de 1º Grau - Nível II	-	-	-	-	-	6000	4000
Professor de Deficientes Auditivos (8)	-	-	-	30	50	-	50
Professor de 2º Grau	-	-	-	-	-	300	150
Assistente de Atividades Artísticas	-	-	-	-	-	300	300
Educador Musical (9)	-	40	-	50	50	-	40
Secretário de Escola (Bicarr. de Secret.)	-	-	100	280	470	300	300
Prof. de Economia e Artes Aplicadas	-	-	-	08	08	-	08
Professor Subst. de Educação Infantil	-	-	-	-	-	1250	2000
Professor Subst. de 1º Grau- Nível I	-	-	-	-	-	4750	4750
Professor Subst. de Deficientes Auditivos	-	-	-	-	-	10	25

* O Grupo de Trabalho é integrado por: Aparecida Braz Pimenta, Diva Repace Schmidt, Eliana Bucci, Helena Rocha Kieling, Irene Kulpas Cabredo, Jovina Rulli, Maria Aparecida Rezende Eiras, Maria Beatriz Galvão da Fonte, Midori Sano e Miriam Chahin.

- 3) **Diretor de Escola de 1.º Grau** — A Lei n.º 7651/71 criou 150 cargos de Diretor Escolar, acrescentando-os aos 200 existentes desde 1969
- 4) **Diretor de Escola de Ensino Supletivo** — Foram criados 5 cargos através da Lei n.º 8389/76.
- 5) **Diretor de Escola de Deficientes Auditivos, Orientador Educacional de Deficientes Auditivos e Assistente Pedagógico de Deficientes Auditivos** — A Lei n.º 8438/76 dispôs sobre a criação de 1 cargo.
- 6) **Assistente Pedagógico de 1.º Grau e Assistente Pedagógico de Educação Infantil** — A Lei n.º 8209/75 dispôs sobre a existência de 320 cargos de Assistente Pedagógico; o Decreto n.º 12.115/75, que regulamentou esta lei, em seu Artigo 4.º, distribuiu 280 cargos de Assistente Pedagógico ao Departamento Municipal de Ensino e 40 ao Departamento de Educação Infantil.
- 7) **Professor de 1.º Grau - Nível I** — A Lei n.º 7459/70 criou 2600 cargos de Professor Primário, acrescentando-os aos 3.200 existentes desde 1967.
- 8) **Professor de Deficientes Auditivos** — A Lei n.º 8438/76 criou 20 cargos que foram acrescentados aos 30 já existentes.
- 9) **Educador Musical** — A Lei n.º 8098/74 apresentou 63 cargos, ampliando, portanto, a Classe composta de 40 cargos desde 1967.

EVOLUÇÃO: DAS FUNÇÕES AOS CARGOS

Durante muitos anos, a Secretaria de Educação e Cultura admitiu, a título precário, pessoal necessário aos serviços dos Parques Infantis e Escolas Municipais, dentre candidatos que comprovassem possuir habilitação profissional específica. Este pessoal era extranumerário mensalista: um servidor que não se enquadrava dentro da conceituação de funcionário, pois não era titular de cargo criado por lei; exercia uma função. A Secretaria de Educação e Cultura contava com várias séries funcionais de extranumerários mensalistas, entre elas:

- Educador Recreacionista Auxiliar e Educador Musical Auxiliar** — Decreto n.º 1052/48;
- Educador (Recreacionista) e Educador (Musical)** — Decreto n.º 2941/55;
- Educador Recreacionista e Educador Musical** — Decretos n.º 3155/56, 3267/56, e 3420/56;
- Professor Primário** — Decretos n.º 3186/56, 3222/56, 3301/56, 3420/56 e outros.

O trabalho desenvolvido pelo Professor Primário nas Escolas Isoladas, Reunidas e Agrupadas e pelo Educador Recreacionista e Educador Musical nos Parques, Recantos e Recreios Infantis expandiu-se de tal forma, caracterizando-se como permanente e indispensável, que resultou na criação dos cargos com denominações e atribuições idênticas às funções que vinham sendo exercidas (Decreto-Lei n.º 389/47 e Leis n.º 3686/48, 5607/59 e 7037/67).

As unidades escolares, à medida que se tornavam mais complexas, apresentavam novas necessidades, determinando a instituição de outras funções a serem exercidas por servidores efetivos, contratados ou extranumerários. Segue uma relação de funções que foram exercidas no Ensino Municipal até serem criados os cargos com atribuições idênticas ou semelhantes:

Dirigente (de Parque Infantil ou Recanto Infantil) — Função exercida por um técnico da Divisão de Educação, Assistência e Recreio, portador de diploma de normalista, titular de cargo em caráter efetivo ou excepcionalmente extranumerário (Artigos 7.º e 8.º do Decreto n.º 3233/56). A partir de 1958, a função seria exercida por técnico da Divisão do Ensino do Departamento de Educação, Assistência e Recreio, titular efetivo de cargo da carreira de Educador, de Educador Sanitário e de Instrutor (Decreto n.º 3972/58). A Lei n.º 7037/67, em seu Artigo 41,

dispôs que a direção dos Parques Infantis seria exercida, em dois períodos, por um Educador Recreacionista ou servidor técnico do Departamento de Educação e Recreio. Pelo exercício dessa função, o servidor faria jus a uma gratificação mensal correspondente a um terço do valor do padrão inicial da carreira de Educador Recreacionista. A partir da Lei n.º 8012/74, foram criados os cargos de Diretor de Parque Infantil, mais tarde denominados Diretor de Escola de Educação Infantil.

Dirigente (de Escola Agrupada Municipal) — Função exercida por um Professor Primário (extranumerário) para dirigir Escolas Agrupadas com mais de 5 classes. Perceberia o Dirigente uma gratificação de 20% sobre os salários do Professor Primário (Artigo 6.º do Decreto n.º 3.185/56). Desde a Lei n.º 5.607/59, foram criados cargos de Diretor Escolar; em breve todas as Escolas Primárias seriam dirigidas por um Diretor Escolar, hoje denominado Diretor de Escola de 1.º Grau.

Assistente de Diretor — Em cada unidade escolar poderia ser designado um Professor de 1.º Grau — Nível I para exercer esta função (Artigo 46 da Lei n.º 8.209/75). O cargo de Assistente de Diretor de Escola de 1.º Grau foi criado pela Lei n.º 8.694/78.

Assistente Musical — Função exercida por docentes do Ensino do 1.º Grau e de Educação Infantil, na unidade escolar (Decretos n.º 9.902/72 e 12.115/75 e Lei n.º 8.519/77). A função foi extinta ao ser criado o cargo de Assistente de Atividades Artísticas (Artigo 21 e Tabela I da Lei n.º 8.694/78).

Orientador Musical — Foram criadas 15 funções a serem exercidas por Professor de 1.º Grau — Nível I ou por Professor de Educação Infantil (Decretos n.º 9.902/72 e 12.115/75 e Lei n.º 8.519/77). A função foi extinta quando da criação do cargo de Coordenador de Atividades Artísticas, de provimento em comissão (Artigo 21 e Tabela I da Lei n.º 8.694/78).

Educador Recreacionista Substituto — Função exercida nos Parques Infantis, por pessoal admitido, na proporção de dois para cada unidade, entre candidatos portadores de diploma de Curso Normal (Artigo 43 da Lei n.º 7.037/67 e 2.º da Lei n.º 7.725/72). A Lei n.º 8.209/75 referiu-se ao Professor Substituto com exercício nas Escolas de Educação Infantil. A função de Professor Substituto foi extinta quando da criação do cargo de provimento em comissão de Professor Substituto de Educação Infantil (Lei n.º 8.694/78).

Professor Substituto — Para exercer a função eram admitidos professores normalistas, na proporção de um para cada duas classes de Escola Reunida ou Agrupada e mais tarde, Escola de 1.º Grau (Artigos: 16, da Lei n.º 5.607/59; 18, da Lei n.º 7.037/67; 21, da Lei n.º 7.693/72 e 28, da Lei n.º 8.209/75). A função foi extinta através do Artigo 8.º da Lei n.º 8.694/78, por ter sido criado o cargo, de provimento em comissão, de Professor Substituto de 1.º Grau — Nível I.

Algumas funções atribuídas a servidores efetivos ou contratados não receberam uma denominação oficial. Assim é que estão relacionadas abaixo, sempre entre parênteses.

(Assistente Pedagógico) — Em 1971, através de Portarias expedidas pela Secretaria de Educação e Cultura, vários Professores Primários (efetivos) foram designados para servir junto à Diretoria do Departamento Municipal de Ensino, a fim de participar de trabalhos de assistência pedagógica nas Escolas Municipais, conforme programação estabelecida pelo Departamento. A Lei n.º 7.693/72 criou os cargos de Assistente Pedagógico.

(Professor de 1.º Grau — Nível II) — Pessoal devidamente habilitado foi contratado para o exercício de funções docentes na área de 5.ª a 8.ª série do 1.º Grau; o Professor de 1.º Grau — Nível I (efetivo) também foi designado para exercer as mesmas funções (Artigos: 25 e 26 da Lei n.º 7.693/72; 33 e 35 da Lei n.º 8.209/75; 8.º da Lei n.º 8.519/77). O cargo de Professor de 1.º Grau — Nível II foi criado através da Lei n.º 8.519/77.

(Professor de 2.º Grau) — As funções docentes na área do 2.º Grau foram exercidas por pessoal contratado (Artigo 8.º da Lei n.º 8.519/77). A Lei n.º 8.694/78 criou os cargos, de provimento em comissão, de Professor de 2.º Grau.

"Educação Pré-Escolar, Uma Necessidade e Uma Realidade de Atendimento"

Thais G. Fernandes da Silva

1981, marco da ampliação das oportunidades educacionais pré-escolares no Município de São Paulo!

2397 classes de Educação Infantil em funcionamento, sendo 2062 em 174 EMEIs, e 335 em 172 escolas de 1.º Grau, atingindo um total de 110.410 crianças matriculadas, sendo 92.951 em EMEIs, e 17.459 em classes de Planedi. (1)

E as previsões? As mais promissoras. Construção de 46 unidades pré-escolares em 1981 e mais 71 até o final de 1982, perfazendo um total de 117 novas EMEIs. Teremos, então, ao todo, 291 escolas deste grau.

É o resultado de uma política educacional voltada para a expansão quantitativa e a melhoria qualitativa do atendimento à infância, política esta que vem sendo implantada e se reflete nas diretrizes de trabalho e no Orçamento Programa da Secretaria Municipal de Educação.

É o resultado de anos de luta, dedicação, esperança e idealismo de todos aqueles que acreditam no investimento da Educação Infantil como necessidade socioeconômica, além da necessidade educacional.

Não muito distante no tempo, há precisamente 46 anos, os primeiros Parques Infantis eram criados para atender a crianças de 3 a 12 anos de idade:

P.I. D. Pedro II (extinto, em função de obras viárias)

P.I. do Ipiranga (atual EMEI. 2 "D. Pedro I")

P.I. da Lapa (atual EMEI. 3 "Neyde Guzzi de Chiachio")

Estes Parques Infantis pertenciam ao então denominado SERVIÇO Municipal de Jogos e Recreio que, gradativamente, foi transformando-se em: SERVIÇO Municipal de Parques Infantis (janeiro de 1935), SEÇÃO de Parques Infantis do DEPARTAMENTO DE CULTURA E RECREAÇÃO (maio de 1935) DIVISÃO de Educação, Assistência e Recreio do DEPARTAMENTO DE CULTURA (dezembro de 1946), DEPARTAMENTO de Educação, Assistência e Recreio da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (julho de 1947), DEPARTAMENTO de Educação e Recreio (junho de

1967), DEPARTAMENTO de Educação Infantil da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (julho de 1975) DIVISÃO de Educação Infantil do DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÃO da SME (abril de 1978).

A expansão da rede física foi uma constante durante todos esses anos. A partir daqueles primeiros três Parques Infantis foram sendo construídas outras Unidades: Recantos e Recreios Infantis que diferiam das outras por funcionarem em áreas menores e atenderem a crianças de 3 a 6 anos e 11 meses, sendo que os Recantos foram construídos em praças públicas e os Recreios Infantis em bairros distantes dos centrais.

Em 1962, a PMSP contava com 38 Parques Infantis, 5 Recantos Infantis e 51 Recreios Infantis. Posteriormente, estas unidades passaram a ter uma denominação única: Parques Infantis e em 1972 caracterizou-se o atendimento apenas às crianças da faixa de 3 a 6 anos e 11 meses, uma vez que a Lei 5692/71 preconizava, no seu artigo 19, parágrafo 2.º: "Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes."

Nesta época, o município contava com 109 Parques Infantis.

E os recursos humanos?

Inicialmente, o pessoal especializado que trabalhava nos Parques Infantis foi nomeado como INSTRUTOR (1935); eram professores diplomados pela Escola Normal do Estado com curso de Educação Sanitária no Instituto de Higiene de São Paulo ou de Educação Física Infantil no Departamento de Educação Física do Estado ou Especialização Pré-Primária no Instituto de Educação da USP.

Posteriormente, foram admitidos PROFESSORES de Educação Física, EDUCADORES Sanitários, EDUCADORES Musicais e os PROFESSORES NORMALISTAS, estes últimos, com a denominação de EDUCADORAS RECREACIONISTAS ou JARDINEIRAS, conforme tivessem sob sua orientação crianças de 7 a 12 ou de 3 a 7 anos.

Com a criação de um Departamento de Assistência Escolar (1967), hoje Departamento de Saúde Escolar, os Educadores

Sanitários passaram a exercer suas funções no referido órgão.

Em 1972, a especialização "pré-primária" passou a ser obrigatória ao Educador Recreacionista. Em 1975, a estruturação da carreira do magistério, implicou em mudanças: foi criado o cargo de Professor de Educação Infantil; os Professores de Educação Física passaram a prestar serviços técnicos em órgãos centrais da Administração Municipal e os cargos de Educador Musical foram extintos na vacância.

Em todos esses anos, considerando a preocupação básica voltada para a criança, as formas do atendimento variaram de acordo com o processo de desenvolvimento político-filosófico, sócio-econômico e educacional pelo qual passou o país.

Especificar a natureza da criança, suas características, o que se espera dela e o que se pode fazer com ela são questões que receberam as mais diferenciadas respostas no decorrer do tempo.

Assim, da ênfase à alimentação e atividades iminentemente lúdicas à ênfase aos aspectos cognitivos, psicomotores e afetivos do desenvolvimento, com vistas à continuidade do processo de escolarização formal, a pré-escola foi evoluindo.

Se experiências de grandes Educadores como Froebel, Pestalozzi, Decroly e outros embasaram as programações desenvolvidas nos Parques Infantis, onde a filosofia predominante era "educar, assistir e recrear", atualmente, pesquisas e estudos sobre o processo de desenvolvimento e aprendizagem, realizados por especialistas dos mais diversos campos do conhecimento humano, como Jean Piaget, Robert E. Valett, Marianne Frostig, fundamentam as diretrizes curriculares na área pré-escolar.

Assim, as Escolas Municipais de Educação Infantil acompanharam no decorrer dos tempos as mudanças impostas pela realidade sócio-econômico-político-cultural não se distanciando, contudo, de seu principal objetivo, o de "desenvolver os aspectos físico, emocional, intelectual e social do educando, a fim de integrá-los harmonicamente no sentido de expressão, comunicação e auto-direção consciente", (2) projetando para as crianças paulistanas, oportunidades de virem a ser autênticos cidadãos.

(1) Dados fornecidos pelo DEPLAN 22 — abril/81

(2) Portaria n.º 7.948 de 17/12/76 — Regimento das Escolas Municipais de Educação Infantil — Cap. II, Dos fins, art.º 2.º e Cap. III, Dos objetivos, art.º 3.º

A Pré-Escola nos Últimos Dez Anos

— Um Enfoque Quantitativo —

Equipe Técnica do Deplan 22

Coordenação: Sueli de Masi Rosa Lovisotto;

Elaboração: Jesulina Castro Oliveira; Teresa Aparecida Gomes Genesini; Irene Isioka; Marcos Enoy Ricciardi Favaretto;

Participação: Hayde Cecília Valentim

Em janeiro de 1935, a Prefeitura do Município de São Paulo iniciou suas atividades na área educacional com a criação de três Parques Infantis. Paulatinamente, o número de Parques Infantis foi aumentando nas administrações seguintes, desenvolvendo atividades diversas com crianças de 3 a 12 anos de idade.

Paralelamente foram criados os Recantos Infantis que atendiam a crianças de 3 a 6 anos e 11 meses de idade. Os Recantos tinham a mesma finalidade dos Parques: educar, assistir e recrear.

Na década de 70 houve maior sistematização no tratamento dispensado às crianças em idade pré-escolar. Dentro da nova abordagem foram criadas as primeiras classes de ensino pré-primário nos Parques Infantis. Visando adequar a denominação das escolas às atividades nelas desenvolvidas, os Parques Infantis passaram a se chamar Escolas Municipais de Educação Infantil — EMEIs.

Nesta década verifica-se uma expansão gradativa no número de unidades pré-escolares e, conseqüentemente, no número de matrículas, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 1 — EMEI — Evolução do número de escolas e matrículas de 1970 a 1981

ANOS	EMEI em funcionamento	Nº Índice Ano Base: 1970	Matrícula (Inicial)	Nº Índice Ano Base: 1970
1970	105	100,00	15313	100,00
1971	107	101,91	15690	102,46
1972	109	103,81	15807	103,23
1973	109	103,81	17978	117,40
1974	109	103,81	18444	120,45
1975	123	117,14	26055	170,15
1976	130	123,81	36377	237,56
1977	129	122,86	45721	298,58
1978	147	140,00	59806	390,58
1979	149	141,91	62630	409,00
1980	153	145,71	61880	404,10
1981*	174	165,71	92608	604,77

Fonte: Deplan 22 * Dados iniciais

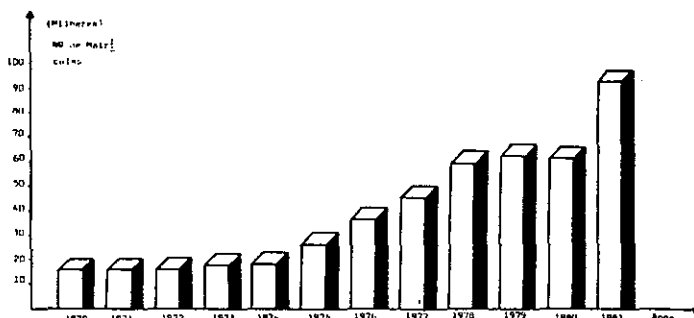
O número de unidades de EMEIs apresentou, no ano de 1981, um índice de crescimento de 65,71% em relação ao ano base de 1970.

Considerada uma das metas prioritárias da atual Administração Municipal, a pré-escola teve sua rede ampliada em 1981, com o início de funcionamento de 20 novas unidades, todas localizadas na zona periférica da Capital.

Conforme mostra o quadro 1, o aumento da clientela da pré-escola de 1970 para 1981 foi de 504,77% em relação ao ano base de 1970, correspondendo a 77.295 alunos.

Objetivando proporcionar melhor visualização, incluímos o Gráfico 1.

Gráfico 1 — EMEI — Número de Matrículas — Comparativo de 1970 a 1981



Além das EMEIs, a educação pré-escolar no Município de São Paulo desenvolve-se também nas classes de Plano de Educação Infantil — PLANEDI, iniciado com a implantação de classes de pré-escola em quase todas as Escolas Municipais de 1.º Grau, a partir de 1975, para atender à demanda da população pré-escolar.

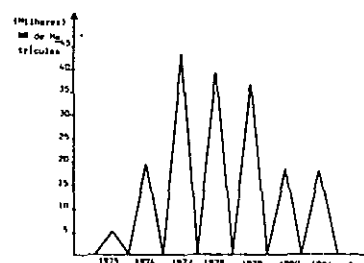
Dado o caráter provisório do Plano e a absorção gradativa da clientela pelas EMEIs, houve uma redução significativa no número de matrículas em classes de PLANEDI, a partir de 1977, conforme podemos constatar através do quadro 2 e do Gráfico 2.

Quadro 2 — PLANEDI — Número de escolas, classes e alunos, de 1975 a 1981

ANO	PLANEDI em funcionamento	Nº Índice Ano Base: 1975	Nº de Classes	Nº Índice Ano Base: 1975	Matrícula Final	Nº Índice Ano Base: 1975
1975	30	100,00	60	100,00	5239	100,00
1976	106	353,33	212	353,33	19259	367,61
1977	263	876,67	487	811,67	43072	822,14
1978	234	780,00	443	738,33	39115	746,61
1979	228	760,00	427	711,67	35993	687,02
1980	203	676,67	393	655,00	18274	348,81
1981*	172	573,33	346	576,67	17457	333,21

Fonte: Deplan 22 * Dados Iniciais

Gráfico 2 — PLANEDI — Número de Matrículas — Comparativo 1975/76/77/78/79/80/81.



Nos últimos anos, a educação pré-escolar tem sido considerada pelas autoridades como uma das metas prioritárias da Rede de Ensino Municipal. Está prevista para o final de 1982 a ampliação da Rede de EMEIs em 117 novas escolas, visando atender à demanda das crianças em idade pré-escolar, fornecendo-lhes as condições necessárias para o desenvolvimento na época oportuna e, conseqüentemente, possibilitando-lhes desempenho satisfatório no ensino de 1.º Grau.

Educação Pré-Escolar

- 46 Anos de História -

Equipe Técnica da Divisão de Controle — SUPEME

Elisa Regina Barrio Nuevo

Yeda Albertini

Luiza Helena da Fonseca Podboy

O atendimento à população pré-escolar na área do Município de São Paulo teve início a partir do Ato Municipal n.º 767 de 9 de janeiro de 1935, que criou o Serviço de Jogos e Recreio, subordinado ao Gabinete do Prefeito, e que criou e colocou em funcionamento os três primeiros parques infantis: D. Pedro II, Ipiranga e Lapa. Com a criação do Departamento de Cultura e Recreio, ainda em 1935, o Serviço de Jogos e Recreio transformou-se em Seção de Parques Infantis, ficando vinculado a esse novo órgão municipal.

Em 1938 instalaram-se mais três unidades de atendimento, a saber: Santo Amaro, Barra Funda e Catumbi, e em 1941 entraram em funcionamento os Parques Infantis de Vila Romana e Tatuapé.

A administração municipal, preocupada em oferecer condições de recreação organizada a um número maior de crianças, passou a instalar em praças urbanas consolidadas os chamados Recantos Infantis, sendo o da Praça da República o primeiro deles, inaugurado a 12 de novembro de 1946. Nesses recantos, as crianças, moradoras de casas coletivas (cortiços e favelas) e apartamentos, tinham oportunidade de desenvolver atividades recreativas saudáveis, sob orientação e supervisão de técnicos em recreação infantil e educadores sanitários.

A partir de 1948, o poder público municipal começou a implantar Parques e Recantos Infantis em bairros mais afastados do centro, buscando atender a um número maior de crianças da periferia geográfica do município, utilizando-se de instalações mais modestas, e por isso mesmo mais econômicas.

Na década de 50, a partir de 1955, houve mais um crescimento significativo na expansão da rede de unidades, principalmente Recantos Infantis, que passaram a utilizar espaços e instalações mais exíguas e modestas, atendendo desta forma a uma demanda relativamente pequena, em comparação com outros parques infantis.

ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
1935/1981

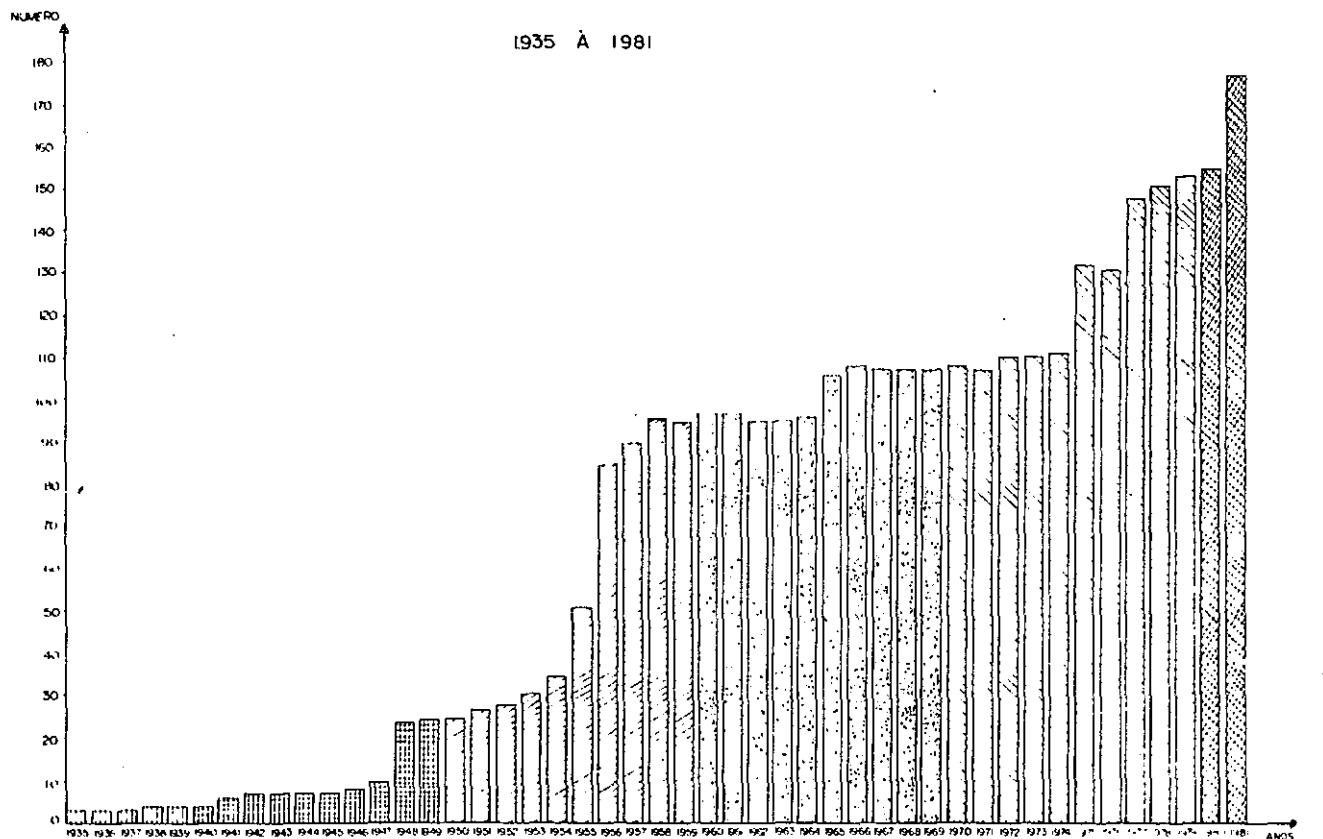
ANO	Nº	ANO	Nº
1935	3	1959	94
1936	3	1960	96
1937	3	1961	96
1938	4	1962	94
1939	4	1963	94
1940	4	1964	95
1941	6	1965	105
1942	7	1966	107
1943	7	1967	106
1944	7	1968	106
1945	7	1969	106
1946	8	1970	107
1947	9	1971	106
1948	23	1972	109
1949	24	1973	109
1950	24	1974	110
1951	26	1975	131
1952	27	1976	130
1953	30	1977	147
1954	34	1978	150
1955	50	1979	152
1956	84	1980	154
1957	89	1981	176
1958	95		

(ATÉ MAIO)

SUPEME-DIVISÃO DE CONTROLE

ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÚMERO DE UNIDADES

1935 À 1981



ENC. 1750

ESCOLA MUNICIPAL

Durante os anos 60 a expansão da Rede de Parques e Recantos Infantis teve um índice muito baixo, e seu real crescimento deu-se ao final da década, com a implantação de dez novas unidades.

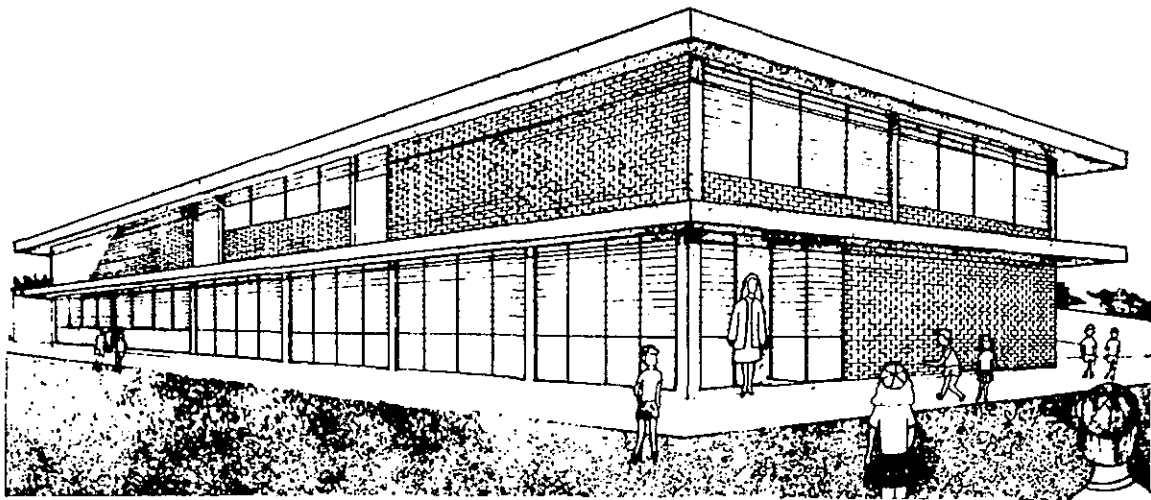
A década seguinte manteve o índice de expansão do período anterior até 1975, quando sofreu aceleração alcançando bom desempenho, representado por 45 novas unidades de educação infantil. Nessa fase, mais precisamente em 1976, surge o programa de educação infantil-Planedi — que passa a atender ao pré-escolar nas instalações das Escolas Municipais de 1.º Grau, aumentando sensivelmente a expansão da matrícula.

A partir de 1980 tem início a era dos mais consistentes investimentos da administração municipal na área de educação infantil, sendo que somente nos dois primeiros anos da década apresenta-se um estupendo índice de crescimento da ordem de 44% sobre o total da rede. A programação de 1982, que prevê a construção de mais 71 unidades, (50 do O.P. e 21 da COHAB), de educação infantil, representará, em três anos, o índice de crescimento acumulado de 90%, atingindo a 293 escolas de educação infantil em funcionamento até fins de 1982.

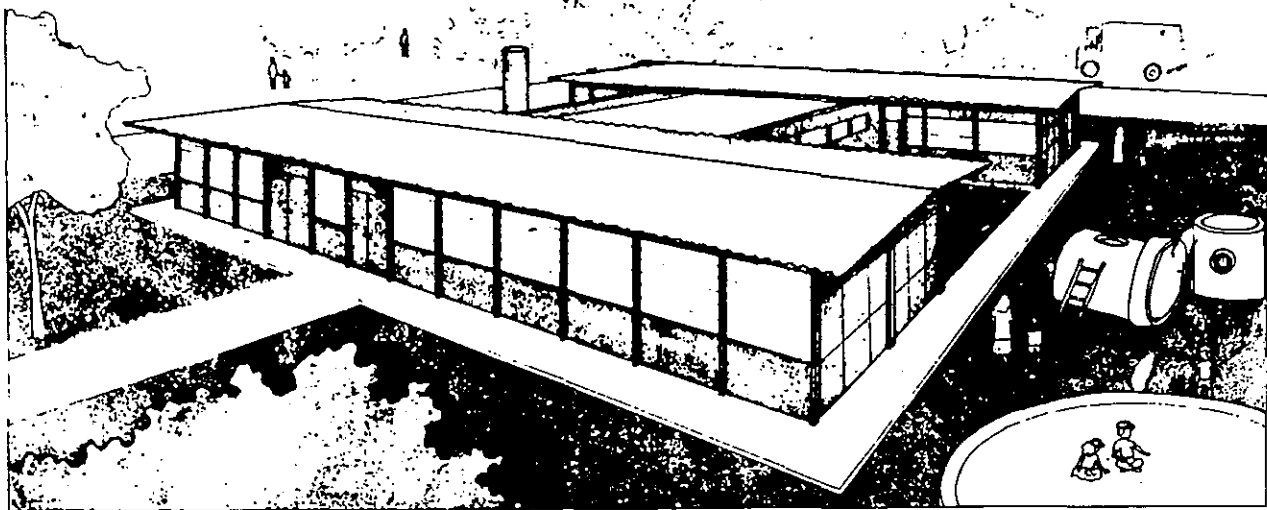
Em termos financeiros, e se adotássemos como referencial de investimento de bens de capital a UPC, teríamos o seguinte quadro comparativo:

QUADRO COMPARATIVO DE INVESTIMENTO

PERÍODO	CUSTO em U.P.C.	Nº de UNIDADES	VALOR em U.P.C.
1.935/1.939	16.000	4	48.000
1.940/1.949	14.000	20	220.000
1.950/1.959	6.000	70	77.000
1.960/1.969	4.500	10	110.000
1.970/1.979	9.000	45	405.000
1.980/1.982	14.000	139	1.529.000



E.M.E.I VILA MAZZEI



E.M.E.I. PADRÃO-BM
ESCOLA MUNICIPAL

As primeiras unidades construídas tiveram um custo mais elevado por se tratarem de projetos arrojados que ocupavam imensas áreas e incluíam super-equipamentos.

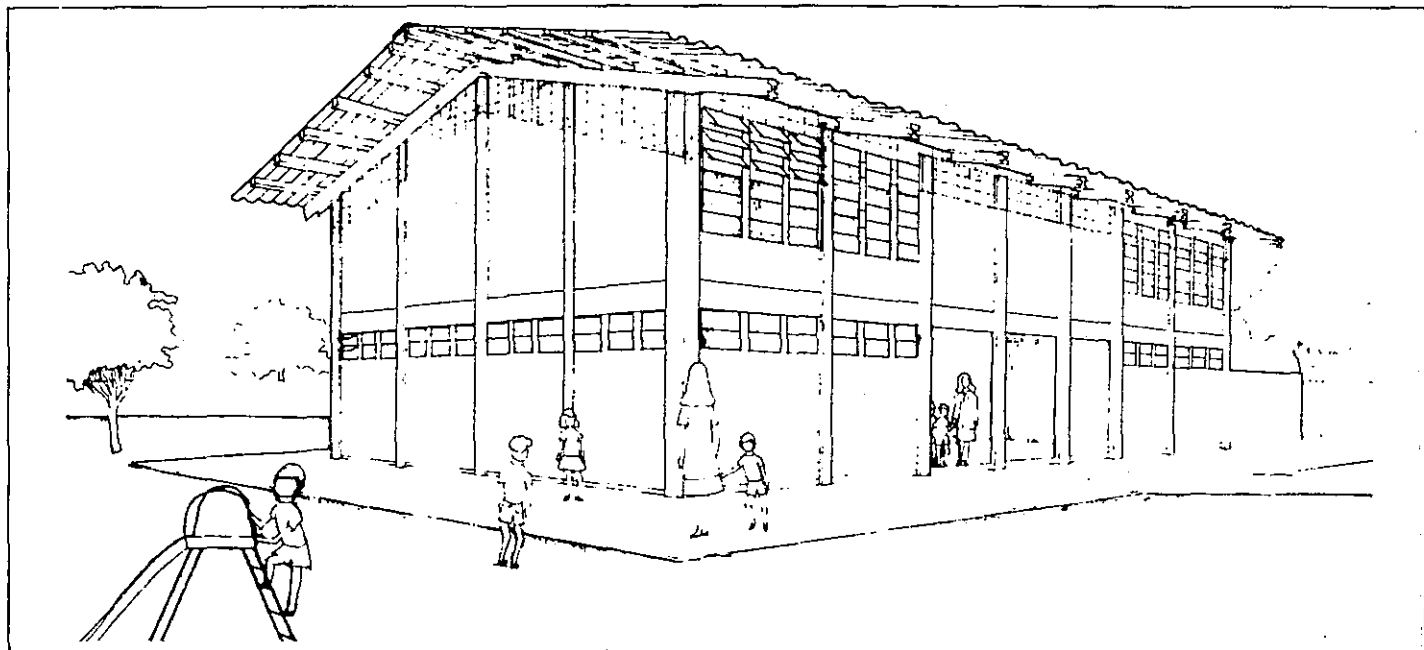
A partir de 1954, houve um grande decréscimo do custo, explicado pelos tipos de construção muito mais modestos e ocupando espaços mínimos. Isto possibilitou a construção de um número maior de unidades de educação infantil por um custo sensivelmente mais baixo, como se pode verificar no quadro acima.

TIPOS DE CONSTRUÇÃO

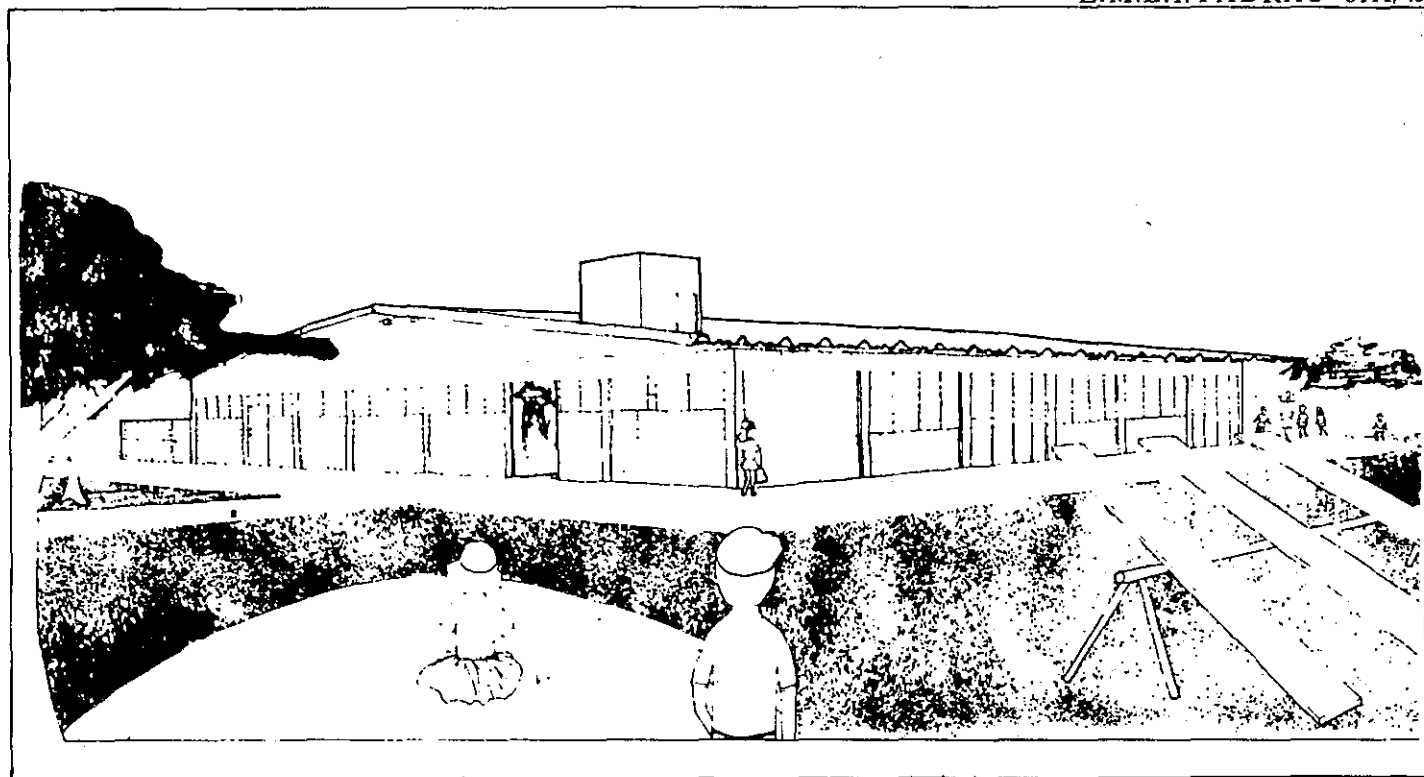
No decorrer desses 45 anos de existência, a rede de Escolas Municipais de Educação Infantil acumula uma gama de projetos arquitetônicos desenvolvidos para atender não só às peculiaridades das atividades desse tipo de unidade educacional como também para fazer face às

difficuldades de ordem orçamentária do município, surgindo dessa forma prédios dotados de todos os recursos possíveis, tais como piscinas, teatros, amplos jardins e campo de jogos; até mesmo edificações ultra-simples e minúsculas, como os Recantos Infantis, ou mesmo galpão de madeira, que surgiram onde houve maior pressão da demanda.

Nos últimos cinco anos, a preocupação com edificações robustas e funcionais voltou a manifestar-se e diversos projetos foram desenvolvidos, principalmente por EDIF e EMURB, seguindo orientação dos órgãos técnicos da Secretaria Municipal de Educação. O prédio em dois pavimentos com quatro salas de aula, projeto que está sendo implantado em áreas reduzidas e/ou com topografia difícil é uma novidade em termos de EMEI, esperando-se muito do desempenho desse tipo de construção que atende à pressão da demanda e economicamente é a solução mais viável.



E.M.E.I. PADRÃO - 81A/45



E.M.E.I PADRÃO - 78A

As Atividades do Departamento de Saúde Escolar Através dos Tempos

Dulce Hauk

A autora, professora. Educadora de Saúde Pública, formada pela FSP da USP, trabalhou no Departamento de Educação, Assistência e Recreio da antiga Secretaria de Educação e Cultura do Município, exerceu suas funções nos antigos Parques Infantis e Centros Juvenis Noturnos. Foi um dos elementos designados pela Secretaria para implantar o programa da CNAE nas Unidades Escolares. Transferida para o então Departamento de Assistência Escolar, em 1967, foi a primeira Chefe da Seção de Educação Sanitária, cargo que ocupou até sua aposentadoria, em 1976.

A célula máter do Departamento de Saúde Escolar foi o Departamento de Educação, Assistência e Recreio. Sua meta era proteger e livrar as crianças de 3 a 12 anos de idade dos riscos a que estavam sujeitas nas ruas, educando-as através da recreação, em Parques Infantis onde, à noite funcionavam os Centros para adolescentes.

Os primeiros Parques Infantis, criados na década de 30, funcionaram, no seu primeiro ano de existência, apenas com professores que exerciam atividades de Educação Física e Recreação e com funcionários que faziam a manutenção da limpeza dos prédios. Na prática, as professoras perceberam que muitas crianças não conseguiam praticar as atividades planejadas por falta de energia. Providenciou-se então, o fornecimento de um copo de leite a cada criança, por período.

A Diretoria do Departamento de Educação, Assistência e Recreio sentiu necessidade de contratar pessoal que pudesse desenvolver programas de Saúde com as crianças e seus familiares.

Em 1936 os Parques Infantis passaram a contar com Médicos, Dentistas, Professores de Educação Física e um Laboratório de Fonética e Acústica. Foram contratadas as primeiras Educadoras Sanitárias que eram responsáveis por toda a parte relacionada com Saúde, desde a matrícula dos alunos, imunizações, curativos, cursos, orientação de pais, supervisão do preparo e distribuição de merenda, até a supervisão e orientação de limpeza da Unidade.

Os médicos faziam inspeção inicial em todos os alunos matriculados e acompanhamento dos casos que necessitassem de tratamento. Havia consultórios odontológicos em todos os Parques Infantis, possibilitando tratamento de todos os educandos.

Para atender aos diversos casos de crianças com distúrbios de comportamento, foi instalado um Laboratório de Psicologia Clínica e de Higiene Mental e um grupo de Educadoras, devidamente treinadas, exercia a função de "Visitadoras Social-Psiquiátricas". Este setor mais o Laboratório de Fonética e Acústica deram origem ao Serviço de Psicologia Clínica, para o qual foram contratados Psicólogos e uma Fonoaudióloga.

Em alguns Parques Infantis de maiores acomodações, funcionavam clínicas especializadas de otorrinolaringologia, oftalmologia e ortopedia. Os casos que neces-

sitavam de tratamentos específicos ou cirúrgicos eram atendidos pelo Hospital Municipal.

Com o aumento do número de Parques Infantis, o pessoal especializado passou a trabalhar em duas Unidades, em dias alternados.

Como as novas construções não dispunham de Consultórios Dentários, foi implantado um serviço de atendimento em Ambulâncias Odontológicas em número de 10, que permaneciam nessas Unidades por determinado tempo. Houve, porém, uma série de problemas com as ambulâncias, inclusive assaltos, arrombamentos, danos diversos e esses consultórios volantes foram recolhidos.

Quanto à merenda, os educandos que inicialmente recebiam apenas um copo de leite, passaram a receber merenda constituída de leite e pão, manteiga, queijo, banana e goiabada. Das 12 às 13 horas as Unidades permaneciam fechadas e as crianças, obrigatoriamente, retiravam-se para o almoço em casa. Todavia, muitas mães trabalhavam fora e as crianças ficavam abandonadas. A solução encontrada foi deixar os parqueanos nas Unidades, desde que levassem marmita.

A fim de enriquecer a alimentação muito pobre e principalmente para atender aos que quase nada levavam, ou para socorrer aqueles cuja refeição estava imprópria para o consumo, por deterioração, foram criadas as "Caixas Auxiliares de Assistência".

Em 1956 os diretores de Parques Infantis, de Centros Juvenis noturnos e outros funcionários da Secretaria de Educação e Cultura, foram convidados a participar de uma sessão solene em que se comunicou a criação do Ensino Municipal. Porém, a Secretaria não dispunha de recursos humanos para dar atendimento médico e odontológico aos escolares e os mais necessitados eram encaminhados aos Consultórios Odontológicos dos Parques Infantis mais próximos.

Posteriormente, foram instalados Consultórios Dentários nas escolas que iam sendo construídas.

Com os recursos das Caixas Escolares, os Diretores de EMs compravam gêneros alimentícios para o preparo de sopa ou merenda para os alunos mais necessitados.

Por ocasião da criação da "Aliança para o Progresso", o Brasil passou a receber dos Estados Unidos determinados alimentos: leite em pó desnatado, trigo bulgor e laminado, farinha CSM e óleo de soja, todos de alto valor nutritivo, especialmente ricos em proteínas, destinados às populações mais carentes. Criou-se, então, um convênio com o Ministério de Educação e Cultura, através da Campanha Nacional de Alimentação Escolar — CNAE, com dois objetivos:

assistencial — complementar na escola a alimentação recebida em casa, geralmente pobre em proteínas.

educacional — levar a criança a adquirir hábitos alimentares corretos.

Para que os alunos das Escolas Municipais, dos Parques Infantis e dos Centros da Juventude também fossem

ves do trabalho com o Assistente Pedagógico (função criada em 1969).

A criação da função de assistência pedagógica partiu da necessidade de a escola ter um técnico que assistisse ao Diretor e o auxiliasse a desenvolver um trabalho pedagógico planejado e adequado a cada realidade, acompanhando e orientando os professores no desenvolvimento das atividades curriculares.

Suas funções foram, desde o início, a de Supervisão Pedagógica em nível de escola e, como tal, o Assistente Pedagógico se constituiu no elemento que atuava na linha de frente da Divisão Pedagógica, o elo entre a Escola e a Orientação Pedagógica que, em nível de sistema, desenvolvia a Supervisão Pedagógica em toda a sua amplitude.

Num segundo momento, com o desmembramento das equipes, houve novamente uma divisão dos trabalhos ficando a supervisão pedagógica sob a responsabilidade dos orientadores pedagógicos, enquanto os aspectos relacionados ao cumprimento da legislação escolar e da conservação e manutenção dos prédios e equipamentos voltaram a ser atribuídos aos inspetores escolares.

Em 1974 foi criado junto à Diretoria do Departamento Municipal de Ensino o Setor de Supervisão confirmando as funções que vinham sendo desempenhadas pelas equipes e, para as quais foram designados Orientadores Pedagógicos, Inspetores Escolares e Diretores.

Em 1975, com a vigência da Lei 8209, o Orientador Pedagógico foi enquadrado na Carreira do Magistério como Especialista de Educação, ratificando uma posição que já era a sua desde o início do ensino. Seu quadro foi ampliado para 50 cargos e foram preenchidos por concurso de acesso dentre o pessoal da rede escolar, licenciados em Pedagogia e com habilitação em Supervisão ou Inspeção Escolar.

Iniciou-se então, uma nova fase para a Divisão de Orientação Técnica (DOT), antiga Divisão Pedagógica: a fase de Orientação Técnico-Pedagógica aos Especialistas da rede e de assessoramento aos órgãos superiores quanto a normas e diretrizes pedagógicas.

Da orientação direta às escolas e aos professores a DOT, passou a atuar junto às Equipes Técnicas das escolas, especificamente, junto aos Assistentes Pedagógicos e aos Orientadores Educacionais que se deslocavam de suas escolas para reuniões e cursos de aperfeiçoamento e atualização e, a elaborar projetos de ação pedagógica a serem desenvolvidos na rede.

Desenvolveram-se, nessa fase, projetos em colaboração com a TV Edu-



1.ª Escola Mista Municipal da Mooca, Rua da Mooca, 3.911 (cedida pelo Círculo Operário da Mooca) — Prof.ª Sonia Verständig — 1.ª turma de 1956. Classe formada com alunos procurados em suas residências — atual Major Silvio Fleming

cativa, com a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências, com a Fundação Carlos Chagas e outras instituições e projetos montados e supervisionados pela própria DOT como o Modelo de Desenvolvimento de Currículo (MDC), o Projeto de Recuperação Contínua, o de Educação Sexual, entre os mais significativos. Paralelamente, os cursos de aperfeiçoamento prosseguiram sob a responsabilidade da Seção de Treinamento.

Essa situação perdurou até 1978 quando, novamente, foi reestruturado o Departamento Municipal de Ensino com a criação da Superintendência Municipal de Educação, das Delegacias Regionais e a transformação do Departamento de Educação e Recreio no Departamento de Planejamento, Orientação e Controle.

Os Orientadores Pedagógicos que até então atuavam na DOT passaram a atuar nos diversos órgãos da Secretaria Municipal de Educação. Assumiram Diretorias de Divisão, Chefias de Seção, foram designados Supervisores Regionais de Educação — cargos estes, criados pelo Decreto n.º 15.002 de 31 de março de 1978, — e alguns permaneceram como Orientadores Pedagógicos.

Essa dispersão dos Orientadores Pedagógicos, pelos vários cargos e funções, se por um lado veio firmar sua posição como elementos capazes de atuarem tanto na linha de assessoria e assistência técnica quanto na linha executiva, por outro lado trouxe uma perda na unidade de orientação técnico-pedagógica, o que se consti-

tuiu sempre uma constante preocupação da DOT.

Neste ano do Jubileu de Prata do Ensino Municipal, terminou a carreira do Orientador Pedagógico para dar lugar ao Técnico de Educação.

A mudança ocorrida no nome da Divisão Pedagógica transformando-a em Divisão de Orientação Técnica já delineava uma nova fase para a Orientação Pedagógica. Acreditamos que a Superior Administração ao propor essa mudança tinha em vista ampliar seu campo de atuação atribuindo ao Orientador Pedagógico, agora Técnico de Educação, um campo de trabalho abrangendo os aspectos técnico-pedagógicos, e mais os aspectos técnico-administrativos e técnico-organizacionais, o planejamento e a pesquisa educacionais.

Aos novos Técnicos de Educação abre-se, agora, uma nova fase de trabalho.

Resumindo, diríamos que o Orientador Pedagógico, nestes 25 anos de trabalho desempenhou inúmeras funções técnico-pedagógicas onde sua presença se fez sentir na escola, primeiro pelo contato direto com os professores quando realmente desempenhou a orientação e a supervisão no seu sentido mais amplo, e nos dias atuais, junto aos especialistas e aos órgãos superiores atuando indiretamente nas escolas.

Nas diversas épocas e nas várias formas de atuação a Orientação Pedagógica sempre contou com a colaboração de Inspetores, Diretores e Professores, todos com a mesma preocupação: o aluno, sua educação e escolarização.